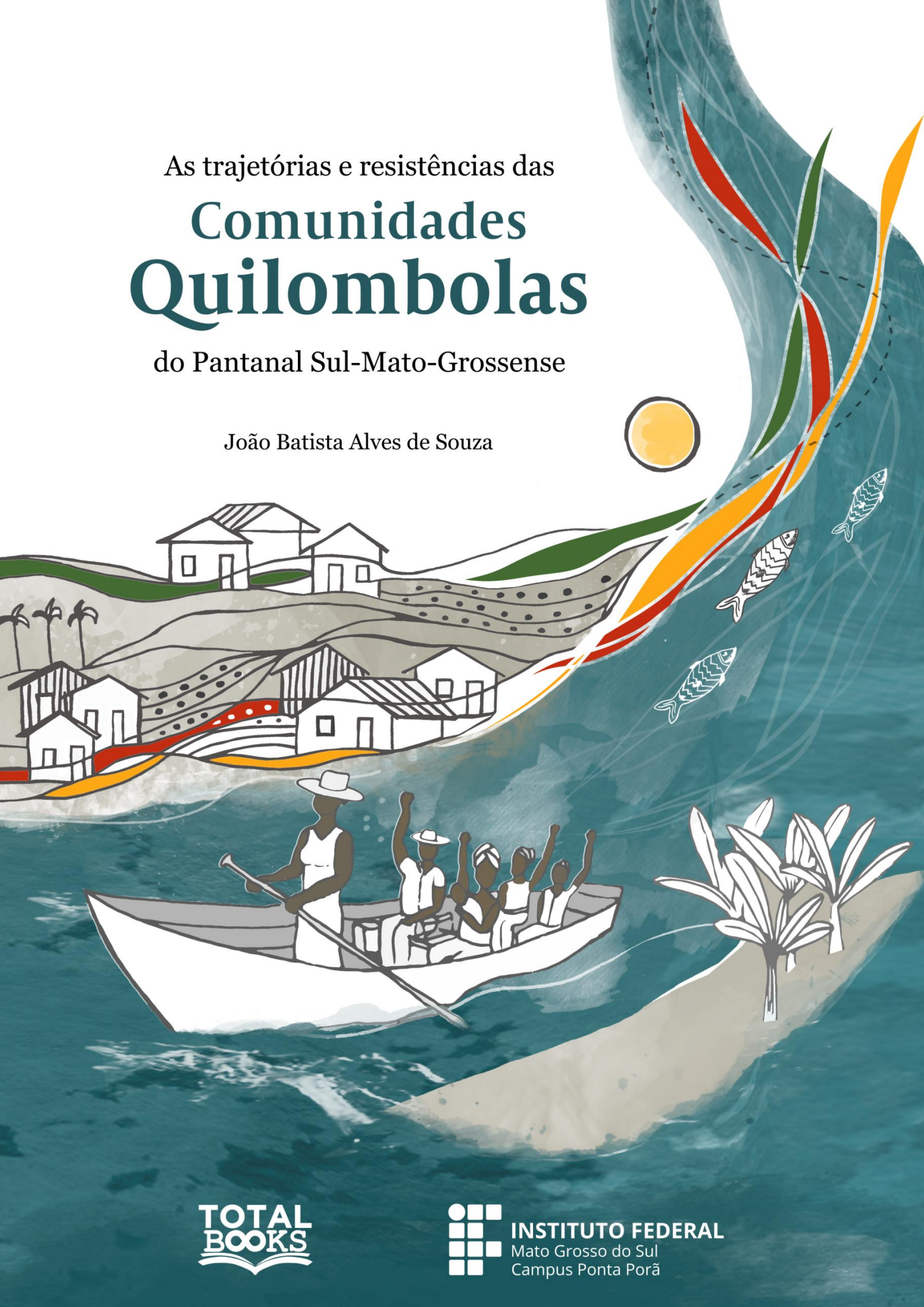


As trajetórias e resistências das  
**Comunidades  
Quilombolas**

do Pantanal Sul-Mato-Grossense

João Batista Alves de Souza



As trajetórias e resistências das

# Comunidades Quilombolas

do Pantanal Sul-Mato-Grossense

João Batista Alves de Souza

**PRIMEIRA EDIÇÃO**

**SETEMBRO DE 2021**



## **EDITORA TOTALBOOKS**

### **CONSELHO EDITORIAL MULTIDISCIPLINAR**

Dr. Alfa Oumar Diallo  
Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Colling  
Dr. Antonio Moreno Jiménez  
Dr. Celso Augusto Nunes da Conceição  
Dr. Charlei Aparecido da Silva  
Dr<sup>a</sup> Cintia Santos Diallo  
Dr<sup>a</sup>. Cristina Vargas Cademartori  
Dr. Eduardo Salinas Chavez  
Dr. Edvaldo César Moretti  
Dr<sup>a</sup>. Edvania Gomes de Assis Silva  
Dr<sup>a</sup> Elisabeth Ritter  
Dr. Eliseu José Weber  
Dr. Fabio de Oliveira Sanches  
Dr<sup>a</sup> Gilca Lucena Kortmann  
Dr. Henrich Hasenack  
Dr. Henri Luiz Fuchs  
Dr. Henrique Carlos de Oliveira Castro  
Dr<sup>a</sup>. Irene Santos Garcia  
Dr. Javier Garcia López  
Dr. Jefferson Cardia Simões  
Dr. Jose Luis Gurria Gascón  
Dr. Paulo José Moraes Monteiro e Teixeira Germano  
Dr. Paulo Roberto Fitz  
Dr. Rodrigo Stumpf Gonzáles  
Dr. Rogério Gomes da Silva  
Dr<sup>a</sup> Valéria Silveira Brisolara  
Dr. Vinícius Gadis Ribeiro



EDITORA TOTALBOOKS®

Av. Willy Eugênio Fleck, 1500/337 – CEP 91150-180 – Porto Alegre - RS  
[www.totalbooks.com.br](http://www.totalbooks.com.br)

Copyright © João Batista Alves de Souza  
Capa: Maria A. Frizarin Cipriano  
Editoração: Paulo Roberto Fitz  
Revisão: TotalBooks

2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Souza, João Batista Alves de

As trajetórias e resistências das comunidades quilombolas do Pantanal Sul-Mato-grossense [livro eletrônico] / João Batista Alves de Souza. -- 1. ed. -- Porto Alegre, RS : TotalBooks, 2021.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-88393-17-8

1. Comunidades quilombolas 2. Escravidão – Brasil 3. Geografia humana 4. Quilombo – Pantanal Mato-grossense (MT e MS) 5. Negros – Identidade étnica 6. Negros - Posse da terra – Pantanal Mato-grossense (MT e MS) 7. Resistência 8. Territorialidade humana  
I. Título.

21-82807

CDD-305.896081

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Comunidades quilombolas : Territorialidade :  
Geografia humana 305.896081  
Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Este livro contou com o apoio financeiro Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS - Campus Ponta Porã, através do Ofício-circular - PP 3/2021, processo de número 23347.005096.2021-10 - Auxílio para publicação de e-book.



Todos os direitos reservados para o autor.

EDITORA TOTALBOOKS® EIRELI

[www.totalbooks.com.br](http://www.totalbooks.com.br)

[contato@totalbooks.com.br](mailto:contato@totalbooks.com.br)

Não é permitida a reprodução total ou parcial desta obra, por quaisquer meios, sem a prévia autorização por escrito do autor.

O autor é responsável pelos conteúdos apresentados (textos, figuras, tabelas etc.) e assume total responsabilidade pública e jurídica sobre os mesmos.



## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família em especial “mainha” Maria Martins de Souza, por ser a minha base em todos os momentos e sempre acreditar que a educação transformaria a minha vida. E ao meu pai, Crispiniano Alves de Souza (*in memoriam*).

À professora alfabetizadora, Maria Aparecida Borges Trindade, que me ensinou o mundo do letramento e decifrar os significados das palavras para além do Caminho Suave na Escola Municipal de 1º Grau Presidente Vargas, na 12ª Linha Poente Zona Rural do município de Deodápolis-MS. Em nome dela homenageio todos os professores que contribuíram para minha formação acadêmica ao longo desses 30 anos.

Ao Prof. Dr. José Maurício Paiva Andion Arruti, por ser umas das referências na compreensão da ressemantização do quilombo e outros debates da questão quilombola no país, e pela escrita do prefácio desse livro.

Agradeço à Maria A. Frizarin Cipriano pela ilustração da capa e ao prof. Dr. Paulo Roberto Fitz pela editoração do e-book.

Agradeço aos servidores do INCRA, que sempre me receberam no setor quilombola e me proporcionaram participar de visitas técnicas e reuniões, em especial, Claudia Pereira Gonçalves, Matias Rodrigues, Gilson Trajano e Dorival Santos.

Agradeço ao Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), pelo período de afastamento integral concedido para a realização da pesquisa nas comunidades quilombolas da sub-região Paraguai do Pantanal Sul-mato-grossense, e apoio financeiro, através do Ofício-circular - PP 3/2021, processo de número 23347.005096.2021-10 - auxílio para publicação desse e-book.

Ao Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA), pelos oportunos debates e pela alegria da partilha do conhecimento nessa meia década de aprendizado. Em especial ao prof. Dr. Edvaldo César Moretti, pela orientação, amizade, por saber ouvir minhas aflições, pelos importantes apontamentos para que a pesquisa nas comunidades quilombolas pantaneiras se tornasse possível.

Agradeço à Edenir de Paulo, presidenta do Instituto da Mulher Negra do Pantanal (IMNEGRA) pelas entrevistas e informações referentes à certificação das comunidades quilombolas de Corumbá.

Aos quilombolas da família Ozório: Jorge Ozório, Ercília Ozório, Luzia Ozório, Angélica Ozório, Laycillia Ozório e às “Quilombelas”. À família Maria Theodora: Joãozinho Gonçalves, Natália Gonçalves (Cotó), Elizabeth Gonçalves, Sabrina Gonçalves, às “Mães e ao Pai de Santo das Tendas Nossa Senhora da Guia e Nossa Senhora da Conceição”. À família Campos Correia: Paulo Correia, Manuel Correia, Fermiana Correia, Sthefany Correia, Mônica Correia e aos “Guerreiros”, pelas resistências e trajetórias relatadas e por todas as vivências compartilhadas durante a realização desta pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

*João Batista Alves de Souza*

Este livro é o resultado da tese de doutorado intitulada “Existir e Resistir: as geografias das comunidades quilombolas no município de Corumbá – MS”. Tal pesquisa estava baseada na análise das trajetórias e formas de resistência que ocorrem nos diferentes lugares dos existires das comunidades quilombolas no município de Corumbá-MS. Após um período de vivências e andanças pela cidade, na condição de morador e docente do IFMS, surgiu o interesse de pesquisar, mapear e construir uma reflexão acerca do existir e resistir das comunidades quilombolas Ribeirinha Família Ozório, Ribeirinha Família Campos Correia e Maria Theodora.

Entendemos<sup>1</sup> que essa problemática abrange a luta pelo território, o processo de reprodução e as formas de resistência das comunidades quilombolas, e se constitui como um objeto de estudo da Geografia ainda a ser explorado, principalmente no que diz respeito às comunidades quilombolas localizadas no Pantanal Sul-Mato-Grossense, na sub-região Paraguai.

Durante a fase de pesquisa bibliográfica e documental, identificamos imprecisões no que tange à existência de comunidades quilombolas no Pantanal Sul-Mato-Grossense, no tocante às suas trajetórias, formação, localização, certificação e titulação de terras. Nesse aspecto, levantamos os seguintes questionamentos: quantas comunidades quilombolas existem de fato no município de Corumbá? Como entender a produção e as formas de resistência das comunidades quilombolas nessa região? Essas comunidades produzem novos territórios no Pantanal?

O objetivo central da obra estava pautado em analisar os processos e as formas de resistência das comunidades quilombolas em Corumbá, buscando elucidar os sinais de

---

<sup>1</sup> Durante a escrita desta obra, optou-se pelo uso da primeira pessoa do plural. Essa decisão leva em consideração os diversos atores envolvidos no processo de construção da pesquisa. Nesse aspecto, o “nós” representa, além do olhar do pesquisador, a vivência nas comunidades, as experiências no laboratório de geoprocessamento, no grupo de pesquisa, e as idas e vindas dos trabalhos de campo.

resistência existentes, a partir da produção de uma multipolaridade territorial como forma de sobrevivência dessas comunidades, frente à ausência de políticas públicas voltadas às demandas quilombolas na cidade.

Os objetivos específicos deste estudo se respaldaram em:

- Mapear e analisar as trajetórias das comunidades quilombolas localizadas no Pantanal Sul-Mato-Grossense, na sub-região Paraguai;
- Apresentar o processo de resistência das comunidades quilombolas Ribeirinha Família Ozório, Ribeirinha Família Campos Correia e Maria Theodora;
- Levantar as formas de resistências das comunidades quilombolas Ribeirinha Família Ozório; Ribeirinha Família Campos Correia e Maria Theodora;
- Compreender os significados políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais da resistência das comunidades quilombolas pantaneiras.

Apesar de outros trabalhos acadêmicos discutirem a temática das comunidades quilombolas no Mato Grosso do Sul, as que existem em Corumbá ainda não foram referenciadas nos mapeamentos, atlas e cartografia dos povos tradicionais. O objetivo desta pesquisa é elucidar a resistência das comunidades quilombolas de Corumbá, além de abordar a produção das multiterritorialidades e multipolaridade territorial nas comunidades no Pantanal Sul-Mato-Grossense, na sub-região Paraguai.

Outro aspecto relevante a ser considerado nesta obra está diretamente relacionado à análise das comunidades quilombolas ribeirinhas, suas trajetórias e relação de sobrevivência com o Rio Paraguai. O livro está estruturado em três capítulos, que constituem a organização da obra, que podemos sintetizar da seguinte forma:

- **Capítulo 1** – Ressignificação do Quilombo, Territórios Quilombolas e as Comunidades Quilombolas;
- **Capítulo 2** – As trajetórias das Comunidades Quilombolas no Pantanal Sul-Mato-Grossense;
- **Capítulo 3** – As Resistências das Comunidades Quilombolas de Corumbá-MS.

Cabe mencionar que no primeiro capítulo serão elucidados os conceitos iniciais e ressemantizados de quilombo, territórios e comunidades quilombolas, além da formação das



comunidades quilombolas no sul de Mato Grosso (1870-1976), e as comunidades quilombolas no Mato Grosso do Sul.

O objetivo central do segundo capítulo está pautado nas trajetórias percorridas pelas famílias Ozório, Maria Theodora e Campos Correia no Pantanal Sul-Mato-Grossense e os desdobramentos dessas trajetórias em cada uma das comunidades quilombolas corumbaenses.

No terceiro capítulo serão discutidos os processos de formação e produção das comunidades quilombolas em Corumbá, abrangendo a cartografia das mesmas, material procedente do mapeamento realizado durante o período de vivência nas comunidades quilombolas Ribeirinha Família Ozório; Ribeirinha Família Campos Correia e Maria Theodora.

Ao longo do processo de pesquisa, entrevistas, trabalho de campo, vivência nas comunidades quilombolas, transcrição dos depoimentos e escrita da tese, foi possível constatar que essas experiências proporcionaram um novo olhar em relação à questão quilombola. A partir dessas vivências, conseguimos trilhar nossa própria trajetória enquanto pesquisadores, assim como as famílias quilombolas levaram anos navegando pelo Rio Paraguai em busca do seu “lugar”. Durante quatro anos, percorremos esses caminhos para entender as formas de resistências dessas comunidades.

No decurso da pesquisa, acompanhamos a luta dessas comunidades pelo acesso à terra e a demora na regularização fundiária. Com isso, pudemos perceber o quanto o Estado brasileiro é omissivo em garantir os direitos desses povos.

## PREFÁCIO

*José Maurício Arruti*

*(Professor do Departamento de Antropologia da UNICAMP)*

O trabalho de João Batista Alves de Souza nos oferece uma experiência de geografia histórica adaptada à temática das pequenas comunidades, apreendidas em seu contexto regional. Trata-se de um trabalho interessado na reconstrução dos fenômenos e processos centrais à compreensão geográfica das trajetórias históricas e das configurações sociais de três comunidades quilombolas ribeirinhas de Corumbá (MS), as comunidades Família Ozório, Família Campos Correia e Maria Theodora, levando em conta os padrões de ocupação socioambiental do pantanal, mas também o ambiente cultural construído por tais comunidades neste contexto. Sua análise busca reconstituir como o processo de criação de paisagens em um determinado espaço está vinculado à materialidade de um período histórico particular e seu macrocontexto. Um dos desafios do trabalho, portanto, é a exigência de mobilizar uma série de disciplinas ou saberes "vizinhos", como a economia, antropologia, ecologia e, evidentemente, a história, de forma a associar paisagens e modos de organização sócio-cultural-espacial.

A originalidade do modo pelo qual o trabalho enfrenta este desafio pode ser medida por seu distanciamento em relação aos programas de análise imediatamente disponíveis. De um lado, este trabalho não pode ser mecanicamente associado ao projeto da geografia histórica conforme definido por Milton Santos, por exemplo, ou seja, pelo interesse nos processos históricos de modernização dos lugares, provocado pela difusão dos objetos técnicos. Pelo contrário, seu interesse é justamente compreender a instituição de tradicionalidades, por meio da construção dos chamados 'territórios tradicionalmente ocupados'. Por outro lado, a análise apresentada aqui complexifica a noção de 'tradicionalmente ocupado' ao propor que, no centro desta forma de ocupação, estão a mobilidade, a multipolaridade e a multiterritorialidade, o que o distancia criativamente da monografias pautadas na descrição de territórios com limites mais ou menos fixos e estáveis.

Assim, este livro nos oferece uma contribuição relevante ao crescente repertório de descrições e análises da diversidade de formas de espacialização das sociedades quilombolas e de suas concepções sobre o território. Neste caso específico, um território assentado em redes simbólicas e afetivas, fundamentais na manutenção de vínculos sociais e condições materiais de reprodução social. Um território marcado não apenas pela apropriação da terra, mas pela circulação pela água. O Rio Paraguai é quase um personagem a mais das narrativas oferecidas, na medida em que opera não apenas como meio fundamental de circulação dessas comunidades, em seus fluxos históricos e cotidianos, mas também agindo sobre elas, por meio das suas cheias e vazantes, que condicionam, dirigem e marcam a história de vida de indivíduos e coletividades. A análise oferecida dissolve por completo a ilusão de unidade, unicidade e isolacionismo que continua a rondar os trabalhos sobre territórios quilombolas.

Esta qualidade está ligada a outra: ter sido capaz de cartografar uma narrativa histórica fragmentária, que cobre um arco de cem anos e acrescenta mais uma peça no quebra-cabeças da mobilidade negra do pós-abolição. A opção pelo uso da noção de trajetória, aplicada tanto a indivíduos quanto a coletividades, ajuda na construção deste objeto analítico - que poderíamos conceber como um objeto por excelência da geografia histórica: o movimento de grandes massas populacionais no espaço, produzido por eventos históricos globais, como a abolição da escravidão, e que constrói novos espaços e paisagens regionais-locais. O tema da *Great Migration* ou *Black Migration*, que é matéria da historiografia e de uma larga produção memorial, artística e literária nos Estados Unidos, ganhou, entre nós, outros contornos, quase invisíveis, com certeza muito menos nítidos, mas não menos épicos. Nos EUA a grande migração negra movimentou cerca de seis milhões de pessoas do sul rural até as regiões urbanas do nordeste, oeste e centro-oeste entre as décadas de 1910 e 1970, em um movimento canalizado pelas grandes linhas de ferro. No Brasil, um fenômeno provavelmente equivalente, mas muito mais disperso, realizado não por meio dos trilhos de trem, mas por pernas, mulas e barcos, dispersou a população negra das grandes concentrações escravistas do sudeste em todas as direções em que havia uma fronteira aberta. Um movimento que permanece apenas esboçado e sugerido por nossa historiografia e cuja descrição adequada exige a soma de muitos trabalhos pontuais e localizados, como o que temos em mãos.

Finalmente, a última qualidade que gostaria de destacar no trabalho do João, é o seu compromisso em revelar uma realidade apagada e silenciada, e por isso também, vulnerável ao racismo estrutural que marca a sociedade brasileira. A grande motivação declarada do trabalho iniciado junto às comunidades de Família Ozório, Família Campos e Maria

Theodora, que depois veio a se transformar em tese de doutorado e, agora, é vertido em livro, está justamente no sentido de injustiça, trazido pelo contato com a situação de comunidades negras rurais que foram mantidas à margem da história e, contemporaneamente, continuavam à margem, até mesmo, do processo de reconhecimento como quilombolas. Se o reconhecimento oficial está longe de significar a solução dos problemas dessas comunidades, o não reconhecimento impõe uma espécie de exclusão dentro da exclusão, impedindo o acesso, por exemplo, às poucas e insuficientes políticas afirmativas ou diferenciadas, pensadas para as comunidades quilombolas. É contra esta situação que este trabalho foi imaginado e se levanta.

Tendo origem em uma alentada tese de doutorado de mais de 400 páginas, este trabalho tem o mérito, portanto, de incorporar o diálogo não apenas com a sua banca de avaliação, mas também com as próprias comunidades sobre as quais disserta, mas às quais também se dirige. O livro que é entregue ao leitor e que corresponde a menos da metade do volume apresentado à banca de tese, tem a intenção não somente de tornar a análise mais acessível ao leitor médio não especialista, mas, também, de oferecer uma descrição empírica e documentada capaz de impactar sobre a própria realidade descrita. Neste ponto, é impossível não retornar à reflexão proposta por Yves Lacoste há quase quarenta anos, quando afirmava que “a geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, ou seja, para os fins políticos das lutas sociais sobre o espaço, tomando-o tanto como expressão, quanto como palco das relações de poder. De fato, a escrita deste texto tem muito pouco a ver com a tarefa de mostrar a pátria, com o objetivo de performatizar o discurso de cátedra, ou com a reificação das comunidades quilombolas como objetos de curiosidade. Cumpridas as exigências impostas pela academia, o trabalho se despiu delas para apresentar-se na sua forma mais interessada e mais instrumental aos embates que ele mesmo narra.



## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>5</b>
<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>10</b>
<b>RESSIGNIFICAÇÃO DO QUILOMBO, TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS.....</b>	<b>14</b>
<b>1.1 Territórios Quilombolas .....</b>	<b>18</b>
<b>1.2 Comunidades Quilombolas .....</b>	<b>24</b>
<b>1.3 A formação das comunidades quilombolas no sul de Mato Grosso (1870-1976)....</b>	<b>26</b>
<b>1.4 As comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul.....</b>	<b>31</b>
<b>AS TRAJETÓRIAS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO PANTANAL SUL-MATO-GROSSENSE .....</b>	<b>35</b>
<b>2.1 As trajetórias das comunidades quilombolas de Corumbá – MS .....</b>	<b>35</b>
<b>2.2 Trajetória da Família Maria Theodora .....</b>	<b>51</b>
<b>2.3 Trajetória da Família Ozório .....</b>	<b>54</b>
<b>2.4 Trajetória da Família Campos Correia .....</b>	<b>65</b>
<b>AS RESISTÊNCIAS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE CORUMBÁ-MS .....</b>	<b>73</b>
<b>3.1 A formação das comunidades quilombolas de Corumbá.....</b>	<b>75</b>
<b>3.2 Cartografia das comunidades quilombolas de Corumbá.....</b>	<b>108</b>
<b>3.3 A produção das comunidades quilombolas de Corumbá-MS .....</b>	<b>138</b>
<b>3.4 Situação dos núcleos familiares quilombolas de Corumbá - MS .....</b>	<b>148</b>
<b>3.5 Formas de resistência: manifestações religiosas e culturais nas comunidades     quilombolas.....</b>	<b>152</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>173</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>176</b>
<b>SOBRE O AUTOR .....</b>	<b>199</b>

## CAPÍTULO 1

### RESSIGNIFICAÇÃO DO QUILOMBO, TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

O contexto histórico e geográfico que envolveu o surgimento dos quilombos no Brasil tem o seu marco principal no mais emblemático dos quilombos, Palmares, que representa uma oposição ao sistema dominante do período. Considerado como a república de homens livres por Moura (1989), o quilombo de Palmares é caracterizado como a maior manifestação de rebeldia contra o escravismo na América Latina, de acordo com autor.

Além do Brasil, ocorreu a presença da quilombagem em outros países latino-americanos, com destaque para Colômbia, Peru, Guianas, e nas ilhas caribenhas de Cuba e Haiti. Nesses países, o grupo de ex-escravos eram conhecidos como marronagem<sup>2</sup>, o que equivale à quilombagem no Brasil. De acordo com Moura (1989), na maior parte das nações da América espanhola, esses grupos eram conhecidos como palenques, enquanto na Venezuela, os ajuntamentos de negros fugidos eram classificados como cumbe.

Em termos legais, tanto na Constituição Federal (BRASIL, 1988) quanto nos Decretos, Portarias, órgãos oficiais, INCRA e Fundação Cultural Palmares (FCP), é usual a derivação quilombo, conforme mostra o Quadro 1. Ao longo das últimas décadas, a palavra quilombo adquiriu novas classificações e ressignificação, tal como será apresentado a seguir.

No Quadro 1 são apresentadas as mudanças ocorridas no conceito de quilombo no Brasil desde a sua origem. Nele, procuramos sintetizar essas alterações desde o Conselho Ultramarino em 1643, passando pela Constituição Federal do Brasil de 1988, a ressemantização da palavra proposta em 1994, até o uso do termo quilombo contemporâneo.

---

<sup>2</sup> Marron (negro): era o escravo fugido em Cuba e na Colômbia. Ver mais em *Quilombos resistência e escravismo*, Moura (1989).

**Quadro 1** – Conceito e ressemantização do termo quilombo no Brasil (1643 - 2007).

Período	Termo	Autoria/Instituição/Órgão	Definição/caraterísticas
1643 -1889 <sup>3</sup>	Quilombo	Conselho Ultramarino	1) fuga dos negros, não contando com a possibilidade de formação de grupos; 2) levava em consideração a quantidade mínima de cinco fugidos; 3) o isolamento geográfico e a distância de isolamento da civilização; 4) a forma habitual das moradias, geralmente ranchos e palhoças; 5) ausência de pilões, símbolo de autoconsumo de alimentos e relações comerciais, principalmente com o arroz.
1980	Quilombismo	Abdias do Nascimento	Entre os princípios e propósitos do Quilombismo destaca-se: Quilombismo é um movimento político dos negros brasileiros, objetivando a implantação de um Estado Nacional Quilombista, inspirado no modelo da República de Palmares, no século XVI, e em outros quilombos que existiram e existem no país.
1988	Remanescentes de quilombos	Constituição Federal Artigo 68/ADCT	Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.
1994	Quilombo	Associação Brasileira de Antropologia (ABA)	O quilombo como “resistência cultural”, tendo como tema central a persistência ou produção de uma cultura negra no Brasil; 2) passaria pela sua vinculação à resistência política, servindo de modelo para se pensar a relação (potencial) entre as classes populares e a ordem dominante; 3) o último plano de ressemantização do termo é operado pelo movimento negro que, somando à perspectiva cultural ou racial e à concepção política, elege o quilombo como ícone da “resistência negra”.
1995	Comunidades Negras Rurais Quilombolas	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)	A compreensão do conceito de quilombo requer novos conceitos de etnia e de identidade capazes de permitir esclarecimentos sobre esses fenômenos políticos em transformação.
CONTINUA			

<sup>3</sup> No período republicano, iniciado em 1889, o termo “quilombo” desapareceu da base legal brasileira. Reapareceu na Constituição de 1988 como categoria de acesso a direitos, em uma perspectiva de sobrevivência, dando aos quilombos o caráter de “remanescentes”.

<b>1995 - 2004</b> <sup>4</sup>	Comunidade Quilombola <sup>5</sup> Território Quilombola	INCRA	1) Uma comunidade quilombola precisa ter a presunção da ancestralidade negra, mesmo que alguns membros incluídos ao grupo ao longo de sua história apresentem outras ancestralidades, e apresentar um histórico de resistência coletiva à opressão sofrida, desde o período escravagista até a atualidade, uma vez que tal opressão não deixou de ser operante nos dias atuais, tanto por parte da sociedade como do Estado. 2) Assim sendo, um território se constitui a partir de uma porção específica de terra acrescida da configuração sociológica, geográfica e histórica que os membros da comunidade construíram ao longo do tempo, em sua vivência sobre a propriedade.
<b>2003</b>	Remanescentes das comunidades dos quilombos	Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003	Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.
<b>2003</b>	Comunidades remanescentes de quilombos	Fundação Cultural Palmares (FCP)	O quarto parágrafo do Artigo 2º do Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003, reserva à FCP a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral.
<b>2004</b>	Comunidades quilombolas	Programa Brasil Quilombola (PBQ)	As comunidades quilombolas são grupos sociais cuja identidade étnica os distingue do restante das comunidades.
<b>2007</b>	Quilombo contemporâneo	Adelmir Fiabani	Ressignificação do termo quilombo. Para melhor entendimento da questão, decidimos por chamar todas as comunidades rurais negras atuais de “quilombos contemporâneos”, o que permite diferenciá-las das comunidades “remanescentes de quilombo”, originadas efetivamente em antigos “quilombos”.

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo Conselho Ultramarino (BRASIL, 1833), ABA (1994), CF (1988), CONAQ (1995), INCRA (1995-2004), FCP (2003) e Brasil (2004).

<sup>4</sup> Antes da vigência do Decreto n.º 4.887/2003, entre os anos de 1995 a 2004, o INCRA expediu 54 títulos, regularizando 50 territórios quilombolas.

<sup>5</sup> O INCRA utiliza os dois termos. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/quilombolas.html>. Acesso em: 14 jul. 2018.



Ainda referente ao conceito de quilombo, no encontro realizado nos dias 17 e 18 de outubro de 1994, na cidade do Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), emitiu o documento<sup>6</sup> (Quadro 1) do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais que versa sobre os novos significados do termo, como podemos observar a seguir:

O termo “quilombo” tem assumido novos significados na literatura especializada e também para indivíduos, grupos e organizações. Ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos no Brasil. (ABA, 1994, p. 1).

Nesse documento, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica, como apontado por alguns pesquisadores; ou seja, o quilombo contemporâneo não se caracteriza por grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea, como no imaginário popular que vincula a palavra estritamente a Palmares.

Entendemos que, ao conceituar remanescentes de quilombos, tendo como critério a morada habitual, desconsideram-se as comunidades quilombolas que produzem territórios multipolares, ou seja, em algumas comunidades quilombolas, o território não está previamente definido em um espaço único, como em Palmares; eles se deslocam por lugares diferentes, sejam por questões ambientais, econômicas ou sociais.

Esses deslocamentos ocorrem, por exemplo, na região amazônica, como no caso das comunidades quilombolas de Oriximiná, situadas no Baixo Trombetas, no estado do Pará, que possuem mobilidades entre a floresta e a cidade. (NASUTI; ELOY; TOURNEAU; TRITSCH, 2015).

Caso semelhante que ocorre nas Comunidades Quilombolas Família Ozório, Maria Theodora e Campos Correia, localizadas no Pantanal Sul-Mato-Grossense, no município de Corumbá -MS. Os núcleos familiares quilombolas dessas três comunidades se deslocam de acordo com o período de cheias do Rio Paraguai, em função da luta pela terra, trabalho na mineração, e manifestações religiosas. As trajetórias e resistências dessas comunidades serão caracterizadas e apresentadas nessa obra.

---

<sup>6</sup> Encontro realizado em 17 e 18 de outubro de 1994: ABA Rio de Janeiro. Participantes: Ilka Boaventura Leite (UFSC), Neusa Gusmão (UNESP), Lúcia Andrade (CPI-SP), Dimas Salustiano da Silva (Advogado SMDDH-MA e Professor da UFMA), João Batista Borges Pereira (USP) – membro do Grupo de Trabalho da ABA que, circunstancialmente, não pode se fazer presente, Eliane Cantarino O'Dwyer (tesoureira da ABA), João Pacheco de Oliveira (Presidente ABA). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/126161>. Acesso em: 16 jul. 2018.

Nesse momento, retomamos a ressignificação do quilombo, que representa, na atual conjuntura social e política brasileira, a característica de “resistência”, apresentada por Arruti (2008), principalmente no que diz respeito aos inúmeros casos de violência, assassinatos e despejos de famílias quilombolas que passaram a ocorrer com maior intensidade a partir de 2017.

Sabemos que esses sinais de resistências já estão presentes desde o período da escravidão, com o surgimento do quilombo de Palmares no século XVII; desse modo, o termo quilombo não desapareceu. Além de compreender o conceito da palavra e o processo de resistência, é preciso saber um pouco mais a respeito dos territórios quilombolas.

### **1.1 Territórios Quilombolas**

Os territórios quilombolas foram inseridos na política do governo federal, a partir da gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), que reconheceu essas comunidades e formalizou uma série de medidas, até então inexistentes, desde a promulgação da Constituição Brasileira em 1988, conforme mostra o Quadro 2.

A partir de 2003, primeiro ano do governo Lula, foram criados decretos, portarias, instruções normativas, programas e o Estatuto da Igualdade Racial, em 2010. No decorrer deste livro, iremos analisar a importância e os avanços proporcionados com a aprovação do que classificamos como Legislação Quilombola no Brasil<sup>7</sup>. Não faremos uma análise jurídica, sequer qualitativa dessa legislação, contudo buscaremos compreender seus possíveis impactos nas comunidades quilombolas de Corumbá.

Em 2004 foi lançado o Programa Brasil Quilombola (PBQ) com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas, que estava pautado em quatro eixos principais: 1) acesso à terra; 2) infraestrutura e qualidade de vida; 3) inclusão produtiva e desenvolvimento local; e 4) direitos e cidadania.

De acordo com o Diagnóstico de Ações realizadas pelo PBQ, publicado em março de 2012, na área de habitação, 21.879 domicílios quilombolas foram beneficiados pelo Programa Luz para Todos (LPT) no Brasil, atendendo as demandas do eixo 2. Somente 177 beneficiários eram das comunidades quilombolas do Mato Grosso do Sul. Porém, nenhuma das residências está localizada nas comunidades de Corumbá. A inexistência do LPT nas comunidades quilombolas pesquisadas será aprofundada no segundo capítulo deste livro.

---

<sup>7</sup> Decreto revogado pelo Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/D3912.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3912.htm). Acesso em: 14 jul. 2018.

**Quadro 2 – Legislações Quilombolas no Brasil.**

<b>Ano</b>	<b>Lei/ Decreto/ Portaria/ Instrução</b>	<b>Disposição</b>
<b>1988</b>	Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.	Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.
<b>2001<sup>8</sup></b>	Decreto n.º 3.912, de 10 de setembro de 2001.	Regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas.
<b>2003</b>	Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003.	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
<b>2004</b>	Lançamento do Programa Brasil Quilombola, 12 de março de 2004.	Consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas.
<b>2007</b>	Decreto n.º 6.261, de 20 de novembro de 2007.	Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola (2004) e dá outras providências. (É instituída a Agenda Social Quilombola).
<b>2007</b>	Portaria n.º 98, de 26 de novembro de 2007.	Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres, para efeito do regulamento que dispõe o Decreto n.º 4.887/03 (vigente).
<b>2009</b>	Instrução Normativa n.º 57, de 20 de outubro de 2009.	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003.
<b>2010</b>	Lei n.º 12.288, de 20 de julho de 2010.	Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, n.º 9.029, de 13 de abril de 1995, n.º 7.347, de 24 de julho de 1985, e n.º 10.778, de 24 de novembro de 2003.
<b>2011</b>	Portaria Interministerial n.º 507, 24 de novembro de 2011.	Estabelece que a comprovação de ocupação da área quilombola para execução de convênio, inclusive de obras, inclui comunidades tituladas ou certificadas com processo aberto no INCRA.

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo ABA (1994), CF (1988), INCRA (2011), FCP (2007), Brasil (2004).

<sup>8</sup> Revogado pelo Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/D3912.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3912.htm). Acesso em: 12 jul. 2019.

Constatamos ainda que, em relação aos outros três eixos do PBQ, não ocorreram investimentos nas comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul. Identificamos um único investimento relacionado à geração de renda. Na ocasião, foram destinados R\$ 44.955,00 para uma das 22 comunidades quilombolas existentes no estado, conforme aponta o documento elaborado pela extinta Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

No decorrer do trabalho de campo, identificamos que as comunidades quilombolas de Corumbá não receberam nenhum recurso ou investimento do PBQ. Nem o primeiro, e talvez o principal deles, o “acesso à terra”, essas comunidades conquistaram. Nesse sentido, optamos por não analisar os desfechos tanto da Agenda Social Quilombola e do Programa Brasil Quilombola nas comunidades desse município. Isso não significa que a problemática seja deixada de lado nesta pesquisa.

De acordo com o Artigo 2º do Decreto n.º 4.887/2003<sup>9</sup>, os territórios quilombolas são as terras que foram ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, que são utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

Como veremos ainda neste capítulo, os territórios quilombolas, no Mato Grosso do Sul, foram formados por diferentes grupos familiares, com trajetórias diferenciadas e, ao mesmo tempo, formaram uma rede de irmandade que possibilitou a dispersão dos quilombolas por diferentes regiões do estado, da Serra de Maracaju, passando por Furnas até chegar ao Pantanal Sul-Mato-Grossense.

É preciso entender que a produção territorial quilombola é algo complexo; não se trata apenas de delimitar uma área tradicionalmente ocupada, ou seja, almejar que todas as comunidades sejam incluídas em um modelo preestabelecido por programas governamentais. Nesse sentido, Raffestin (2008) esclarece:

A produção territorial é um processo complexo que devemos aprender a descrever e a entender para reproduzi-lo ou modificá-lo através do planejamento territorial, com o objetivo de aperfeiçoá-lo e/ou de o projetar. Antes de qualquer coisa, é necessário deixar claro algumas definições que serão úteis para a compreensão da presente questão. Espaço e território não são termos equivalentes e nem sinônimos. Utilizando-os indiferentemente, os geógrafos introduziram em suas análises algumas confusões notáveis. É fundamental entender como o espaço está em posição que antecede ao território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível. Apropriando-se concretamente ou abstratamente (por exemplo, através da representação) de um espaço, o ator o “territorializa”. Para construir um território, o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade. (RAFFESTIN, 2008. p. 26).

---

<sup>9</sup> O Decreto n.º 4.877/2003 substituiu o anterior, de 2001, que veio para regulamentar o Artigo 68 do ADCT, atribuindo ao INCRA a competência para regularizar as terras de quilombo e à FCP para emitir a certidão para que as comunidades pudessem dar entrada no processo junto ao INCRA.

Atestamos o pensamento do autor no que diz respeito ao espaço ocupado por essas comunidades, que não poderá ser confundido com o território produzido por elas. Assim como não devemos confundir espaço com território, é preciso diferenciar os territórios de multiterritorialidade. Bernardo Mançano Fernandes (2008) reitera:

Os territórios em diferentes escalas se sobrepõem, são utilizados de diferentes formas assim como as pessoas assumem e executam distintas funções ou como as relações sociais se mesclam gerando multiterritorialidades. Esses processos complexos muitas vezes são generalizados, dificultando análises mais aprofundadas. Neste ponto chamamos a atenção para uma questão importante. Não confundir a tipologia de territórios com a multiterritorialidade. Da tipologia nasce a multiterritorialidade e são objetos distintos. As territorialidades são as representações dos tipos de uso dos territórios. (FERNANDES, 2008, p. 205).

O autor acrescenta ainda que:

Os movimentos camponeses e indígenas têm resistido a esta política pelo menos por duas razões [sic]: 1) porque a expansão dos territórios das transnacionais ocorre sobre seus territórios, provocando sua desterritorialização, empurrando-os para novas áreas, provocando o desmatamento, abrindo novos territórios que no futuro poderão ser controlados pelas transnacionais (STAVENHAGEN, 2005). Esse processo tem gerado ampla disputa territorial, êxodo rural, mudanças nas relações campo – cidade – florestas; ou seja, tem provocado fortes impactos socioterritoriais. A resistência dos movimentos socioterritoriais aos processos de desterritorialização tem gerado multiterritorialidade, promovendo também a desterritorialização das transnacionais. (FERNANDES, 2008, p. 207).

Além dos movimentos camponeses e indígenas, as comunidades quilombolas (rurais e urbanas) também têm resistido ao avanço das transnacionais e do agronegócio em seus territórios. De acordo com Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (2010), algumas comunidades sofrem maior ou menor pressão por parte do agronegócio no decorrer do processo de titulação dos seus territórios. As comunidades Furnas da Boa Sorte e Furnas do Dionísio estão localizadas em uma região de relevo acidentado, de formação geológica de furnas<sup>10</sup>, ou seja, trata-se de área que não possui grande relevância para o agronegócio.

O mesmo não ocorreu na região da Grande Dourados, onde está localizada a Comunidade Quilombola Dezydério Felipe de Oliveira. Santos (2010) aponta que:

Se as comunidades quilombolas estiverem localizadas em regiões não favoráveis ao agronegócio, suas reivindicações territoriais não são tidas como problemas. Já as comunidades negras rurais que se encontram em áreas onde os solos são mais férteis ocorrem grandes manifestações, do setor agropecuário em geral, contrárias à regularização das terras quilombolas. Dessa forma, pode-se entender por que a comunidade negra rural quilombola Dezydério Felipe de Oliveira é a mais vitimada por políticos e líderes ruralistas. (SANTOS, 2010 p. 28-29).

---

<sup>10</sup> Formação de furnas (Df): arenitos, arenitos conglomeráticos e siltitos. Disponível em: [http://www.cprm.gov.br/publique/media/geologia\\_basica/plgb/ipora/ipora\\_geologia.pdf](http://www.cprm.gov.br/publique/media/geologia_basica/plgb/ipora/ipora_geologia.pdf). Acesso em: 12 jul. 2018.

Segundo o autor, os conflitos que envolvem o agronegócio e as comunidades quilombolas têm aumentado a cada ano, em todas as regiões do país. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra, no documento “Conflitos no Campo no Brasil”, publicado em 2019, ocorreram conflitos por terras envolvendo famílias quilombolas nos estados do Amapá, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

Souza e Chaveiro (2019) pesquisaram os efeitos do agronegócio na Comunidade Quilombola Morro de São João, no município de Santa Rosa no Tocantins, e destacam que:

A origem da problemática que envolve a expansão do agronegócio nesse território está relacionada principalmente à venda da terra pelos próprios quilombolas, antes da regularização fundiária (ainda não realizada pelo INCRA). A aquisição das terras deu-se por agentes privados oriundos do próprio Tocantins e de outros estados, sem a intervenção direta de políticas públicas, especialmente a partir de 2000. (SOUZA; CHAVEIRO, 2019, p. 6).

Verificamos que, tanto no caso da comunidade quilombola de Dourados-MS quanto na Comunidade Quilombola de Santa Rosa – TO, a demora na regularização fundiária acaba fortalecendo as ações do agronegócio em territórios quilombolas. No caso da comunidade Dezidério Felipe de Oliveira, alguns núcleos familiares se deslocaram para a área urbana da cidade de Dourados, enquanto aguardam a regularização fundiária.

Nesse contexto, acrescentamos um grupo específico, ou seja, aquele que não realizou o êxodo rural, mas encontrou outras formas de resistências. Esses grupos mantêm outra relação com a dinâmica campo-cidade-florestas.

Porém, é preciso esclarecer que existe uma diferença entre comunidades quilombolas e territórios quilombolas. O conceito do primeiro pode ser compreendido como o processo de ocupação da terra e a busca pela sua autonomia política e econômica:

O conceito de comunidade quilombola, portanto, tem origem no campesinato negro, povos de matriz africana que conseguiram ocupar uma terra e obter autonomia política e econômica. Ao quilombo contemporâneo está associada uma interpretação mais ampla, mas que perpetua a ideia de resistência do território étnico capaz de se organizar e reproduzir no espaço geográfico de condições adversas, ao longo do tempo, sua forma particular de viver. (ANJOS, 2006, p. 53).

O autor ressalta, ainda, que o quilombo contemporâneo possui uma interpretação mais abrangente e, ao mesmo tempo, mantém a luta e a resistência do território étnico, sendo capaz de, ao longo dos anos, se reproduzir no espaço geográfico. Nesse contexto, as comunidades

quilombolas representam os quilombos contemporâneos, ou seja, elas se organizaram e resistiram durante décadas em condições adversas, mantendo sua maneira peculiar de sobrevivência.

Identificamos o uso da palavra território pelo governo federal entre 2003 e 2016: “Territórios da Cidadania”, “Territórios Indígenas” e “Territórios Quilombolas”. A partir de 2016, com a destituição da presidente Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer ao Planalto, por meio do golpe de Estado ocorrido em 30 de agosto de 2016, os programas voltados ao fortalecimento dos territórios foram praticamente esquecidos. De acordo com Silvana Moretti (2014),

O governo federal propõe e executa uma nova política de planejamento territorial, desta vez especificamente direcionada à inclusão de parcelas dos trabalhadores do campo, marginalizados pelas políticas anteriormente traçadas e efetivadas, no chamado desenvolvimento socioeconômico. É efetivado um modelo de desenvolvimento para os campos por meio dos programas Territórios Rurais Sustentáveis (2000) e dos Territórios da Cidadania (2003). (MORETTI, 2014, p. 47).

Nas palavras da autora, a proposta do governo federal, no íterim do primeiro mandato do presidente Lula (2003-2006), era a execução de um novo modelo de política de planejamento territorial que atendesse aos trabalhadores do campo, instituindo, assim, os Territórios da Cidadania. Ao analisar as práticas da produção do território para além do modelo de desenvolvimento dominante rural, Moretti (2014) versa que:

Foi possível identificar preliminarmente práticas sociais desconsideradas pelas políticas públicas no que se refere à sua relevância social e ambiental. São as práticas dos indígenas, dos **habitantes dos quilombolas**, de parcelas dos assentamentos rurais, de pequenos produtores orgânicos, entre outros. (MORETTI, 2014, p. 52, grifo nosso).

Corroboramos o pensamento da autora no que diz respeito às práticas sociais que ficam de fora das políticas públicas, pois, em alguns casos, elas não atendem às demandas do campo, conforme identificamos nas comunidades quilombolas de Corumbá.

Ainda em relação à criação e execução de políticas públicas que envolvem os territórios, constatamos que a palavra território é apropriada por políticas governamentais e, algumas delas, retiram o peso conceitual do termo, pois é esvaziado de conteúdo, assumindo o sentido de localização pontual em determinado lugar.



## 1.2 Comunidades Quilombolas

As comunidades quilombolas estão caracterizadas no Decreto n.º 4.887/2003, sob o seguinte viés:

Art. 2. Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003, p. 1).

Dentro da proposta do segundo artigo desse Decreto, para serem considerados remanescentes de comunidades quilombolas, os grupos étnicos raciais devem seguir, entre outros critérios, uma trajetória histórica própria, dotada de relações territoriais específicas.

É importante salientar que, para Haesbaert (2002, p. 121), o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugada e mutuamente reforçada, ora desconectada e contraditoriamente articulada. Dessa forma, na luta pelo direito ao território quilombola de Corumbá-MS, identificamos essa relação desigual de forças, que envolve, de um lado, núcleos quilombolas desprovidos do acesso à terra e, de outro, grupos não quilombolas que dominam os espaços e, até mesmo, os acessos a essas comunidades quilombolas.

Nos territórios quilombolas é possível constatar a existência de uma relação de poder constituído no campo político e cultural dessas comunidades. No caso de Mato Grosso do Sul, a Comunidade Quilombola Picadinha é um exemplo desse tipo de território que enfrenta as relações de poder: I) a comunidade é alvo de disputa territorial com fazendeiros produtores de soja na região da Grande Dourados, entre os municípios de Dourados e Itaporã; II) a visibilidade da comunidade oscila de acordo com a gestão municipal, uma vez que, enquanto em algumas administrações ocorreram investimentos de infraestrutura, em outros períodos a comunidade caiu no esquecimento; III) nessa comunidade, mantêm-se as tradições da folia de reis e outras festividades religiosas e, ao mesmo tempo, um grupo é composto por evangélicos; IV) o movimento de territorialização e desterritorialização se torna evidente com uma parte considerável da comunidade morando na área urbana de Dourados, enquanto aguardam há mais de uma década a regularização fundiária do seu território.

De modo geral, há uma construção histórica na formação dessas identidades. Além do movimento de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR) que os atinge, várias comunidades quilombolas são despejadas de seus territórios em cumprimento à

reintegração de posse e decisões judiciais como, por exemplo, o caso dos quilombos Mata Cavalos, em Nossa Senhora do Livramento – MT, Quilombo Lemos em Porto Alegre – RS, e Quilombo Campo Grande em Campo do Meio – MG.

De acordo com o documento emitido pela ABA em 1994, o grupo de trabalho sobre comunidades negras rurais versou sobre a territorialidade dos grupos quilombolas:

No que diz respeito a territorialidade desses grupos, a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece a sazonalidade das atividades, sejam agrícolas, extrativistas e outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação do espaço, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade. (ABA, 1994, p. 2).

Fica evidente que a territorialidade dos grupos quilombolas não está delimitada em chácaras, lotes ou terrenos individuais, ou seja, a terra é de uso comum, levando em consideração as particularidades dos territórios tradicionalmente ocupados. Além disso, é preciso considerar os núcleos familiares que constituem cada uma dessas comunidades quilombolas.

Verificamos que as comunidades quilombolas, na maioria das vezes, são formadas por núcleos familiares que compartilham do mesmo território para a sua sobrevivência. Ao longo do trabalho de campo nas comunidades quilombolas, percebemos o uso compartilhado do território na plantação da família Ozório, onde três gerações da mesma família cultivam hortaliças em um pequeno território da margem direita do Rio Paraguai.

Diante da sociedade capitalista e dos interesses agroindustriais, as comunidades quilombolas passam a exercer certa invisibilidade. Leite (2010) nos explica que:

A invisibilidade dos grupos rurais negros no Brasil é a expressão máxima da ordem jurídica hegemônica e também expõe uma forma de violência simbólica. Sua característica principal é a criminalização daqueles que lutam para permanecer em suas terras. Como bem demonstrou Foucault (1999), a violência não é uma invariante ou um objeto natural, mas uma espécie de significante sempre aberto para receber significados. Daí por que, para falar em violências é preciso, antes de tudo, contextualizar, produzir referências, descrever percursos e experiências que foram guardadas na memória dos grupos, expor fatos que não se encontram nos documentos escritos, no mundo dos papéis, em cartórios ou biblioteca. (LEITE, 2010, p. 18).

O processo de invisibilidade das comunidades quilombolas se apresenta na forma de violência simbólica na disputa pela terra, em que estão envolvidos grandes latifundiários e pequenas comunidades quilombolas. Geralmente, esses conflitos não estão na pauta do governo local, nas notícias vinculadas à imprensa, apenas aparecendo em publicações

acadêmicas. Considerando o processo de invisibilidade das comunidades quilombolas, principalmente no contexto social, elas não deixam de existir, mas passam a articular uma rede de resistência em outra escala, ou seja, com a ausência do Estado, elas se aproximam das ONGs, igrejas e organizações autônomas, e essas entidades passam a elaborar novas definições de quilombos. Nesse sentido, a definição de quilombo passa a ser ressignificado por esses grupos:

Definições têm sido elaboradas por organizações não-governamentais [sic], entidades confessionais e organizações autônomas dos trabalhadores, bem como pelo próprio Movimento Negro. Exemplo disso é o termo "remanescente de quilombola", utilizado pelos grupos para designar um legado, uma herança cultural e material que lhes confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico. (ABA, 1994, p. 2).

Logo, várias definições de quilombo são usadas entre as ONGs, entidades religiosas e, até, pelo Movimento Negro. Entre elas está o termo *remanescente de quilombola*, que pode ser uma herança cultural e material vinculada ao sentimento de pertencer ao lugar ou ao grupo. Assim, os remanescentes de quilombolas do Mato Grosso do Sul têm seu legado histórico e cultural pertencente aos quilombos de Mato Grosso, Minas Gerais, entre outros.

Enquanto a terminologia *comunidades quilombolas* pode ser compreendida como o processo de ocupação da terra e a busca pela sua autonomia política e econômica, nos deparamos com o termo *territórios quilombolas*, que, apesar de ter significado semelhante, se apresenta em momento distinto na luta pela terra quilombola.

### **1.3 A formação das comunidades quilombolas no sul de Mato Grosso (1870-1976)**

Por meio da pesquisa bibliográfica, identificamos a formação das primeiras comunidades quilombolas do Mato Grosso do Sul e percebemos que os núcleos familiares e redes de irmandade que formaram essas comunidades, migraram dos estados de Goiás, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, enquanto que um pequeno grupo se constituiu por migração interna, conforme mostra a Figura 1. No que diz respeito ao processo migratório interno e externo que deu origem às primeiras comunidades quilombolas do Mato Grosso do Sul, a Figura 1 elucida os caminhos dessa trajetória proveniente dos estados de Goiás, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e do próprio Mato Grosso.

O movimento de formação das comunidades quilombolas no Mato Grosso do Sul ocorreu em um período que antecede a divisão do estado de Mato Grosso.

O sul de Mato Grosso, após a abolição da escravidão, foi marcado por dois grandes processos, os quais estavam diretamente ligados aos libertos, mobilidade (no interior desse Estado) e migração (de outros Estados, principalmente Minas Gerais e Goiás, para o sul de Mato Grosso), fatores intrinsecamente relacionados ao “projeto camponês.” (SANTOS, 2010, p. 172).

Na tese intitulada *Fiéis descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses*, Santos (2010) versa sobre as interações que ocorreram entre ex-escravos da região sul de Mato Grosso e os ex-escravos migrantes, oriundos dos estados de Minas Gerais e Goiás em busca de outras terras.

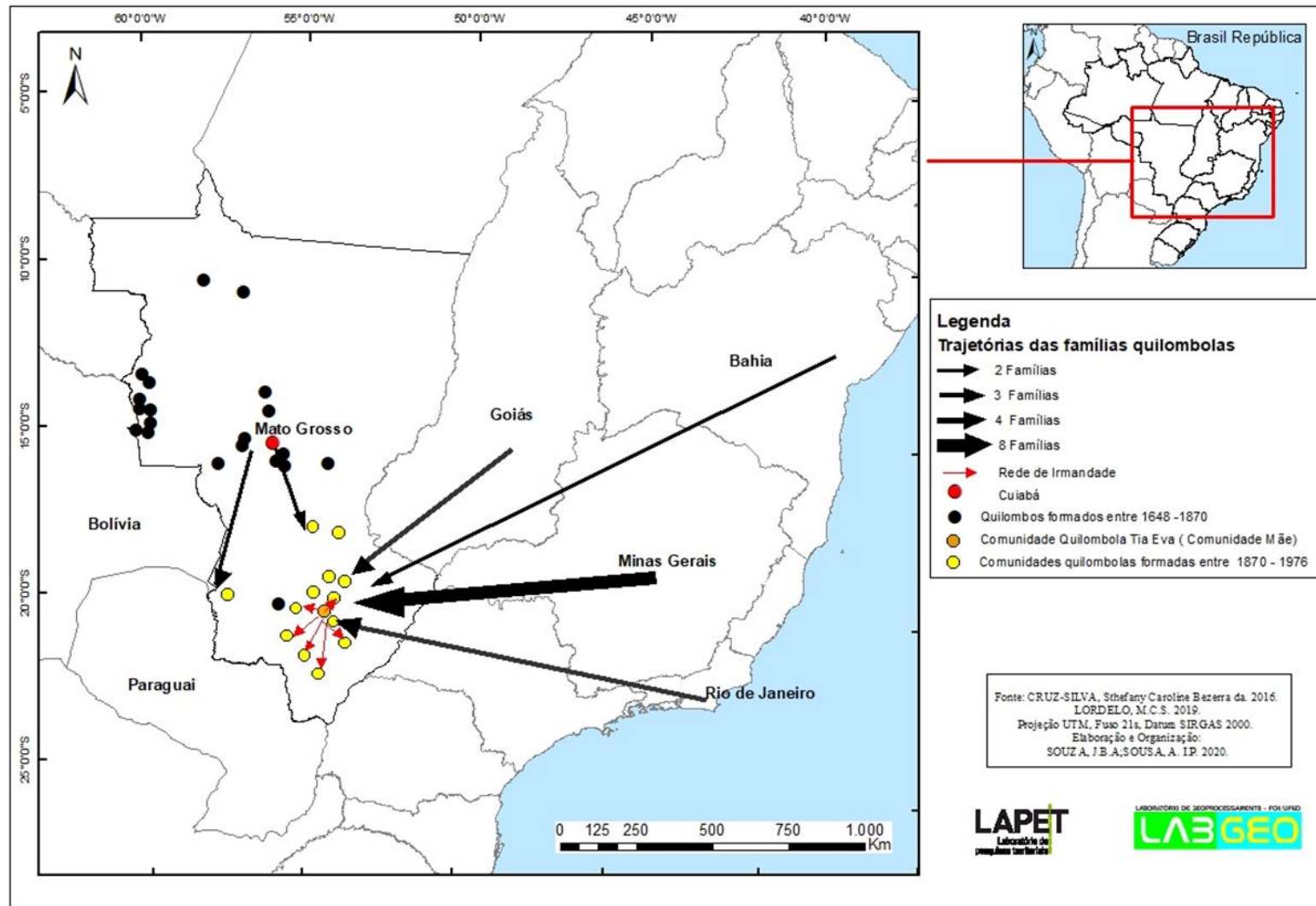
Acerca da formação dessas comunidades, identificamos as redes de irmandade entre as comunidades, o período e estados de origem das famílias que migraram do Rio de Janeiro, Bahia, Goiás e Minas Gerais, além da migração interna no próprio estado de Mato Grosso, conforme demonstra a Figura 1.

Foram identificadas por intermédio de relatórios antropológicos pelo menos três redes de irmandades no sul do estado de Mato Grosso: a primeira, entre os atuais municípios de Campo Grande, Corguinho e Jaraguari; a segunda, nos atuais municípios de Maracaju, Dourados Nioaque; e, a terceira, que se formou nos municípios de Terenos e Rio Brillhante.

Além do âmbito dessa rede de parentesco dessas três irmandades, identificamos as comunidades que se formaram nos atuais municípios de Aquidauana, Bonito, Corumbá, Sonora, Figueirão, Rio Negro e Sonora.

Nessas trajetórias de deslocamentos das famílias quilombolas, tivemos duas rotas de ocupação: a primeira está ligada à migração de outros estados para o sul de Mato Grosso; sentido Sudeste-Oeste (famílias oriundas do Rio de Janeiro e Minas Gerais); sentido Nordeste-Oeste (família vindas da Bahia) e Oeste-Oeste (famílias originárias de Goiás). A segunda rota de ocupação foi através da migração interna, ou seja, a dispersão de pessoas que já habitavam no Mato Grosso, como é o caso das comunidades quilombolas que se deslocaram da região de Cuiabá e Poconé em direção à Corumbá, conforme ilustrado na Figura 1.

**Figura 1** – Trajetórias das famílias quilombolas – Migração interna e externa (1870-1976).



Fonte: elaborado e organizado por Souza e Sousa (2020) com base em Cruz-Silva (2016) e Lordelo (2019).

De acordo com Cruz-Silva (2016), as duas famílias que formaram as comunidades Furnas dos Baianos e Ourolândia migraram do estado da Bahia entre 1952 e 1958, respectivamente. As três famílias oriundas do Rio de Janeiro formaram a comunidade Furnas da Boa Sorte, no município de Corguinho, entre 1875 e 1906. Outro núcleo familiar migrou para a região de Nioaque, onde deu origem à comunidade família Araújo Ribeiro, em 1911. A terceira família vinda do Rio de Janeiro se juntou a uma família que migrou da Bahia e à outra oriunda de Minas Gerais, em 1952, formando a comunidade Furnas dos Baianos, em Aquidauana.

Acerca da formação da Comunidade Quilombola de Aquidauana, Neto (2005) assevera que foi constituída em 6 de dezembro de 1952, por famílias oriundas do município de Mundo Novo, na Bahia, e, nesse período, ocuparam um território entre os distritos de Camisão e Piraputanga.

Cruz-Silva (2016) ratifica que, entre 1904 e 1958, quatro famílias quilombolas migraram do estado de Goiás em direção ao sul de Mato Grosso. O primeiro núcleo familiar deu origem à comunidade Tia Eva, no município de Campo Grande, como pode ser observado pela Figura 1.

Conforme Terra (2011), Eva Maria de Jesus nasceu em 1850, em uma fazenda de engenho, no município de Jataí, no estado de Goiás. Em 1905, uma comitiva de escravizados saiu da região de Mineiros, em Goiás, e migrou rumo a Mato Grosso. Tia Eva estava entre os membros da comitiva que chegou à região da Mata do Segredo, próxima aos córregos Segredo e Cascudo, onde estabeleceu a Comunidade Quilombola Tia Eva.

O segundo grupo familiar quilombola, proveniente de Goiás, compõe-se pelas famílias que constituíram, entre 1920 e 1930, as comunidades Chácara do Buriti e São João Batista, ambas no município de Campo Grande. A respeito da formação da Comunidade Negra Rural Quilombola Chácara do Buriti, Cruz-Silva (2016) relata que a história da ocupação se iniciou em 1930, com três núcleos familiares descendentes dos núcleos que vieram na comitiva com Tia Eva, que deram origem à rede de irmandades, conforme a Figura 1.

Essas duas comunidades, juntamente com a de Furnas do Dionísio, constituem a rede de irmandade de Campo Grande. Também provenientes do estado de Goiás, e pertencentes à rede de irmandade de Maracaju, por volta de 1911, a família Araújo e Ribeiro iniciou a formação da comunidade quilombola no município de Nioaque, conforme afirma Cruz-Silva (2016).

Ao vislumbrarmos a Figura 1, constatamos uma elevada migração de famílias quilombolas provenientes de Minas Gerais, em relação aos demais estados. De acordo com Santos (2010), a região da Serra de Maracaju foi o destino escolhido pela família do ex-escravo Faustino Nunes, além dos ex-escravizados migrantes, que fundaram as comunidades negras rurais São Miguel e Famílias Ribeiro e Araújo, em Nioaque. O autor ressalta, ainda, que outro ex-escravo oriundo de Minas Gerais, que ocupou a região de Maracaju, foi Dezidério Felipe de Oliveira, nascido em Uberaba – MG em 1867. Em relação à presença da escravidão na região da Serra de Maracaju, Carla Rocha Coelho (2014) adverte:

Paralelamente aos acontecimentos no que hoje compreende o Município de Nioaque, em 1860, os ancestrais da família Ribeiro começam a chegar à região de Maracaju. O ex-escravo Faustino Nunes foi comprado quando ainda era jovem por um fazendeiro da Serra de Maracaju, lugar onde conheceu a índia terena Emília, união que gerou, em 1890, Dona Embelina Ribeiro que posteriormente teria a menina Laudemira Nunes Ribeiro, em 1919, após unir-se a Guilherme Nunes. (COELHO, 2014, p. 35).

O que torna incontestável tanto a presença de escravizados e ex-escravos na região da Serra de Maracaju concerne, portanto, a existência e formação de núcleos quilombolas no sul de Mato Grosso no período que antecede a Lei Áurea. Além dos relatos, mapas e documentos até aqui abordados, ao contrário do que defendeu Hildebrando Campestrini (2009) sobre a existência de escravizados e a inexistência de quilombos no sul de Mato Grosso:

É bem provável que uns tantos desses escravos tivessem descido pela estrada que buscava a Encruzilhada do Nioaque (perto de Campo Grande hoje) e, a umas oito léguas antes, se abrigassem numa furna muito ampla, então terras devolutas, hoje conhecida por Furnas dos Dionísio. Ali se desenvolveu um significativo grupo de famílias de negros, que nunca foram quilombolas. Fica, portanto, esclarecido que os primeiros escravos introduzidos e fixados no território hoje sul-mato-grossense foram os da fazenda Camapuã. (CAMPESTRINI, 2009, p. 86).

Em relação aos questionamentos apontados pelo autor, é necessário entender a ressemantização dos quilombos, isto é, compreender o “significado contemporâneo de Quilombo” apontado por Arruti (2008):

O documento inicia reconhecendo que “ainda que tenha um conteúdo histórico, o [termo ‘quilombo’] vem sendo ressemantizado” pela literatura especializada e pelas entidades da sociedade civil que trabalhavam junto aos “segmentos negros em diferentes contextos e regiões do Brasil”. Partindo de uma definição negativa – eles não se referem a resíduos, não são isolados, não têm sempre origem em movimentos de rebeldia, não se definem pelo número de membros, não fazem uma apropriação individual da terra – o documento propõe que os quilombos sejam tomados como “grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar”, cuja identidade se define por “uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados.” (ARRUTI, 2008, p. 2).



Diante do exposto, é preciso elucidar que a existência dos quilombos, contestada por Campestrini (2009), levou em consideração a definição do quilombo enquanto resíduos e movimentos de rebeldia.

Nesse contexto, concordamos com Arruti (2008), uma vez que, conforme aponta o autor, os grupos que formaram as primeiras comunidades quilombolas, tanto na região de Furnas, Serra de Maracaju e no Pantanal Sul-Mato-Grossense, acabaram desenvolvendo práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos em um determinado lugar.

Outro fenômeno que ocorreu no processo de formação das comunidades quilombolas do sul do Mato Grosso concerne à mobilidade ocorrida no interior do estado, ou seja, a migração interna.

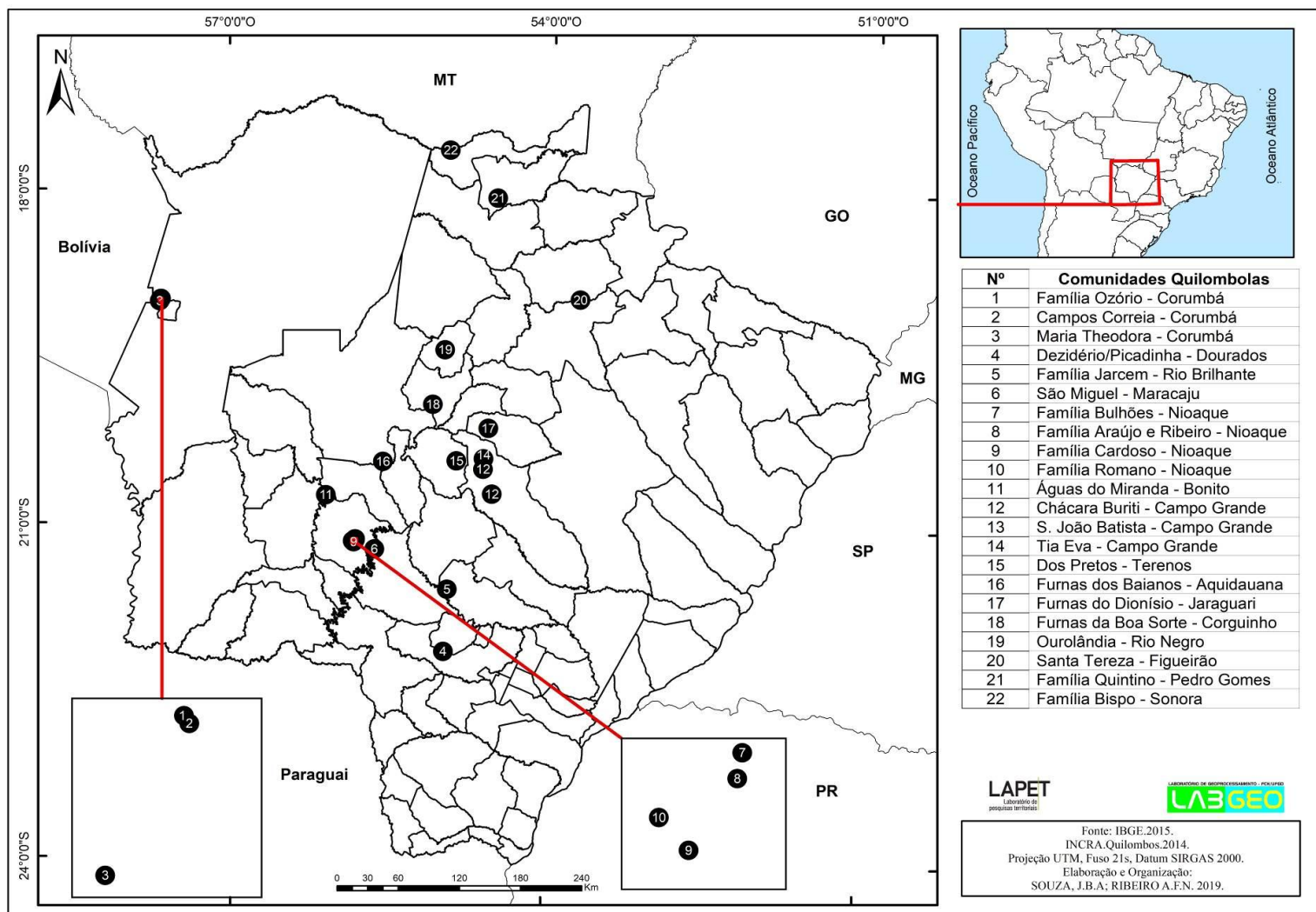
Os primeiros anos da pós-abolição no sul de Mato Grosso foram marcados por uma acentuada mobilidade interna de ex-escravos e de migrações, principalmente, de famílias de ex-escravos de outros Estados para essa região. Esses ex-escravos procuravam por meio do “projeto camponês”, o acesso à terra, a formação de famílias e o controle dos meios de produção e do processo de trabalho, ou seja, uma real autonomia frente ao processo de produção. (SANTOS, 2010, p. 336).

Nessa perspectiva, a migração interna apontada pelo autor e a busca por um projeto camponês, de alguma maneira representava a emancipação para essas famílias quilombolas. Identificamos pelo menos quatro comunidades quilombolas formadas pelo processo de migração interna: família Maria Theodora e família Campos Correia de Corumbá, família Bispo em Sonora, Colônia São Miguel de Maracaju, além de um segmento de famílias que constituíram a comunidade Águas do Miranda em Bonito, conforme apresentado na Figura 1.

#### **1.4 As comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul**

A Figura 2 retrata a localização das comunidades quilombolas no estado de Mato Grosso do Sul; nela procuramos representar, em cada ponto enumerado, a localização e a toponímia dessas comunidades para facilitar a compreensão sobre a posição e a origem de cada uma delas. Como, por exemplo, o ponto n.º 1 é identificado na tabela pela Comunidade Quilombola Família Ozório, que recebeu esse nome em homenagem ao patriarca e fundador da comunidade; a comunidade n.º 13, São João Batista, é relacionada ao nome do Santo; por fim, a n.º 17, Furnas do Dionísio, recebe esse nome devido ao relevo da região. No decorrer deste capítulo iremos relacionar a toponímia dessas comunidades em grupos específicos.

**Figura 2 – Localização das comunidades quilombolas no estado de Mato Grosso do Sul.**



Fonte: elaborada e organizada por Souza e Ribeiro (2019a).

Procuramos apresentar a toponímia das comunidades quilombolas do Mato Grosso do Sul para facilitar a compreensão da sua formação e localização. Durante a pesquisa, nos deparamos com relatórios, artigos e obras que apresentam certas discrepâncias com a quantidade de comunidades certificadas pela FCP e tituladas pelo INCRA. Inferimos que, em alguns casos, as comunidades possuem dois nomes e estão localizadas entre dois municípios, o que pode gerar informações imprecisas acerca dos materiais publicados que, por sua vez, dificultam o mapeamento preciso dessas comunidades quilombolas.

A despeito da origem do nome dessas comunidades, identificamos pelo menos quatro grupos que classificamos em: a família, o lugar, os santos e a história da comunidade. No primeiro grupo, o nome da matriarca ou patriarca da família tem destaque na nomeação da comunidade e das associações, como é o caso de treze comunidades existentes. Apenas duas delas recebem os nomes das matriarcas, Maria Theodora e Tia Eva, enquanto a maioria herdou o nome dos patriarcas (Ozório, Dezidério, Dionísio) ou seus respectivos sobrenomes: Campos e Correia, Bulhões, Jarcem, Quintino, Bispo, Araújo e Ribeiro, Cardoso, e Romano.

As comunidades que recebem o nome do lugar têm uma relação com a natureza, ou seja, o nome de um rio ou relevo em que estão localizadas. Além desses elementos, algumas são reconhecidas como comunidades ribeirinhas. Nesse grupo, identificamos Furnas, formado por três comunidades: Furnas da Boa Sorte, Furnas dos Baianos e Furnas do Dionísio. No município de Bonito, a comunidade quilombola recebe o nome do Rio Miranda (Águas do Miranda), e Chácara do Buriti, em Campo Grande, remonta ao córrego Buriti, onde está localizada a comunidade, conforme Cruz-Silva (2016).

O grupo associado aos santos é constituído pela comunidade de São João Batista, em Campo Grande, comunidade São Miguel, em Maracaju, e comunidade Santa Tereza, localizada no município de Figueirão. Em relação à comunidade São Miguel, Coelho (2014, p. 28) esclarece que:

O nome São Miguel advém da fazenda que ali existia a qual possuía esse nome pela devoção que o proprietário manifestava pelo santo. Além disso, somada a essa devoção, propaga-se na região o relato de que o fazendeiro possuía uma estátua de São Miguel de ouro em sua residência. Conta-se inclusive que tal estátua, que nunca foi encontrada após a morte do proprietário da fazenda, ainda permanece escondida em algum lugar da região.

Além da comunidade São Miguel, em Maracaju, a Comunidade Quilombola São João Batista, em Campo Grande, também homenageia um santo, conforme nos revela Matos da Silva, Ávila e Maciel (2010):

Tratando-se de comunidades remanescentes de quilombo, com forte presença da cultura africana, estas comunidades buscam cultivar suas raízes, seus valores mantendo vivas as tradições e agregando novos valores, a sobrevivência da cultura, como observamos na Comunidade São João Batista. A referida comunidade se declara católica, mas com forte presença de elementos religiosos de matriz africana. De fato, uma das principais manifestações religiosas dessa Comunidade é a devoção a São João Batista, expressa na grande festa e no terço, em cumprimento a uma promessa, que homenageiam o Santo. A festa de São João Batista da Comunidade teve o seu início na cidade de Coxim por volta do ano de 1922. Começou em função de uma promessa feita a São João Batista, pela então matriarca senhora Maria Rosa Anunciação, que faleceu em 1977 na cidade de Campo Grande. Vale ressaltar que Maria Rosa, nasceu no período efervescente da abolição da escravatura no Brasil, aproximadamente três anos depois do seu nascimento a escravatura viria a ser extinta. Atualmente a família encontra-se na sexta geração e a festa continua sendo realizada após 88 anos do seu início. (MATOS DA SILVA; ÁVILA; MACIEL, 2010. p. 49).

A autora ressalta a forte presença da cultura africana nas comunidades remanescentes de quilombo, além da devoção ao santo do catolicismo. A religiosidade de matriz africana e devoção aos santos católicos serão debatidas no terceiro capítulo desta obra, quando serão analisados o Banho de São João, festeiros de Santo Antônio, São Pedro, Nossa Senhora Aparecida, e Cosme e Damião, além das festividades voltadas às entidades e aos orixás Oxóssi, Iemanjá, Ogum, Pretos Velhos, Sete Saias e Capa Preta, realizados nas comunidades quilombolas de Corumbá.

Por último, temos o grupo ligado à história da comunidade: Ourolândia e dos Pretos<sup>11</sup>, além do caso da Comunidade Dezidério/Picadinha, que recebe os dois nomes do fundador e do distrito onde está localizada. Também se observa que Furnas do Dionísio tem relação com o lugar (furnas) e com o fundador (Dionísio). A Comunidade Santa Tereza também é conhecida por família Malaquias.

Por intermédio de levantamentos realizados no INCRA, IMNEGRA, FCP<sup>12</sup> e prefeitura municipal de Corumbá, identificamos a situação nas comunidades quilombolas do município de Corumbá, que serão apresentadas no próximo item.

## CAPÍTULO 2

---

<sup>11</sup> ARQTERC - ASSOCIAÇÃO NEGRA RURAL QUILOMBOLA DOS DESCENDENTES DE TERTULIANO E CANUTA - “Dos Pretos” em homenagem ao time de futebol ver mais em: <https://www.geoquilombolas.com.br/terenos>.

<sup>12</sup> INCRA: Instituto de Colonização e Reforma Agrária – IMNEGRA: Instituto da Mulher Negra do Pantanal - FCP: Fundação Cultural Palmares.

## **AS TRAJETÓRIAS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO PANTANAL SUL-MATO-GROSSENSE**

Neste capítulo, serão apresentados a trajetória das comunidades quilombolas Família Ozório, Família Campos Correia e Família Maria Theodora, e o papel do Rio Paraguai na formação dessas comunidades, considerando seus ciclos de cheias e inundações no decorrer desse processo migratório.

Os acontecimentos e eventos ocorridos no íterim de mais de três décadas, em cada uma dessas comunidades quilombolas, serão apresentados na forma de trajetórias. Não seria possível compreender a formação dessas comunidades deixando de lado as vivências e memórias daqueles que iniciaram esse percurso. Por meio da história oral, produzimos o mapeamento dessas trajetórias fluviais no Rio Paraguai e seus afluentes.

### **2.1 As trajetórias das comunidades quilombolas de Corumbá – MS**

No que diz respeito à trajetória dos núcleos familiares quilombolas de Corumbá, o conceito de “trajetória” que utilizaremos nesta obra pode ser melhor compreendido se observarmos a construção da noção de trajetória apontada por Pierre Bourdieu (2006):

Ela conduz a construção da noção de trajetória como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo) num espaço que é ele próprio devir, estando sujeito a incessantes transformações. Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre diferentes estações. (BOURDIEU; BOURDIEU, 2006, p. 189-190).

Assentimos a concepção de trajetória proposta por Bourdieu e Bourdieu (2006), pois para eles é preciso buscar respostas nas transformações do agente ou do grupo envolvido. Além disso, é necessário analisar o espaço vivido, ou seja, para compreender esse trajeto de cada família quilombola, assim como o trajeto de metrô, é necessário levar em conta o ciclo das cheias do Rio Paraguai, os deslocamentos desses grupos ao longo do tempo. E, nesse

contexto, por meio da história oral, iremos montar as peças que faltam para encaixar no quebra-cabeças dessa trajetória e formação das comunidades quilombolas de Corumbá.

Posto isso, entendemos que essa ideia foi um elemento fundamental e recorrente, desde os percursos iniciais de cada núcleo familiar, trajetórias de chegadas, do devir, trajetórias de vida, religiosas e de resistências; todas elas estão interligadas e nos acompanharam até a produção das multiterritorialidades.

De todos os estudos, mapeamentos e classificações realizados sobre o Pantanal, consideramos que a teoria dos refúgios de Aziz Nacib Ab'Sáber (1988) acerca do Pantanal mato-grossense merece destaque nesta obra. Ab'Sáber (1988) foi pioneiro em buscar compreender e explicar a origem e evolução do Pantanal. O autor procurou esclarecer os acontecimentos tectônicos e denudacionais dessa bacia de sedimentação:

o Pantanal Mato-Grossense guarda um significado muito maior do que uma simples inquirição acadêmica. É certo que existe todo um exercício intelectual embutido na busca de esclarecimentos sobre a origem e a evolução de uma depressão interior, tão ampla e sui generis como é o caso do Pantanal Mato-Grossense. Nessa tarefa, somos obrigados a mergulhar em sérias questões geocientíficas para tentar esclarecer os acontecimentos tectônicos e denudacionais que responderam pela gênese do grande compartimento topográfico regional, envolvendo uma demora de algumas dezenas de milhões de anos. Depois, segue-se a história do preenchimento detrítico de uma bacia de sedimentação menor que o grande compartimento anteriormente formado, mas ainda imensa dentro da escala humana. Esse, o espaço fisiográfico do Pantanal propriamente dito, oriundo de uma reativação tectônica que afetou quase por inteiro o espaço da planície de erosão preexistente no interior da depressão maior e mais antiga. Por oposição ao longo tempo que envolveu o soerguimento e o desventramento da vasta abóbada regional de terrenos antigos, até a formação do plano de erosão nela embutido, o lapso de tempo que deu origem à depressão pantaneira *sensu stricto* envolveu apenas centenas de milhares, ou, no máximo, um a três milhões de anos. (AB'SÁBER, 1988. p. 9).

Concordamos com o autor, primeiro que a inquirição acadêmica é capaz de pesquisar, monitorar e mapear o Pantanal, todavia, ainda existem vários elementos a serem decifrados nessa planície alagável, entre eles, os povos tradicionais, os indígenas e quilombolas. De acordo com Ab'Sáber (1988), o espaço fisiográfico do Pantanal foi formado a partir do preenchimento detrítico de uma bacia de sedimentação menor que o grande compartimento já existente. Todos esses fenômenos geológicos ocorridos em uma escala de pelo menos três milhões de anos ainda refletem na planície pantaneira.

Para compreender o que torna o lugar das comunidades quilombolas Família Ozório, Campos Correia e Maria Theodora diferenciadas das demais comunidades existentes no Mato

Grosso do Sul, é preciso entender que a história geológica dessa região se iniciou há dezenas de milhões de anos, possivelmente através de uma reativação tectônica que alterou por completo esse espaço, dando origem à maior planície alagável do planeta.

Por que acontecimentos tão longínquos na escala temporal foram acionados nesta obra? Consideramos que esses eventos ainda interferem no cotidiano dessas comunidades. Um exemplo é o ciclo de cheias do Rio Paraguai que ocasiona inundações da planície pantaneira e altera o cotidiano dos quilombolas ribeirinhos, ou seja, é necessário recorrer às questões geocientíficas para que possamos compreender melhor nosso objeto de estudo.

Além disso, Ab'Sáber (1988) versa que parte da história disponível, até então, abrange mais as classes dominantes e produtoras do que a sociedade total do Pantanal e seu entorno, ou seja, ribeirinhos, indígenas, populações tradicionais que habitam nessa região, onde incluem-se, também, as comunidades quilombolas, como veremos ainda neste capítulo, que não eram contempladas nas pesquisas sobre o Pantanal.

Segundo Ribeiro (2014), a partir da década de 1970, surgiram dois novos grupos que passaram a constituir as chamadas “gentes pantaneiras”: os proprietários dos empreendimentos turísticos e os trabalhadores do turismo. Nesse caso, mais uma vez as populações tradicionais não foram incluídas nesse grupo de gentes pantaneiras.

É nesse sentido que sustentamos a existência de um terceiro grupo de gentes pantaneiras, ou seja, “as outras gentes pantaneiras”. Esse grupo não está ligado aos empreendimentos turísticos ou trabalhos nessa área, muito menos são peões de fazendas, mas habitam o Pantanal desde o século XX. É nesse grupo de invisibilizados, no decurso de um longo período, que identificamos as comunidades quilombolas pantaneiras, isto é, as outras gentes pantaneiras que trabalham, cultivam, produzem e não são lembrados como pantaneiros.

De acordo com Ab'Sáber (1988), antes de ser classificada por diferentes ciências, a origem da depressão pantaneira foi alvo de inúmeras ideias fantasiosas e, graças ao trabalho de pesquisadores, essa realidade mudou a partir da metade do século XX. O autor destaca os estudos de Almeida (1952) referentes à depressão aluvial do Alto Paraguai, e de Freitas (1951), que a classificou como a única grande bacia tectônica quaternária brasileira, na ótica geológica, além de Wilhelmy (1958), que caracterizou o Pantanal como a mais ampla e complexa planície de inundação existente no centro do continente sul-americano.

Para Ab'Sáber (1988) é lamentável que alguns pesquisadores confundam o Pantanal com a expressão simplista de “ecossistema pantaneiro”, a totalidade do conjunto fisiográfico



regional. Outra análise do autor em relação ao Pantanal diz respeito aos contextos histórico e socioeconômico:

Os estudos históricos e sócio-econômicos [sic] disponíveis, por sua vez, são muito fragmentários e assistemáticos, incluindo fatos que dizem respeito às terras pantaneiras com fatos outros que se referem a setores eminentemente peripantaneiros ou extrapantaneiros. Não existe, por razões óbvias, uma rede urbana do Pantanal, mas, de qualquer forma, há que se obter uma compreensão mais ampla da rede urbana peripantaneira, no interesse do entendimento das relações das atividades econômicas e sociais do Pantanal com os núcleos urbanos que lhe dão sustentação múltipla e garantia de economicidade, por meio de infra-estrutura [sic] de transportes e serviços administrativos e comerciais indispensáveis. A história disponível refere-se mais propriamente às classes dominantes e produtoras do que à sociedade total do Pantanal e seu entorno. Ainda há muito o que fazer para se restaurar o legado do passado, em face de uma área de grandes vazios, complexa dinâmica natural e forte vocação para a implantação de instrumentos preservacionistas. Enquanto não se fizer uma história total, incluindo corretamente o passado e o cotidiano do homem residente na vastidão dos pantanais, que mais do que outras permanecem um tanto isolados das regiões social e economicamente mais dinâmicas do país, praticamente nada terá sido feito no campo de sua autêntica historiografia. (AB'SÁBER, 1988, p. 10).

Para o autor, a história da população pantaneira sempre foi contada a partir do olhar da classe dominante e haveria, ainda, muito o que se contar da história total, tanto do Pantanal quanto do cotidiano do pantaneiro, que permaneceram isolados na vastidão do Pantanal.

Em relação aos contextos histórico e socioeconômico, Ab'Sáber (1988) enfatiza a inexistência de uma rede urbana pantaneira. Isso elucida o isolamento das comunidades quilombolas Família Ozório e Campos Correia, que ficavam meses sem frequentar a cidade, conforme revela o testemunho de Ercília R. Ozório<sup>13</sup>, viúva de Miguel Ozório:

*Naquele tempo nós vivia tudo isolado, sabe? Nesse lugar perto do destacamento boliviano nós plantemos só feijão, e engordava os porco, tinha que ter banha, ele (Miguel Ozório) quase não ia na cidade (Corumbá). Aí não deu certo lá. Ele falou vamos sair daqui, de perto do destacamento boliviano; aí nós fomos lá para o Porto Índio, o véi ia abrir uma roça lá, esse era o segundo lugar, que nós moramos. Ele gostou de lá, eu mesmo não gostei, de jeito nenhum. Nós fomos lá, larguemos a chalana lá no porto, peguemos as crianças e fomos. Chegamos no Porto Índio o responsável de lá avisou pro Miguel, que ali, era difícil para acampar. O Fazendeiro chamava doutor Milton, aí por causa dessa questão, que tinha uma disputa da terra, nós também não podemos ficar lá. Isso tudo aconteceu em 1974, aí dali nós tivemos que voltar, já tinha seis filhos, pegamos o barco e voltamos.*

<sup>13</sup> Entrevista realizada em 11 de junho de 2019; a entrevistada assinou o termo de consentimento livre e esclarecido. Efetuamos duas etapas de interlocução com Ercília após o processo de qualificação, ocorrido em março de 2019, e executamos um período de vivência nas comunidades pesquisadas. No caso da família Ozório, a entrevistada mora no Assentamento Paiolzinho, onde durante um período do ano, a horta da família é cultivada no lote n.º 48, devido à inundação ocorrida na Comunidade Ozório, localizada às margens do Rio Paraguai.

*E voltemos lá para o boliviano, era do outro lado da Guaíba, uma lagoa, seu Augusto era o nome dele, para fazer farinha. O homem disse se o senhor quisesse fazer farinha tenho um mandiocal. Era tudo longe, longe de tudo, e nós precisava de comer né? Ficamos três meses ali, fizemos trinta bolsa de farinha, aí era na meia, 15 nossa e 15 do seu Augusto, o boliviano. Mas o Polvilho era só nosso. Aí parte dessa farinha o Miguel vendeu para os barqueiros, sabe os mascates? Isso ali foi a salvação nossa, porque nós não tinha dinheiro, não tinha nada. Mais tinha farinha, e o véi fez negócio. Feijão nós tinha, plantou feijão lá no bolivianos, banha nós tinha, banha de porco. Aí tinha que comprar sal, açúcar, o café também, sabão, leite tirava do milho daquele caldo da canjica, ou aquela água do arroz, que era aguada, meu filho Rubem, quase morreu, faltava leite. A canjica de milho tinha sustança, depois disso tudo voltemos para o mesmo lugar para a ilha de Chané. (OZÓRIO, 2019a). Transcrição de acordo com o relato da entrevistada.*

Um ator marcante nesse período, e que diminuía o isolamento dessas comunidades ribeirinhas, diz respeito à presença dos mascates e suas práticas comerciais pelo caminho fluvial. Era possível alcançar as comunidades dos ribeirinhos do Pantanal, conforme versado por Corrêa Filho (1946), e era forte a presença da mascateação<sup>14</sup> no território alagável e suas transações comerciais com fazendeiros e ribeirinhos:

Antes que a E. F. Noroeste permitisse ligação de São Paulo com o rio Paraguai, em Pôrto-Esperança [sic], retomando o rumo seguido pelos desbravadores, navegavam embarcações pelo Miranda e Aquidauana até as vilas homônimas, a Cáceres, à beira do Paraguai, além da linha principal que terminava no Pôrto de Cuiabá [sic]. Nos percursos mais reduzidos, ou entre as viagens mensais dos vapores [sic], tipos menores eram usados, desde o barco, movido por zingueiros, a uma e outra banda, e afeiçãoado não raro à mascateação fluvial, com o seu compartimento de proa transformado em armário, para venda dos artigos mais apreciados pela clientela ribeirinha, aos batelões de um só pau, tocados à voga ou remo, às montarias velozes, que um só remador, à popa [sic], sentado, ou em pé, fazia deslizar cêleremente sôbre [sic] as águas. (CORRÊA FILHO, 1946, p. 127).

Igualmente apontado por Ab'Saber (1988), Virgílio Côrrea Filho (1946) realizou estudos no Pantanal, e, em sua obra *Pantanais Matogrossenses (Devassamento e Ocupação)*, o autor caracterizou os aspectos geográficos além das manifestações humanas existentes nessa região.

Ademais, antes da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil<sup>15</sup>, o caminho fluvial e a existência de mascates no Pantanal mato-grossense causaram uma ruptura no

<sup>14</sup> Embora a mascateação continuasse atraindo imigrantes ao longo do século XX, esta não mais repetiu a rápida acumulação permitida nas primeiras décadas do século, anos em que o Brasil passou de país monocultor-escravagista a industrial imigrantista, quando a urbanização favoreceu a formação de grandes fortunas. Ver mais em GATTAZ, A. **Do Líbano ao Brasil: história oral de imigrantes**. Salvador, BA: Editora Pontocom, 2012, 172 p.

<sup>15</sup> A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil se iniciou em Bauru no ano de 1906. Em 1910, atingiu as margens do Rio Paraná, na estação de Jupuí. No Mato Grosso do Sul, a Estrada de Ferro Itapura-Corumbá foi iniciada em

isolamento econômico dos ribeirinhos. Borges (2008) corrobora o pensamento de Côrrea Filho (1946) e acrescenta:

Nesse sentido, devemos levar em consideração a viabilidade da mobilidade social que esta prática permitia aos mascates, ao extrapolarem as transações comerciais, feito pelo caminho fluvial e previsto pelas condutas legais. Apontam que o grande movimento dos mascates entre as moradias, por meio de relações de troca e venda, se constituía enquanto um mecanismo encontrado para quebrar a rigidez que o sistema social impunha entre os trabalhadores rurais menos favorecidos economicamente. E mais, a forte presença dos mascates no território alagável nos deixa bem claro que as negociações internas, desenvolvidas com os “ribeirinhos” não se davam apenas de forma direta com as embarcações fluviais, ou indiretas por meio dos grandes fazendeiros, mas sim que havia outro caminho de troca de mercadorias e experiências entre os moradores da beira do rio e os comerciantes de pequeno porte. (BORGES, 2008, p. 305-306).

Partindo de uma concepção pautada na análise desses autores, a passagem dos mascates no Rio Paraguai contribuía significativamente para os trabalhadores rurais menos favorecidos economicamente, abrangendo ainda os ribeirinhos e quilombolas que realizavam a troca de mercadorias e experiências.

A relação entre os mascates é perceptível nos relatos de Ercília Ozório, pois, segundo ela, ocorria a troca de mercadoria entre os mascates e a família Ozório: a quilombola relembra que parte da farinha produzida nas terras de Augusto, o boliviano, era trocada por sal, açúcar, o café e sabão com o barqueiro mascate.

Ainda referente ao isolamento das comunidades pantaneiras em relação à inexistente rede urbana do Pantanal e à existência da mascateação nessa região, também entrevistamos Fermiana de Campos<sup>16</sup>, matriarca da família Campos Correia. Durante a primeira entrevista, Fermiana dizia lembrar bem pouco daquele período, mas tinha lembranças de como tudo era difícil:

Naquele tempo, quando nós viemos de Cuiabá, depois do casamento (não recorda o ano), meu pai era contra esse casamento. Nós moramos na fazenda do Dr. Gouveia, aí ele (Teodoro Correia) trabalhava de peão lá. Antes disso, também moramos na fazenda Santa Mônica, em Poconé – MT; lá que nasceu minha filha Mônica. Era tudo difícil, tudo longe, nós não ia na cidade; o

---

1912, entre Jupiá e Porto Esperança, ao sul de Corumbá. Disponível em: <http://museusferroviarios.net.br/antigas-companhias/e-f-noroeste-do-brasil/>. Acesso em: 20 nov. 2018.

<sup>16</sup> Entrevista realizada em 15 de dezembro de 2017; a entrevistada assinou o termo de consentimento livre e esclarecido. No caso da Campos Correia, a entrevistada mora em uma encosta no território tradicionalmente ocupado desde a década de 1980. Devido às enchentes e inundações ocorridas na comunidade localizada às margens do Rio Paraguai, essa é a terceira moradia de Fermiana.

fazendeiro trazia as coisas, mantimentos. Às vezes passava o mascate, mas demorava. Aí ele pescava também, sempre moramos perto dos rios, aí nós saía para pescar, mas era longe de tudo, nessa fazenda. Tudo isolado. (CAMPOS, 2018).

Diante dos acontecimentos narrados pelas matriarcas das famílias Ozório e Campos Correia, entendemos que, assim como salientaram Côrrea Filho (1946) e Ab'Saber (1988), sobre o cotidiano, as relações comerciais com os mascates, e o passado dos ribeirinhos residentes na vastidão dos pantanais, essas populações pantaneiras, além de viverem isoladas dos núcleos urbanos, também foram menosprezadas na historiografia do Pantanal. Concordamos com os argumentos dos autores no que se refere à presença de classes dominantes e produtoras do Pantanal e seu entorno, enquanto as demais populações pantaneiras foram praticamente esquecidas, como no caso das comunidades quilombolas ribeirinhas, e que seu isolamento poderia ser uma estratégia de sobrevivência naquele período.

Se por um lado o cotidiano das famílias quilombolas foi marcado pelo isolamento na imensidão pantaneira, por outro, surge um encadeamento natural que ligava essas comunidades ao restante do mundo. No Pantanal, além de influenciar os ciclos de cheias e as idas e vindas das famílias quilombolas, o Rio Paraguai também era responsável pela mobilidade dessas famílias, circulação de mercadorias, sustento proporcionado por meio da pesca, além do alcance de terras além da fronteira. Sobre o Rio Paraguai Ab'Sáber (1988), adverte:

As águas do paleoleque aluvial do Jauru-Paraguai estendem-se até aos "pantanais" da margem esquerda do rio de las Petas, pró-parte provindo da Bolívia, o qual para jusante, na linha de fronteiras, responde pela formação de uma série de grandes lagoas (Orion ou Providência, Uberaba e Guaíba). A persistência da influência dessas estruturas deposicionais, herdadas do Pleistoceno Superior, é tão grande que o próprio rio Paraguai forma uma espécie de arco, envolvendo a distância a borda sul do antigo leque e se aproximando das lagoas Uberaba e Guaíba, onde se localiza o complexo setor fluviolacustre, do qual o rio de las Petas é tributário. (AB'SÁBER, 1988, p. 32).

O autor relata sobre a área de abrangência da bacia do Paraguai na faixa de fronteira entre o Brasil e a Bolívia, e a formação de grandes lagoas como a Uberaba e Guaíba (Figura 3). onforme relatado pela quilombola Sr<sup>a</sup> Ercília, viúva de Miguel Ozório, foi nessa região que a família Ozório permaneceu durante um período, onde moraram no decorrer do ciclo de cheias do Rio Paraguai. E foi nesse local que eles cultivaram uma plantação de mandioca em parceria com o boliviano, Sr. Augusto.

**Figura 3 – Localização da Lagoa Uberaba – Bolívia – Brasil.**



Fonte: imagem capturada pelo autor por meio do endereço eletrônico disponível em: <https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/>. Acesso em: 10 dez. 2018.

É nesse contexto que compreendemos o papel do Rio Paraguai na trajetória das comunidades quilombolas de Corumbá. No que tange à origem do nome do Rio Paraguai e a sua toponímia, Brazil (2001) desvenda que:

A geografia reproduz a imagem das características naturais das denominações de lugares, tornando-se frequente o emprego de nomes de plantas e animais para indicar um rio, um banhado, um vale, um porto, um povoado, uma serra, uma chapada ou um acidente topográfico qualquer. Daí o fato de encontrarem-se repetidamente, nos mapas geográficos, as denominações tupis emprestadas dos elementos da natureza. Paraguai pode também significar o rio dos cocares ou das coroas. Este vocábulo – Paraguay – assinala diferenças de pronúncia e mesmo de sentido entre o guarani e o tupi do Brasil: “no guarani, quando o vocábulo composto tem aguda a última sílaba do tema, a tônica da palavra fica nesta sílaba, não [é] assim no tupi do Brasil. O étimo também aceito, dentre os variados propostos, é o guarani paraguá, que quer dizer “coroa de palmas”, e “y” significando rio, água. Daí Paraguay, “rio das palmeiras”, em referência aos grandes bosques de palmeiras existentes na orla do rio. (BRAZIL, 2001, p. 76-77).

Durante os relatos dos mais idosos das comunidades quilombolas ribeirinhas, conforme relato de Dona Ercília, alguns elementos que estão ligados à toponímia do Rio



Paraguai, revelaram que as palmeiras eram fundamentais na construção das moradias da família Ozório.

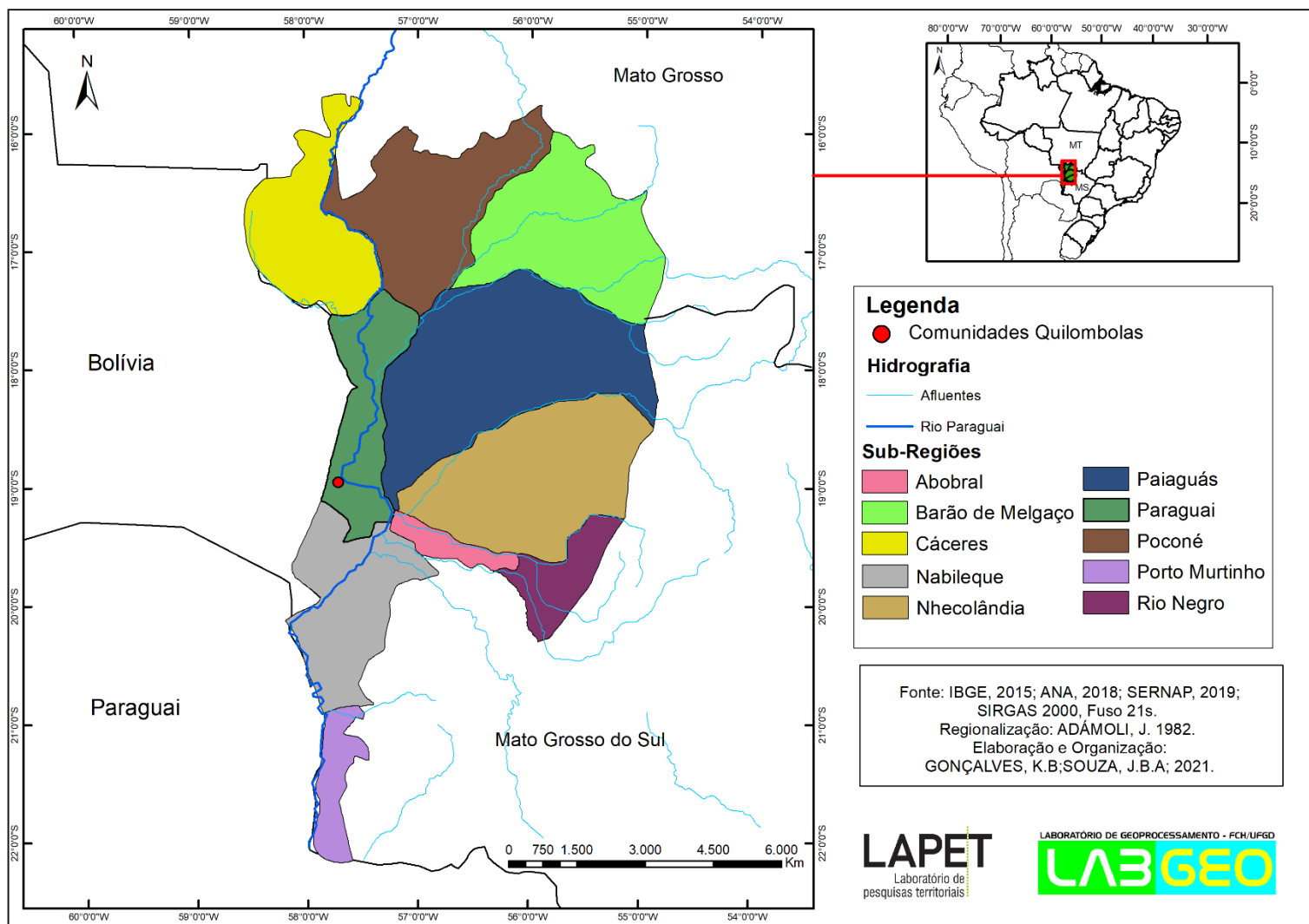
Como já adiantamos, a relação dessas famílias quilombolas com o Pantanal Sul-Mato-Grossense e sua trajetória no Rio Paraguai as diferenciam das demais comunidades do Mato Grosso do Sul. As marcas desse percurso ainda estão presentes nessas comunidades, o que perfaz uma territorialidade *sui generis* em pelo menos dois aspectos: o deslocamento sazonal da plantação, que ocorre no período das cheias do Rio Paraguai, e as manifestações religiosas que produzem uma multiterritorialidade naquele espaço.

Além da caracterização realizada por Ab'Saber (1988), identificamos outras divisões do Pantanal. Nos deparamos com seis mapeamentos que estabelecem diferentes propostas de subdivisão desse domínio morfoclimático. A primeira delas foi realizada em 1979, pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), por meio do estudo de desenvolvimento integrado da bacia do Alto Paraguai e publicado no relatório de descrição física e recursos naturais, que dividiu a região em 15 sub-regiões e adotou critérios geomorfológicos, hidrológicos e fluviomorfológicos.

Em 1982, o Projeto RADAMBRASIL realizou a divisão de 13 sub-regiões pantaneiras. Alvarenga *et al.* (1982) adotaram critérios geomorfológicos e fatores morfogenéticos nessa divisão. No mesmo ano, no trabalho que discutiu o conceito de complexo do Pantanal, Jorge Adámoli (1982) realizou a divisão de 10 sub-regiões utilizando critérios fitogeográficos e hidrológicos. Neste livro, priorizamos a concepção de Adámoli (1982), visto que, nessa divisão, o critério hidrológico tem destaque, assim como em nossa análise referente à importância do Rio Paraguai e seus afluentes, principalmente no tocante à trajetória de migração dos núcleos quilombolas em direção a Corumbá, conforme demonstra a Figura 4.

Tanto a família Correia como a família Ozório produziram trajetórias de resistência em um período de pelo menos quatro décadas no Pantanal, entre fazendas, ocupações e deslocamentos entre o Rio Paraguai e seus afluentes. O Rio Paraguai era o encadeamento dessa trajetória até a fixação no território tradicionalmente ocupado, onde se localizam as comunidades quilombolas desde as décadas de 1970/1980.

**Figura 4** – Localização das comunidades quilombolas na sub-região Paraguai do Pantanal.



Fonte: elaborado e organizado por Souza (2020).



De um lado, a família Ozório, liderada por Miguel, iniciou a trajetória no sentido leste-oeste, navegando pelo Rio Taquari, desde Coxim, e chegou ao Rio Paraguai, onde começou o plantio de lavoura no Porto São Pedro, sobrevivendo da pesca e de trabalhos no Porto.

Por outro lado, a família Campos Correia iniciou a trajetória norte-sul, provinda de Cuiabá, com uma breve passagem por Poconé, até chegar às fazendas do Pantanal. Esse núcleo familiar, desde o início, trabalhava nas fazendas do Pantanal, ao contrário da família Ozório que não mantinha vínculo empregatício com os fazendeiros. O que essas duas famílias tinham, e mantiveram em comum ao longo dos tempos, foi uma relação de sobrevivência com o Rio Paraguai, pois ambas as comunidades são ribeirinhas.

O Rio Paraguai também foi o agente condutor para outra família quilombola chegar até Corumbá. Nesse caso, os fatos ocorreram em um período anterior aos dois núcleos quilombolas já citados. A matriarca da família Maria Theodora é proveniente de Cuiabá, e sua trajetória rumo à Corumbá ocorreu no início do século XX.

Ao longo da pesquisa, procuramos entrevistar os indivíduos mais idosos de cada comunidade, pois, por intermédio das fontes orais, é possível compreender os eventos ocorridos durante as trajetórias de cada um desses núcleos familiares quilombolas. Não é nossa intenção aprofundar na história oral nesta obra, todavia, entendemos que só assim é possível aproximarmos-nos do aspecto central da vida dos seres humanos e das culturas estudadas, conforme assevera Jorge Eduardo Aceves Lozano (2006, p. 16-17).

A tradição oral foi, então, um objeto de conhecimento constitutivo do corpus teórico da antropologia e também um meio de aproximação e interpretação das culturas abordadas. Mas a questão da oralidade ultrapassou o campo específico da antropologia, e agora é objeto de estudo de outras disciplinas, como é o caso, atualmente, da corrente historiográfica denominada “história oral”.

Além da Antropologia e demais ciências sociais, consideramos que a história oral é uma aliada da Geografia.

É importante mencionar que a nossa problemática sempre foi atestar a existência de comunidades quilombolas em Corumbá, diante de especulações e informações adversas. Essa questão foi introduzida no pré-projeto de doutoramento e gerou anseios e dúvidas até o início da pesquisa de campo e a vivência nas comunidades quilombolas.

Somente com o período de vivência nas comunidades foi possível desenvolver os procedimentos investigativos. A partir dessa etapa, nos deparamos com o surgimento de novas fontes, como nos eventos narrados pelos descendentes de Maria Theodora, que foi escravizada em Cuiabá, no Mato Grosso, e viveu em liberdade, em Corumbá, até a década de 1930. Apesar de algumas obras descreverem a escravidão tardia em Corumbá, encontramos fontes documentais que contestam esses acontecimentos. Devemos observar as palavras de Lozano (2006) que adverte:

Fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos “outros”. O historiador oral é algo mais que um gravador que registra os indivíduos “sem voz”, pois procura fazer com que o depoimento não desloque nem substitua a pesquisa e a consequente análise histórica; que seu papel como pesquisador não se limite ao de um entrevistador eficiente, e que seu esforço e sua capacidade de síntese e análise não sejam arquivados e substituídos pelas fitas de gravação (sonoras e visuais). (LOZANO, 2006, p. 17).

Diante da análise do autor, buscamos, neste trabalho, não cometer os erros de ordenar os relatos e depoimentos coletados durante as escutas ativas e entrevistas, e engessá-los como história do outro. Procuramos, a partir desses relatos, criar a trajetória desses núcleos quilombolas. Esse mapeamento transformou a “voz” em cartografia e, como tal, será apresentada nesta obra.

Em duas comunidades pesquisadas, nossas fontes orais foram indivíduos que vivenciaram esses acontecimentos. No caso da família Ozório, a quilombola Ercília descreveu com riqueza de detalhes os principais fatos ocorridos. Na Comunidade Campos Correia, também tivemos o privilégio de entrevistar a quilombola Fermiana, que vivenciou e presenciou toda a trajetória da comunidade quilombola no Rio Paraguai e no Pantanal Sul-Mato-Grossense.

Entretanto, na Comunidade Maria Theodora, as entrevistas foram realizadas com as descendentes da matriarca da família, ou seja, os membros mais antigos que ainda estão vivos, pois Maria Theodora, que foi escravizada, faleceu antes dos 50 anos de idade, no final da década de 1930. Todos esses depoimentos foram fundamentais para produzirmos os mapas da trajetória de cada uma dessas comunidades. Contamos, ainda, com as atas de criação das três comunidades, fontes orais de outros membros da família, a tese de doutorado de Carmem

Rocha para o caso da Comunidade Maria Theodora, além da entrevista com Cotó, a Mãe de Santo da Comunidade. De acordo com Rocha (2013, p. 103, grifo nosso):

No entanto, sua inserção na ACTHEO, o alvará concedido pela Federação dos cultos afro-brasileiros e ameríndios de Mato Grosso do Sul (FECAMS) e a posse do certificado concedido pela Fundação Palmares de Comunidade Quilombola, atestam o pertencimento a universo mais amplo e estruturado, não caracterizando sob essa perspectiva a *communitas*<sup>17</sup>. Embora Maria Theodora, matriarca da família, tenha chegado a Corumbá no idos de 1920, os reconhecimentos institucionais mencionados a família são bastante recentes. A fundação da ACTHEO data de vinte e cinco de setembro de 2010, o alvará da FECAMS foi concedido em primeiro de fevereiro de 2011 e o certificado da Fundação Palmares, em quatro de fevereiro de 2012.

Assentimos com as referências de Rocha (2013) em relação ao período de chegada de Maria Theodora em Corumbá. No entanto, o reconhecimento da comunidade quilombola pela FCP e o alvará da FECAMS vieram a ocorrer quase um século depois. Com a pesquisa documental, tivemos acesso às atas e à certificação da Comunidade Maria Theodora, pela FCP, ocorrido em 2011. Constatamos, ainda, que a demora dos reconhecimentos institucionais, versada pela autora, tanto dessa quanto das demais comunidades quilombolas de Corumbá, elucida que um dos fatores está relacionado à invisibilidade imposta a essas comunidades, tanto pelo poder público quanto pela própria academia.

Apesar de Rocha (2013) apontar o dia 25 de setembro de 2010 como a data de fundação da ACTHEO, inferimos na pesquisa documental que, de acordo com a Ata n.º 1/2010<sup>18</sup>, 10 de outubro de 2010 é data correta de fundação da ACTHEO. Nessa ata consta, ainda, que Maria Theodora Gonçalves de Paula foi escravizada em Mimoso, no Mato Grosso, no final do século XIX.

Contudo, a pesquisadora revela que Maria Theodora ainda era escravizada no período da sua chegada em Corumbá:

Estrategicamente, e borrando as fronteiras entre a resistência e comunhão com a comunidade maior em que está inserida na cidade, a Tenda aprofunda a cada dia as suas raízes, fincadas por Maria Theodora Gonçalves de Paula nos idos 1920, ainda escrava. Como vimos e aprendemos com Ednir de Paulo, que apesar de ter findado oficialmente em 1888, a escravidão permaneceu nos rincões do país que resistia às mudanças econômicas e políticas que ocorrerem em território nacional. (ROCHA, 2013, p. 22).

---

<sup>17</sup> Comunidade. grupo de pessoas que vive num mesmo local e se organiza de forma coletiva, à margem do resto da sociedade. Ver mais em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/comunitas>.

<sup>18</sup> Ata da Assembleia Geral Extraordinária de Fundação da Associação da Comunidade da Família Maria Theodora Gonçalves de Paula – ACTHEO, Aprovação do Estatuto, Eleição, Posse da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Definição.

Diferimos desses acontecimentos relatados pela autora referentes ao período de escravidão ocorrido em Corumbá. Para isso, nos pautamos em dois fatores: primeiro, os relatos dos descendentes de Maria Theodora sinalizam que ela foi escravizada na juventude, antes de se casar com Mariano e fugir para Corumbá, portanto, na década de 1920, Maria Theodora era uma mulher livre, vivendo em Corumbá. O outro fator que desconstrói a tese de uma escravidão tardia em Corumbá e que tenha perdurado até a década de 1920, diz respeito ao recibo datado de 16 de agosto de 1888, endereçado ao *Echo do Povo*<sup>19</sup>, conforme mostra a Figura 5.

Por meio dessa fonte documental (Figura 5), é possível constatar o recibo assinado pelo então presidente da Câmara Municipal de Corumbá, José Joaquim Rabello, referente ao pagamento de \$8.740 réis pela publicação de um edital no jornal *Echo do Povo*, em 29 de julho de 1888, transmitindo a lei de abolição dos escravizados. Ao analisarmos esse recibo, fica evidente que a notícia relacionada à Lei Áurea chegou em Corumbá e foi publicada no jornal local, o que descarta a hipótese de que a informação sobre a lei de abolição demorou a chegar na cidade e, por isso, a escravidão nessa região seria tardia. Salientamos ainda que, além da notícia sobre a Lei Áurea que foi publicizada em julho de 1888, Corrêa Filho (1946) versa sobre a substituição da mão de obra escravizada por peões na pecuária pantaneira:

Na região sulina já os nomeiam de peão, por influência forasteira. Quando se iniciou a pecuária pantaneira, ser-lhes-ia diminuto o número, em confronto com o dos escravos, que então constituíam a maioria dos trabalhadores rurais. A medida, porém, que os segundos se reduziam, beneficiados pelas alforrias, aumentavam aqueles [sic] em proporção. Ao vibrar a Lei de 13 de maio o golpe fatal na instituição anacrônica, não seriam tão malignas as consequências, [sic] como em Serra Acima, onde velhos engenhos se viram despovoados de improviso, com graves perturbações na economia chapadense, cuja decadência se precipitou assustadoramente. Malefícios análogos não se verificaram, ao menos com intensidade comparável, nos pantanais, onde já se achava organizada a vida rural com base no trabalho dos camaradas, as descendentes de antigos escravos, ou que provinham do cruzamento, por vária dosagem [sic], do branco e do negro entre si ou com o índio. (CORRÊA FILHO, 1946, p. 123).

Consta nos relatos de Corrêa Filho (1946), que no início da pecuária pantaneira, os escravizados eram a maioria dos peões e trabalhadores rurais nessa região. E, após a assinatura da Lei Áurea, ocorreu uma reorganização da vida rural, com a base do trabalho composta por descendentes de antigos escravizados.

---

<sup>19</sup> Periódico comercial e noticioso da cidade de Corumbá. Os antigos jornais de Corumbá. Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/8230/os-antigos-jornais-de-corumba>. Acesso em: 16 dez. 2019.

Figura 5 – Recibo da Câmara Municipal de Corumbá (16/08/1888).

Pague-se da verba municipal de  
da Câmara Municipal de Corumbá  
em 1888

Recibo. N.º 16

A Ilustríssima Câmara Municipal

A

Typographia do Echo do Povo

Povo.

Publicação de um Edital  
transcrevendo a lei d'abolição  
d'escravos, no Journal de 29  
de Julho ultimo, que vai junto.  
e n'outros anteriores, contendo  
54 linhas d'impressão a 160 8:440

Corumbá 16 de Agosto de 1888.

Luiz da Cunha Romppel.

Recibi do Sr. José Joaquim Rabello Pre-  
sidente da Câmara Municipal desta cidade  
a quantia acima de 8:440 recu firmemente de um  
Edital publicado no Echo do Povo.

Corumbá, 16 de Agosto de 1888.

Luiz da Cunha Romppel.

Fonte: Corumbá (1888).

Observamos que essa alteração na mão de obra rural pantaneira corrobora os relatos das viúvas de Miguel Ozório e Theodoro Correia, que trabalharam nas fazendas pantaneiras até meados do século XX:

Nós moramos em várias fazendas; ele (Theodoro) sempre gostou de trabalhar nessas fazendas, já vinha dos pais dele isso. Desde quando nos conhecemos, sabe lá na fazenda santa Mônica, ele fazia de tudo na fazenda, trabalhava com gado, a cavalo, também tinha muito serviço no campo. Serviço não faltava, foi ali que nasceu uma das nossas filhas. Depois foi trabalhar na fazenda do Lúdio Coelho<sup>20</sup>, não lembro o ano. (CORREIA, 2018).

Por sua vez, Ercília Ozório relatou que:

Nós viemos mesmo foi de Coxim, pelo Rio Taquari, sempre trabalhando no pantanal, arrumava um serviço ali, mas ele [Miguel Ozório] gostava mais de trabalhar por conta e pescar. Nesse tempo, tinha muita fazenda perto do Porto São Pedro; Chané também, ele trabalhava lá, mas sempre pescava, fazia as outras coisas dele, sabe, não parava. Trabalhava mais por conta, era o jeito dele. (OZÓRIO, 2019a).

Por meio desses relatos, é possível compreender que as duas famílias estavam inseridas nas tarefas pastorícias pantaneiras apontadas por Corrêa Filho (1946), mas cada uma delas desempenhou suas funções de maneira diferente.

Por um lado, a família Campos Correia trabalhava diretamente na pecuária pantaneira, na lida com o gado, construção de cercas e outras excursões, conforme relatou Fermiana Correia. Já a família Ozório mantinha outra relação com o trabalho na pecuária pantaneira, ou seja, Miguel Ozório sempre trabalhou por conta própria e mantinha pequenos períodos de contrato com os fazendeiros da região. Percebemos ainda que ambas as famílias tinham algo em comum: eram pescadores, e isso auxiliou na sua sobrevivência ao longo dos anos.

No que concerne à trajetória das comunidades quilombolas, é preciso ouvir os relatos dos idosos de cada comunidade pesquisada para decifrar o quebra-cabeças que constitui a formação das Comunidades Família Ozório, Campos Correia e Maria Theodora. Conforme advertem Ferreira e Amado (2006, p. 14):

O uso sistemático do testemunho oral possibilita a [sic] história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que as [sic] vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas; essa característica permitiu inclusive que uma vertente da história oral se tenha constituído ligada a [sic] história dos excluídos.

---

<sup>20</sup> Foi um dos maiores latifundiários do estado, presidiu o Banco Agrícola de Dourados-MS, em 1959, foi senador por Mato Grosso do Sul e prefeito de Campo Grande - MS. A família Coelho teve sua fama e fortuna iniciada pelo patriarca Laucídio Coelho, dono de 870 mil ha distribuídos em 39 fazendas e 50 pistas de pouso para seus cinco aviões. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/coelho-ludio>. Acesso em: 10 jan. 2019.



Assentimos com as palavras das autoras, no que se refere ao uso do testemunho oral, para elucidar as trajetórias individuais e de núcleos familiares, como no caso, a trajetória das famílias quilombolas no Pantanal. Salientamos ainda que, assim como os movimentos sociais, os sujeitos não alfabetizados e as lutas dos quilombolas, na maioria das vezes, são esquecidas e menosprezadas, sendo incluídos na história dos excluídos e invisibilizados pela sociedade.

A representação das trajetórias das famílias quilombolas de Corumbá será feita por meio de três mapas produzidos com amparo nos relatos de sujeitos que vivenciaram esses eventos, ou por aqueles que mantiveram a trajetória na sua memória, com a oralidade e as histórias dos atores mais antigos.

## 2.2 Trajetória da Família Maria Theodora

Em relação à trajetória da família Maria Theodora, constatamos que ela foi casada com Mariano Gonçalves de Paula, nascido em Cuiabá, descendente de escravizados. Nesse caso, a trajetória da família iniciou-se em Cuiabá, passando por Mimoso, até chegar a uma fazenda do Pantanal. Esse processo de migração interna ocorreu através do Rio Cuiabá, deslocando-se pelo Rio São Lourenço, até chegar ao Rio Paraguai, na década de 1920.

Durante o período de vivência na Comunidade Maria Theodora, visitamos a Tenda Nossa Senhora da Conceição, quando foi possível entrevistar Natalícia Gonçalves Barbosa, filha de Cacilda. De acordo com a neta de Maria Theodora Gonçalves de Paula, Natalícia, conhecida como Cotó<sup>21</sup>, a formação da comunidade quilombola remete ao final do século XIX. Natalícia é filha de Cacilda Astrogilda Gonçalves Barbosa de Paula<sup>22</sup>, e relembra, com emoção, a história da matriarca Maria Theodora:

Maria Theodora, foi minha vó, escrava que meu avô trouxe ela de longe para Cuiabá, e depois que vieram parar Corumbá. Veio pela lancha de navio; meu avô era cozinheiro, trouxe ela escondida no compartimento (...) roubava comida e dava para ela... Foi meu avô que trouxe a minha vó Maria Theodora, meu avô Mariano de Paula. Eles vieram do navio, foram morar em frente ao cemitério e de lá vieram cá vieram para cá (Bairro Nossa Senhora de Fátima); daí que constituíram família aqui! A minha vó teve 10 filhos, e minha mãe Cacilda teve 13 filhos; nasceram todos aqui em Corumbá (BARBOSA, 2018).

---

<sup>21</sup> O apelido originário ainda na infância de Natalícia deve-se ao fato de que ela possuía traços e semelhanças com as crianças indígenas da etnia Guató. Entre os familiares, a menina passou a ser chamada de Cotó desde então.

<sup>22</sup> Mãe de Santo mais famosa de Corumbá na década de 1970, fundadora da Tenda Nossa Senhora da Conceição. Disponível em: <http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/mae-cacilda-sera-uma-das-homenageadas-do-fasp-2019/>. Acesso em: 12 nov. 2019.



Ao analisarmos o depoimento de Cotó, percebemos que a trajetória de origem dessa família possui semelhanças com as demais comunidades pesquisadas, ou seja, as famílias Ozório, Campos Correia e Maria Theodora têm em comum o Rio Paraguai como o portal de entrada na cidade de Corumbá. Verificamos, ainda, que essa passagem pelo rio vai além de um ato de navegar, pois está repleta de lembranças, memórias, fatos e, acima de tudo, uma forma de resistência, de mobilidade entre um lugar e outro em busca da sobrevivência.

Os relatos de Cotó apresentam a correlação da família Gonçalves de Paula com o Rio Paraguai:

O Rio Paraguai, pra nós foi importante, porque minha vó veio de lá para cá, veio pelo rio, e aqui em Corumbá constitui nossa família, e nós somos gratos ao Rio Paraguai; somos gratos às lanchas e aos navios que trouxeram a família de lá para cá! As atividades que nós fazemos no Rio Paraguai é louvar Iemanjá, fazemos nossos trabalhos na beira do rio! E agradecemos aos Orixás, agradecemos aos Orixás das águas, mamãe Oxum, deusa da água doce, que é Nossa Senhora da Conceição, nós agradecemos no rio também. (BARBOSA, 2018).

Através dos relatos de Cotó, constatamos que essa trajetória pelo Rio Paraguai não foi apenas uma passagem que se iniciou em Cuiabá, no final do século XIX, e finalizou em Corumbá, na década de 1920, conforme podemos observar na Figura 6.

De acordo com os relatos de Cotó e a partir dos depoimentos descritos na ata de criação da Associação da Comunidade Quilombola Maria Theodora<sup>23</sup>, é possível identificar os eventos apresentados na Figura 6 e pressupor que o marco inicial dessa trajetória foi em Cuiabá – MT, com o nascimento de Mariano de Paula; o segundo elemento desse trajeto é a cidade de Mimoso, também no estado de Mato Grosso; e, o último, o encontro do casal em uma fazenda na região do Pantanal. Pressupomos que essa trajetória tenha sido realizada através dos rios Cuiabá, passando pelo Rio São Lourenço e, depois, via Rio Paraguai.

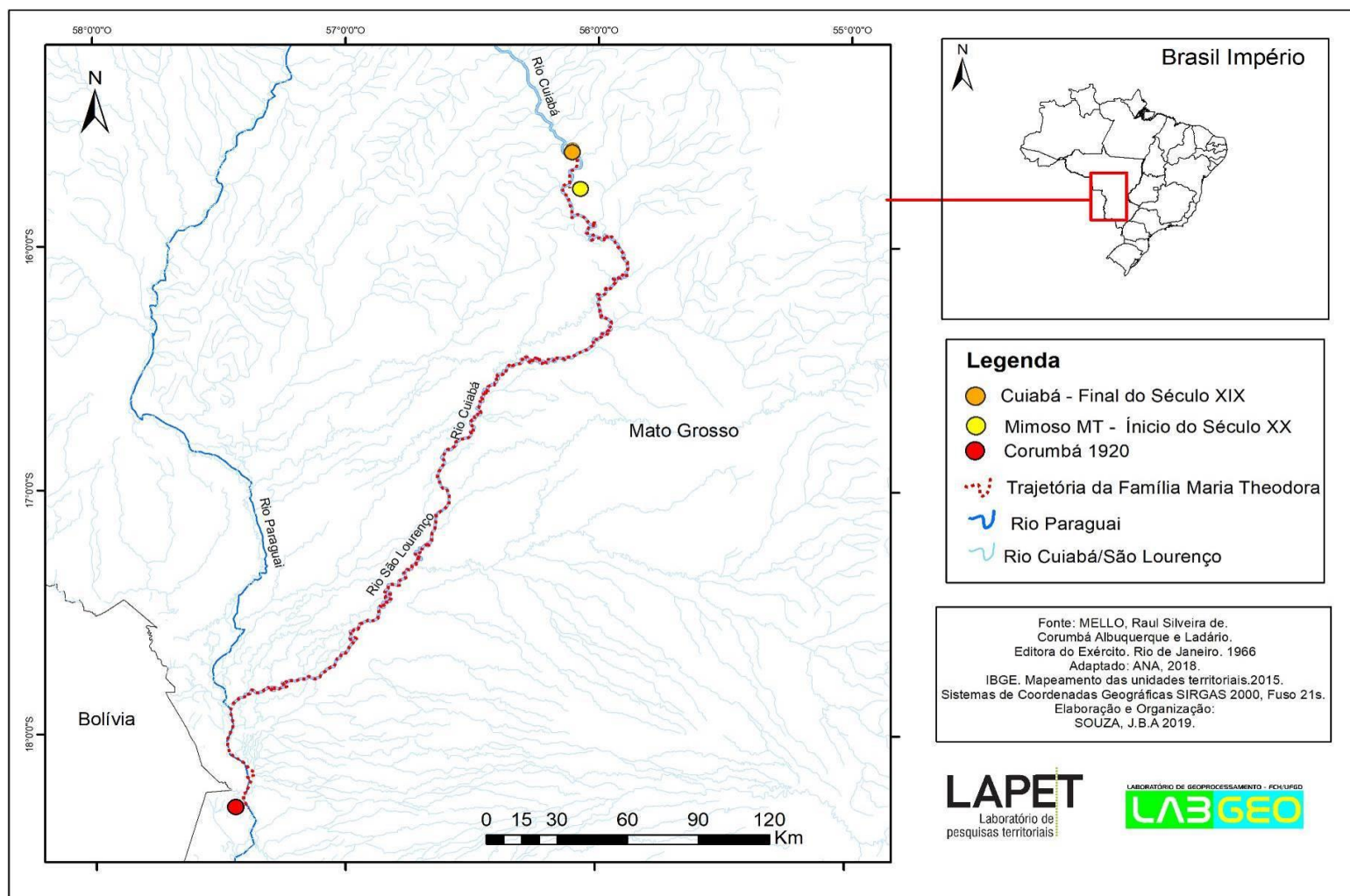
Outro ponto que merece atenção é o pagamento da alforria pela liberdade de Maria Theodora: não consta o valor que foi pago e a quem essa quantia foi despendida, mas isso confirma que Maria Theodora foi escravizada, evento descrito na ata de criação da ACTHEO e ratificado por Cotó:

Minha mãe (Cacilda Astrogilda) dizia que meu avô Mariano de Paula, pagou uma quantia pela minha avó Maria Theodora, aí eles vieram no navio, tudo escondido naquele tempo, depois da escravidão, isso faz muito tempo, mais de 100 anos, vieram pra cá, era tudo mato fechado, cheio de bichos, não era cidade ainda. (BARBOSA, 2018).

---

<sup>23</sup> Trechos da ata de n.º 001//2010 e depoimentos registrados no ato da criação da ACTHEO, durante a Assembleia Geral Extraordinária de fundação da associação, realizada em 10 de outubro de 2010, que serão apresentados ainda neste capítulo, no item em que abordaremos a formação das comunidades quilombolas de Corumbá.

**Figura 6** – Trajetória da Família Maria Theodora (século XIX-1920).



Fonte: elaborado e organizado por Souza (2019a).

Constatamos que a trajetória da família Maria Theodora pelo Rio Paraguai está na memória coletiva dessa comunidade. No entanto, somente os mais idosos, como é o caso de Cotó, conseguem relatar os eventos ocorridos. Os bisnetos e tataranetos de Maria Theodora sabem que ela chegou em Corumbá, vinda pelo Rio Paraguai, e relatam isso como uma aventura ou fuga da escravidão.

A Comunidade Maria Theodora é a única entre as três comunidades quilombolas localizada distante do Rio Paraguai, entretanto, o núcleo familiar ainda mantém ligação com o rio. A Mãe de Santo Cotó evidencia a importância do rio nas manifestações religiosas e revela que, desde a chegada de seus avós no Porto Geral de Corumbá, o rio está presente na vida da comunidade, e alguns eventos religiosos das Tendinhas Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora da Guia são realizados no Rio Paraguai.

Referente aos eventos religiosos da comunidade no Rio Paraguai, Rocha (2013) aduz:

A Umbanda corumbaense encontra-se inserida em uma extensiva rede de atores sociais, constituída por famílias de sangue e de espírito, incorporando uma enorme gama de aspectos tangíveis e intangíveis em seu cotidiano e nos vários eventos. Esses eventos englobam rituais semanais, festas, participação em manifestações políticas da cidade, atendimento espiritual a comunidade e outros rituais que podem ocorrer dentro ou fora do terreiro como, por exemplo, na cachoeira ou na beira do Rio Paraguai, situados às margens desse território. (ROCHA, 2013 p. 21).

Considerando-se os apontamentos da autora e os relatos da Mãe de Santo da comunidade quilombola, verificamos sinais da formação de territórios multipolares, ou seja, os eventos religiosos realizados nas tendinhas da comunidade chegam a ultrapassar o limite territorial do lugar; “os instrumentos são sempre levados para os rituais fora do terreiro como na cachoeira e na beira do rio Paraguai”, conforme aponta Rocha (2013).

Prosseguiremos a trajetória do núcleo familiar quilombola liderado por Miguel Ozório, que transitou por, pelo menos, duas décadas nos rios Taquari e Paraguai. Essa trajetória sofreu grande influência do ciclo de cheias do Pantanal Sul-Mato-Grossense.

### **2.3 Trajetória da Família Ozório**

Para assimilarmos a trajetória da família Ozório, analisamos o Relatório dos Estudos Antropológicos da Comunidade Família Ozório, elaborado em 2013 pelo Instituto de Pesquisa e Documentação Etnográfica – Olhar Etnográfico. No documento, percebemos uma lacuna

temporal desde a chegada do casal Ozório à região pantaneira, em meados da década de 1960, até sua fixação na área periurbana de Corumbá, em 1985.

A família Ozório teve sua trajetória de formação vinculada ao Rio Paraguai e seus ciclos de cheias, desde o início da década de 1960, quando Miguel Ozório e Ercília Rodrigues Ozório se casaram e foram morar em Coxim. Anos depois, navegando através do Rio Taquari, a família Ozório deslocou-se para Corumbá, via Rio Paraguai, onde acampava em territórios provisórios por um período e dependia exclusivamente das atividades de pesca, caça e pequena produção agrícola.

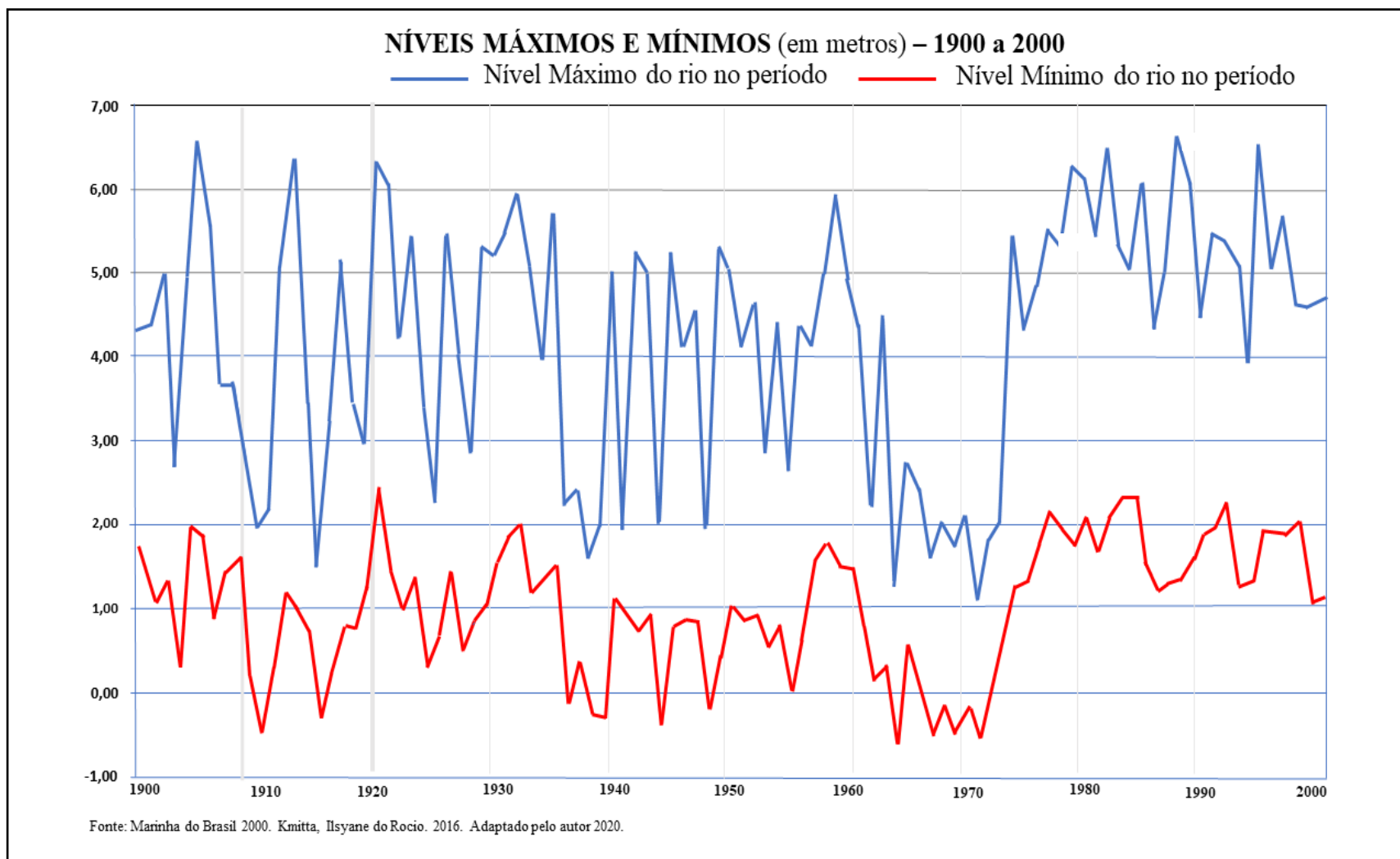
Para desvendar o que realmente ocorreu com esse núcleo familiar durante esse período, recorreremos a fontes orais no decorrer da vivência na comunidade quilombola e realizamos escuta ativa com a viúva de Miguel Ozório, Ercília Ozório. Além dos documentos oficiais, como a variação da altura do Rio Paraguai entre os anos de 1900 e 2010, realizada pela Marinha do Brasil no Porto de Ladário, e publicada por pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) Pantanal, esses depoimentos de vida foram fundamentais para compreender a trajetória da família.

Contextualizamos os acontecimentos ocorridos a partir desses relatos e informações da régua de Ladário e, com isso, foi possível produzir um mapa da trajetória da família Ozório durante três décadas. Cabe ressaltar que optamos pela terminologia *trajetória*, por entender que a mobilidade realizada ao longo dos anos, em vários espaços do Rio Paraguai, se fez no deslocamento desse grupo.

Para Bourdieu (2012), não podemos compreender uma trajetória sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado. Concordamos com o autor no que diz respeito à construção dos estados sucessivos de uma trajetória e os conjuntos de relações que ocorreram com esse grupo ou agente.

Nesse sentido, foram utilizadas as fontes orais de um agente envolvido na trajetória da família Ozório, nesse caso a pessoa mais idosa e que vivenciou essas relações, e os dados da régua de Ladário (Figura 7) que registrou a variação da altura do Rio Paraguai no século XX. Assim, foi possível produzir um mapeamento espaço-temporal dessa trajetória, levando em consideração o ciclo de cheias do Rio Paraguai. Entre os anos de 1964 e 1974, a família passou a alternar sua moradia entre a Ilha de Chané e o Porto São Pedro, sendo que 1974 foi o ano da maior cheia.

**Figura 7** – Variação da altura do Rio Paraguai entre os anos de 1900 e 2000.



Fonte: adaptado pelo autor com base nos dados da Marinha do Brasil (2000) e Kmitta (2016).

Após meia década morando em assentamentos provisórios, a família fixou residência na Ilha de Chané, próxima à Serra do Amolar, distante 40 km da cidade de Corumbá. De acordo com o relato da matriarca, no final da década de 1960, a família já era constituída por sete filhos (Carlos, Divino, Angélica, Rubem, Maria, Rosa, Luzia) seguindo o ritmo do Rio Paraguai e o seu ciclo de cheias<sup>24</sup> que altera a paisagem pantaneira e, conseqüentemente, influencia na pesca e agricultura. Por isso, a família passou a alternar entre o Porto São Pedro e a Ilha de Chané, conforme relata Ercília Ozório:

Aqui em Corumbá ele gostou muito do rio, ele era pescador gostou muito do rio! Fiquemos aqui, depois (...) desse passeio estamos até hoje, (...) mais de 53 anos, (...) mais ou menos quinze anos moramos na Ilha, acho que é essa base, lá ilha do Chané, perto do Amolar, entre Porto São Pedro e Chané, moramos nessa ilha, por mais doze anos (...) aí veio as enchentes de 74; aí nois fomos para Guiava, acampamento que não tinha onde ficar, nois tinha nossa criação, lá nessa Guiava, fiquemos uns seis meses, aí ele foi fazer farinha, pegamos de a meia, com um boliviano chamado seu Augusto, pegou a roça de a meia para fazer farinha, até baixar as águas. (OZÓRIO, 2018a).

A enchente de 1974, uma das maiores que ocorreu nas últimas décadas do século XX, desabrigou a família Ozório, tiveram que acampar por volta de seis meses em um local chamado Guiava, onde mantiveram contato com um grupo de bolivianos e fez um acordo no plantio de mandioca e produção da farinha com um meeiro<sup>25</sup>. Durante esse período, a família Ozório conseguiu sobreviver da pesca e do cultivo da mandioca. Após o período de inundação do rio, a família retornou para a Ilha de Chané:

As águas baixou, nos voltamos para a ilha de novo; aí quando nós chega na ilha, não tinha mais casa, só tinha aquela, porque a casa feita de “adobe”, vocês nem sabe o que é adobe, vocês sabem? Num sabe né! É feito de barro, nem queimado não era, era feito de barro, você faz a forminha e põe para secar ... aí ele fez essa casa assim, de adobe, bem feitinha (...) uma casa bem feitinha, bem fechadinha (...), por causa dos mosquitos tudinho. (OZÓRIO, 2018a).

De acordo com Ercília Ozório, ao retornarem para a Ilha de Chané (Figura 8), não encontraram quase nada, pois toda a plantação havia sido levada pela enchente, e nem restaram vestígios da casa. Ela explicou que a construção foi feita de adobe (um tipo de tijolo feito de barro úmido misturado com palhas, com secagem ao sol, sem a necessidade de queimar a massa). Com a enchente e o considerável tempo de alagamento, a estrutura da moradia não resistiu.

---

<sup>24</sup> O ciclo anual de cheia e seca é o fenômeno ecológico mais importante da planície de inundação de um rio, pois controla sua estrutura e funcionamento, desempenhando um papel preponderante na ciclagem de nutrientes e disponibilidade de água.

<sup>25</sup> Agricultor que trabalha em terras pertencentes a outra pessoa e divide os rendimentos com o dono dessas terras.



**Figura 8** – Localização da Ilha de Chané – Porto São Pedro.



Fonte: imagem capturada pelo autor por meio do endereço eletrônico disponível em: <https://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

Barreto (2006) pesquisou a implantação de infraestrutura habitacional em comunidades tradicionais e identificou que 73,3% das moradias da Comunidade Quilombola Kalunga, no estado de Goiás, foram construídas de adobe. Atualmente, essa técnica ainda é utilizada pelos kalungas, sendo que os pedreiros mais experientes ensinam a técnica do adobe para as novas gerações. Além do uso dessa técnica na comunidade quilombola de Goiás, outros trabalhos acadêmicos apontam para o uso da técnica do tijolo de adobe e pau a pique em comunidades quilombolas de Minas Gerais. Já Faria (2011), que abordou a influência africana na arquitetura de terra de Minas Gerais, aponta que o adobe é uma técnica construtiva amplamente empregada na África Ocidental e que foi utilizada pelos escravizados na construção de suas moradias no Brasil.

Podemos identificar que Miguel Ozório dominava a técnica de tijolo de adobe nas construções de moradias, remetendo ao conhecimento adquirido com seus ancestrais no estado de Minas Gerais. Seguindo a trajetória da família Ozório, nos deparamos com os primeiros sinais de resistência em busca da sobrevivência.



Isso fica evidente na fala da matriarca, ao relembrar as marcas deixadas pelas enchentes do Rio Paraguai:

Quando vem as águas de novo, de 74 para cá, esse Rio Paraguai nunca mais baixou, nunca mais foi o nível dele mais, certo? Todo ano tem enchente, todo ano tem enchente!! Aí nois passamos por São Pedro, tinha um lugar que era alto lá (...) as águas baixava nos voltava para lá, para a ilha de novo, aí foi indo... por São Pedro e por aí... aí ele disse: larga mão disso aí ... não dá mais... o barranco foi comendo, a casa que ele tinha feito caiu por causa da enchente, ele mudou a casa, mas caiu (...) Foi enchendo ... tá, lá no Porto São Pedro nós moramos três para quatro anos, ele era porteiro lá aí era fazenda dos outros, ele não quis mais, ele disse chega! Ele era muito sistemático, chega de trabalhar para os outros, iria trabalhar para ele mesmo. (OZÓRIO, 2018a).

É possível identificar nos relatos de Ercília que o ciclo de cheias e períodos de inundação do Rio Paraguai sempre influenciaram na trajetória da família Ozório. Inferimos ainda que Miguel Ozório prestava trabalho para os fazendeiros da região pantaneira, mas esses serviços não eram periódicos, se comparados aos da família Campos Correia, que trabalhava por períodos mais longos nas fazendas do Pantanal, conforme veremos mais adiante.

Após a cheia de 1974 (Figura 7), constatamos que o patriarca da família Ozório tomou a decisão de deixar para trás o seu trabalho no Porto São Pedro e passou um período na Ilha de Chané, onde cultivou um roçado. Em seguida, vendeu a produção agrícola, tomando novo rumo:

Aí voltemos para o mesmo lugar, pra Ilha de Chané. Chegando lá, a casa tinha caído tudo, que era de adobe, a água foi até em cima, aí caiu tudo as parede, só tinha as marcas da casa, porque era de adobe, derreteu tudo sabe? Aí o véi (Miguel Ozório) cortou e rachou bocaiuveira (espécie de palmeira), lá tinha bastante. Aí ele fez barrote (peça de madeira de seção reduzida) e barreou de barro, aí ficamos naquela casinha. Dessa vez, começamos a plantar de novo e ele comprou uns cabritos. O bicho atentado, diferente dos outros bichos. Daí o véi abriu uma roça em frente ao Porto Chané, meio longe, subia uma duas curvas do Rio (Rio Paraguai). Ali nos plantava de tudo, milho, feijão, arroz, mandioca, melancia, cará, até batata. Só as sementes de arroz para plantar ele encomendou do mascate barqueiro que passava. Mas a semente do milho, já tinha mesmo. Mas a semente do arroz ficou 2 anos sem, os passarinhos acabou demais. Aí que ele falou, não vamos plantar mais arroz não, vamos plantar só milho. O milho a maritaca comia, mais ainda deixava. O arroz elas ficava empezinha nos cachos, não sobrava nada. Daí vendia essas coisas ou trocava com o mascate, aí comprava até roupa do mascate, ele vendia de secos a molhado. Era uma loja e mercado no barco dele; tinha outra coisa que ia esquecendo, trocava por peixe também, charque de peixe. (OZÓRIO, 2019a).

Ercília Ozório relembra os acontecimentos que marcaram a passagem da família Ozório por essa região, desde a destruição da casa construída de adobe e sua reconstrução realizada pelo companheiro, até as plantações, a criação de cabras e a difícil domesticação desses animais.

A quilombola recordou a figura do mascate, que era a ligação comercial da família com a sociedade externa: além de comercializar utensílios domésticos, o mascate trasladava as sementes de arroz para alimento e plantio da família. A compra das sementes de arroz foi uma exceção, pois na colheita do ano anterior ocorreu uma invasão de maritacas<sup>26</sup> que, além de gerar prejuízos, levou à escassez dessas sementes. No entanto, a família sempre manteve um estoque de sementes crioulas. De acordo com Carina Carreira Trindade (2006),

sementes crioulas são aquelas sementes que não sofreram modificações genéticas por meio de técnicas, como de melhoramento genético, inclusive, nesse contexto, a transgenia. Estas sementes são chamadas de crioulas ou nativas porque, geralmente, seu manejo foi desenvolvido por comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caboclos, etc. Contudo, semente crioula ou nativa é um termo, pois não é reduzido apenas a sementes em si, mas também pode se referir a tubérculos, como batata, cará, mandioca, entre outros alimentos conhecidos. A semente além de ser um alimento, representa muito mais, pois retrata a cultura de cada comunidade, já que é por meio da alimentação que um povo mais expressa sua cultura, seu modo de viver. (TRINDADE, 2006, p. 4).

Trindade (2006) evidencia que o manejo das sementes crioulas é desenvolvido em comunidades tradicionais, entre elas, as comunidades quilombolas. Em vista disso, constatamos que as variedades de sementes crioulas cultivadas pela família Ozório eram principalmente de milho, feijão, arroz e melancia. Destacamos, também, o cultivo de tubérculos como mandioca, cará e batata, conforme relatou Ercília Ozório.

Frente aos principais eventos ocorridos nessa trajetória descrita por Ercília Ozório, nos atentamos às alternâncias ocorridas nesse período, sempre relacionadas de maneira direta ao ciclo de cheias do Rio Paraguai.

---

<sup>26</sup> Maritaca (*Pionus maximiliani*): é uma ave que pesa cerca de 260 g e mede 25 cm. Ocorre em várias regiões do Brasil e pode ser encontrada, na região Centro-Oeste, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Também ocorre em alguns países da América do Sul, entre eles Bolívia e Paraguai. Disponível em: <https://www.fmvz.unesp.br/Home/sobreocampus/cempas/manual-informativo-sobre-posse-responsavel-de-psitacideos.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

Em um pequeno intervalo de tempo, a família mudou-se pelo menos três vezes, com uma pequena passagem pela cidade de Corumbá, conforme relatou Ercília:

Aí saímos do Porto São Pedro, fomos morar de frente à Chané; ele fez uma casa barriadinha, bem feitinha, fizemos nossa roça, nossa plantação nossa, tudo isso aí passemos lá (...) aí ele plantou uma lavoura de milho, arroz; daí achou que não tava bom, vendeu essa roça de milho, vendeu tudo essa roça, e viemos para Corumbá; aqui em Corumbá nos ficamos, aí quando as águas baixou, aí voltamos de novo, e fomos morar num lugarzinho chamado Ilha do Pescador, aqui mais pertinho (...) mais perto de Corumbá, daqui de Corumbá lá, dá uma hora de barco, motorzinho 15, não gasta uma hora! Não gasta isso não é perto, vamos por uma hora mais ou menos... Então nós ficamos ali, de lá depois, as águas baixou, ficamos lá três anos, três para quatro anos, o máximo, morando na Ilha do Pescador, caçava capivara, ele fazia Girau, o Rio descia ele fazia de novo, até que um ano o Rio encheu mesmo e não teve jeito, aí o rio foi no telhado da casa! Aí nós tivemos que ir para Corumbá... depois dessa enchente que viemos para Corumbá. (OZÓRIO, 2018a).

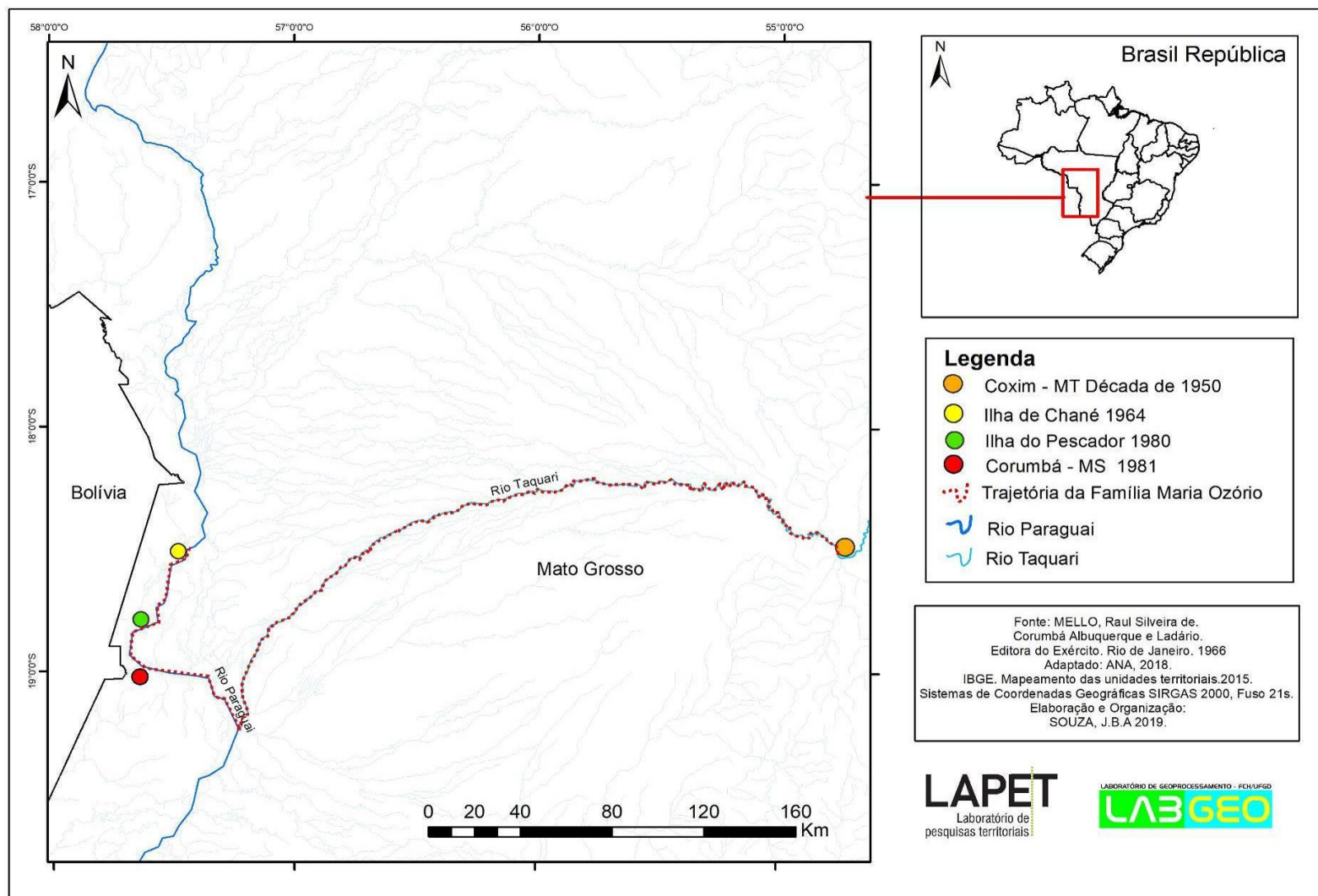
Seguindo essa trajetória, a família Ozório saiu de Porto São Pedro, morou em Corumbá por um período e, depois, retornou para um novo lugar identificado como Ilha do Pescador ou Ilha Comprida. Assim, reunimos todos os relatos e depoimentos de Ercília Ozório, desde a saída da família, ainda na década de 1950, de Coxim, as paragens e moradias no Porto São Pedro, na Ilha de Chané e na Ilha do Pescador, e elaboramos um mapa que representa essa trajetória dos Ozório no Pantanal Sul-Mato-Grossense.

O mapeamento apontado na Figura 9 tem seu marco inicial na década de 1950, quando o núcleo familiar saiu de Coxim em direção a Corumbá. Em 1964, na Ilha de Chané, a trajetória da família Ozório começou a se delinear no Pantanal sul-mato-grossense. Entre os anos de 1964 e 1974, a família passou a alternar sua moradia entre a Ilha de Chané e o Porto São Pedro.

No Rio Paraguai, o grupo se deslocou para a Ilha do Pescador, fixando-se nesse território até 1981. Após outra grande enchente, que causou uma tragédia na família, sua trajetória ganha novos rumos e, finalmente, em 1984, a família Ozório passou a morar na área periurbana da cidade de Corumbá, onde reside até os dias atuais. O mapa da Figura 9 representa a trajetória da família Ozório entre as décadas de 1950 e 1980:

Essa dinâmica de idas e vindas perdurou até 1984, quando, depois de um longo período de seca, ocorreu outra grande cheia do Rio Paraguai, cujo nível atingiu 6,46 metros (v. Figura 7), surpreendendo os ribeirinhos. A cheia trouxe prejuízos para a família Ozório que perdeu, além da lavoura, grande parte das criações.

**Figura 9 – Trajetória da Família Ozório (1950-1981).**



Fonte: elaborado e organizado por Souza (2019b).

Após a aquisição de um barco, a família começou a comercializar a produção de peixes na cidade. Um dos fatores que favoreceu essa comercialização foi a proximidade com a área urbana: a distância da Ilha do Pescador até o Porto Geral de Corumbá é de 15 km, facilitando o deslocamento.

Apesar de algumas melhorias, a família enfrentava várias adversidades. Uma delas era a questão da moradia, pois eram obrigados a ficar em locais provisórios na cidade de Corumbá para a venda do pescado, e a lavoura precisava de cuidados. No entanto, a família necessitava sobreviver e retornava para a Ilha do Pescador (v. Figura 10).

Para melhor compreensão da trajetória da família Ozório, realizamos, em dezembro de 2018, trabalhos de campo no Rio Paraguai, na Ilha do Pescador e na Gleba 2 (Figura 10), território reivindicado pela família Ozório, conforme Laudo de Vistoria n.º 95 do INCRA. No decorrer da visita técnica com uma equipe do INCRA e um membro da família Ozório, constatamos que a Ilha do Pescador é um ponto de referência para o território tradicionalmente ocupado pela família desde a década de 1980.

O território requerido pela comunidade está localizado na margem direita do Rio Paraguai conforme ilustra a Figura 10. Realizamos a marcação dos pontos com um *GPS* e identificação das coordenadas geográficas da área reivindicada. Durante duas décadas, o território tradicional foi a fonte principal de subsistência da família Ozório, onde o núcleo familiar cultivava milho, amendoim, feijão, abóbora, mandioca, melancia, e algumas plantas medicinais que serviam de remédio caseiro para as crianças, além de exercer a atividade da pesca no Rio Paraguai e manter uma pequena criação de animais.

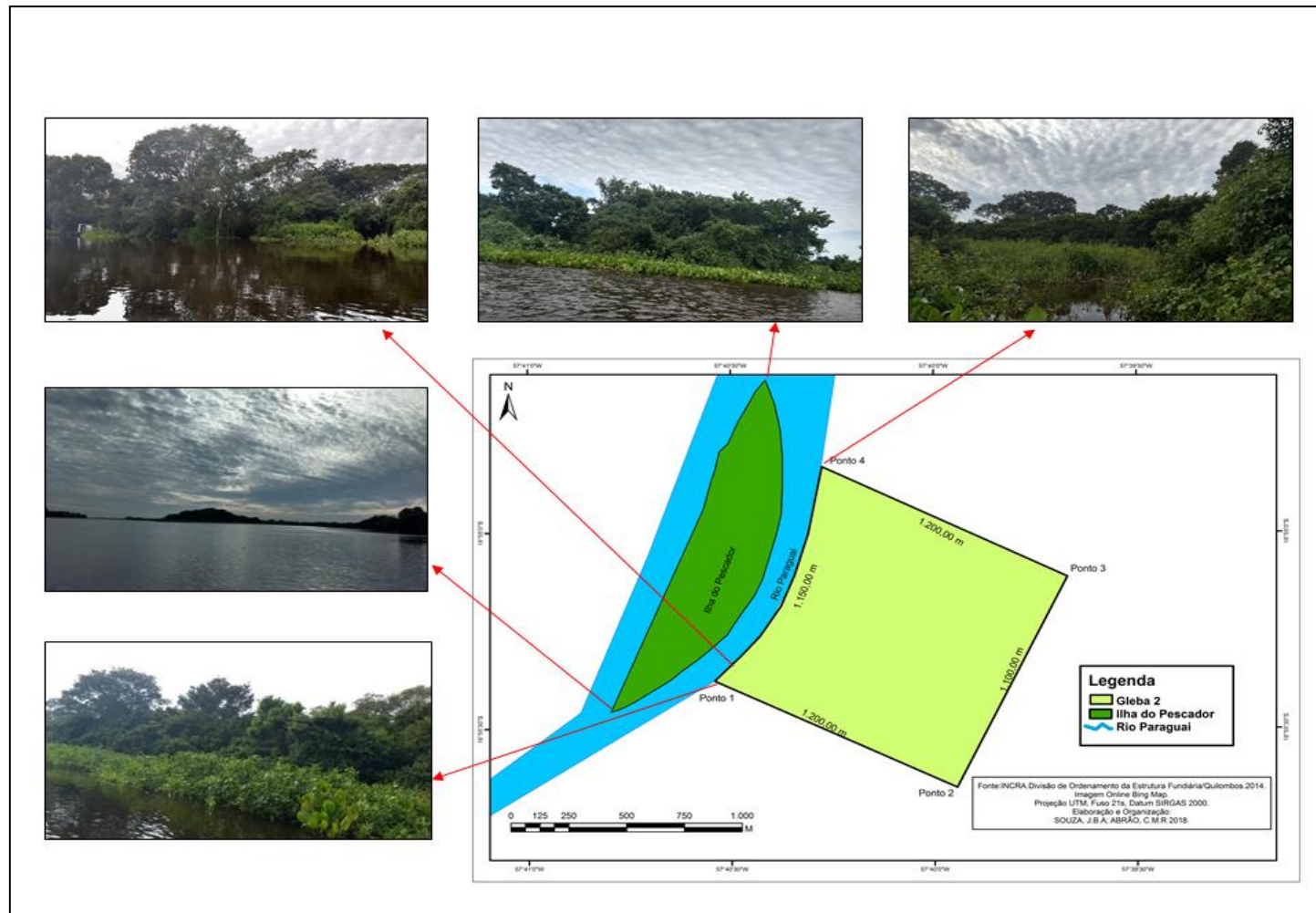
Em decorrência do ciclo de cheias do Rio Paraguai, a família Ozório foi obrigada a procurar abrigo na cidade de Corumbá. De acordo com o relato de Jorge Ozório (2018), um dos primogênitos da família, “esse foi um período de grandes dificuldades, pois os membros da família não tinham uma moradia e nem lugar para plantar e caçar”.

O depoimento de Jorge corrobora os relatos de Ercília Ozório:

Em 81, em 80 tive uma filhinha; em 81 eu perdi ela, aquela que morreu lá, naquele lugar na enchente, nas águas o rio estava cheio... E ele era teimoso fazendo jirau pra pegar capivara... aí as águas baixou nos voltamos e ficamos de novo no mesmo lugar; eu não queria voltar lá mas ele era teimoso, vamo pra lá, que nois tinha que ir para lá, que lá que nois vai ganhar o pão, na ilha do Pescador, aí as águas baixou, e nos voltamos de novo, nos passamos as águas lá no passarinho preto no sobrado; aí as águas baixou e nois voltamos para a ilha do pescador de novo. Fomos morar na mesma casinha que morreu minha filha. A nenenzinha nasceu em 80, e faleceu em 81, ela morreu afogada em 81, aí em 83 que nois viemos para Corumbá [...] aí que nois fiquemos no prédio no porto geral, sabe o Wanderlei Baís? ...viemos para Corumbá de vez, mais nos ia voltar, mas tinha as crianças para ir pra escola, aí ele falou com o prefeito e fiquemos no prédio. (OZÓRIO, 2018a).



**Figura 10** – Localização da Ilha do Pescador/Ilha Comprida (Gleba 2).



Fonte: elaborado e organizado por Souza e Abrão (2018) com base em INCRA (2018).

Foram relatados por Ercília momentos de muitas dificuldades. Segundo ela, a família passou a morar de forma precária no antigo prédio chamado Wanderlei Baís, localizado no Porto Geral. Atualmente, após a revitalização, o prédio abriga o Museu do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

De acordo com Jorge Ozório, ao longo de muitos anos, a família continuou cultivando e produzindo na Ilha do Pescador. Devido ao sucateamento das embarcações e custo muito alto em navegar até esse território, as atividades de produção da comunidade se concentraram na nova área ocupada. Isso não encerrou a alternância da família, que buscou outros territórios para o cultivo e subsistência do núcleo familiar.

Finalmente, trataremos da trajetória que envolveu a família Campos Correia. Nesse caso, apresentaremos um ciclo que se iniciou em Cuiabá – MT, na década de 1940, passando por eventos ocorridos em fazendas do Pantanal e próximas ao Rio Paraguai, entre 1950 e 1960, que culminaram com a fixação do núcleo familiar em uma área conhecida como Buracão, na cidade de Corumbá-MS, em meados de 1970.

## **2.4 Trajetória da Família Campos Correia**

A trajetória da família Campos Correia é descrita na ata de criação da Associação Comunidade Quilombola Ribeirinha Campos Correia AQF2C e nos relatos da matriarca da família, Fermiana Campos, filha de Joana de Campos, nascida em Cuiabá<sup>27</sup> – MT, em 23 de fevereiro de 1945. Fermiana casou-se com Teodoro Correia, em Poconé, e moraram por mais de três décadas em fazendas do Pantanal. Somente em meados de 1970, a família mudou-se para a cidade de Corumbá com os seus quatro filhos.

Os depoimentos e relatos de Fermiana Correia foram fundamentais para compreender a história dessa comunidade. Ao contrário da Comunidade Família Ozório, que tivemos oportunidade de consultar o RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, no caso da Comunidade Campos Correia, a elaboração desse documento está na fase inicial. Nesse contexto, optamos em realizar a escuta ativa, além de aferir os dados na ata de criação dessa comunidade.

---

<sup>27</sup> Verificamos que, na Carteira de Identidade de Fermiana Campos, expedida em 05 de outubro de 1989, consta que sua naturalidade é a cidade de Corumbá. De acordo com a matriarca da família, após a enchente de 1985, em que a família perdeu todos os documentos pessoais, ela teve que solicitar emissão de segunda via, o que ocasionou esse erro.



Nessa perspectiva, os relatos gravados e transcritos no decorrer da pesquisa de campo nas comunidades serão a nossa fonte de dados. Todavia, procuramos evitar o *handicap do a posteriori*, apontado por Becker (2006):

A fonte por excelência da história é, evidentemente, o material escrito, mesmo porque, até recentemente a história não dispunha de outra coisa. Portanto, a questão que se coloca é saber como a “história oral” pode articular com outros tipos de arquivos, cuja a [sic] utilização há muito tempo se tornou habitual. Por natureza a história oral sofre de um handicap: ela não é uma documentação “objetiva”. (BECKER, 2006 p. 27).

As palavras de Becker (2006) refletem o nosso pensamento sobre o papel da história oral, a problemática que envolve a desvantagem dela e, acima de tudo, a articulação da história oral com outros tipos de documentos. É nesse aspecto que buscamos documentos e atas que se articulam com as narrativas da matriarca da família Campos Correia, que será o fio condutor para compreender a trajetória, a formação, a religiosidade e a resistência desse núcleo familiar.

Durante o período de vivência na Comunidade Campos Correia, realizamos escuta ativa com as lideranças e a moradora mais idosa. A matriarca da família relata que as origens da família se iniciaram no estado do Mato Grosso e relembra as memórias da vida nas fazendas do Pantanal.

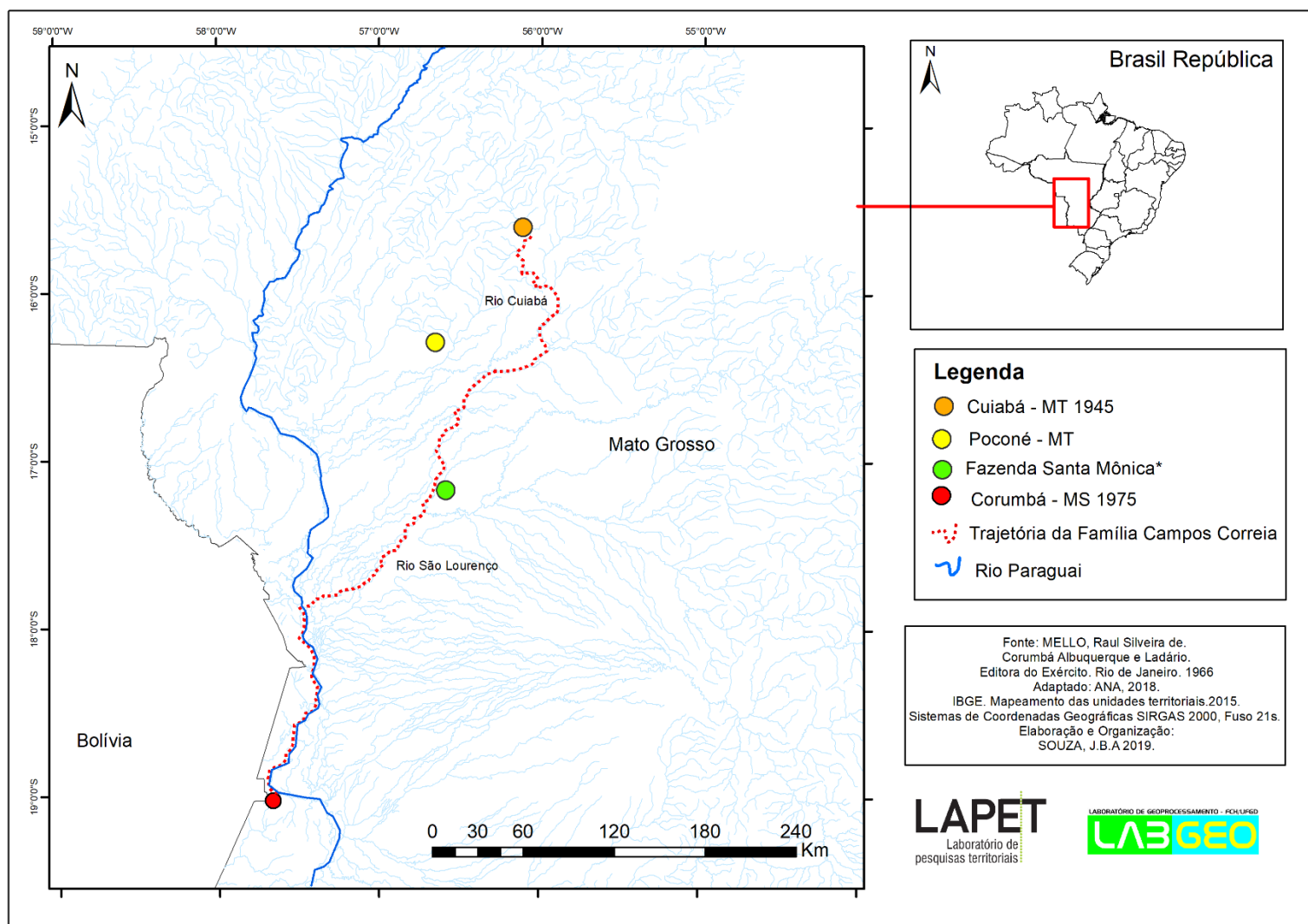
Quando viemos para cá, a gente já morava numa fazenda. Aí depois que viemos pra cá pra Corumbá. Eu já tinha 4 filhos, quando mudamos para cá. Que nasceu aqui foi só os mais novo; é, nasceu quatro filhos aqui. Eu nasci em Cuiabá, no Mato Grosso. Meu pai tomava conta de fazenda lá; nós nos criamos mais nas fazenda também, no Pantanal entre Cuiabá e Poconé. Indo de uma, para outra. Sabe, moramos na fazenda do Lúdio Coelho, o ano eu não lembro. Quando nós chegamos lá, nos era tudo criança. Depois de muitos anos, aí conheci o Teodoro, lá mesmo (nessa fazenda), nós criamos e ficamos mocinha, tudo lá. Aí tem aquelas fazenda que eu falei pra você daquela outra vez, do doutor Gouveia e Santa Mônica, também que nós moramos lá, também, você lembra né?<sup>28</sup> (CAMPOS, 2019).

De acordo com Fermiana, seus pais já trabalhavam nas fazendas do Pantanal e a família sempre se mudava de uma fazenda para outra. Durante a entrevista, ela se esforçou para lembrar os eventos ocorridos no decurso da trajetória da família Campos Correia. Na tentativa de produzir o mapeamento dessa trajetória (Figura 11), realizamos quatro escutas ativas e, nessas conversas, foi possível conhecer um pouco mais da trajetória da família Campos Correia.

---

<sup>28</sup> Fermiana relembrou a primeira entrevista realizada em 15 de dezembro de 2017, no primeiro contato com a comunidade. Entre as várias visitas e o trabalho de campo realizado, essa escuta ativa ocorreu durante o período de vivência na comunidade realizado entre os meses de junho e julho de 2019.

**Figura 11 – Trajetória da Família Campos Correia.**



Fonte: elaborada e organizada por Souza (2019c). \* Provável localização da Fazenda (entre os rios Cuiabá e São Lourenço).

Considerando como marco inicial dessa trajetória o ano de 1945, data do nascimento de Fermiana Campos, em Cuiabá, no estado do Mato Grosso, não iremos especular datas entre os eventos ocorridos no transcorrer de três décadas. Assim, tem-se que, entre 1945 e 1975, a família realizou a trajetória entre Cuiabá e Corumbá. No entanto, durante as entrevistas, não conseguimos identificar os anos com precisão. As únicas datas precisas que tivemos como base foram as datas de nascimento dos filhos da família. O filho mais velho, Manoel Correa Neto, nasceu em 28 de julho de 1964. Fermiana Campos, explicou que:

Primeiro nos conhecemos, começamos namorar, depois casamos. Depois disso saímos de lá, e viemos para outra fazenda, bem mais longe de Cuiabá. Quando a gente morava por essas fazendas, sempre tinha notícia dos meus pais, depois que viemos morar aqui em Corumbá, aí não tivemos mais. Perdeu o contato de tudo, nunca mais vi eles, e eles nunca mais me viram. Nem os meus irmãos nem ninguém, nem sei pra onde que eles moram. Ficou só eu aqui perdida, da turma toda. Ai a gente não sabe por onde eles estão. Isso já faz muito tempo. (CAMPOS, 2019).

Conforme Fermiana, após seu casamento, eles se mudaram para uma fazenda distante de Cuiabá, onde Theodoro Correia trabalhou por vários anos exercendo a função de peão na fazenda Aliança, propriedade do Dr. Goveia. Outro aspecto importante relatado por Fermiana tem relação direta com o Rio Paraguai e seus afluentes. A matriarca da família Campos Correia, relembra suas origens de pescadores e ribeirinhos:

Nós sempre vivia nas fazendas, e tinha os rios também. Não era só o Rio Paraguai, tinha o Rio Cuiabá que eu lembro, e outro rio ainda, aí pegava Rio Piquiri também, São Lourenço e depois o Rio Paraguai. Nadava tudo aí de barco, e pescando. Pescava todos nós, eu, ele e as crianças, já tinha quatro filhos, tinha Manoel, Benedito, Lurdes, e a Anézia. Era bom nesse tempo; a fartura que tinha nos rio, era muito peixe. Era pacu, pintado, dourado, mandí, lambari, cachara, jaú, todos esses peixes, era só pra viver, pra comer mesmo. Era muito peixe, muita fartura. Essa época a gente não tinha barco ainda, só pescava no barranco do rio mesmo. E os filhos continuaram pescando. (CAMPOS, 2019).

As lembranças relatadas por Fermiana nos revelam eventos marcantes referentes à origem do núcleo familiar Campos Correia. Em primeiro lugar, tem-se que a trajetória entre Cuiabá e Corumbá durou pelo menos três décadas e, ao longo desse período, a família morou em várias fazendas do Pantanal mato-grossense. As narrativas de Fermiana são categóricas ao descrever sua trajetória pelos rios Cuiabá, Piquiri, São Lourenço e Paraguai. Segundo a matriarca dos Campos Correia, esses rios foram as estradas que levavam a família de uma fazenda para a outra. Em segundo lugar, outro evento que não passa alheio aos acontecimentos dessa trajetória, certamente está na relação da família com o Rio Paraguai e seus afluentes. Inferimos que, assim como a família Ozório se identifica como comunidade ribeirinha quilombola, a família Campos Correia é tradicionalmente uma família de pescadores.

Ao recordar esse período em que viveu nas fazendas Aliança e Santa Mônica, entre outras, Fermiana revela que o seu esposo recebia uma quantia em cruzeiros<sup>29</sup>, que nem sempre era suficiente para a sobrevivência da família. Para auxiliar na alimentação, a solução estava nos rios da região.

Entre as espécies de peixes consumidos pela família estavam: o pacu, pintado dourado, mandi, lambari, cachara e jaú. Conforme relatos de Fermiana, o pescado era para a subsistência da família, enquanto que a família Ozório, além da subsistência, conseguia comercializar o excedente do pescado.

Ainda em relação à trajetória das duas comunidades ribeirinhas, identificamos uma diferença na relação de trabalho de ambas. Enquanto a família Ozório, liderada por Miguel Ozório, trabalhava por conta, ou seja, tinha uma relação indireta com os fazendeiros do Pantanal, a família Campos Correia manteve uma relação direta entre patrão e empregado; uma relação de domínio e exploração, conforme as narrativas de Fermiana:

Moramos muitos anos nessas fazendas, uns trinta anos, daí para mais. Quando morava nas fazenda perto do Rio Paraguai passava mascate, aí a gente comprava as coisas, mas não era sempre que passava. Porque o pai deles trabalhava na fazenda, recebia tudo certinho. Aí ele guardava o dinheiro, porque tinha que esperar o mascate passar para comprar as coisas que faltava. Sabe, tinha umas coisas que o fazendeiro comprava bastante, daí vendia pra nós, era tudo marcado no caderno e descontado no pagamento. O preço não era tão baratinho, lembro que era tudo em cruzeiro. Ele trabalhava na fazenda, na lida, eu também ajudava na cozinha da fazenda. (CAMPOS, 2019).

Constatamos que a família recebia uma quantia pelos trabalhos prestados na fazenda, o que mantinha suas economias. Além disso, parte do salário era descontada na aquisição de mercadorias fornecidas pelo patrão, uma espécie de caderneta de dívidas, o que se assemelha ao processo de trabalho e exploração dos colonos incorporados à economia cafeeira no início do século XX, conforme versa José de Souza Martins:

Isso instituía uma modalidade de servidão por dívida do colono em relação à fazenda. O que o fazendeiro nele gastava não era salário, era investimento. Quando houve desinteligência entre o colono e o fazendeiro, não foi incomum que este vendesse a outro fazendeiro a dívida do trabalhador, repassando-o, em consequência, como se fosse coisa sua. (MARTINS, 2010, p. 55).

---

<sup>29</sup> CR\$: referente ao sistema monetário brasileiro, entre 1 de novembro de 1942 e 30 de novembro de 1964. Decreto Lei n.º 4.791, de 05 de outubro de 1942. Disponível em: <https://www.casamoaeda.gov.br/portal/a-empresa/sobre-a-cmb.html>. Acesso em: 30 jan. 2019.

A família Campos Correia se inseriria na modalidade de servidão por dívida. No entanto, não há evidências nos relatos de Fermiana que essas dívidas foram vendidas para outro fazendeiro. Porém, assim como apontado por Martins (2010), não era apenas a dívida que mantinha o colono no cafezal, mas o fato de ser um trabalhador livre de meios de produção, sem alternativa senão a de trabalhar nas fazendas da grande lavoura. No caso da família Campos Correia, uma das alternativas era trabalhar na pecuária das fazendas do Pantanal, ou seguir os passos da família Ozório e de muitos outros ribeirinhos do Pantanal.

Apesar do encontro entre as famílias Ozório e Campos Correia ocorrer somente no início da década de 1980, durante o período em que habitaram as fazendas pantaneiras, um evento chama atenção tanto nos relatos de Ercília quanto nos depoimentos de Fermiana: a relação com os mascates e a comercialização de produtos. Conforme aponta Ana Carolina Borges (2008):

Assim, desenvolvendo relações comerciais limitadas espacialmente, transportando produtos de exportação ou gêneros de subsistência sobre embarcações de pequeno porte, os mascates levavam e traziam as mercadorias cursando intensamente a estrada mais utilizada no Pantanal: o rio. Uma de suas principais características enquadrava-se em operações comerciais e de troca, que visavam um deslocamento do espaço com equipamentos, utensílios e mantimentos, perante uma produção que tendia para o nível de abastecimento local e, concomitantemente, ganhavam dimensões internacionais. Entre seus aspectos mais relevantes encontrava-se o fato de que o ciclo de sua atividade, enquanto comerciante, nunca se esgotava. O mascate não realizava apenas a venda, mas suas relações se estendiam também para as trocas, isto é, se desdobravam para relações de contraprestação comercial. (BORGES, 2008, p. 187).

Conforme já abordado no início deste capítulo, a atividade de mascateação teve um papel fundamental nas relações comerciais que eram limitadas durante as décadas de 1950 e 1970, na região do Pantanal. Nesse período ocorria a troca de produtos entre mascates e ribeirinhos. No caso da família Campos Correia, tratava-se da compra de alguns utensílios e mantimentos que não eram fornecidos pelo fazendeiro e, com as economias da família, era possível adquirir esses produtos dos mascates.

Nesse aspecto, é indiscutível que, por meio da oralidade e dos relatos das memórias, tanto Ercília Ozório quanto Fermiana de Campos acabaram revelando algo além das dificuldades para adquirir utensílios básicos e alguns tipos de mercadorias: os ribeirinhos mantinham uma rede de negociações com os mascates e esses comerciantes das águas exerciam o papel de atender, além dos fazendeiros, as classes sociais mais vulneráveis, entre eles, os ribeirinhos e os quilombolas. Outro evento marcante, narrado por Fermiana, diz respeito à chegada da família Campos Correia em Corumbá.

Assim, a quilombola relembra que:

Depois de morar muito tempo nessas fazendas viemos para Corumbá, ele queria sair de lá, aí viemos pra cá. Nos primeiros dias ficamos numa pensão, tinha um dinheirinho ainda [...] Na Pensão Santa Izildinha, que era lá na beira do rio mesmo, lá perto do porto, acho que nem existe mais, faz muito tempo isso, fechou muita pensão daquela época. Daí saímos de lá e viemos morar junto com um parente dele, um sobrinho dele, numa casinha bem perto do Rio Paraguai. Era a primeira de lá pra cá; depois Paulo vai lá com você e mostra, só tem os barco lá perto. Daí, moramos ali um tempão, aí ele trabalhava na fazenda, ia sozinho, que eu não ia mais, aí pescava mais do que na fazenda, morando aqui. Aí o Paulo nasceu aqui, nessa casinha que eu estava falando na beira do rio. Essa casinha não tem mais, mas tem o lugar lá, perto do barranco. (CAMPOS, 2019).

Diferentemente da família Ozório, que ficara acampada em um prédio da prefeitura, conforme apontou Ercília Ozório, a família Campos Correia se hospedou em uma pensão na área do Porto de Corumbá. Procuramos entrevistar os proprietários da pensão mencionada por Fermiana e descobrimos que a Pensão Santa Izildinha<sup>30</sup> realmente existiu, e era localizada na rua Frei Mariano n.º 892. A data de abertura da empresa foi em 15 de maio de 1973; no entanto, a pensão já encerrou suas atividades comerciais.

É possível constatar que a trajetória da família Campos Correia no Pantanal teve início na década de 1945 e, assim como a família Ozório, a vereda desse grupo tem, no Rio Paraguai, um ponto de partida e chegada, com um intervalo de tempo nas fazendas pantaneiras, até a fixação na área periurbana de Corumbá, mencionado pela família, como Buracão.

De certa forma, podemos dizer que a trajetória das três famílias quilombolas foi marcada, sobretudo, por muita resistência ao longo desses anos e, nesse ínterim, não ocorreu a formalização dessas comunidades. Isso só foi possível por intermédio da articulação entre as lideranças quilombolas e o IMNEGRA, que iniciou o trabalho de criação das Associações e, posteriormente, foi realizado o processo de autodefinição dessas comunidades e certificação expedida pela FCP.

De modo geral, retratamos, neste capítulo, os eventos que envolveram a formação, identificação e as trajetórias das comunidades quilombolas do município de Corumbá. Tivemos como suporte de documentação, atas, certidões e fotografias. Aprendemos a ouvir cada detalhe dessas trajetórias e descobrimos que, na história oral, estão memorizados os

---

<sup>30</sup> CNPJ: 03.048.329/0001-10 Nome de Fantasia: Pensão Santa Izildinha Nome Empresarial: Mauro Barnabé Gomes da Silva. Data da Abertura:15/05/1973. Situação: Baixada. Disponível em: <https://cadaastroempresa.com.br/cnpj/03048329000110/pensao-santa-izildinha-mauro-barnabe-gomes-da-silva>. Acesso em: 30 jan. 2019.



momentos marcantes, datas, períodos e acontecimentos da vida dos indivíduos que não estão incluídos na história e geografia oficiais.

Na produção da trajetória de cada família quilombola, constatamos histórias de resistências e sobrevivência no Pantanal sul-mato-grossense. Descobrimos por meio de cada relato que, apesar de habitarem regiões diferentes do Pantanal, o Rio Paraguai foi a junção dessas trajetórias.

Aprendemos a ouvir as narrativas e os acontecimentos que marcaram essas famílias, e a compreender as dificuldades enfrentadas no isolamento das fazendas pantaneiras e ilhas fluviais. As práticas econômicas compreendiam escambo, venda de peixes e agricultura familiar, na fronteira com a Bolívia. Constatamos, ainda, que um mascate pode ser o mais importante portador de mercadorias na vastidão pantaneira.

Reproduzir as trajetórias desses núcleos familiares transcorreu em revisitar o passado, e trazer à tona lembranças retidas na sua memória. Recordações marcadas por sofrimentos e descaminhos materiais, como, por exemplo, quando da ocorrência de enchentes do Rio Paraguai, parte da mobília era arruinada, e documentos, fotografias, e entes queridos eram perdidos.

Inferimos que a força e a resistência das comunidades quilombolas de Corumbá possuem raízes significativas nessas trajetórias, as quais assimilaram formas de produzir novas territorialidades. Esses deslocamentos pelo Rio Paraguai se assemelham aos quilombolas volantes do século XVIII, no interior paulista, e em alguns lugares da região Nordeste

Acreditamos que essa mobilidade sobre o Rio Paraguai foi a força motriz desse grupo de quilombolas no Pantanal sul-mato-grossense que, ao se fixarem na cidade de Corumbá, na década de 1980, reinventaram uma nova trajetória e produziram multiterritorialidades.

Depois de elucidarmos as trajetórias das famílias Ozório, Campos Correia e Maria Theodora, necessitamos assimilar as formas de produção e resistência dessas comunidades quilombolas. Para isso, no decurso do período de vivência nas comunidades, realizamos o mapeamento dos territórios tradicionalmente ocupados, analisamos a produção das comunidades, a situação dos núcleos familiares, as políticas públicas, as formas de resistências e as manifestações culturais existentes nas comunidades quilombolas de Corumbá.

## CAPÍTULO 3

### AS RESISTÊNCIAS DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE CORUMBÁ-MS

Neste capítulo buscamos apresentar as formas de produção das comunidades quilombolas de Corumbá por meio do mapeamento e da análise dos três territórios quilombolas localizadas no Pantanal sul-mato-grossense, na sub-região Paraguai. Durante o período de vivência e pesquisa de campo realizados nessas comunidades, coletamos as coordenadas geográficas com auxílio das lideranças e dos moradores quilombolas, efetuamos a captação de imagens e, por meio da representação cartográfica, produzimos mapas de localização das comunidades na cidade. Além de mapas que apresentam o movimento relacionado à moradia e aos núcleos quilombolas, configurou-se a cartografia das comunidades quilombolas de Corumbá.

Foram mais de dois anos de vivências e pesquisas de campo nas comunidades quilombolas Família Ozório, Família Campos Correia e Maria Theodora, onde realizamos, conjuntamente com as lideranças e moradores dessas comunidades, e a equipe do INCRA, o trabalho de mapeamento, o qual denominamos “cartografia das comunidades quilombolas de Corumbá”. O material está fundamentado em dois estudos de referência nacional no tocante ao mapeamento e cartografia dos territórios e comunidades quilombolas: primeiro, temos a obra *Quilombos: Geografia Africana – Cartografia Étnica – Territórios Tradicionais*<sup>31</sup> e o segundo é o *Projeto Nova Cartografia Social: Quilombolas do Brasil*<sup>32</sup> (SEPPIR/PNUD).

Na produção da cartografia quilombola de Corumbá, utilizamos o Sistema de Posicionamento Global (GPS) para a coleta dos pontos com as coordenadas geográficas de cada território tradicionalmente ocupado. Após serem extraídos do GPS, os pontos foram espacializados no programa ArcGIS 10.6 e produzimos os mapas. Em seguida, realizamos a inserção dos dados na plataforma [www.geoquilombolas.com.br](http://www.geoquilombolas.com.br)<sup>33</sup>, com a autorização e o consentimento das lideranças das comunidades pesquisadas.

<sup>31</sup> Projeto coordenado pelo Prof. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (2009). Disponível em: <http://www.rafaelsanziodosanjos.com.br/publica%20a7%20b5es.html>. Acesso em: 10 fev. 2019.

<sup>32</sup> Projeto coordenado por Alfredo Wagner Berno de Almeida entre 2013 e 2016. Entre os objetivos específicos do projeto, destaca-se o mapeamento das comunidades quilombolas tituladas, certificadas, com Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), reivindicadas pelos movimentos sociais quilombolas e em “intersecção” com unidades de conservação. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/quadro-de-projetos/>. Acesso em: 12 fev. 2019.

<sup>33</sup> Disponível em: <https://www.geoquilombolas.com.br/corumba1>. Acesso em: 15 fev. 2019.

Com o propósito de melhor compreender a produção das comunidades quilombolas de Corumbá, realizamos uma consulta de dados primários do censo municipal quilombola realizado pela CPPPIR - Coordenadoria de Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial de Corumbá de Corumbá. Em um segundo momento, participamos do preenchimento do CGIQ - Cadastro Geral de Informações Quilombolas nas comunidades quilombolas Ribeirinha Família Ozório, Ribeirinha Campos Correia e Maria Theodora.

Por meio de dados concomitantes das três comunidades, que foram processados no preenchimento do CGIQ, foi possível identificar o número de famílias de cada uma, a localização e inserção dos endereços e coordenadas geográficas das três comunidades na plataforma da FCP. Reunimos dados referentes ao acesso a serviços públicos, atividades produtivas, empreendimentos que impactam as comunidades, além dos conflitos fundiários existentes nelas. Por fim, foi realizado um inventário das celebrações, festejos, manifestações culturais e religiosidade das comunidades quilombolas de Corumbá.

Por efeito das informações levantadas e a importância dos materiais coletados, neste capítulo apresentaremos um conjunto de elementos e eventos que explicitam a existência e resistência das comunidades quilombolas pesquisadas. Nesse contexto, iremos discutir os principais elementos em duas etapas. A primeira pauta-se nos problemas sociais enfrentados pelas comunidades: a) acesso aos serviços públicos; b) atividades produtivas; c) empreendimentos que impactam essas comunidades; e d) conflitos fundiários. Nessa fase, também iremos discutir a ausência de políticas públicas nessas comunidades.

Por sua vez, a segunda etapa foi inventariada nas formas de resistências dessas comunidades, sendo classificada em dois grupos: a) celebrações e festejos; e b) manifestações culturais e religiosidade. Diante do exposto, buscaremos compreender os significados políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais da resistência das comunidades quilombolas, caracterizando a produção de uma multipolaridade territorial, como alternativa ao modelo imposto pelo capital hegemônico.

Nesse contexto, elaboramos um panorama da situação social e fundiária das comunidades quilombolas de Corumbá por intermédio da participação em reuniões entre as lideranças quilombolas das Comunidades Família Ozório, Campos Correia e Maria Theodora, os representantes do MPF (Ministério Público Federal) e a unidade local do INCRA, e o acompanhamento dos processos que envolveram a desapropriação das áreas próximas à Comunidade Campos Correia e Retificação de Área de Imóvel na Comunidade Maria Theodora, além da pesquisa de campo nas três comunidades, onde identificamos vulnerabilidade social.

Ainda durante o período de vivência nas comunidades quilombolas, identificamos as outras gentes pantaneiras e os não quilombolas, com os quais os quilombolas mantêm

relações comerciais, culturais e religiosas. No item a seguir trataremos da formação das comunidades quilombolas em Corumbá.

### **3.1 A formação das comunidades quilombolas de Corumbá**

É necessário adotar um parâmetro de análise das três comunidades quilombolas pesquisadas. Nesse aspecto, destacamos, neste capítulo, três eventos que corroboram a existência das comunidades quilombolas Família Maria Theodora, Família Ozório e Família Campos Correia, no município de Corumbá-MS.

O primeiro evento tem relação com o núcleo familiar de cada comunidade, pois as comunidades possuem os nomes e sobrenomes dos fundadores das mesmas. Como já esclarecemos no primeiro capítulo, a origem dos nomes das comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul é caracterizada em quatro grupos que classificamos em: a família, o lugar, os santos e a história da comunidade. No caso das comunidades de Corumbá, todas pertencem ao grupo “família”, isto é, a comunidade recebeu o nome de um dos fundadores.

A partir das informações contidas na ata de criação de cada associação quilombola pesquisada, juntamente com os relatos e depoimentos dos membros desses núcleos familiares quilombolas, elaboramos a genealogia e descendência das famílias quilombolas que serão apresentadas neste capítulo.

Além disso, priorizamos apresentar cópias das certidões da FCP, fotografias antigas, brasões<sup>34</sup> das comunidades, termos de autorização, e certidões do título definitivo, por considerarmos esses elementos como cruciais e que fundamentam a existência das comunidades quilombolas em Corumbá, não cabendo apenas em anexos. Todavia, trata-se de elementos que norteiam o “existência” e “resistência” dessas comunidades.

Bourdieu e Bourdieu (2006), ao analisar o camponês e a fotografia na sociedade camponesa do sul da França na década de 1960, versam sobre uso social e o sentido das fotografias. O autor descreve que a fotografia teve o papel de eternizar os momentos especiais da vida social camponesa:

Percebe-se por que a fotografia deve estar associada a elas, já que provê os meios para eternizar e solenizar estes momentos intensos da vida social, em que o grupo reafirma a sua unidade. Não é por acaso que a ordem em que a fotografia foi introduzida no ritual das cerimônias corresponde à importância social de cada uma delas. (BOURDIEU; BOURDIEU, 2006, p. 32).

---

<sup>34</sup> Conjunto de sinais, insígnias e ornamentos do escudo de um estado, uma cidade, uma família. Nesse caso, o brasão representa o conjunto de sinais de cada família e comunidade quilombola.

Ainda referente à ordem em que a fotografia foi sendo introduzida no contexto social camponês, percebemos que o casamento tinha a maior importância em ser registrado; em seguida, a cerimônia da primeira comunhão; e, por último, o batizado. Constatamos essa ordem nas fotografias obtidas nas comunidades pesquisadas e inferimos que, assim como no sul da França antes da década de 1960, a prática fotográfica foi inicialmente restringida a alguns fotógrafos amadores isolados, todos pertencentes à burguesia, o que dificultou o registro fotográfico em grande escala, seja no interior francês de 1930 ou no interior do Brasil no mesmo período. Com isso, os registros fotográficos dos núcleos familiares quilombolas do Pantanal eram um evento raro e excepcional.

Aqui vale uma comparação: na fotografia (Figura 12) da família Gonçalves de Paula, tirada na década de 1930, aparece apenas o casal Maria Theodora e Mariano Gonçalves, enquanto na fotografia (Figura 13) da família Ozório, feita na década de 1970, além do casal, aparecem todos os filhos.

**Figura 12** – Maria Theodora Gonçalves de Paula e Mariano Gonçalves de Paula.



Fonte: Acervo pessoal da Família Gonçalves de Paula.

**Figura 13** – Família Ozório posa para foto.



Fonte: Acervo pessoal da Família Ozório.

De acordo com Bourdieu e Bourdieu (2006), a fotografia era exceção nos batizados e cerimônias que envolviam crianças. Essa realidade passou a mudar somente a partir de 1945:

É só por volta de 1930 que fotografias da primeira comunhão começam a surgir, enquanto que as fotografias de batizados são ainda mais recentes e raras. Durante os últimos anos, alguns camponeses tiraram proveito da presença dos fotógrafos em feiras agrícolas para tirarem uma fotografia com o gado, embora sejam raros esses casos. Nos batizados, que nunca deram lugar a grandes cerimônias, e onde estavam presentes apenas os parentes mais próximos, a fotografia permanece excepcional. Na antiga sociedade camponesa, uma criança nunca era o centro das atenções, como acontece hoje em dia. As grandes festas e cerimônias da aldeia eram sobretudo eventos para os adultos, e foi apenas a partir de 1945 que as celebrações destinadas às crianças (por exemplo, o Natal e a Primeira Comunhão) se tornaram importantes. À medida que a sociedade dedica mais atenção às crianças e, dessa forma, às mulheres enquanto mães, o hábito de tirar fotografias de crianças aumenta. Nessa época, fotografava-se sobretudo os adultos. Em segundo lugar, grupos familiares, pais e filhos juntos, e só excepcionalmente crianças sozinhas. (BOURDIEU; BOURDIEU, 2006, p. 33).

Bourdieu e Bourdieu (2006) parte da noção de que as fotografias devam ser objeto de uma leitura sociológica e que, por meio do confronto de conhecimentos e experiências, situa-



se cada pessoa por referência à linhagem a que pertence e, frequentemente, a leitura de fotografias antigas assume a forma de uma conferência sobre ciência genealógica.

É nessa perspectiva que ousamos não apenas incluir as raras fotografias das famílias quilombolas de Corumbá nos anexos desta obra. Preferimos apresentá-las e, ao mesmo tempo, produzir uma árvore genealógica a partir dessas fotografias e relatos dos descendentes do núcleo familiar principal de cada comunidade quilombola pesquisada.

Por conseguinte, prosseguimos nos eventos ocorridos nessas comunidades e verificamos que o segundo está diretamente relacionado ao ato de criação das Associações Quilombolas. Todavia, a criação de uma associação é o primeiro passo importante para obtenção da certidão de autodefinição de comunidade remanescente de quilombo, emitido pela FCP. Vale a pena ressaltar que a documentação obrigatória para iniciar o processo de certificação de autodefinição de uma comunidade quilombola é constituída por:

- Histórico da comunidade;
- Ata de reunião da assembleia;
- Requerimento devidamente preenchido.

De acordo com as orientações<sup>35</sup> da FCP, o histórico da comunidade quilombola deve incluir relatos da ancestralidade quilombola da comunidade, levando em consideração a memória das pessoas mais idosas e dos seus antepassados; dados sobre a formação da comunidade, as primeiras famílias, como elas viviam, além de informações referentes à tradição dessa comunidade, como os festejos, atividades produtivas, celebrações e manifestações culturais.

Salientamos que o histórico das comunidades também é obrigatório nos RTID, uma das fases para a titulação do território junto ao INCRA. Diante disso, esclarecemos que, das três comunidades pesquisadas, apenas a comunidade família Ozório possui o RTID. Este documento está na fase inicial na comunidade Campos Correia, e ainda não se iniciou na comunidade Maria Theodora. Frisamos, ainda, que o histórico dessas comunidades em estudo, foi abordado neste capítulo através da trajetória de cada uma delas, e nos pautamos nos relatos e na memória dos atores mais idosos.

A ata de reunião da assembleia deve estar pautada nas orientações da FCP, que, nos termos da Portaria n.º 98/2007, solicita que a Ata de Autorreconhecimento trate

---

<sup>35</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-certidao-de-autodefinicao-de-comunidade-remanescente-de-quilombo#anchor1>. Acesso em: 10 fev. 2019.

exclusivamente do processo de autorreconhecimento da comunidade enquanto remanescente de quilombo.

Assim, a ata de reunião da assembleia deve incluir data, local e horário (de início e fim da reunião); nome das lideranças da comunidade e representantes dos órgãos (do estado e da sociedade civil) que participarem da reunião/assembleia; pauta da reunião/assembleia, que deve ser exclusivamente voltada à deliberação acerca da autodefinição da comunidade enquanto remanescente de quilombo; e, por fim, as discussões abordadas: parte fundamental para esclarecer porque as decisões foram tomadas, conforme as orientações da FCP.

A última documentação obrigatória no processo de certificação de autodefinição de uma comunidade quilombola compreende o preenchimento do requerimento de certificação. Nesse documento devem ser incluídos o nome do destinatário, no caso o presidente da FCP, o nome da comunidade, bem como o do município e do estado de sua localização. O texto requer, ainda, a certificação enquanto comunidade remanescente de quilombos nos termos do Decreto n.º 4.887/2003 e da Portaria FCP n.º 98/2007. Por último, deve conter a assinatura<sup>36</sup> do (a) presidente da Associação da Comunidade.

O terceiro evento que será analisado neste capítulo concerne ao surgimento da identidade visual de cada uma das comunidades através da criação de brasão<sup>37</sup>, símbolos, ou *banners* que representem a comunidade em desfiles, comemorações e outras atividades culturais no município de Corumbá. Consideramos esse, como o momento em que a comunidade é apresentada para a sociedade corumbaense, a fim de romper o estigma da invisibilidade social.

Isso posto, trataremos de mostrar o processo que envolveu a formação das comunidades quilombolas corumbaenses em que serão apresentados os eventos que marcaram esse processo. Depois da trajetória de cada comunidade até se fixar em Corumbá, teve início, a partir de 2010, com o apoio sincrético do IMNEGRA, a articulação dos núcleos familiares quilombolas, a criação das associações, a certificação das comunidades na FCP e, finalmente, a existência dessas comunidades quilombolas enquanto atores desse processo.

---

<sup>36</sup> De acordo com o modelo de requerimento disponibilizado pela FCP, caso a comunidade não possua associação constituída, o requerimento deve vir assinado por três membros dessa comunidade.

<sup>37</sup> Símbolo das comunidades quilombolas que geralmente é impresso em *banners* e camisetas que são usadas em reuniões, comemorações, atividades culturais e nos desfiles cívicos da cidade de Corumbá-MS.

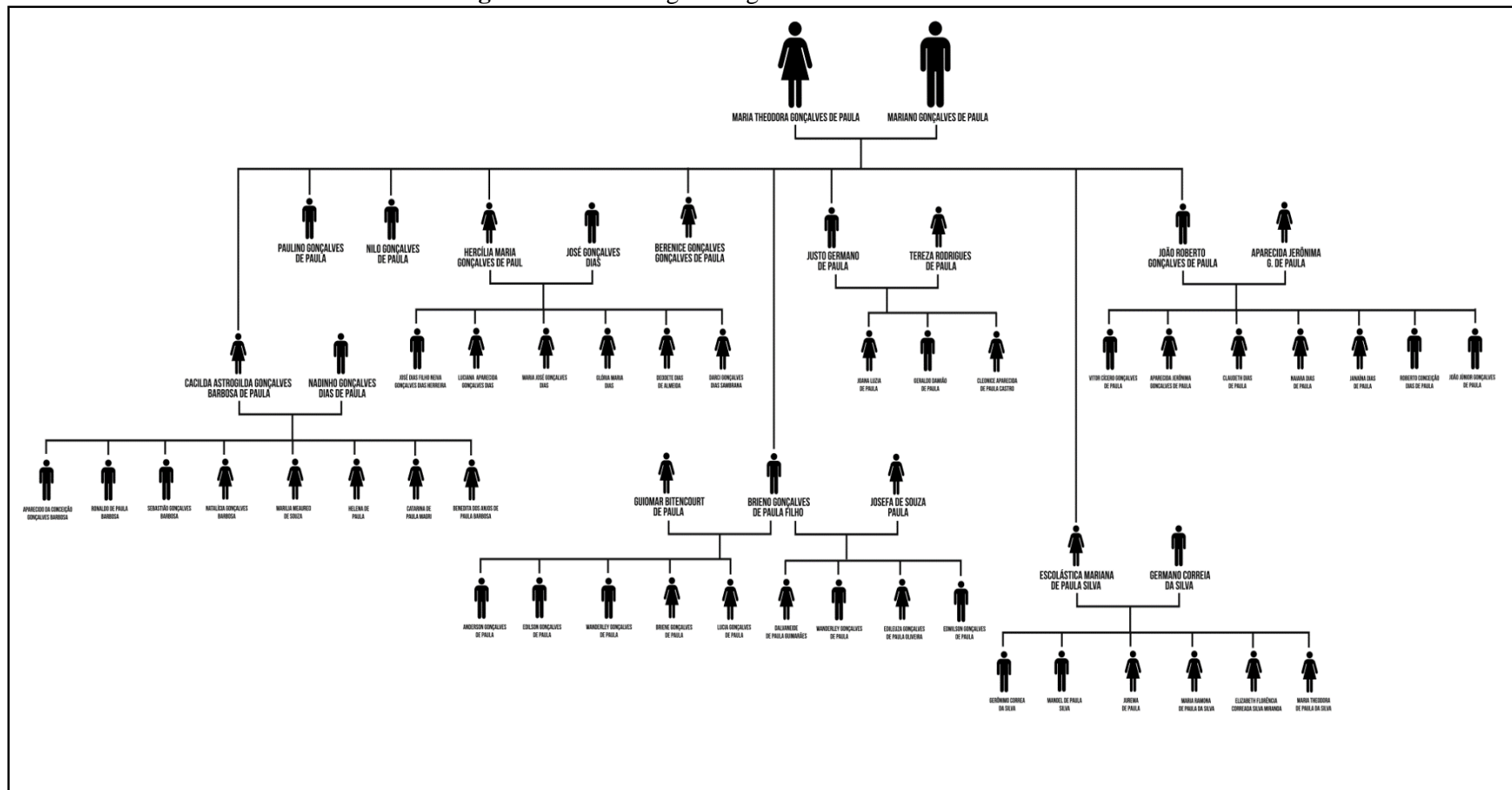
Nessa perspectiva, iniciaremos com a formação da família Maria Theodora. Antes de iniciar o trabalho de campo na Comunidade Remanescente Quilombola Maria Theodora Gonçalves (ACTHEO), seguimos as orientações da presidente do IMNEGRA para chegar até o local e, mesmo com as referências, tivemos dificuldades em localizar o grupo. Assim, percebemos que a maior parte da população corumbaense não identifica o local como uma comunidade quilombola, mas reconhece como o “Terreiro de Cacilda”. As informações referentes à genealogia da família de Gonçalves de Paula foram obtidas somente na terceira visita que realizamos nessa comunidade, quando ocorreu a entrevista com uma das filhas de Cacilda, a Mãe de Santo Natalícia Gonçalves Barbosa, neta de Maria Theodora.

Realizamos um período de vivência nessa comunidade, procurando respeitar o cotidiano do núcleo familiar e seus horários de trabalho. Nesse sentido, a maioria das visitas, entrevistas e escutas ativas foram executadas nos finais de semana e feriados. Além disso, participamos de cerimônias religiosas, de reuniões da associação, do preenchimento do CGIQ da FCP e da visita técnica da Subsecretaria da Igualdade Racial e da Presidente do IMNEGRA. É preciso entender os principais eventos que marcam a formação da comunidade ACTHEO. Para tanto, elaboramos uma árvore genealógica que representa a descendência da família Maria Theodora, conforme mostra a Figura 14.

Nessa árvore genealógica está representada a primeira geração da família Gonçalves de Paula. O casal teve dez filhos, entre os quais, destacamos as três filhas: Maria Hercília, Cacilda Gonçalves e Escolástica Mariana, que foram as mulheres que iniciaram a formação de terreiros e tendas existentes na comunidade.

Cacilda Astrogilda Gonçalves Barbosa de Paula, conhecida como “Mãe de Santo Cacilda”, fundou a Tenda Nossa Senhora da Conceição. Com a morte da líder religiosa, Natalícia Gonçalves Barbosa, conhecida como Cotó, manteve a tradição religiosa da família. Na mesma comunidade, foi fundada por João Gonçalves de Paula Junior, conhecido como Joãozinho, neto de Maria Theodora, a Tenda Nossa Senhora da Guia, que atualmente representa a resistência religiosa na comunidade quilombola. A temática da religiosidade da comunidade será versada no item 3.5 deste capítulo, no qual trataremos da religião de matriz africana como forma de resistência da mesma.

**Figura 14** – Árvore genealógica da Família de Maria Theodora.



Fonte: elaborada pelo autor baseado na Ata de reunião n.º 01/2010 (ACTHEO, 2010).

De acordo com a Ata de n.º 1/2010 e depoimentos registrados no ato da criação da ACTHEO, durante assembleia geral extraordinária de fundação da associação realizada em 10 de outubro de 2010, a comunidade foi fundada por Maria Theodora, nascida no estado de Mato Grosso e casada com Mariano Gonçalves de Paula:

E solicitou aos membros mais antigos da comunidade (senhora Jurema Corrêa de Paula Silva) que fizessem um resumo histórico da família, o que foi feito: Esta comunidade existe há 90 anos, a matriarca da nossa comunidade foi Maria Theodora Gonçalves de Paula, que havia sido escrava na região de Mimoso – MT, morreu ainda jovem, antes dos 50 anos, foi casada com Mariano Gonçalves de Paula, descendente de escravizados, que veio de Cuiabá por volta de 1920, conheceu Dona Maria Theodora, que trabalhava em uma fazenda na região do Pantanal, nas imediações de Corumbá, na época pagou certa quantia de dinheiro, uma espécie de alforria, com este pagamento conseguiu levá-la para a cidade de Corumbá, mais precisamente onde é hoje o Bairro Nossa Senhora de Fátima, num local que era conhecido por Avenida Operária, mas que era uma mata fechada, onde havia muitas frutas silvestres, melancia, maxixe, abóbora, mas também muitos bichos peçonhentos, como cobras, aranhas e escorpiões, mas conseguiram superar estas adversidades e manter a família no local até a presente data. (ACTHEO, 2010, p. 2).

No decorrer do período de vivência na comunidade, procuramos entrevistar uma das mais antigas quilombolas, Jurema Corrêa de Paula Silva, mas infelizmente não obtivemos êxito, pois ela faleceu antes de conceder a entrevista.

Percebemos que a trajetória percorrida por Maria Theodora e Mariano Gonçalves de Paula, entre a cidade de origem e Corumbá, foi realizada em um período menor em relação às outras duas comunidades, ou seja, o casal não residiu em fazendas pantaneiras. Identificamos poucos relatos do que realmente aconteceu nesse período.

De acordo com depoimentos descritos na ata de criação da Associação da Comunidade Quilombola Maria Theodora, é possível identificar os eventos apresentados no segundo capítulo que diz respeito a trajetória da Família Maria Theodora e pressupor que o marco inicial dessa trajetória foi em Cuiabá – MT, com o nascimento de Mariano de Paula. O segundo elemento desse trajeto é a cidade de Mimoso, também no estado de Mato Grosso. E, por último, o encontro do casal em uma fazenda na região do Pantanal. Assim, pressupomos que essa trajetória foi realizada pelo Rio Cuiabá, passando pelo Rio São Lourenço e, tão somente depois, via Rio Paraguai.

No documento, destacam-se pelo menos quatro eventos: o período pós-escravidão em Cuiabá; a origem da família Gonçalves de Paula; a trajetória da família já descrita nesta obra; e, por último, a fixação no território na cidade de Corumbá.

Diante da análise empreendida, podemos confirmar a ideia de que a existência da Comunidade Quilombola ACTHEO está diretamente ligada à matriarca da família, Maria Theodora Gonçalves de Paula, casada com Mariano de Paula (Figura 12).

A história do casal Gonçalves de Paula resiste há um século na memória coletiva dessa comunidade. É notório, diante dos relatos dos descendentes de Maria Theodora, a relevância que ela ainda representa para as novas gerações. Isso pode ser ratificado nas falas de Natalícia Gonçalves, neta de Maria Theodora, que revela:

Minha mãe (Cacilda) sempre dizia, que tudo isso aqui vinha da herança da minha vó; sabe uma herança que não tem preço? É bem mais valorosa. Minha avó que começou tudo, depois foi passando para os outros filhos e netos. Ela e meu avó Mariano, que vieram pra cá, chegou aqui não tinha nada, era só mato. Hoje tem a comunidade na cidade, mas se não fosse minha avó, não era nada isso aqui. As mulher da família continuou, foi passando pra frente. (BARBOSA, 2018).

A expressiva imagem de Maria Theodora, relatada por sua neta Natalícia, representa a resistência da comunidade quilombola ao longo de três gerações e suas mães de santo, que são retratadas no Brasão da Associação da Comunidade da Família Maria Theodora Gonçalves de Paula (ACTHEO), conforme mostra a Figura 15. Esses brasões, produzidos pelas associações, são representações da própria memória das famílias quilombolas. Podemos comparar essas representações com aquelas interpeladas por Goettert (2008) em seu trabalho sobre a migração gaúcha para o Mato Grosso:

Toda memória, ainda, é produzida sobre representações. Interessamos, aqui, resgatar e compreender as representações dos lugares de origem e de destino, antes e depois da migração, tanto por migrantes quanto por não-migrantes. Partimos do entendimento inicial que as representações calcam-se sobre valores e, esses, participam do todo social, pois, como acentua Edward P. Thompson, toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores. (GOETTERT, 2008, p. 60).

No caso das comunidades quilombolas, essas representações estão relacionadas, além da memória dos mais velhos, à trajetória das famílias no Rio Paraguai e à própria sobrevivência no Pantanal. Cada imagem, retratada nesses brasões, tem um significado único, seja a representação dos pescadores, ou a união da família e das mães de santo da ACTHEO, conforme ilustra a Figura 15. Podemos identificar, na figura, a imagem de quatro mulheres, a saber: Maria Theodora, a matriarca da família, e suas três filhas, Maria Hercília, Cacilda Gonçalves, e Escolástica Mariana. O emblema, de cores azul e branca, apresenta, ainda, uma cruz ao centro, dentro de um triângulo envolvido por um círculo azul e, logo abaixo, os dizeres “Aqui tem Deus”, além da data de fundação da associação. Uma das filhas de Maria Theodora, Cacilda, colocaria a comunidade em destaque na década de 1970. Nesse período, a Mãe de Santo Cacilda atraiu, para o seu terreiro, centenas de pessoas em busca de curas e milagres.



**Figura 15** – Brasão da Associação da Comunidade da Família Maria Theodora – ACTHEO.



Fonte: Acervo da ACTHEO (2013).

As três comunidades quilombolas de Corumbá foram contempladas, pela primeira vez, na agenda cultural da 15ª edição do Festival América do Sul Pantanal (FASP), em 2019. Na ocasião, a Mãe de Santo Cacilda Gonçalves de Paula foi homenageada, conforme demonstra a Figura 16. Apesar da importante homenagem feita pela Secretaria Estadual de Cultura durante o FASP (2019), constatamos que nem todos os descendentes de Cacilda foram convidados ao tributo póstumo da Mãe de Santo mais ilustre de Corumbá.

O que está posto, até o momento, envolve a trajetória da família Maria Theodora iniciada em 1920. A formação da Associação ACTHEO foi formalizada judicialmente em 2010. Em seguida, a comunidade, com suporte do IMNEGRA, iniciou o processo de certificação de autodefinição de uma comunidade quilombola, que compreende o preenchimento do requerimento de certificação.

A certificação da Comunidade de Família Maria Theodora Gonçalves de Paula ocorreu no dia 19 de dezembro de 2011, pela FCP, em Certidão de Autodefinição (Figura 17) assinada por Alexandre Anunciação Reis, diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro (FCP), e, pelo então presidente substituto da FCP, Martvs Antônio Alves das

Chagas. Apesar de possuir a Certidão de Autodefinição, expedida há quase uma década, a Comunidade Quilombola Maria Theodora não possui a titulação emitida pelo INCRA. Nos últimos dois anos, a comunidade passou a enfrentar conflitos envolvendo a posse da terra, além da construção de empreendimentos imobiliários que ameaçam a estrutura física do terreno, comprometendo o patrimônio material dessa comunidade.

**Figura 16** – Banner de homenagem a Mãe Cacilda (*in memoriam*) FASP (2019).



Fonte: imagem capturada pelo autor durante o trabalho de campo em 2019.

**Figura 17** – Certidão de Autodefinição Comunidade de Família Maria Theodora Gonçalves de Paula.

75  
*[Handwritten Signature]*

  
**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**  
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

**Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro**

**CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO**

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Fundação nº 01420.015816/2011-11 **CERTIFICA** que a **COMUNIDADE DE FAMÍLIA MARIA THEODORA GONÇALVES DE PAULA**, localizada no município de CORUMBÁ/MS, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 014, Registro n.1.637, fl.054, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINI COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO.**

Eu, **Alexandro Anuniação Reis**, (Ass. *[Handwritten Signature]*) Diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, **19 de dezembro de 2011.**

O referido é verdade e dou fé.

*[Handwritten Signature]*  
**Martvs Antonio Alves das Chagas**  
**Presidente Substituto**  
**Fundação Cultural Palmares/MinC**

 ANO INTERNACIONAL DOS POVOS  
AFRODESCENDENTES

Setor Comercial Sul - Cid. 09 - Ed. Paus de Copacabana - Torre B - 2º and. Brasília / DF, Brasil.  
CEP: 70308-200. Tel: 55 (61) 3424-0100. Fax: 55 (61) 3226-0351. Site: www.palmares.gov

Fonte: Acervo da Família Maria Theodora (2019).



No decorrer do período de vivência na comunidade, além da análise documental, tivemos acesso a fotografias que registram as primeiras reuniões na associação. Essas reuniões tiveram início após a fundação da ACTHEO, na assembleia extraordinária na qual os moradores da comunidade elegeram Elizabeth Florência Correa da Silva Miranda como a primeira presidente da ACTHEO, conforme a Figura 18.

**Figura 18** – Realização da primeira eleição da diretoria da ACTHEO (2010).



Fonte: IMNEGRA (2010).

Conforme podemos observar no quadro de imagens, na Tenda Nossa Senhora da Guia e no barracão ao lado, há participação dos núcleos familiares quilombolas na assembleia que elegeu a primeira presidenta. De acordo com a Ata n.º 1/2010, participaram dessa reunião Maria Ramona de Paula da Silva, Janaina Dias de Paula, João Gonçalves de Paula Junior (Joãozinho), Edenir de Paulo, a presidente do IMNEGRA, Nely Ramona da Costa Santos, o presidente do Conselho Estadual dos Direitos do Negro e o advogado, José Roberto Camargo de Souza, então secretário geral do Instituto da Casa da Cultura Afro-Brasileira (ICCAB).

Na Figura 19, podemos verificar a realização da assembleia geral extraordinária, de 23 de janeiro de 2014, que elegeu a diretoria da Comunidade Quilombola Maria Theodora (ACTHEO). Naquele ano, Joãozinho foi eleito presidente da associação, conforme relatos da presidente do IMNEGRA.

**Figura 19** – Segunda eleição da diretoria da ACTHEO (2014).



Fonte: IMNEGRA (2014).

Acompanhamos a reunião dos moradores integrantes da Comunidade Quilombola Maria Theodora por meio das rodas de conversas promovidas pela equipe da Subsecretaria de Promoção e Igualdade Racial do Mato Grosso do Sul na sede da ACTHEO, localizada no bairro Nossa Senhora de Fátima, local que concentra, além das celebrações religiosas, diversos eventos durante todo o ano: as reuniões da própria associação, encontros com autoridades e representantes de ONGs, e é onde também ocorrem as eleições das lideranças da comunidade.

Na Figura 20, é possível observar um grupo de quilombolas participando da Oficina de Cidadania e roda de conversas promovida pela Subsecretaria de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial<sup>38</sup>, que foi realizada no dia 16 de novembro de 2019, na sede da ACTHEO. Na Oficina, o tema foi “A Política da Igualdade Racial”, sendo distribuídos os materiais impressos referentes ao “Estatuto da Igualdade Racial”, à “Cartilha Racismo é Crime” e à “Política Nacional de Saúde Integral da População Negra”.

<sup>38</sup> O evento foi coordenado pela subsecretária Ana José Alves, de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial, além das técnicas, Ângela Vanessa Epifânio e Amirtes Menezes de Carvalho e Silva. Acompanhamos as ações realizadas pela equipe nas três comunidades quilombolas de Corumbá.



**Figura 20** – Reunião com a Subsecretaria de Igualdade Racial na sede da Comunidade.



Fonte: imagens capturadas pelo autor durante o trabalho de campo em 2019.

De acordo com o então presidente da ACTHEO, João de Paula, o evento marcou dois fatos importantes para a comunidade:

É muito bom ver tudo isso; primeiro que apesar das dificuldades, estamos sendo lembrados por parte das autoridades. A reunião está sendo aqui, e a família está participando, saíram de suas casas e vieram ouvir sobre nossos direitos. Desde as crianças até os mais velhos, precisamos resistir. A tia Cacilda está sendo homenageada também, mas não podemos esquecer que estamos ameaçados o tempo todo, nossa tenda, nossa árvore do terreiro foi cortada, nosso lugar está sendo invadido. (PAULA, 2019).



Nas palavras do quilombola João de Paula, a participação dos membros da família de Maria Theodora fortalece a resistência da comunidade quilombola, principalmente em um momento em que ela passou a enfrentar um conflito direto, envolvendo o seu território, uma disputa pelo lugar onde vivem há mais de um século, conforme será apresentado no item 3.5 “Formas de resistências: manifestações religiosas e culturais nas comunidades quilombolas”.

Seguindo nosso parâmetro de análise das três comunidades quilombolas de Corumbá, e com o intuito de atestar a existência dessas comunidades, prosseguiremos com os eventos que marcaram o núcleo familiar, a formação, e a certificação da comunidade quilombola Família Ozório. Retrataremos ainda a Certidão do Título Definitivo de Terreno e o Termo de Autorização de Uso Sustentável do território pela comunidade.

Iniciamos a pesquisa nessa comunidade em dezembro de 2017 e, das três comunidades pesquisadas, a Comunidade Família Ozório foi o núcleo familiar com quem mais convivemos. Esse fato se explica pelos seguintes fatores: a família Ozório depende de outros territórios para sobreviver, por isso se desloca ao longo do ano entre a comunidade e outros lotes. A comunidade reivindica a posse da gleba 2 na Ilha do Pescador. Organizamos duas visitas técnicas com acadêmicos do curso de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), unidade de Amambai, que acompanhou a comunidade no Banho de São João, e acadêmicos do curso de Geografia da UFGD. Ademais, acompanhamos o cultivo e a comercialização de hortaliças, momentos culturais e religiosos dessa comunidade. Realizamos o preenchimento do CGIQ da FCP, acompanhamos uma visita técnica da SUBPIRC - Subsecretaria de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial e Cidadania - nessa comunidade e, por último, seguimos os jogos do time de futebol feminino das “Quilombelas”, que será objeto de discussão no item 3.5 deste capítulo.

Após a análise do *Relatório dos Estudos Antropológicos da Comunidade Família Ozório* elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Documentação Etnográfica – Olhar Etnográfico (2013), constatamos a ausência de certas informações no referido documento. Entre outras, notamos lacunas temporais, desde a chegada do casal Ozório a região pantaneira, em meados da década de 1960, até sua fixação na área periurbana de Corumbá em 1985.

Posto isso, realizamos escutas ativas com as duas últimas presidentes da Associação, Angélica e Luzia Ozório, convivemos alguns dias na comunidade e no Assentamento Paiolzinho, onde entrevistamos Ercília Ozório, viúva de Miguel Ozório. Entrevistamos, também, Jorge e Cida Ozório, além de outros indivíduos integrantes da família.

A Comunidade Quilombola Ribeirinha Família Ozório foi fundada por Miguel Ozório, neto de escravizados, natural de Alfenas, no estado de Minas Gerais. Durante sua adolescência, aos 11 anos de idade, mudou-se para Londrina, interior do Paraná, onde iniciou na atividade de pesca e no conserto de embarcações. No final da década de 1950, Miguel mudou-se novamente e, dessa vez, seu destino foi o interior do antigo estado do Mato Grosso: na cidade de Coxim.

Seguindo a trajetória de Miguel Ozório, a família Ozório é caracterizada como núcleo externo, considerando que Miguel Ozório nasceu no estado de Minas Gerais. Todavia, a trajetória de formação do seu núcleo familiar se iniciou em Coxim, na década de 1960, quando conheceu Ercília Rodrigues, com quem se casou. Tiveram 15 filhos, além de outros seis filhos que teve com a sua irmã, Marciliana (Figura 13).

Iniciemos uma breve análise da fotografia que reúne a família Ozório, onde observamos, no primeiro plano, os 15 filhos. Em segundo plano, na parte central, está Miguel Ozório e Ercília Ozório. Ainda na fileira do segundo plano, identificamos Marciliana. Essa fotografia respondeu alguns questionamentos que apareceram de forma indireta nos depoimentos e relatos.

Coube a uma das filhas da família Ozório fornecer a fotografia que, de certa forma, esclareceu a formação do núcleo familiar. Ela também auxiliou na produção da árvore genealógica e explicou que sua mãe, Ercília Rodrigues Ozório, foi casada no cartório com Miguel Ozório. Ademais, ele também teve filhos com Marciliana Floriano, conforme Figura 21, que representa a descendência da família.

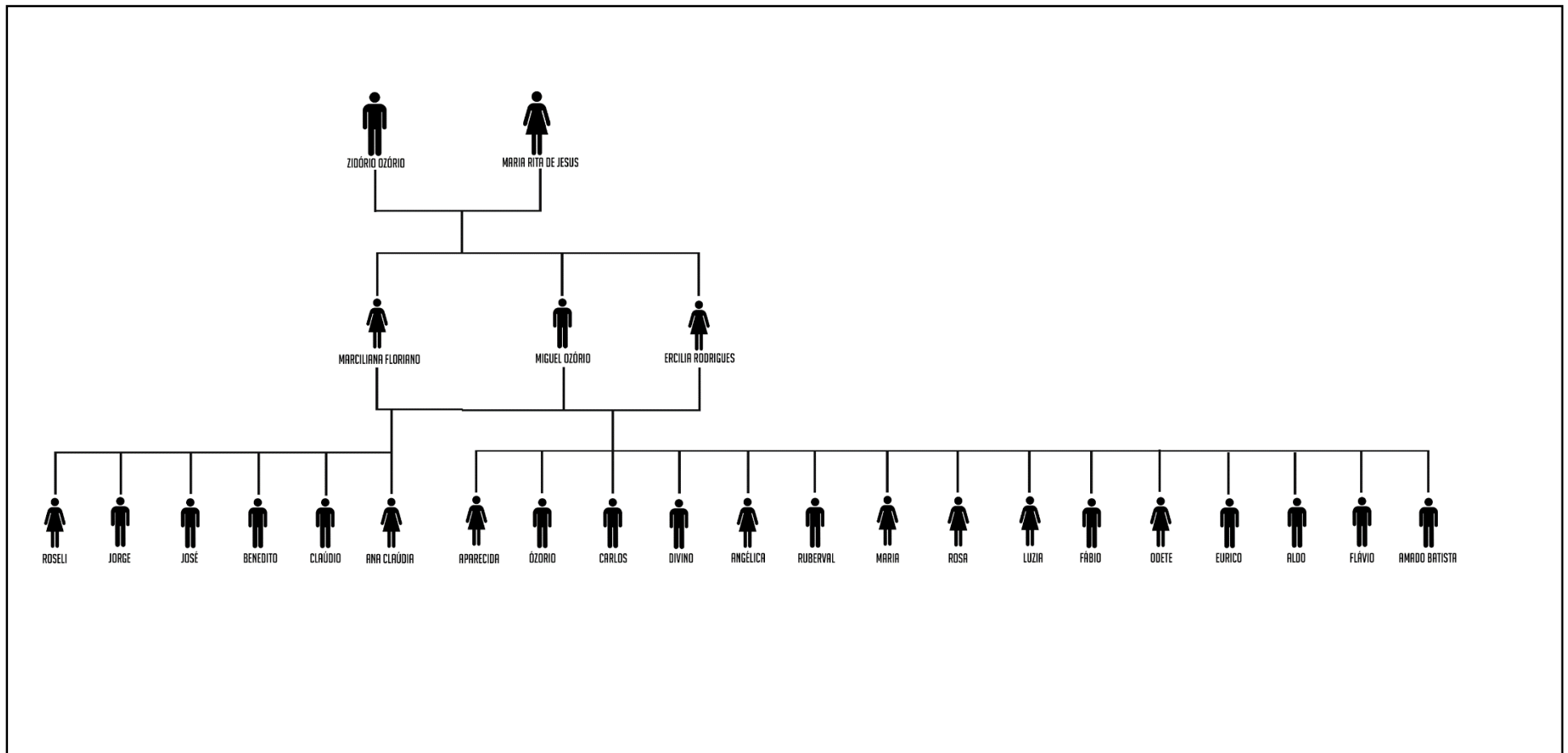
De acordo com o depoimento de Ercília Ozório, após o casamento eles se mudaram de Coxim para Corumbá, na região pantaneira:

Eu nasci em Pereira Barreto, (...) moramos numa ilha chamada Ilha Grande no paranazão (...) de lá nois fomo para o Mato Grosso (...) moramos por uns três anos, num patrimônio pequeno chamado Camisão, pertinho de Aquidauana (...) desse lugar, nois fomo morar entre São Gabriel e Rio Verde, morando num patrimonizinho chamado Ponte Vermelha, fiquemos lá mais uns tempo (...) aí que fomos para a cidade de Coxim (...) eu cresci ali, e conheci ele ali (Miguel Ozório) e casemos em Coxim. Depois de seis ou sete meses de casados viemos para as fazendas de Corumbá. (OZÓRIO, 2018a).<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> A transcrição das entrevistas e diálogos foi realizada de acordo as falas dos entrevistados, levando em consideração suas vivências e experiências, sendo mantida a linguagem coloquial. As pausas realizadas durante as entrevistas serão representadas por (...).

**Figura 21** – Árvore genealógica da Família Ozório.



Fonte: elaborada pelo autor com base no Relatório dos Estudos Antropológicos da Comunidade Quilombola Família Ozório, 2013.

Na organização da árvore genealógica da família Ozório (Figura 21), realizamos levantamentos na Ata da Associação, no RTID, além de escuta ativa com os quatro filhos mais velhos e Ercília Ozório. Consta que Zidório Ozório e Maria Rita de Jesus eram filhos de escravizados no estado de Minas Gerais.

A família Ozório é constituída por 21 membros que residem, em sua maioria, no núcleo familiar fundado pelo patriarca, na década de 1980. Dos 15 filhos que Miguel Ozório teve com Ercília, nove são homens e seis são mulheres. Com Marciliana, teve seis filhos: duas mulheres e quatro homens.

No decorrer do período de vivência na comunidade, constatamos que os descendentes de Miguel Ozório convivem em harmonia na comunidade. Isso fica evidente no relato de Jorge Ozório:

Eu fico preocupado com a tia (Ercília Ozório) morando lá no Paiolzinho, onde a gente tem a horta, aí de repente ela tem que se mudar com seu José Aparecido (atual companheiro); sabe, ela cuida e ajuda muito nós lá, não é justo ela ter que ficar mudando, de uma hora pra outra, ter que largar tudo e ir procurar outro lugar. A tia além de ajudar na horta cuida das nossas coisas, acaba zelando de tudo, aí ela merece ter um lugar. (OZÓRIO, 2018b).

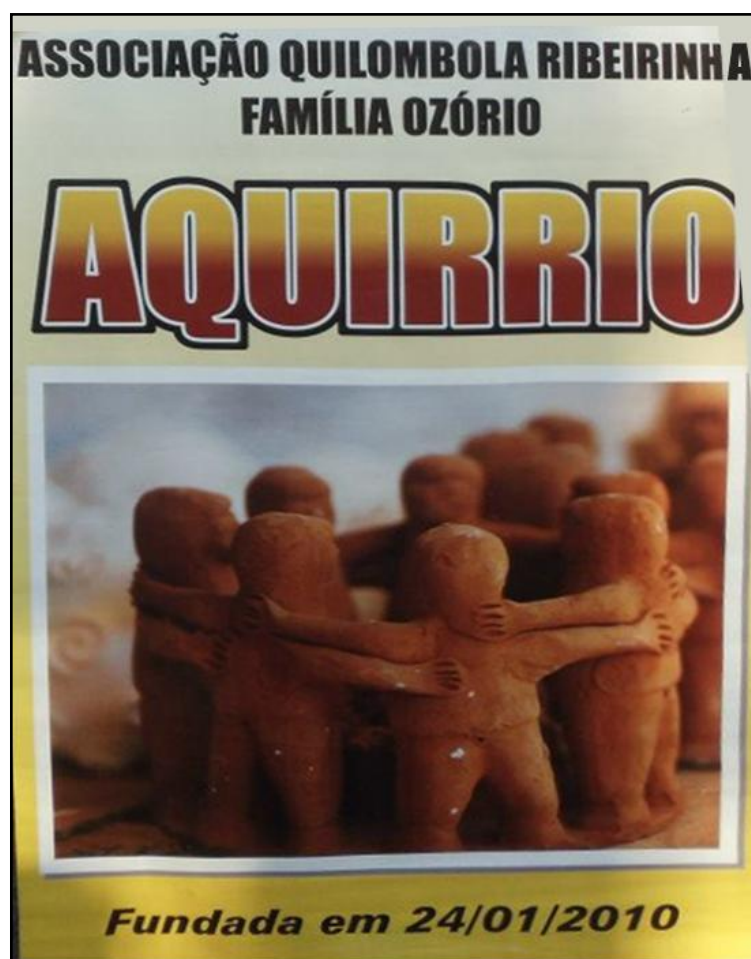
No ínterim da vivência nessa comunidade, visitamos o lote n.º 48, localizado no Assentamento Paiolzinho, onde realizamos escuta ativa com Ercília Ozório, e comprovamos o que foi relatado por Jorge Ozório. Nesse lote, cedido por um amigo da família, Ercília e seu atual companheiro, além de auxiliarem no cultivo da horta, mantinham a criação de animais domésticos. Eles permaneceram no lote n.º 48 até dezembro de 2019, quando foram dispensados pelo dono da propriedade.

Ademais, ao apresentar o brasão da família Ozório, (Figura 22), Luiza Ozório, presidente da Associação Quilombola Ribeirinha Família Ozório explicou:

Já teve outros símbolos, mas esse aí (brasão) é o que mais representa a família, nossa união. Sabe, está todo mundo juntinho ali no meio abraçados, parecendo bem, como nós vivemos aqui, todos irmãos, trabalhando junto, batalhando junto, é bem isso. Temos orgulho disso tudo, uma união verdadeira, no trabalho, na pesca, nas festas, e você vê isso o ano todo, agora no São João mesmo, vamos todo mundo junto dar banho no santo, a família toda. (OZÓRIO, 2019b).

Mais uma vez, constatamos a harmonização do núcleo familiar referida por Jorge Ozório, por membros da família e pelo relato de Luiza Ozório. Ao analisar a representação da família na imagem estampada no *banner*, percebemos que, no brasão, a família Ozório é representada com uma escultura de argila com seis indivíduos abraçados.

**Figura 22** – Brasão da Associação Quilombola Ribeirinha Família Ozório.



Fonte: Acervo pessoal da Família Ozório (2020).

Sob outra perspectiva, desde o período medieval, o brasão representava, na tradição europeia, a identificação de famílias nobres, clãs e igrejas, e eram usados em bandeiras, escudos e nos vestuários. Constatamos que, nas comunidades quilombolas, seu uso é para identificar cada família quilombola e são usados em comemorações, festas religiosas, como, por exemplo, no Banho de São João e desfiles cívicos. Nessa conjuntura, Goetttert (2008) adverte que:

Os sujeitos “comuns dos comuns” tem como pressuposto duas constatações, uma ligada às representações e ao imaginário sociais e a outra a uma produção científica que, na pretensão de dar voz aos silenciados pela história e geografia oficiais, pode acabar reproduzindo, inversamente, uma contra-oficialidade [sic] também parcial e reducionista. Sobre a constatação primeira, já se apontou o privilégio e o monopólio dos ricos no falar e no registrar as histórias e trajetórias nos lugares de origem e de destino, assim como na construção de representações e de um imaginário sobre e pensar e o fazer de lá e daqui. Mais do que não possuir o direito da fala e do registro, as trabalhadoras e os trabalhadores interiorizam as representações e reconstroem um imaginário igual ou senão em consonância ao da classe dominante. (GOETTERT, 2008, p. 70).

Levando em consideração as constatações de Goettert (2008), sabemos que as comunidades quilombolas, na maioria das vezes, são silenciadas pela história e pela própria geografia oficial e que, na tentativa de dar voz a essas comunidades, não podemos reproduzir uma contraoficialidade reducionista. Nesse aspecto, os brasões que representam cada associação quilombola não podem ser interpretados como aqueles que eram usados no período medieval. Entendemos que eles representam a necessidade dessas comunidades de reconstruir a sua trajetória e apresentar esses elementos para a sociedade que antes não ouvia e nem reconhecia a sua história.

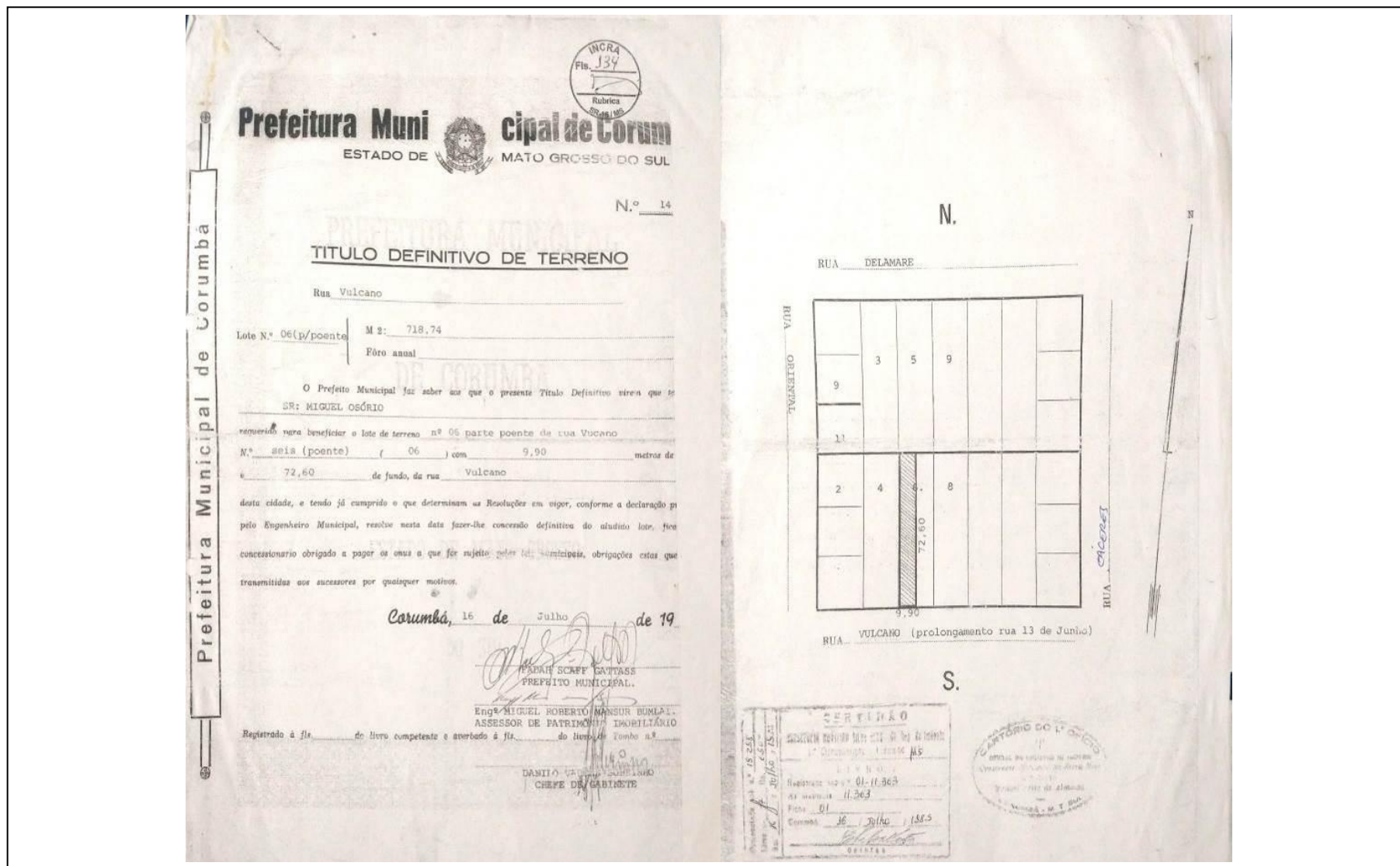
O ato que sustenta a criação da Comunidade Quilombola Família Ozório está descrito na Ata n.º 1/2010. Consta que foi convocada uma assembleia extraordinária de fundação da associação, no dia 24 de janeiro de 2010, com apoio da presidente do IMNEGRA- Instituto da Mulher Negra do Pantanal, Ednir de Paulo. Além da presidente provisória da associação, Angélica Rodrigues Ozório, estiveram presentes, na reunião, o Secretário Geral do ICCAB - Instituto da Casa da Cultura Afro-Brasileira e 35 integrantes da comunidade. No dia 23 de abril do mesmo ano, foi criada a “Associação Quilombola Ribeirinha Família Ozório - AQUIRIO, sendo esse, o “pontapé inicial” no processo de certificação da comunidade.

Conforme consta na página dois da ata de criação da AQUIRIO - Associação Quilombola Ribeirinha Família Ozório, em 1984, a família Ozório recebeu do então prefeito Fadah Scaff Gattass (PMDB), a promessa de doação de uma área para fixar moradia. Na época, esse local era conhecido como Buracão, atual Alameda Vulcano, entre a Olaria Borrowiski e a área militar do 17º Batalhão de Fronteira, às margens do Rio Paraguai, onde foi construída a primeira moradia. Em 16 de julho de 1985, foi expedida, pela Prefeitura Municipal de Corumbá, para Miguel Ozório, a certidão de título definitivo do terreno n.º 6, perfazendo 9,90 metros de largura por 72,60 metros de comprimento, localizado na parte poente da rua Vulcano, conforme Figura 23.

Com o passar dos anos, a área ficou limitada nesse terreno onde foi construída a primeira moradia da família, em função do crescimento demográfico da família Ozório. Nas décadas seguintes, foram construídas mais 12 residências para abrigar os descendentes de Miguel Ozório. À medida que iam constituindo novos núcleos familiares e expandindo a área de cultivo, enfrentavam as inundações no decorrer do ciclo de cheias do Rio Paraguai.



Figura 23 – Certidão do Título Definitivo de Terreno, concedido a Miguel Ozório em 1985.



Fonte: Acervo pessoal Família Ozório (1985).

Seguimos, então, para a última etapa de formação dessa comunidade, quando trataremos de seu processo de reconhecimento pela FCP. A certificação da Comunidade Ribeirinha Família Osório<sup>40</sup> pela FCP, ocorreu no dia 27 de maio de 2010, conforme Certidão de Autodefinição assinada por Maurício Jorge Souza Reis, diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro (FCP) e pelo presidente da FCP, Edvaldo Mendes Araújo, o Zulu Araújo, conforme pode ser conferido pela Figura 24.

Ainda que a Comunidade Família Ozório detenha a certidão de autodefinição emitida pela FCP, isso não significou a posse definitiva do território tradicionalmente ocupado. Conforme já informamos, a comunidade aguarda desde 2013 a regularização fundiária. Enquanto esse processo não é concluído, a comunidade busca alternativas para sua sobrevivência.

Por fim, apresentamos os eventos que assinalaram a formação da Comunidade Quilombola Ribeirinha Campos Correia. Nosso primeiro contato com essa comunidade foi em abril de 2018, com o ex-presidente da Associação Quilombola, Paulo Correia. Durante o andamento da pesquisa, tivemos um período de convivência nessa comunidade e em outros territórios de abrangência desse núcleo familiar.

Realizamos uma visita técnica na Comunidade Campos Correia: os acadêmicos do curso de Geografia da UFGD acompanharam as dificuldades enfrentadas por essa comunidade, principalmente no que se refere ao isolamento social com a construção de um muro que impede o acesso da comunidade à área urbana. Além disso, acompanhamos os trabalhos da SUBPIRC nessa comunidade durante o 15º Festival América do Sul Pantanal<sup>41</sup>.


Com a participação da presidente da associação, efetivamos o preenchimento do CGIQ da FCP, acompanhamos os preparativos e a montagem do andor de São João.

---

<sup>40</sup> A escrita do sobrenome Osório com “s” aparece de duas formas em documentos do INCRA e na própria certidão da FCP. No entanto, aferimos os documentos da Associação AQUIRRIO e documentos oficiais da família e nos pautamos na escrita de Ozório com “z”.

<sup>41</sup> Ver mais em: <https://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/Geral/festival-america-do-sul-pantanal/>

**Figura 24** – Certidão de Autodefinição Comunidade Ribeirinha Família Ozório.



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**  
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

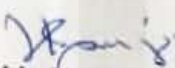
**Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro**

**CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO**

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do Processo administrativo desta Fundação nº 01420.000991/2010-22 **CERTIFICA** que a **Comunidade Ribeirinha Família Osório**, localizada no município de Corumbá/MS Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 012, Registro n. 1.301, fl. 116, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO.**

Eu, **Maurício Jorge Souza dos Reis**, (Ass.)....., Diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, **27 de maio de 2010.**

O referido é verdade e dou fé.

  
**Edvaldo Mendes Araújo**  
**(Zulu Araújo)**  
**PRESIDENTE**

SBS QD 02 LOTE 11 – Ed. Eloy Meireles – Brasília/DF – CEP: 70070-120 – Brasília – DF – Brasil  
Fone: (0 XX 61) 3424 0101-fax: 0xx61 3424 0145  
E-mail: [dps@palmares.gov.br](mailto:dps@palmares.gov.br) / Site: [www.palmares.gov.br](http://www.palmares.gov.br)

“A felicidade do negro é uma felicidade guerreira” (Wally Salomão)

Fonte: Acervo pessoal da Família Ozório (2010).

Segundo relatos de Paulo Correia, liderança da família, para se organizar enquanto Associação Quilombola, o grupo teve o apoio do IMNEGRA nesse processo. Após participar de várias reuniões e palestras na instituição, eles tiveram a noção do que vinha a ser remanescente de quilombo. Em trecho da ata de autodefinição quilombola da Família Correia, Paulo Correia (filho de Fermiana Campos) relata:

Que participou de várias reuniões do IMNEGRA, e nas palestras teve a noção, do que venha a ser remanescentes de quilombo, dizendo que muito antes, tinha a ideia de que era negros que fugiam, para se livrar da escravidão, mas que se sente satisfeito, por entender, que a luta por liberdade, por direitos e cidadania da população negra não parou no tempo. Prosseguindo disse, ser ribeirinho e quilombola, e que além de agricultura de subsistência, também pesca, por estarem perto do Rio. Contou que no ano de 1992, com desabamento da casa de seus familiares, na região ribeirinha de Corumbá, perderam muitos registros de sua família, ficando desabrigados, por alguns meses, e logo em seguida retornaram ao mesmo local, por se sentirem já acostumados, na região ribeirinha de Corumbá. (AQF2C, 2012 p. 1-2).

Verificamos, no depoimento da liderança da Comunidade Campos Correia, pelo menos três pontos significativos: o primeiro diz respeito à articulação do movimento negro, por meio do IMNEGRA no processo de identificação das comunidades quilombolas do município de Corumbá. No segundo ponto, percebemos que a liderança se identifica como ribeirinho e quilombola, que se mantém da agricultura de subsistência e da pesca por manter uma relação com o Rio Paraguai. O terceiro ponto está na resistência da família ribeirinha, que, apesar das dificuldades encontradas desde a vinda de Cuiabá, com passagens pelas fazendas, desafiando o ciclo das águas e as enchentes do Rio Paraguai, sempre manteve vínculos com o lugar. Outro ponto a se destacar diz respeito ao extravio dos registros familiares, fotografias, certidões, entre outros documentos da família Campos Correia.

Ao contrário das outras comunidades pesquisadas, não obtivemos acesso ao acervo fotográfico que apresenta o casal Campos Correia. Conforme versado por Bourdieu e Bourdieu (2006), a fotografia fornece os meios para eternizar e solenizar os momentos intensos da vida social, em que o grupo reafirma a sua unidade. Ao longo do período de vivência nessa comunidade, Fermiana Campos explicou que tinha algumas fotos e outras com as crianças. No entanto, essas fotos foram extraviadas durante a enchente que ocorreu em 1981.

Lá onde tinha a primeira casa, bem no fundo do buracão e mais pertinho do rio, veio muita chuva e enxurrada; caiu tudo, parte do barranco, do outro lado de cima, também veio muita água, só deu tempo pegar pouca coisa, as roupas, pegar os meninos, as crianças, pra se salvar mesmo. Perdeu tudinho, os documentos, as fotos, sobrou quase nada. (CAMPOS, 2019).



Nesse mesmo período, aferimos que ocorreu o ciclo de cheias que levou à trágica morte de uma das crianças da família Ozório, que naquele momento ainda morava na Ilha do Pescador. De acordo com Fermiana, as raras fotografias desse período estariam com o filho mais velho, Manoel Correia (Figura 25), e que ele não morava mais em Corumbá-MS.

Diante disso, em abril de 2019, realizamos uma visita a Manoel Correia, na cidade de Aquidauana-MS. Esse encontro foi mediado por Paulo Correia e a equipe do INCRA. Na oportunidade, realizamos escuta ativa quando Manoel relatou acontecimentos da sua infância nas fazendas do Pantanal.

Manoel Correia relatou que, depois de servir ao Exército Brasileiro, onde aprendeu a dirigir caminhão e se tornou caminhoneiro, passou a viajar por vários estados brasileiros. Trabalhou no Mato Grosso, onde buscou informações sobre a origem da família Campos Correia, mas não obteve êxito.

**Figura 25** – Manoel Correia no 17º Batalhão de Fronteira Exército Brasileiro (EB).



Fonte: Acervo pessoal de Manoel Correia.

Por meio dos relatos de Manoel Correia, iniciamos a produção da árvore genealógica da família. Na primeira tentativa, Fermiana disse que lembrava do nome dos filhos, mas dos netos era mais difícil. Manoel relatou ainda que:

Os meus irmãos mais velhos nasceram tudo nas fazenda do pantanal. Assim eu sou o mais velho, mas depois nasceu Anézia, Benedito, Paulo, veio a Mônica, ela nasceu na fazenda que tinha esse nome, depois que nasceram esses outros, a Roseli e Greiciane, eu queria ir morar com meu avô, gostava mais de ficar com ele, aí depois que mudamos para a cidade. (CAMPOS, 2019a).

A comunidade que começou com oito integrantes na década de 1970, já se aproxima de quase 80 pessoas, e nem todos continuaram vivendo nas moradias do território tradicionalmente ocupado no antigo Buracão, pois parte da família mudou-se para o bairro Guatós.

Acerca da representação da descendência e árvore genealógica do núcleo familiar Campos Correia, (Figura 26) identificamos quatro filhos: Manoel, Benedito, Samuel e Paulo; e quatro filhas: Anézia, Mônica, Roseli e Greiciane.

Apesar do extravio das fotografias, Paulo Correia conseguiu conservar uma das únicas imagens que revela um momento de descontração entre os irmãos Campos Correia, após uma partida de futebol, no final da década de 1970 (Figura 27).

Entre os irmãos que posaram para essa fotografia estão Manoel, Benedito, Samoel e Paulo. Benedito e Paulo ainda residem no território tradicionalmente ocupado. Paulo formou o grupo de futebol Os Guerreiros<sup>42</sup>, com isso, resiste a uma tradição que acompanha a família há mais de 30 anos. Samoel atualmente reside no bairro Guatós, mas mantém o vínculo com a comunidade, participando de atividades religiosas e comemorações, além das reuniões da associação.

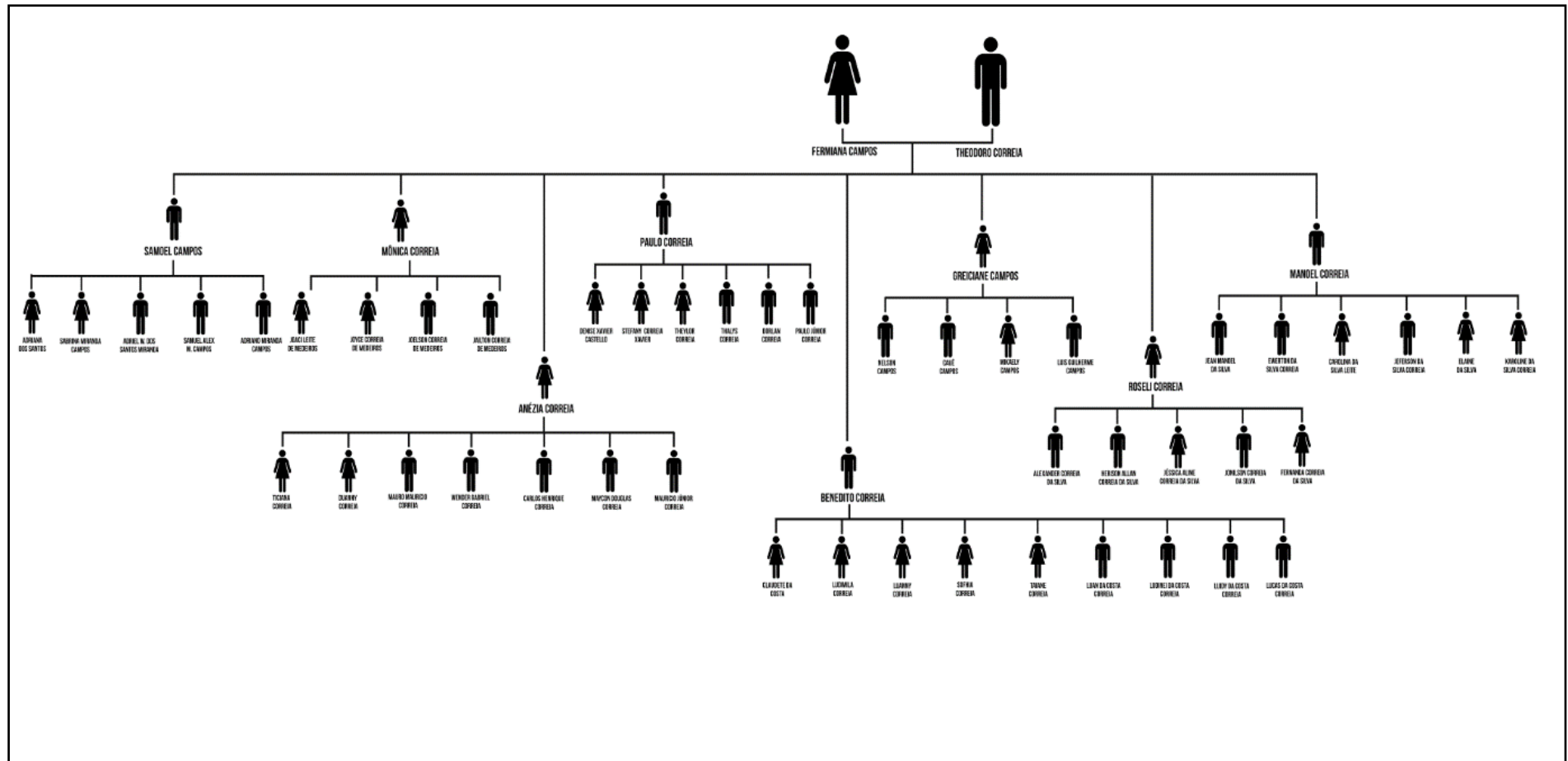
No transcorrer do tempo vivenciado nessa comunidade, constatamos que os descendentes dos Campos Correia conservam, na memória coletiva, os eventos que marcaram a fixação da família nesse território. De acordo com Manoel Correia, eles foram os primeiros a ocupar a região conhecida por Buracão da 13. Depois chegaram a família Ozório e os Ferris. Nessa época, o prefeito municipal de Corumbá, Hugo Silva da Costa (PMDB), que administrou a cidade entre os anos de 1986 e 1988, assinou o Título Definitivo de Terreno concedido a Manoel Correia Neto, conforme ilustra a Figura 28.

---

<sup>42</sup> Referente ao time de futebol formado pelos membros da família Campos Correia e a resistência dessa tradição; abordaremos o assunto no item 3.5 desta obra.



Figura 26 – Árvore genealógica da Família Campos Correia.



Fonte: elaborada pelo autor com base na Ata n.º 01/2012 (AQF2C, 2012).

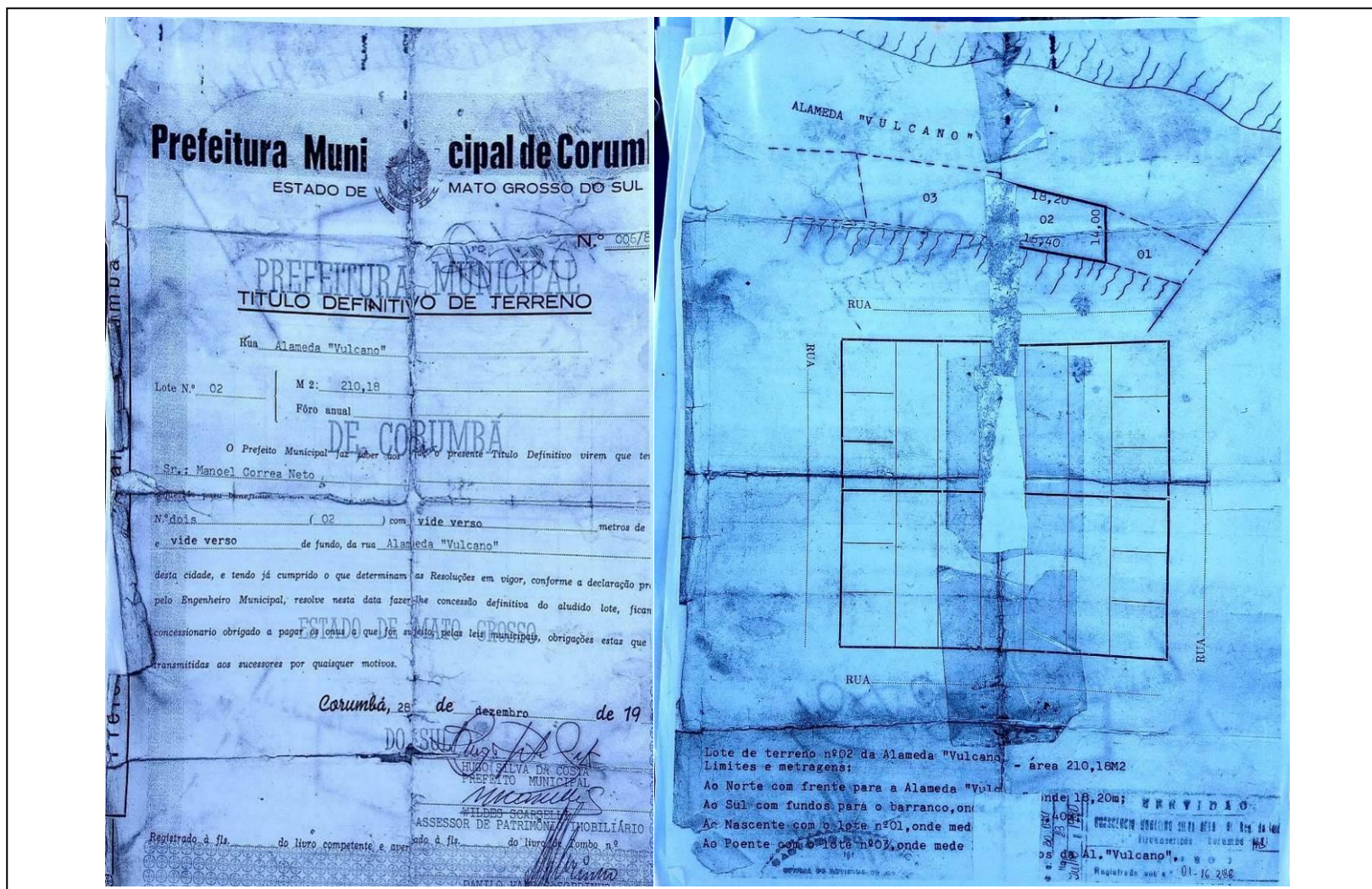
**Figura 27** – Irmãos Correia posam para foto no campo em frente à comunidade.



Fonte: Acervo pessoal da Família Campos Correia.

Verificamos que o documento está rasurado, por isso não identificamos o ano da assinatura do Título Definitivo de Terreno, mas sabemos que ocorreu entre os anos de 1986 e 1988, durante os dois anos de gestão do prefeito Hugo Silva. Apesar dos relatos de Manoel Correia afirmarem que a fixação da família Campos Correia ocorreu antes da chegada dos Ferris e dos Ozórios, constatamos que a assinatura do Título Definitivo de Terreno de Miguel Ozório ocorreu dois anos antes em relação à família Campos Correia e, conforme consta no documento, a doação ocorreu em 16 de julho de 1984, pelo prefeito Fadah Scaff Gattass (PMDB).

Figura 28 – Certidão do Título Definitivo de Terreno, concedido a Manoel Correia Neto.



Fonte: Acervo pessoal Família Campos Correia (1986).



Com o estabelecimento do núcleo familiar nesse território, conhecido como Buracão, localizado às margens do Rio Paraguai, iniciou-se um novo ciclo de resistência da família quilombola. Nesse período, mantiveram os costumes dos ribeirinhos e pescadores, conforme trecho de registros da Ata n.º 01 de autodefinição da Comunidade Negra Ribeirinha Quilombola Família Campos Correia:

A região ribeirinha não era muito habitada, não havia serviço de energia, água, tinha muitos bichos peçonhentos. Prosseguindo disse que desde 1975, nunca saíram do local, e que sua família sempre se reúne, para cumprir promessas, a Nossa Senhora Aparecida e de São Cosme e Damião, e que por serem ribeirinhos, sempre acompanham a procissão de São Pedro, padroeiro dos pescadores, e que até hoje, se sente muito feliz, quando vê toda sua família reunida mantendo a tradição. (AQF2C, 2012 p. 1).

Esses elementos, apontados na ata de criação da Comunidade Quilombola Campos Correia, legitimam as representações existentes no Brasão da Associação Quilombola Ribeirinha Família Campos Correa (AQF2C), conforme a Figura 29.

**Figura 29** – Brasão da Associação Quilombola Ribeirinha Família Campos Correa (AQF2C).



Fonte: Acervo da AQF2C (2019).

Segundo Sthefany Correia Xavier, presidente da Associação, a imagem que configura o símbolo maior da comunidade, foi inspirada na trajetória dos seus avós. Ela ainda revela:

Tem um casal de pescadores, o homem de pé no barco, é para lembrar que meu avô era pescador. Tem uma mulher no barco, com roupas que lembra a África, nossas origens, essa mulher representa minha vó. O barco está no Rio Paraguai, onde eles sempre pescavam, e tem o sol atrás, lembra até a serra do amolar, isso é no Pantanal. A sigla AQF2C é Associação Quilombola Família “dois” C, dois C de Campos e Correia, nem todo mundo sabe disso, é abreviado ao invés de CC, ficou 2 C. (XAVIER, 2019).

Embora estivéssemos convivendo com essa comunidade há quase dois anos, havia constatado que o casal de pescadores no barco era uma referência à origem dos fundadores da comunidade ribeirinha; no entanto, uma dúvida aflorava sobre o significado do número “2” na sigla AQF2C (Figura 29).


Sem dúvida, o brasão da Comunidade Campos Correia é capaz de alcançar toda representação da família de ribeirinhos pescadores; além disso, a imagem abarca a paisagem pantaneira e o Rio Paraguai cercado por morrarias e o pôr do sol ao fundo. Esse brasão, assim como os que representam as outras duas comunidades quilombolas, é um símbolo usado para identificar a comunidade nas comemorações e eventos da cidade.

Para tornar essa análise mais compreensível, procuramos reunir relatos, atas, documentos, fotografias e certidões; com isso, almejamos superar o *handicap* da história oral. Nesse contexto, o último documento que apresentaremos neste capítulo é aquele que possui maior significado para a Comunidade Campos Correia: a certidão emitida pela FCP. A certificação da Comunidade de Família Campos Correia ocorreu no dia 26 de março de 2013, pela FCP, em Certidão de Autodefinição assinada por Alexandre Anunciação dos Reis, diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro (FCP) e pelo Presidente da FCP, Hamilton Santos Almeida, conforme mostra a Figura 30.

Embora com a emissão da Certidão de Autodefinição quilombola pela FCP, a comunidade Campos Correia passou a se reconhecer enquanto quilombola. Entretanto, ainda são muitos os desafios a serem enfrentados, conforme aponta Paulo Correia:

A gente não sabia tudo sobre o nosso passado; com as reuniões e as explicações da dona Ednir, aí nós começamos a saber mais, do passado, dos nossos avós lá do Mato Grosso, que antes disso tudo sofreram com a escravidão, e nós viemos através deles, continuamos aqui, e por isso somos quilombolas; antes era complicado, porque só falava de boca, hoje está aí, tem esse documento, mas falta muita coisa pela frente ainda, nós estamos sofrendo muito ainda. (CORREIA, 2019b).

**Figura 30** – Certidão de Autodefinição Comunidade de Família Campos Correia.

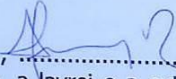


**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**  
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

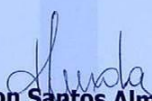
**Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro**

**CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO**

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do processo administrativo desta Fundação nº 01420.010015/2012-40 **CERTIFICA** que a **COMUNIDADE DE FAMÍLIA CAMPOS CORREIA**, localizada no município de Corumbá/MS, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 014, Registro nº 1.775, fl.192, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO.**

Eu, **Alexandro Anunciação Reis**, (Ass.) , Diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, **26 de março de 2013.**

O referido é verdade e dou fé.

  
**José Hilton Santos Almeida**  
**Presidente**  
**Fundação Cultural Palmares - FCP**

---

Qd. 601 Norte – SGAN – Lote L – Ed. ATP – Brasília/DF  
CEP: 70830-010 Fone:(61) 3424 0101 site:www.palmares.gov

Fonte: Acervo pessoal da família Campos Correia (2013).



É evidente que a certidão de autodefinição quilombola não resolveu os problemas da comunidade, mas esse documento passou a inspirar ainda mais a resistência desse núcleo familiar quilombola. As formas de resistência e produção dessa e das demais comunidades serão abordados no item 3.5 deste capítulo.

Nesse aspecto, no próximo item, apresentaremos a cartografia das comunidades quilombolas de Corumbá. Procuraremos, ainda, entender as relações sociais, a religiosidade e a cultura existentes nessas comunidades em dados pautados no CGIQ e no período de vivência nas três comunidades pesquisadas.

### **3.2 Cartografia das comunidades quilombolas de Corumbá**

Ao propor a produção de uma cartografia das comunidades quilombolas Campos Correia, Família Ozório e Maria Theodora, nossa ideia central está pautada em apresentar um material cartográfico que possa apontar a realidade do território, não apenas a localização delas.

Alfredo Wagner de Almeida (2013) propõe a “nova cartografia social” e ressalta a reconceitualização cartográfica a partir de uma ruptura com os mapeamentos eurocêntricos. Para o autor, ainda existem dificuldades para se superar os efeitos da eurocentricidade na produção de mapas. O autor salienta que:

A proposição de uma “nova cartografia social”, enquanto orientadora de práticas de pesquisa, distingue-se do sentido corrente do vocábulo “cartografia” e não pode ser entendida como circunscrevendo-se a uma descrição de cartas ou a um traçado de mapas e seus pontos cardeais com vistas à defesa ou à apropriação de um território. Ao contrário de qualquer significação única, dicionarizada e fechada, a ideia de “nova” visa propiciar uma pluralidade de entradas a uma descrição aberta, conectável em todas as suas dimensões, e voltada para múltiplas “experimentações” fundadas, sobretudo, num conhecimento mais detido de realidades localizadas. A verificação *in loco* de situações empiricamente observáveis remete a relações de pesquisa entre os investigadores e os agentes sociais estudados, que no caso em pauta do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia referem-se às comunidades tradicionais, cujos efeitos se manifestam, de maneira diferenciada, nos resultados obtidos. (ALMEIDA, 2013, p. 157).

Nessa perspectiva, buscamos produzir o mapeamento das comunidades quilombolas fundamentados no pensamento de Almeida (2013), que leva em consideração a pluralidade de entradas e a descrição aberta, com a participação de membros das comunidades que apontaram os trajetos e os limites de cada território tradicionalmente ocupado.

Em relação às múltiplas experimentações fundadas no conhecimento mais detido de realidades localizadas, destacamos as primeiras moradias erguidas nas Comunidades Família Ozório e Campos Correia, os terreiros que representam o núcleo da Comunidade Maria Theodora, além do Rio Paraguai que influencia no cotidiano das comunidades ribeirinhas.

Durante os trabalhos de campo e período de vivência, procuramos conhecer os bairros onde estão localizadas as três comunidades quilombolas de Corumbá. No decorrer da pesquisa, constatamos que os núcleos familiares não se concentram apenas nesses bairros em que estão situadas as sedes das comunidades. Sendo assim, primeiramente iremos caracterizar o bairro Borrowisk, onde estão as Comunidades Ribeirinhas Família Ozório e Campos Correia. Em seguida, apresentaremos o bairro Nossa Senhora de Fátima, onde está a Comunidade Maria Theodora.

O bairro Borrowisk está localizado na parte baixa de Corumbá. Pereira (2007) versa sobre as características dessa parte da cidade:

O primeiro patamar, rente ao rio Paraguai, também conhecido como cidade baixa, ou parte baixa da cidade, se desenvolveu sobre a antiga planície de inundação diretamente submetida a dinâmica hidrológica do canal fluvial representadas pelos seus ciclos anuais de cheias e vazantes. Aí estão localizados o porto e seu casario histórico onde atualmente se concentram as empresas de turismo, além dos bairros Cervejaria e Beira-Rio, estes formados em sua maioria por populações de pescadores e outros profissionais ligados diretamente a lida no rio, bem como por famílias de baixa renda e onde se observam, também, algumas indústrias relacionadas ao setor de construção naval. (PEREIRA, 2007, p. 42).

Nas palavras do autor, percebemos que a divisão de Corumbá entre cidade baixa e alta, tem origem na geografia do local: enquanto a região norte, área de planície e inundações, é identificada como parte baixa, a região sul é constituída de morrarias e morros calcários e é conhecida como parte alta, conforme mostra a Figura 31.

Conforme observamos na Figura 31, na parte baixa da cidade, no bairro Borrowisk estão localizadas as Comunidades Ribeirinhas Família Ozório e Campos Correia. Apesar de estarem situadas no mesmo bairro, existe uma área não quilombola entre essas duas comunidades.

**Figura 31** – Delimitação das partes baixa e alta de Corumbá-MS.



Fonte: imagem capturada pelo autor por meio do endereço eletrônico disponível em: <https://earth.google.com/web/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

Em relação à formação do bairro Borrowisk, também conhecido popularmente como bairro “Borroski”, sua origem remete a um antigo morador que consertava barcos na região que era conhecida como parte baixa da cidade e Beira-Rio. Conforme averiguamos em reportagem publicada por Lívia Gaertner, em 7 de novembro de 2017, no Jornal Diário Corumbaense:

O que temos como informação trazida por essa tradição oral é que morava na região um senhor de origem tcheca ou de algum outro país do Leste Europeu que consertava barcos naquela localidade. As pessoas passaram a adotar o local onde ele trabalhava como “região do Borrowisk” que, com o tempo, foi transformada em bairro”, disse. Elevada à categoria de bairro no ano de 2006 pela Lei Municipal 1896, assinada pelo então prefeito Rüter Cunha de Oliveira. (GAERTNER, 2017).

Apoiados no depoimento da reportagem, constatamos que essa região foi habitada por pescadores e ribeirinhos, consoante com as duas comunidades quilombolas existentes na margem direita do Rio Paraguai.

O acesso às comunidades possui trajetos diferentes: enquanto, para chegar à Comunidade Família Ozório, o caminho é pela alameda Vulcano, o trajeto até a Comunidade Campos Correia era realizado pela rua Geraldino Martins de Barros, antiga rua Oriental; porém esse acesso foi interrompido após a edificação de um muro.

O bairro Nossa Senhora de Fátima (Figura 31) está localizado na parte alta de Corumbá. De acordo com Pereira (2007),

Ao contrário da parte baixa a beira-rio, a parte alta é caracterizada por ruas largas e de traçado regular, projetadas nos anos de 1861 pelo então presidente da província de Mato Grosso, almirante Joaquim Delamare. Neste local, as vias dispostas perpendicularmente, tal qual um tabuleiro de xadrez, são interpostas por quarteirões de grandes dimensões cujas residências, sobretudo as mais antigas, encontram-se justapostas e alinhadas à calçada, devido à ausência de recuo da fachada em relação ao passeio público. (PEREIRA, 2007, p. 43-44).

Ao verificarmos a localização do bairro Borrowisk na Figura 32, é possível compreender melhor a caracterização feita por Pereira (2007) em relação ao Porto Geral, onde estão situados os casarios históricos, a oeste o bairro Cervejaria, e a leste, o Beira-Rio, ao lado do bairro Borrowisk, na parte baixa de Corumbá. De acordo com a descrição perimetral das Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), o bairro Borrowisk localizado na região norte da cidade, limita-se com a margem direita do Rio Paraguai (norte), Beira-Rio (oeste) e Universitário (sul e leste).



**Figura 32** – Delimitação do Bairro Borrowisk<sup>43</sup> – Parte baixa de Corumbá-MS.



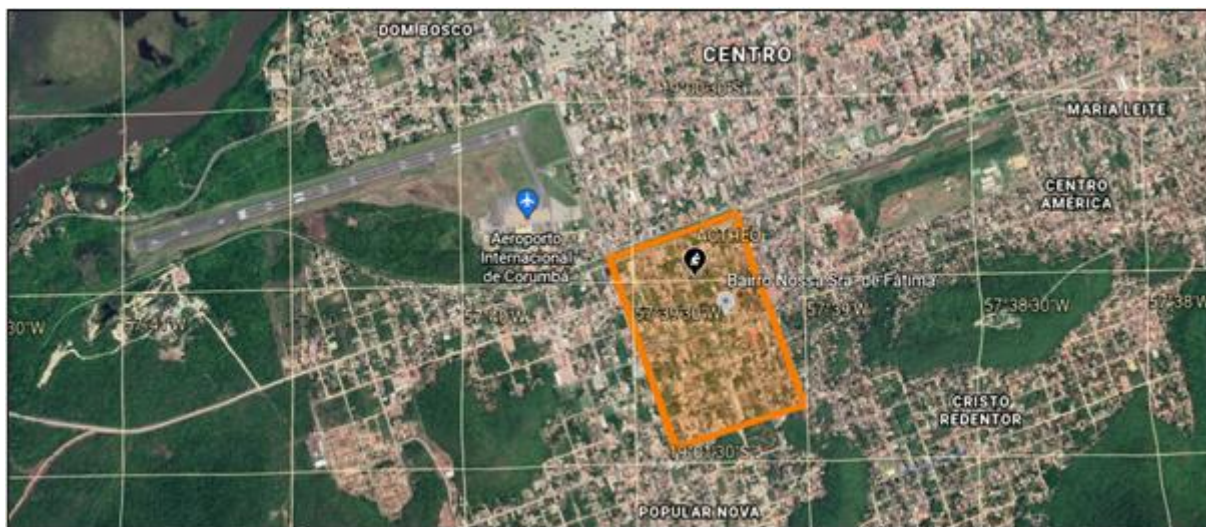
Fonte: imagem capturada pelo autor por meio do endereço eletrônico disponível em:  
<https://earth.google.com/web/>. e  
[https://diarionline.com.br/static/arquivo/Quadras%20bairros%20Logradouros%20\(1\).pdf](https://diarionline.com.br/static/arquivo/Quadras%20bairros%20Logradouros%20(1).pdf).  
Acesso em: 10 nov. 2020.

Do mesmo modo, quando verificamos a localização do bairro Nossa Senhora de Fátima, na parte alta da cidade (Figura 33), é possível constatar a disposição dos quarteirões e vias que lembram um tabuleiro de xadrez.

De acordo com a descrição perimetral das AEIS para construção de habitação de interesse social, o bairro Nossa Senhora de Fátima está localizado na área oeste da cidade, na região urbana 7, Setor Cadastral Municipal n.º 8 Quadra 40, conforme mostra a Figura 33. Esse bairro possui limites com os bairros Aeroporto (oeste), Centro (norte), Popular Velha (leste), Cristo Redentor (sul) e Popular Nova (sul).

<sup>43</sup> A designação utilizada pelo Google não está correta.

**Figura 33** – Delimitação do Bairro Nossa Senhora de Fátima – Parte alta de Corumbá-MS.



Fonte: imagem capturada pelo autor por meio do endereço eletrônico disponível em: <https://earth.google.com/web/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

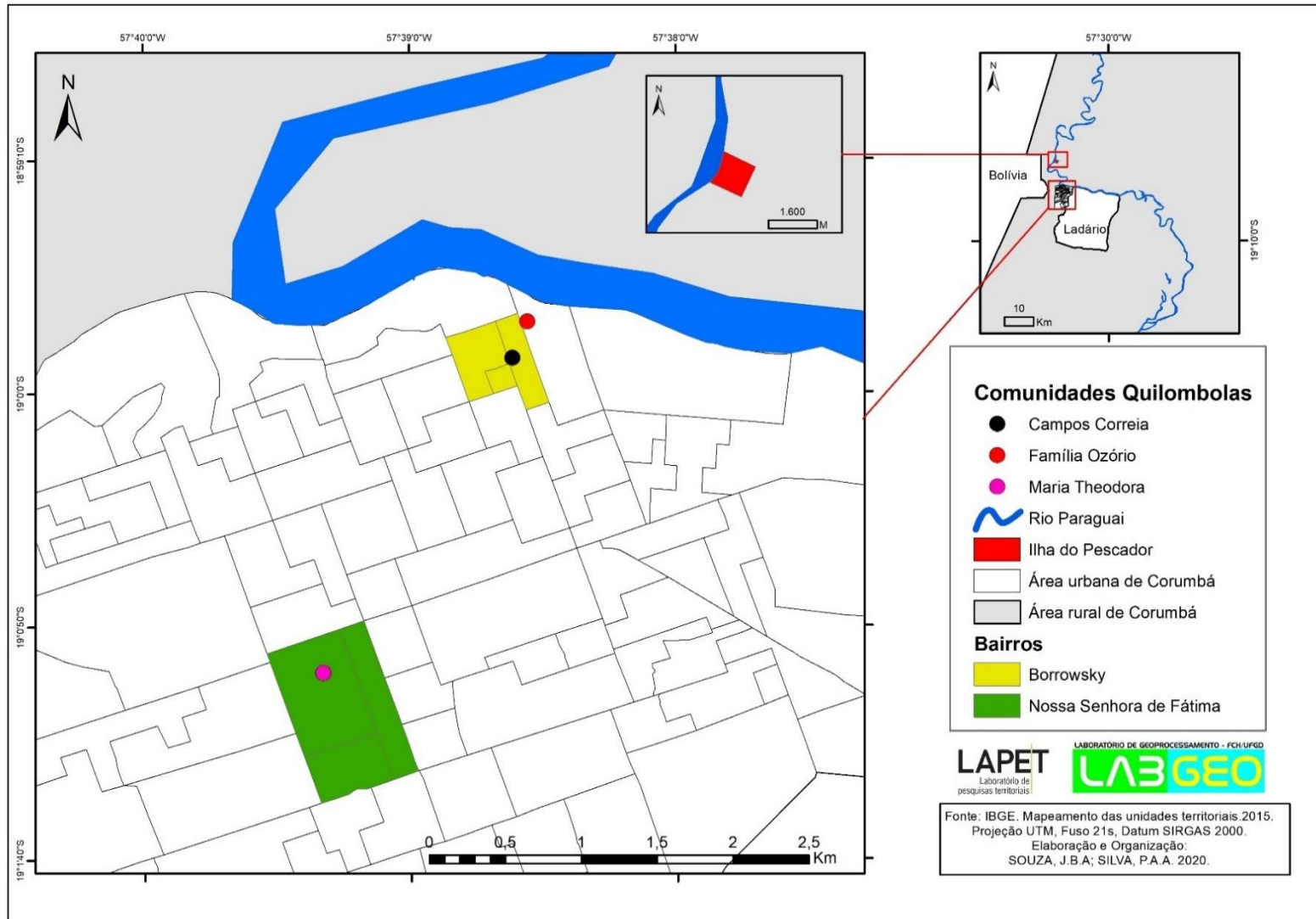
Entre as três comunidades pesquisadas, a Comunidade Maria Theodora Gonçalves de Paula é a única que não é ribeirinha, pois está localizada na rua Luís Feitosa Rodrigues, a uma distância de 600 metros da linha férrea e a um quilômetro de distância do Aeroporto Internacional de Corumbá. O bairro está próximo a um posto de saúde e a uma escola pública. No entanto, de acordo com a quilombola Cotó<sup>44</sup>, “morar depois dos trilhos” representa estar distante de tudo, pois “sempre as coisas boas chegam antes do trilho; o asfalto foi assim, a coleta de lixo, essas benfeitorias da prefeitura chegou aqui por último, depois que começou a construir umas casas melhor aqui, é que lembraram de nós; falta uma praça, escola para os mais pequenos”. Além do mapeamento das comunidades na área urbana, foi realizada uma visita técnica à Gleba 2, conhecida como Ilha do Pescador e reivindicada pela Família Ozório, conforme demonstra a Figura 34.

De acordo com o Memorial Descritivo do INCRA (2018), a Comunidade Quilombola Família Ozório, que é formada por 12 núcleos familiares, ocupa uma área de 5,8365 hectares, perfazendo um perímetro de 1.143.03 metros. Esse território está localizado entre uma antiga Olaria, uma área do Exército e propriedades particulares.

<sup>44</sup> Entrevista realizada em 19 de novembro de 2018. Ressaltamos que assim como todos os outros depoimentos registrados nesta obra, a entrevistada assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.



**Figura 34** – Mapa de localização das comunidades quilombolas no município de Corumbá-MS.



Fonte: elaborado e organizado por Souza e Silva (2019).

No bairro Borrowisk, estão localizadas duas comunidades quilombolas: as famílias Ozório e Campos Correia. A Comunidade Família Ozório é formada por 12 núcleos familiares, ocupando uma área de aproximadamente cinco hectares, localizados entre uma antiga Olaria e uma área não quilombola. A Comunidade Quilombola Família Campos Correia é constituída por cinco núcleos familiares que ainda resistem entre uma área de encostas e áreas não quilombolas.

Na área oeste da Comunidade Família Ozório, existia uma Olaria que identificava o nome da região. No entanto, essa área foi atestada de utilidade pública, conforme consta no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, de 25 de setembro de 2018, por meio do Decreto “E” n.º 32, de 24 de setembro de 2018, que a declarou de utilidade pública:

**Art. 1º** Fica declarada de utilidade pública, para fins de constituição de servidão administrativa destinada à passagem do emissário da Estação de Tratamento de Esgoto Borowski, no Município de Corumbá-MS, a área de terra descrita no parágrafo único deste artigo, conforme planta e documentos constantes do Processo nº 01.044/2017-00, de propriedade de Olaria Borowski Limitada, situado no Município de Corumbá-MS, com área de 96,51 m<sup>2</sup>, objeto da matrícula nº 4.206, do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Corumbá-MS. (MATO GROSSO DO SUL, p. 1, 2018).

A Estação de Tratamento de Esgoto Borowski está localizada após a servidão de passagem localizada no sentido oeste da Comunidade Família Ozório. Essa área também serve de acesso para o transporte de hortaliças produzidas da horta da família. A área não quilombola está localizada entre as comunidades Campos Correia e Família Ozório, conforme pode ser visualizado pela Figura 35.

Devemos salientar que nessa área identificamos um conflito não velado, ou seja, esse embate não é exteriorizado claramente, mas gera um ambiente de desconfiança e medo entre os envolvidos. Durante o trabalho de campo, fomos alertados pelas lideranças quilombolas para não fotografar o terreno e a moradia da família Ferri. De acordo com Jorge Ozório, o seu pai, Miguel Ozório, chegou antes do que os Ferri nesse território e, com o passar dos anos, eles começaram a cercar a área. O quilombola salienta:

Vocês pode ver, daquela cerca pra lá, nós não passamos, nossa parte mesmo vai até a quadra (quadra de esportes). Não queremos problemas com ninguém, o que é nosso, é nosso e pronto. Daquela quadra pra lá eles que resolvem. Nós queremos viver sossegado aqui, plantar e colher no que é nosso, que nosso pai (Miguel Ozório) deixou. A terra da nossa família, o que é nosso de direito, sem confusão com ninguém. (OZÓRIO, 2017).

**Figura 35** – Perímetro tradicionalmente ocupado pelas comunidades quilombolas.



Fonte: imagem capturada pelo autor por meio do endereço eletrônico disponível em: <https://earth.google.com/web/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

A captação de imagens por um *drone* que estava prevista para a segunda etapa de coleta de dados foi cancelada por dois motivos:

- I. A comunidade está localizada próxima a uma área militar e, conforme orientação do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), o voo de *drone* é proibido sobre áreas de segurança. De acordo com a entidade, são consideradas áreas de segurança: refinarias, plataformas de exploração de petróleo, depósitos de combustível, estabelecimentos penais e áreas militares.
- II. Havia uma possível ameaça de o veículo aéreo não tripulado ser abatido, pois soubemos, por meio de relatos de moradores, que foram disparados tiros contra um *drone* que estava realizando captação de imagens na região.



Em vista disso, realizamos a captação de imagens de todas as moradias da Comunidade Quilombola Família Ozório para o mapeamento que será apresentado ainda neste capítulo. Nessa ocasião, efetuamos o registro fotográfico da única moradia existente na área não quilombola, e que foi construída por um dos membros da família Ferri, segundo demonstra a Figura 36.

**Figura 36** – Moradia da família Ferri – Área não quilombola.



Fonte: imagem capturada pelo autor durante o trabalho de campo em 2017.

Apesar da aparente limpeza no pátio, grama roçada e a plantação de um bananal, constatamos, durante um longo período, a ausência de moradores nessa residência. Todavia, identificamos a movimentação de alguns indivíduos realizando trabalhos na propriedade, mas, na maioria do tempo, a casa permaneceu fechada. Não se descarta a possibilidade de que a ocupação da moradia não é permanente, e, sim, para demonstrar que a área possui donos e que a terra está sendo cultivada.

Ao propor a mensuração de um grau de sustentabilidade do desenvolvimento sustentável, Hans Michael Van Bellen (2004), adverte que:

Uma sociedade está mais próxima de ser sustentável se sua condição (bem-estar) é alta, e o estresse (oposto do bem-estar ambiental) sobre o sistema ecológico é baixo. O progresso em direção à sustentabilidade pode ser mostrado, então, pela quantidade de bem-estar humano adquirida por unidade de estresse ecológico. Uma das vantagens do sistema é sua abordagem holística, obtida através da integração do bem-estar humano com o meio ambiente. O bem-estar humano e do ambiente são combinados de uma maneira adequada, procurando preservar as informações do processo. (VAN BELLEN, 2004, p. 85).

Diante disso, constatamos que a Comunidade Família Ozório dispõe de uma pequena extensão territorial para a sua subsistência. Durante o ciclo de cheias e enchentes do Rio Paraguai, essa área é reduzida a um terço do ambiente natural e, nesse aspecto, o bem-estar da comunidade é baixo. Os quilombolas dessa comunidade elaboraram e estabeleceram um novo formato de relações nesse território.

Primeiramente, eles evitaram o conflito direto com os não quilombolas, continuaram o cultivo das hortaliças e o plantio das lavouras no limite estabelecido por cercas de arame farpado, ou marcações nas fronteiras do território tradicionalmente ocupado. Por outro lado, a Família Ozório aumentou significativamente nos últimos anos, e isso fica evidente no agrupamento de moradias existentes no território (Figura 37). Além disso, a área de cultivo tornou-se insuficiente devido ao crescimento demográfico. Assim, os quilombolas tiveram que sair em busca de uma nova área para a sua sobrevivência.

Durante o período de vivência na Comunidade Família Ozório, fotografamos<sup>45</sup> todas as moradias existentes no agrupamento quilombola. Referente ao uso do termo agrupamento, nos pautamos na Nota Técnica do IBGE (2020) que versa:

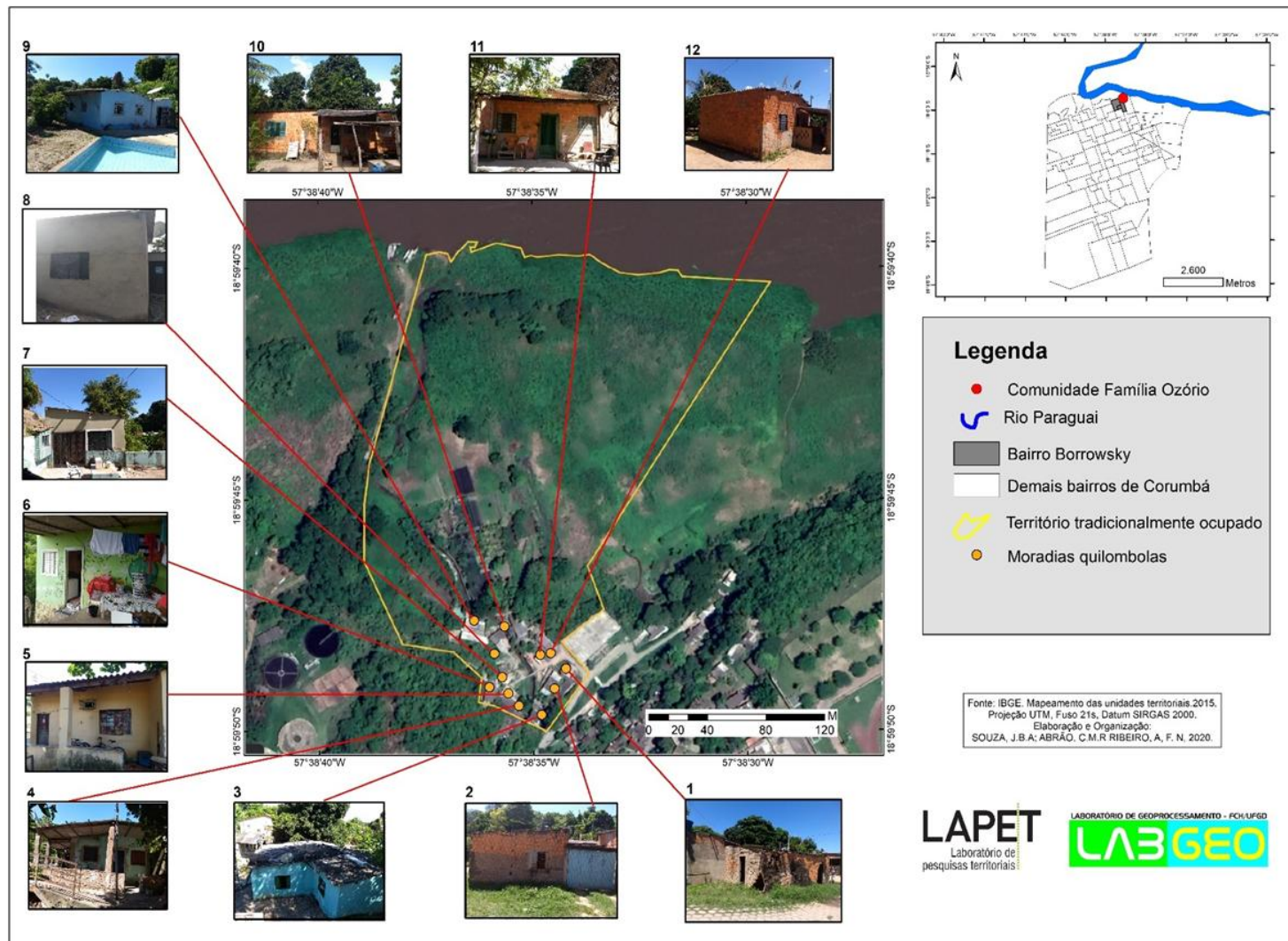
Considera-se agrupamento quilombola o conjunto de 15 ou mais indivíduos quilombolas em uma ou mais moradias contíguas espacialmente, que estabelecem vínculos familiares ou comunitários e pertencentes a Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs), ou simplesmente Comunidades Quilombolas, que são grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão historicamente sofrida, nos termos do Decreto n.º 4.887, de 2003. Tal caracterização é atestada por autodefinição da própria comunidade, que solicita à Fundação Cultural Palmares a sua certificação. Os agrupamentos quilombolas são nomeados pelas comunidades locais de diversas formas, incluindo “comunidades negras rurais”, “terras de preto”, “terras de santo”, “mocambo” etc. (IBGE, 2020, p. 9-10).

---

<sup>45</sup> A captação de imagens das moradias foi realizada com autorização e consentimento de todos os moradores. O material também foi encaminhado para o setor quilombola para compor a atualização do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) – Família Ozório.



**Figura 37** – Localização da Comunidade Quilombola Família Ozório – Agrupamento de moradias.



Fonte: elaborado e organizado por Souza; Abrão e Ribeiro (2020).

Em relação aos agrupamentos identificados, ressaltamos que eles formam as comunidades quilombolas pesquisadas, visto que esse é o termo que empregamos nesta obra. Optamos por trabalhar com a terminologia “comunidades quilombolas”, conforme estabelecido ainda na introdução deste livro. Durante o mapeamento, contabilizamos, nesse agrupamento, 12 moradias de alvenaria construídas ao longo das últimas três décadas. A primeira casa foi erguida em meados da década de 1980 pelo patriarca da família, senhor Miguel Ozório (casa n.º 5), conforme exemplifica a Figura 37.

Identificamos que cada moradia existente nessa comunidade possui sua própria história. Por exemplo, a residência que pertence à Angélica Ozório (casa n.º 6) foi uma das primeiras construídas acima da casa de Miguel Ozório. De acordo com Angélica, o local é privilegiado, pois está na parte mais alta da comunidade.

Eu pertencço a esse lugar desde quando meus pais vieram morar e plantar aqui, moro aqui quase 30 anos, cada um teve livre escolha sobre onde construir sua casa e o tamanho. Meu ponto de vista em relação à natureza, o Rio Paraguai e o Pantanal, é o quanto nós somos abençoados de estar morando perto de tudo isso, poder acordar e ver essa linda paisagem, mostrando o quanto Deus nos abençoa cada dia, não somente pela minha vista da varanda, mas poder plantar e viver da nossa plantação, poder ir ao rio pescar e tomar banho nele. Se eu me sinto pantaneira muito, me sinto até mesmo parte do Pantanal, choro quando vejo as queimadas nessa nossa terra preciosa. (OZÓRIO, 2020a).

Nas palavras da quilombola, é possível constatar o seu pertencimento ao lugar. Apesar do espaço exíguo, o núcleo familiar permanece nesse território tradicionalmente ocupado. Além disso, o Rio Paraguai e o Pantanal não são vistos como parte de uma natureza externa, todavia, isso reflete muito a relação sociedade/natureza, ou seja, Angélica se sente parte dessa natureza, e esse pertencimento vem acompanhado do sentimento de se identificar como pantaneira, além de quilombola.

Na casa n.º 7 (Figura 37), onde também está localizada a sede da Associação da Comunidade Quilombola Família Ozório, há um oratório em homenagem à Nossa Senhora Aparecida, o que demonstra a religiosidade da Família Ozório.

Cabe mencionar que a maioria das moradias foi construída na forma de mutirão e um dos quilombolas, Jorge Ozório, foi um dos responsáveis em edificar as casas. De acordo com ele:

Depois que os filhos foram ficando mais velhos, e chegando o momento de constituir família, cada um foi organizando, escolheu o seu canto, limpando tudo certinho; os primeiros construíram do lado de cá do córrego, mas tinha que comprar os materiais, tijolo, cimento, as ferragens, ir guardando, tem umas que já terminamos com o piso, cerâmica, ai ficou completa; outras só depois mesmo, umas com reboco, acabamento tudo certinho, outras ficou pra terminar, isso depende da renda de cada um também, entende? Eu mesmo que construí a maioria das casas aqui da comunidade. Tudo em união, cada um escolheu seu cantinho. (OZÓRIO, 2020b).

Em relação à edificação das moradias, ressaltamos que são todas construídas em alvenaria. Todavia, constatamos que as casas mais antigas possuem acabamento finalizado, reboco e pintura, conforme podemos ver nas casas n.º 3, n.º 4, n.º 5, n.º 6, n.º 7, n.º 8 e n.º 9, na Figura 37. Já as moradias construídas por último não possuem acabamento finalizado, estão com tijolos à vista, segundo é possível visualizar nas moradias n.º 1, n.º 2, n.º 10, n.º 11 e n.º 12, da Figura 37.

Ao analisarmos a Figura 37, nos deparamos com um agrupamento de moradias no formato circular, que lembra as plantas e representações cartográficas<sup>46</sup> dos primeiros quilombos no Brasil (Figura 38), que retrata a representação cartográfica produzida pelo capitão Antônio Francisco França em 1769. Apesar de estar localizada na área periurbana, a comunidade não seguiu o modelo cartesiano ou de um tabuleiro de xadrez presente nas quadras e quarteirões. Ao invés de edificar as moradias na área mais plana, no final da alameda Vulcano, os descendentes de Miguel Ozório optaram por construir suas residências na área mais elevada próxima a um córrego.

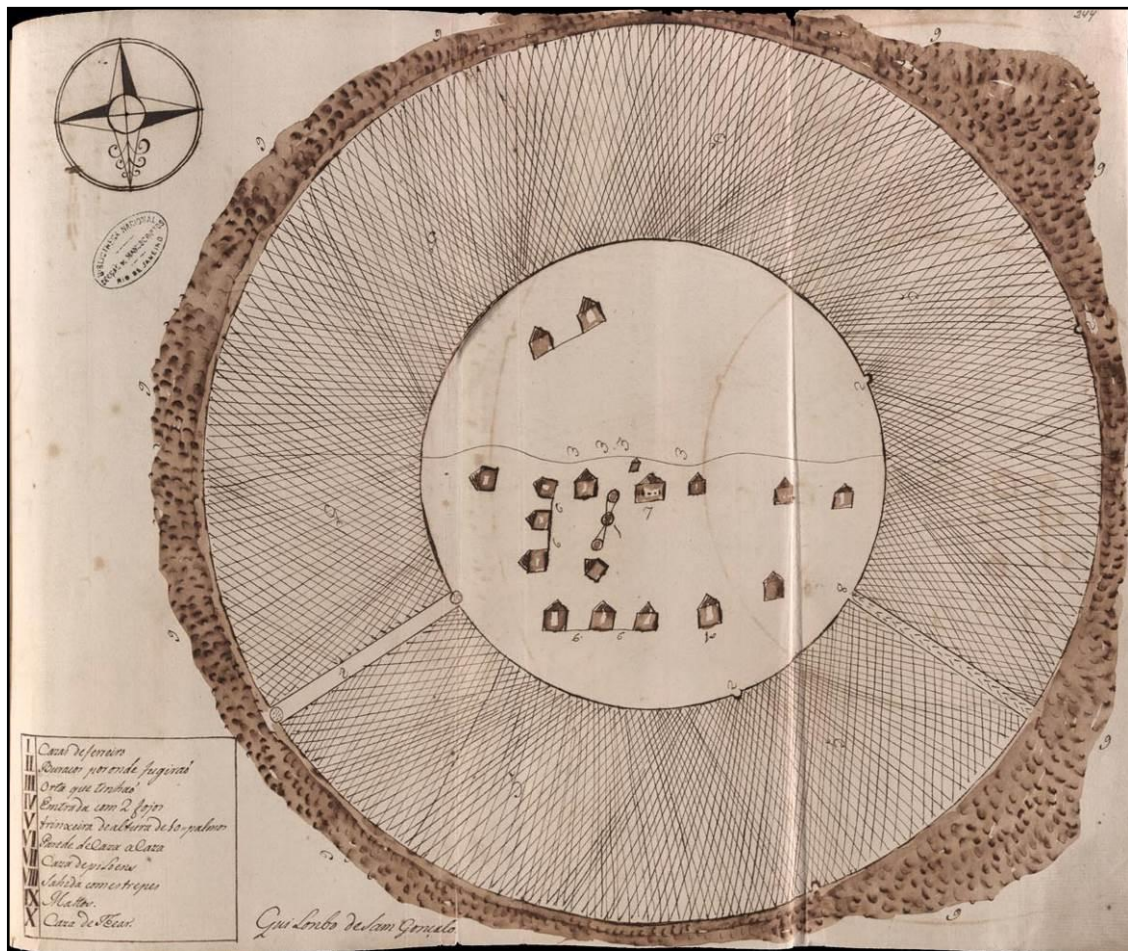
Na representação cartográfica elaborada por França (1769), identificamos na legenda: I) Casa de ferreiro; II) Buraco por onde fugiram; III) Horta que tinham; IV) Entrada com dois fojos; V) Trincheiras de altura de 10 palmos; VI) Paredes de casa a casa; VII) Casas de pilões; VIII) Saída com estacas; IX) Matas; e X) Casa de tear. Essas são características dos quilombos apresentados ainda na introdução dessa obra, pois entendemos que os quilombos contemporâneos possuem outros elementos e formas de resistência.

---

<sup>46</sup> Essas representações podem ser encontradas em outros mapas tais como: *Quilombo Samambaia*, *Quilombo do Ambrósio*, *Quilombo do Rio Perdição*, *Quilombo dos Santos Fortes*, *Quilombo de um dos braços da Perdição*. Disponível em: <https://www.mgquilombo.com.br/imagens-quilombolas/o-croqui-do-ambrosio-de-pamplona-e-muito-maior-que-a-sua-ferradura/>. Acesso em: 10 jun. 2019.



**Figura 38** – Planta do Quilombo de São Gonçalo – Paracatu – MG (Século XVIII).



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (1988).

Apesar disso, alguns elementos foram preservados ao longo dos séculos, uma vez que na Comunidade Família Ozório, a horta é, sem dúvidas, o lugar mais importante na dinâmica econômica do núcleo familiar quilombola. A horta é a principal fonte de renda dos moradores da comunidade. Além disso, outro elemento presente nos quilombos tradicionais, e que existe nessa comunidade, trata-se da área de mata, no entorno da comunidade, pois, entre a horta e a servidão de passagem, existe uma pequena mata ciliar que margeia o córrego do território tradicionalmente ocupado.

Isto posto, tem-se que as moradias da Comunidade Quilombola Família Ozório foram construídas no entorno da casa mais antiga (casa n.º 6), sendo que seis delas estão do lado direito do córrego, localizadas próximas da quadra de esportes, fazendo divisa com a área da Família Ferri.

Constatamos, durante o período de vivência nessa comunidade, que durante o ciclo de cheias do Rio Paraguai, a maioria das moradias não é atingida pela inundação. No entanto, de acordo com relatos dos moradores, durante a ocorrência das maiores cheias que elevaram o nível do Rio Paraguai e chegaram a atingir mais de seis metros de altura, as moradias n.º 8, n.º 9 e n.º10 foram alagadas. O mesmo ocorreu com as casas n.º 3 e n.º 4, por estarem na margem no córrego, afluente do Rio Paraguai.

Esses eventos de inundações, ciclo de cheias do Rio Paraguai, alternância de territórios, e trajetória da família entre as décadas de 1960 e 1980, sustentam a nossa tese de que as comunidades quilombolas de Corumbá produzem novos territórios.

Retornando ao processo de edificação das casas nessa comunidade, seis moradias foram construídas do lado esquerdo do córrego, entre uma encosta e a alameda Vulcano, dificultando o acesso a elas. Observamos que foram construídas escadarias e rampas para facilitar o acesso dos moradores ao local, como mostra a Figura 39.

**Figura 39** – Escadaria de acesso à moradia n.º 6.



Fonte: imagem capturada pelo autor durante o trabalho de campo em 2017.



A despeito da cartografia da Comunidade Quilombola Família Ozório, destacamos ainda, que na área periurbana de Corumbá, no bairro Borowski, numa pequena área de aproximadamente cinco hectares convivem 22 famílias. Nesse aspecto, entendemos que a produção de uma planta, mapa ou qualquer outra representação cartográfica não é capaz de demonstrar a dinâmica existente nessa comunidade quilombola. Todavia, a partir da identificação das comunidades quilombolas, procuramos representar, por meio da cartografia, os principais elementos nelas existentes, seguindo uma estrutura simples: onde estão localizados? Onde moram e o que fazem?

Partindo desses questionamentos, elaboramos o mapeamento do território tradicionalmente ocupado, sua espacialização na cidade de Corumbá e no bairro Borroski, seus limites naturais com o Rio Paraguai, suas divisas oficiais com os vizinhos não quilombolas e a Comunidade Quilombola Campos Correia.

Durante esse mapeamento, inferimos sobre a importância do lugar, da posse da terra, do cultivo de hortaliças e frutas, percebendo a dinâmica da alternância de territórios e, principalmente, a influência do Rio Paraguai na existência desses indivíduos. Não deixamos de notar a vulnerabilidade social existente na comunidade, a precariedade na coleta de lixo, a ausência de rede de esgoto, e a canalização precária do córrego que recebe dejetos da parte alta da cidade.

Após concluirmos o mapeamento da Comunidade Família Ozório, seguimos para a segunda etapa: o mapeamento da Comunidade Quilombola Campos Correia. Ainda que estejam localizadas no mesmo bairro, no Borroski, e tenham realizado trajetórias semelhantes ao longo das décadas de 1950 e 1980 pelo Rio Paraguai e pelas fazendas do Pantanal, atualmente o que separa fisicamente essas duas comunidades é a alameda Vulcano e uma encosta, que, através de uma escadaria, liga as duas comunidades. Nesse momento, trataremos de desvendar a cartografia por trás da Comunidade Quilombola Campos Correia.

Ao contrário da pesquisa realizada junto à Comunidade Família Ozório, quando realizamos o trabalho de mapeamento com a equipe do INCRA e com uma liderança da comunidade, o mapeamento do território tradicionalmente ocupado pela família Campos Correia (Figura 40) foi realizado, em um primeiro momento, especificamente em abril de 2018, com o auxílio de uma das lideranças. As visitas ocorreram nos finais de semanas e nos seus dias de folga do serviço. Apesar de, proporcionalmente, tratar-se de uma área menor, levamos um maior período de tempo para realizar o mapeamento.

**Figura 40** – Localização da Comunidade Quilombola Família Campos Correia – Agrupamento de moradias.



Fonte: elaborada e organizada por Souza e Vieira (2019a).

Outro fator que dificultou esse mapeamento foi o clima de tensão e conflito entre a comunidade quilombola e o vizinho não quilombola, pois percebemos que, durante a pesquisa de campo, estávamos sendo monitorados. Na segunda etapa do mapeamento, quando tivemos apoio da equipe do INCRA, isso ficou mais evidente, pois quando nos aproximávamos da entrada da comunidade, sempre aparecia algum indivíduo questionando nossa presença e da viatura do INCRA naquele local.

A Comunidade Quilombola Campos Correia está localizada no final da rua Geraldino Martins de Barros, antiga rua Oriental, no bairro Borrowisk, mas o acesso até a comunidade é realizado por uma viela entre o muro edificado pelo vizinho não quilombola (ver casa n.º 4 da Figura 40) e a encosta que termina na alameda Vulcano. No território tradicionalmente ocupado moram seis famílias. Outros integrantes da família residem nos bairros Padre Ernesto Sassida, Guatós e Centro América. Os membros da família Campos Correia que residem em outros bairros da cidade mantêm o vínculo com o polo principal da comunidade, e geralmente se reúnem na residência da matriarca da família que mora na casa n.º 5 (Figura 40).

Na segunda etapa do mapeamento, em dezembro de 2018, além de percorrermos toda a área do território tradicionalmente ocupado, fomos levados até o “Buracão da 13”<sup>47</sup> ou ponto inicial da comunidade (Figura 40, ponto n.º 8). Nesse lugar, começou a formação da Comunidade Família Campos Correia. Segundo Paulo Correia, liderança da comunidade, foi nesse lugar que começou a ocupação do território:

Olhando ali (aponta para os dois barcos) era o lugar que nós ficamos, quando viemos morar aqui, minha mãe conta, antes das enchentes, isso aqui era diferente. Eles (Fermiana e Theodoro) começaram tudo aqui, daqui até lá na encosta, onde hoje está tudo abandonado, foi onde a gente morou. É nesse ponto que tinha a primeira casa, a água não chegava aqui há 40 anos, era aqui que a gente morava e saía para pescar, depois que foi mudando lá pra cima, teve as enchentes, isso aí alagou tudo, faz muito tempo. (CORREIA, 2019b).

Pode-se atribuir a este local a pedra fundamental da Comunidade Campos Correia; entretanto, não encontramos nenhum vestígio da primeira moradia da família. Esse local é usado atualmente como uma espécie de porto improvisado, onde os membros pescadores da família aportam dois barcos de madeira e os mantêm cadeados para evitar possíveis furtos.

Todo o perímetro do território tradicionalmente ocupado é contornado por encostas e uma área de declive, o que apresenta um formato irregular da representação cartográfica do

---

<sup>47</sup> Em referência a erosão no final da Rua 13 de Junho na cidade de Corumbá.

terreno. A área possui aproximadamente 40 metros de largura e 300 metros de comprimento, apresentando curvamentos entre uma extremidade e outra, conforme mostra a Figura 40.

Realizamos, ainda, a terceira visita técnica em junho de 2019 e, dessa vez, contamos com o apoio da equipe do INCRA. Durante esse trabalho de campo, por intermédio de um GPS, coletamos os pontos das coordenadas geográficas indicadas pelo morador da comunidade em trabalhos anteriores. Os dados extraídos do equipamento foram inseridos no programa ArcGIS 10.6 para produzir a representação cartográfica do território tradicionalmente ocupado pela família Campos Correia, consoante à Figura 40.

Durante a última etapa do mapeamento, alcançamos as áreas não quilombolas e identificamos, ao sul, no ponto inicial do território tradicionalmente ocupado, uma área militar: trata-se do 17º Batalhão de Fronteira, localizado na rua Cáceres, no bairro Borrowisk. Nesse mesmo sentido, existe uma área que apresenta acentuado declive e que sempre foi uma barreira natural de acesso da comunidade à rua Cáceres, motivo pelo qual a saída principal era realizada primeiramente pela alameda Vulcano e, posteriormente, pela antiga rua Oriental (Figura 41).

Com tal característica, o agrupamento de moradias está localizado estrategicamente na parte mais elevada do território, no final da rua Geraldino Martins de Barros, situado entre a casa n.º 4 (Figura 40) e outras residências não quilombolas existentes no entorno da comunidade. Todas elas são de alvenaria, mas a maioria não teve seu acabamento finalizado, e foram edificadas pelos próprios membros da família ao longo dos últimos 40 anos. Podemos afirmar que o formato desse agrupamento nos remete aos quilombos tradicionais representados por Antônio Francisco França em 1769, pois constatamos que as casas dessa comunidade não seguem um padrão cartesiano de ruas, quadras e quarteirões.

Identificamos ainda, no entorno do território tradicionalmente ocupado, outras áreas não quilombolas, sendo que a primeira pertence à família Ferris, conforme mostra a Figura 41<sup>48</sup>. Ao norte da comunidade Família Campos Correia, encontra-se uma quadra de esporte construída pela prefeitura e utilizada pelas duas comunidades quilombolas.

**Figura 41** – Alameda Vulcano. A) Acesso ao centro. B) Acesso ao Rio Paraguai.

---

<sup>48</sup> Essa imagem foi obtida por uma das lideranças quilombola, considerando que optamos por não fotografar ou filmar para evitar outros conflitos entre as comunidades quilombolas pesquisadas e os agrupamentos não quilombolas existentes no seu entorno.





Fonte: Xavier (2020).

Nas imagens A e B da Figura 41, é possível observar algumas características do antigo acesso que era usado pela família Campos Correia até a antiga moradia do núcleo familiar quilombola, localizado na margem direita do Rio Paraguai. Verificamos, nessas imagens, que a alameda Vulcano possui pavimentação com lajotas<sup>49</sup>, iniciando no final da rua Treze de junho até a casa n.º 1 (Figura 40). O calçamento da alameda Vulcano diminuiu o processo de erosão provocado pelas enxurradas nas encostas existentes em todo o perímetro da comunidade.

Obtivemos acesso ao catálogo de projetos da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (SISP). No arquivo disponibilizado pela coordenação Geo Corumbá (Figura 42), podemos observar a proposição de calçamento da alameda Vulcano (área destacada em vermelho) no trecho entre a lateral direita da rua Ten. Melquíades de Jesus até a ponte sobre o córrego urbano que corta essa região. No entanto, o córrego, afluente do Rio Paraguai, é identificado nessa representação cartográfica, elaborada pela extinta secretaria de infraestrutura do município, como sendo um canal de esgoto (área destacada em azul).

Salientamos que se trata de um córrego urbano, tributário do Rio Paraguai, que recebe, ao longo do seu percurso, grande quantidade de dejetos, esgotos e lixos residenciais. Uma pequena área de trajeto foi canalizada, inclusive em um local dentro da Comunidade Família Ozório. Apesar do projeto de pavimentação da alameda Vulcano ter se iniciado em 2002, a obra foi finalizada somente no ano de 2019, conforme notícia publicada no Jornal Diário Corumbaense<sup>50</sup>.

<sup>49</sup> Pequena laje de pedra. Termo mais usado para designar as placas de pedra ou de cerâmica usadas nos pisos de jardins ou em lajes pré-moldadas e calçamentos. Disponível em: <http://www.colegiodearquitetos.com.br/dicionario/2009/02/o-que-e-lajota/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

<sup>50</sup> Prefeitura de Corumbá pavimenta alamedas com recursos próprios. Disponível em: <https://diarionline.com.br/index.php?s=noticia&id=115294>. Acesso em: 10 ago. 2020.





Nessa representação cartográfica, elaborada em 2002 pela Secretaria de Infraestrutura do município de Corumbá, não consta a existência das comunidades quilombolas. Frisamos que o processo de certificação dessas comunidades pela FCP só ocorreu a partir de 2010.

Além da alameda Vulcano, o principal acesso da Comunidade Campos Correia era realizado via rua Geraldino Martins de Barros. Com a construção das moradias na parte mais alta do território tradicionalmente ocupado (Figura 43), os moradores desse agrupamento quilombola transitavam pelos terrenos baldios no entorno da comunidade até a rua principal.

A partir da edificação de um muro na frente do acesso à rua Geraldino Martins de Barros, a alameda Vulcano voltou a ser uma alternativa da comunidade ao centro da cidade. Em relação à barreira de isolamento construída na área de acesso à comunidade, verificamos que, a partir de 2013, quando a família Campos Correia passou a viver praticamente isolada, um dos vizinhos não quilombola construiu um muro limitando o acesso de parte da comunidade até a rua Geraldino Martins de Barros, conforme é mostrado na Figura 43, imagens A e B.

**Figura 43** – Agrupamento Quilombola: barreira de isolamento.



Fonte: imagem capturada pelo autor durante o trabalho de campo em 2019.

Em função da barreira de isolamento, constatamos que o acesso dos quilombolas à rua Geraldino Martins de Barros, é realizado apenas por meio de uma viela (Figura 44 - A) entre o muro e a encosta localizada do lado direito do mesmo. Comprovamos, ainda, que nesses últimos três anos, o muro passou por reforma e ampliação, aumentando sua altura para quatro metros. Cabe ressaltar, finalmente, que foi fixada uma cerca em toda a parte superior do isolamento. Em outra área anexa a essa propriedade também ocorreu a construção de uma barreira de isolamento, conforme mostra a Figura 44-B.

**Figura 44** – Barreira de isolamento. Edificação de muro no acesso a comunidade.



Fonte: imagem capturada pelo autor durante o trabalho de campo em 2019.

Consoante às adversidades apresentadas, inferimos que os problemas enfrentados pela família Campos Correia estão causando um fenômeno de contração<sup>51</sup> dessa comunidade. No território tradicionalmente ocupado, identificamos moradias abandonadas. De acordo com Paulo Correia, liderança quilombola, parte da família Campos Correia passou a morar nos bairros Padre Ernesto Sassida, Guatós e Centro América, por não conseguirem sobreviver nesse exíguo espaço. No entanto, os núcleos familiares residentes em outros bairros sempre voltam, “porque a nossa mãe ainda está aqui”, finalizou Paulo Correia.

Posteriormente à finalização do mapeamento das comunidades quilombolas Família Ozório e Família Campos Correia, ambas localizadas no bairro Borrowisk, prosseguimos com os trabalhos no bairro Nossa Senhora de Fátima, onde está localizada a Comunidade Quilombola Maria Theodora.

Diferentemente das outras duas comunidades quilombolas, na Comunidade Quilombola Maria Theodora ainda não existem trabalhos de regularização fundiária e processo de titulação no INCRA. Frente a essa realidade, realizamos o trabalho sem o apoio técnico da equipe do INCRA. No entanto, contamos com a experiência dos mapeamentos anteriores e recebemos o suporte da liderança e dos moradores do agrupamento quilombola.

---

<sup>51</sup> Durante a finalização dessa pesquisa, no auge da Pandemia da Covid-19, as famílias organizaram o retorno para o território tradicionalmente ocupado. Até dezembro de 2020 duas famílias já haviam retornado para a comunidade.

Em abril de 2018, realizamos o reconhecimento do território ocupado por Maria Theodora e, posteriormente, por seus descendentes. Somente em junho de 2018, com o auxílio de Joãozinho, liderança da comunidade, iniciamos o mapeamento e a identificação das moradias. Apesar de ser a menor área quilombola mapeada e não apresentar dificuldades de acesso, diferentemente das comunidades anteriores, os trabalhos de mapeamento nessa comunidade ocorreram todos nos finais de semanas e feriados, respeitando o calendário de atividades religiosas nos dois terreiros existentes na mesma.

A Comunidade Quilombola Maria Theodora está localizada na rua Luiz Feitosa Rodrigues, entre as ruas Duque de Caxias e Monte Castelo, no bairro Nossa Senhora de Fátima. Nesse território tradicionalmente ocupado residem 15 famílias quilombolas e outras 20 moram nos bairros Aeroporto, Dom Bosco, Nova Corumbá e Jardim dos Estados. Os núcleos familiares que residem nos outros bairros da cidade mantêm o vínculo com o polo principal localizado no bairro Nossa Senhora de Fátima.

De acordo com Elizabeth Florência Correa da Silva Miranda<sup>52</sup>, liderança da comunidade Maria Theodora, a ocupação desse território ocorreu há 100 anos pelos seus avós, Maria Theodora e Mariano. A quilombola relatou que:

Então, ali da comunidade, antes ali onde a família mora era só mato. Aí, né, depois que eles foram chegando, primeiro quando minha avó (Maria Theodora) chegou. Eles foram os primeiros moradores dali. Chegaram e foram pra ali, vovô e vovó, aí veio os filhos deles. Aí conforme foram crescendo, eles foram casando, mamãe, os outros tios, Titia Maria, Titia Cacilda, foram construindo, tinha uns barracos de madeira no começo, cobertos de zinco e as casas ali mesmo, onde mora nossa família até hoje na comunidade, aqui no Nossa Senhora de Fátima. E as casas antigas, é aquelas de madeira que era de vovó, da minha tia Maria, e de mamãe, ali são as casas mais antigas que tem da comunidade ali. Entendeu? À medida que o povo foi se casando, foi se expandindo por aí, não cabia todo mundo. (MIRANDA, 2020).

Percebemos, nas palavras da quilombola, que, assim como nas demais comunidades pesquisadas, os descendentes de Maria Theodora migraram para outros bairros da cidade e, conforme foram constituindo novos núcleos familiares, tiveram que procurar outro lugar para morar.

---

<sup>52</sup>Conhecida na comunidade como “Beth”, optamos em identificá-la por esse nome nas próximas menções.



Durante o período de vivência nessa comunidade, visitamos as 12 moradias e verificamos que as casas construídas com madeira, e a de alvenaria sem acabamento final, contrastam com as residências da população não quilombola que estão localizadas do outro lado da rua. Ressaltamos, também, que visitamos as duas tendas religiosas existentes no território tradicionalmente ocupado. Essas duas construções são herança de Mãe Cacilda, a mais famosa Mãe de Santo de Corumbá de todos os tempos.

Tivemos acesso à edição n.º 5.988 do Jornal Correio do Estado, do dia 2 de agosto de 1972, que noticiava a seguinte manchete: “Cacilda atende 300 pessoas por dia”. A cidade de Corumbá fora transformada em um grande hospital. Ainda em relação à reportagem publicada no jornal no início da década de 1970, identificamos duas fotos da época: a primeira mostra um veículo com pacientes para serem atendidos pela Mãe de Santo e, na segunda fotografia, percebemos o local de atendimento e moradias daquele período, conforme exemplifica a Figura 45, imagem B.

**Figura 45** – Moradia da comunidade Maria Theodora na década de 1970.



Fonte: Jornal Correio do Estado (1972).

De acordo com a reportagem, a moradia pertencia ao pai de Cacilda, Mariano Gonçalves, viúvo de Maria Theodora, que havia falecido em 1967. A matéria relata ainda:

O preto Mariano é o proprietário de um “barraco” em frente do terreiro da Cacilda, onde vende desde a boa cachaça até farinha de mandioca, o barraco é humilde, de taboa de caixão, folhas de zinco, chão batido e muita fé. Neste humilde barraco Cacilda, ou o “Pai João” está atendendo cerca de 300 pessoas por dia. (JORNAL CORREIO DO ESTADO, 1972).

No lugar onde existiu o barraco do pai de Cacilda foram construídas novas residências que pertencem a proprietários não quilombolas. De acordo com relatos dos moradores da



comunidade, esses terrenos foram vendidos há mais de 30 anos e não sabem os detalhes da negociação dessa área.

A quilombola Beth mencionou ainda que, nessa área, atualmente urbanizada, no período em que foi ocupada pelos seus avós, tratava-se de um lugar de difícil acesso e encoberto por vegetação nativa, conforme consta na ata de criação da ACTHEO. Beth asseverou que as primeiras moradias eram barracos simples cobertos com telhas de zinco, o que corrobora a reportagem publicada em agosto de 1972. Ela relata que depois foram construídas algumas casas de madeira (Figura 46).

Observamos que, entre as árvores, as cercas e os muros ainda resistem às rugosidades das antigas moradias de madeira, construídas na época de Cacilda. Algumas dessas casas servem atualmente como depósitos, lugar de guardar objetos diversos dos moradores e, em algumas delas, encontramos pessoas residindo (Figura 46, imagem C).

É interessante notarmos que nas áreas internas e externas dessas moradias de madeira existem vários objetos, plantas e imagens do período em que Cacilda atendia inúmeras pessoas em seu terreiro. Esses objetos vão desde mesas e armários até vasos de argilas. Já as plantas medicinais são conservadas em pequenos vasos ou plantadas no fundo do quintal (Figura 47, imagem D). As imagens estão expostas na Tenda Nossa Senhora da Conceição.

Ao observar a arquitetura das moradias existentes no agrupamento quilombola, percebemos as construções de tijolos, com acabamento finalizado. De acordo com Cotó, filha de Cacilda, somente a partir da década de 1980 foram construídas as primeiras casas de alvenaria na comunidade (Figura 47).

Em vista disso, identificamos que o agrupamento de moradias pode ser classificado em casas de madeira e de alvenaria. Após visitar todas as residências existentes na comunidade, iniciamos o processo de produção do mapa de sua distribuição por meio do GPS. Coletamos os pontos das coordenadas geográficas indicadas por Joãozinho e Cotó, que, extraídos do GPS, foram inseridos no programa ArcGIS 10.6 para a produção da representação cartográfica do território tradicionalmente ocupado pela Família Maria Theodora, segundo mostra a Figura 48.

**Figura 46** – Agrupamento das moradias mais antigas e construídas de madeira (1970).



Fonte: imagem capturada pelo autor durante o trabalho de campo em 2019.



**Figura 47** – Agrupamento das moradias mais novas e construídas de alvenaria (1980).



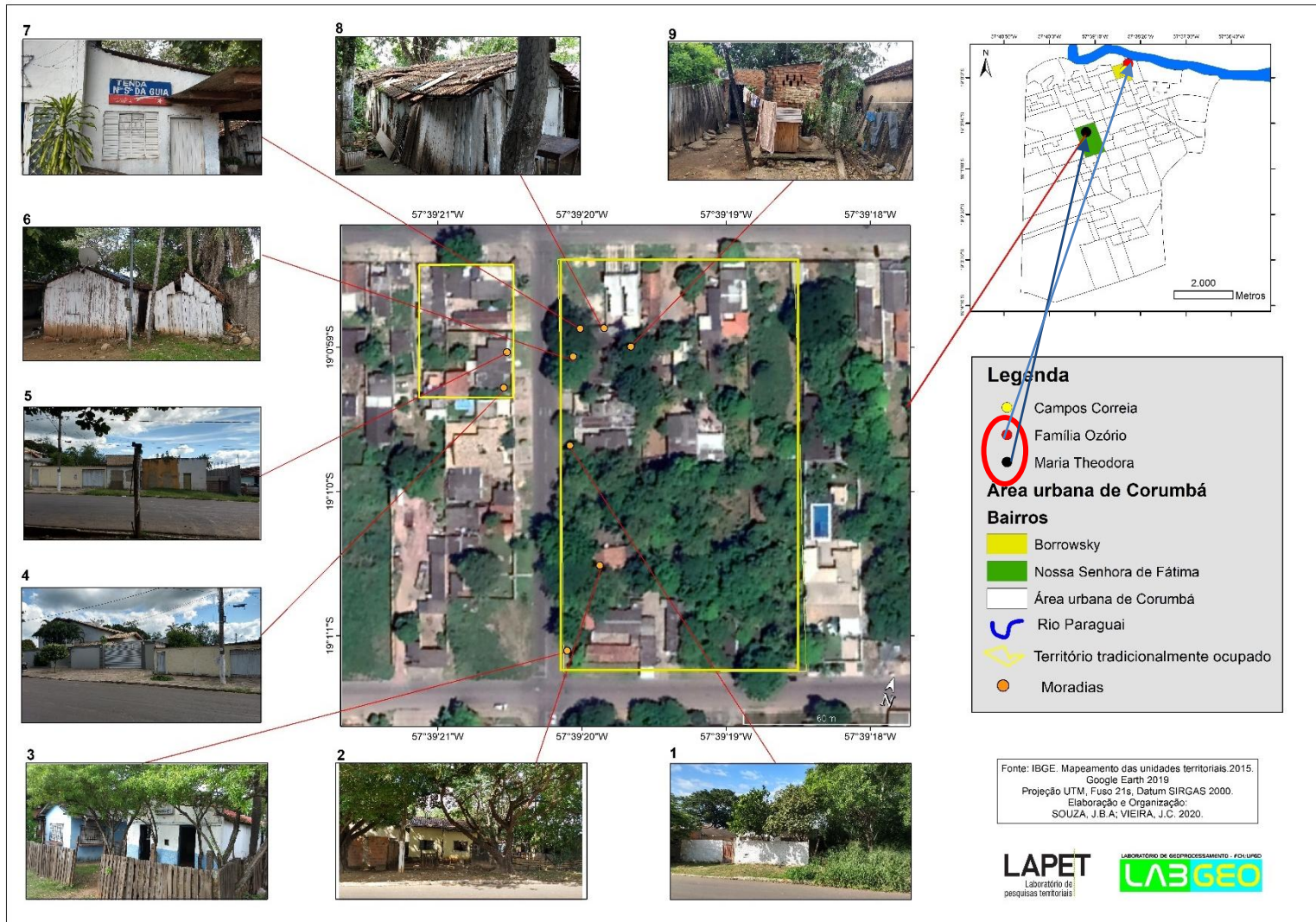
Fonte: imagem capturada pelo autor durante o trabalho de campo em 2018.

A Figura 48 apresenta um agrupamento de moradias no formato retangular, que foram construídas nos terrenos na rua Luiz Feitosa. Nessa quadra, percebemos, também, a presença significativa da cobertura de vegetação. Durante o trabalho de campo, constatamos que foram erguidas mais de três casas em um único lote, conforme as imagens n.º 6 e n.º 9 da figura.

A captação de imagens por *drone* também estava prevista para essa comunidade. Havíamos planejado fotos aéreas para identificar com maior precisão a localização do agrupamento de moradias entre a vegetação. No entanto, tivemos que cancelar essa atividade, visto que a Comunidade Maria Theodora está localizada próxima ao Aeroporto de Corumbá e, conforme orientação do DECEA, o voo utilizando *drone* é proibido sobre áreas de segurança e aeroportos.

Para solucionar a questão, utilizamos imagens do Google Earth e percebemos que a comunidade está localizada em um bairro que possui um modelo cartesiano que lembra um tabuleiro de xadrez e isso fica evidente quando observamos as quadras e quarteirões do bairro Nossa Senhora de Fátima. Porém, o aglomerado de moradias não tendeu a esse padrão estabelecido na parte alta da cidade, pois constatamos que as moradias estão agrupadas no formato de ferradura, o que nos remete à representação cartográfica dos quilombos antigos, produzida por França em 1769 (ver Figura 38).

**Figura 48** – Localização da Comunidade Quilombola Maria Theodora Gonçalves. Agrupamento de moradias.



Fonte: elaborada e organizada por Souza e Vieira (2019b).



No entorno dessa comunidade, existe um posto de saúde: a unidade de Estratégia Saúde da Família (ESF) Humberto Pereira, localizada na esquina da rua Luiz Feitosa. Também há várias residências com padrão socioeconômico elevado, com presença de grandes muros, piscinas e cercas elétricas. Ao lado da Tenda Nossa Senhora da Guia, em julho de 2019, uma incorporadora imobiliária iniciou a construção de oito residências, o que desencadeou um conflito fundiário com a Comunidade Maria Theodora.

Por intermédio desse mapeamento, procuramos produzir a cartografia das comunidades quilombolas Campos Correia, Família Ozório e Maria Theodora. Buscamos apontar os agrupamentos de moradias e a realidade dos territórios tradicionalmente ocupados. Diante disso, mostramos “onde vivem” os núcleos familiares quilombolas de Corumbá. Nosso próximo desafio será desvendar a produção dessas comunidades, ou seja, compreender “como vivem” essas famílias quilombolas para que possamos traçar um panorama da realidade constituída dessas comunidades quilombolas existentes em Corumbá.

### **3.3 A produção das comunidades quilombolas de Corumbá-MS**

De acordo com o dicionário Caldas Aulete<sup>53</sup>, a palavra “produção” significa o resultado de algum processo humano, da natureza ou artificial. Mas, o que seria a produção de uma comunidade quilombola? Se partimos para uma análise mais aprofundada da produção, que envolve a vida cotidiana e as relações dos homens entre si, encontraremos nos estudos territoriais de Marcos Aurélio Saquet (2011) a produção do território:

Em nosso entendimento, no mundo da vida cotidiana, no qual se desencontram e se encontram alegrias e tristezas, dominações e resistências, comandos e devaneios, fixos e fluxos etc., há relação e unidade, que resultam de um longo processo histórico de relações dos homens entre si, com sua natureza interior (inorgânica). As relações sociais são, sucintamente, econômicas, políticas e culturais, cristalizando-se em tramas e de maneira transescalar como interações próximas e distantes. Essas relações rompem barreiras e limites político-administrativos, objetivando-se e subjetivando-se, ao mesmo tempo, em nossa vida cotidiana, condicionando-a. (SAQUET, 2011, p. 40).

De acordo com Saquet (2011), a produção do território envolve relação e unidade que são resultados de um longo processo histórico de relações sociais, econômicas, políticas e culturais. No caso da produção das comunidades quilombolas, consideramos que essas

---

<sup>53</sup> Verbetes “produção”. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/produ%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 10 fev. 2020.



relações sociais seguem uma dinâmica semelhante à produção do território, isto é, os quilombolas produziram no decorrer da sua vida cotidiana: encontros (formação dos primeiros núcleos familiares) e desencontros (ao sair de suas cidades de origem, separação de parte da família); fixos (fixação no território tradicionalmente ocupado), fluxos (a busca por novos territórios, idas e vindas ao território principal) e sempre mantiveram relação e unidade com o passar dos anos. Saquet (2011) esclarece ainda que:

É a esse processo que dominamos de territorialização: movimento objetivo e subjetivo, histórico e relacional de construção de territórios e territorialidades que, simultaneamente, determina a si mesmo como movimento, como devir-pretérito e como pretérito-devir. O território é apropriado e produzido socialmente no tempo e no espaço; significa a relação espaço-tempo em movimento de unidade; é reconstruído incessantemente, tanto espacial como temporalmente, pelas relações sociais, econômicas, políticas e culturais (E-P-C) unidades, no mesmo movimento, com as naturezas orgânica e inorgânica do homem, como síntese da relação sociedade-natureza (E-P-C-N). (SAQUET, 2011, p. 40).

Corroboramos o modelo proposto pelo autor, de que o território é reconstruído incessantemente, tanto espacial como temporalmente, pelas relações sociais, econômicas, políticas e culturais (E-P-C). Percebemos que, nas comunidades quilombolas pesquisadas, o modelo E-P-C ocorre das seguintes maneiras:

- a) Na Comunidade Ribeirinha Família Ozório, as relações sociais, econômicas, políticas e culturais se apresentam de acordo com o cotidiano dos indivíduos que residem no território tradicionalmente ocupado na margem direita do Rio Paraguai há quase quatro décadas. As relações econômicas dessa comunidade são predominantemente a pesca e a agricultura familiar, entre outras atividades ligadas ao turismo e ao comércio. No que se refere às relações políticas, os membros da comunidade possuem sua política interna de eleger a presidência da associação (AQUIRRIO) a cada dois anos. Além disso, eles participaram das eleições municipais com uma candidata a vereadora. Por isso, identificamos certa articulação e militância nessa comunidade. Ademais, a comunidade possui ligação com a CONAQ, a IMNEGRA e o poder público municipal. Quanto às relações culturais, na comunidade preservam-se as rodas de capoeira e tradições religiosas, entre elas, o Banho de São João no dia 24 de junho, além de jogos de futebol: a comunidade conta com um time de futebol feminino, as “Quilombelas”, que disputam campeonatos municipais, regionais e até internacionais, representando a resistência da comunidade quilombola.

- b) Já na Comunidade Ribeirinha Campos Correia, as relações sociais, econômicas, políticas e culturais se manifestam em dois momentos no cotidiano dos indivíduos que residem no território tradicionalmente ocupado, no bairro Borrowisk, há 40 anos e os indivíduos que vivem em outros bairros da cidade. As relações econômicas da comunidade se dão, predominantemente, através de atividades voltadas à pesca artesanal, à metalurgia e ao trabalho informal. No que concerne às relações políticas, os membros dessa comunidade realizam eleições para a presidência da associação (AQF2C) a cada dois anos. Percebemos que a articulação política ainda não está estruturada, ou seja, os membros da comunidade não estão ligados a nenhum partido político, mas possuem articulações com órgãos públicos e ONGs que atuam no Pantanal. No que diz respeito às relações culturais, nessa comunidade há tradições religiosas. Entre elas, o Banho de São João, no dia 24 de junho, além da prática do futebol masculino, com o time “Os Guerreiros”, que representa a comunidade quilombola em campeonatos amadores e municipais.
- c) Por sua vez, na Comunidade Maria Theodora, as relações sociais, econômicas, políticas e culturais expressam algumas diferenças em relação às duas comunidades anteriores. As relações econômicas da comunidade urbana Maria Theodora são predominantemente voltadas ao serviço público, às atividades religiosas, aos serviços terceirizados e ao trabalho informal. No que envolve as relações políticas, os membros da comunidade também realizam eleições para eleger a presidência da associação (ACTHEO) a cada dois anos. Essa comunidade possui articulações com o IMNEGRA, e pouca conexão com o poder público e com a CONAQ. As relações culturais, nessa comunidade, estão representadas por meio da religiosidade. Eles possuem duas tendas, Nossa Senhora da Guia e Nossa Senhora da Conceição, onde são realizados rituais de Umbanda, em homenagem às entidades Oxalá, Xangô, Iemanjá, Ogum e Oxóssi, Oxum e Iansã, além das oferendas realizadas no Vale dos Orixás.

Essas relações sociais, econômicas, políticas e culturais inevitavelmente nos levam à produção das comunidades quilombolas pesquisadas. Todavia, essa caracterização das relações e da produção do território nas três comunidades, ainda não responde por completo ao nosso questionamento inicial: o que é produzir uma comunidade quilombola? Dessa forma, acrescentaremos uma segunda pergunta: onde são produzidas?

Para responder a esses questionamentos, procuramos entender as relações sociais, econômicas, políticas e culturais existentes em cada uma das comunidades quilombolas. Para isso, investigamos dados oficiais e aplicamos questionários socioeconômicos em todos os núcleos familiares quilombolas existentes nas três comunidades pesquisadas.

Além disso, procuramos analisar as ações governamentais propostas pelo Programa Brasil Quilombola (PBQ) e a Agenda Social Quilombola (ASQ) no município de Corumbá. As ações previstas no PBQ, que foi lançado em 12 de março de 2004, tinham como objetivo principal consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas em todo o país.

Todavia, verificamos que a garantia aos direitos à titulação, à permanência na terra, à alimentação, à educação, à saúde, ao esporte e ao lazer, à moradia adequada, ao trabalho decente, aos serviços de infraestrutura (saneamento básico, transporte, água, luz, telecomunicações) e à previdência social, instituídas pelo PBQ, não alcançaram em sua totalidade as comunidades quilombolas de Corumbá.

Os quatro eixos da Agenda Social Quilombola (ASQ), instituída através do Decreto n.º 6.261/2007, agrupam uma relação de ações voltadas às comunidades quilombolas em diversas áreas, conforme o Quadro 3.

**Quadro 3 – Quatro Eixos da Agenda Social Quilombola (ASQ).**

<b>Eixo</b>	<b>Ações voltadas às comunidades quilombolas</b>
<b>1 - Acesso à terra</b>	Execução e acompanhamento dos trâmites necessários para a regularização fundiária das áreas de quilombo que constituem título coletivo de posse das terras tradicionalmente ocupadas. O processo se inicia com a certificação das comunidades e se encerra na titulação, que é a base para a implementação de alternativas de desenvolvimento para as comunidades, além de garantir a sua reprodução física, social e cultural.
<b>2 - Infraestrutura e qualidade de vida</b>	Consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infraestrutura (habitação, saneamento, eletrificação, comunicação e vias de acesso) e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas, notadamente as de saúde, educação e assistência social.
<b>3 - Inclusão produtiva e desenvolvimento local</b>	Apoio ao desenvolvimento produtivo local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades.
<b>4 - Direitos e cidadania</b>	Fomento de iniciativas de garantia de direitos promovidos por diferentes órgãos públicos e organizações da sociedade civil, estimulando a participação ativa dos representantes quilombolas nos espaços coletivos de controle e participação social, como os conselhos e fóruns locais e nacionais de políticas públicas, de modo a incentivar o acesso das comunidades ao conjunto das ações definidas pelo governo e seu envolvimento no monitoramento daquelas que são implementadas em cada município onde houver comunidades remanescentes de quilombos.

Fonte: Brasil (2004).

Com referência ao primeiro eixo, que prevê a execução e o acompanhamento dos trâmites que se iniciam com a certificação das comunidades pela FCP, e se encerram na titulação do território pelo INCRA, constatamos que as três comunidades de Corumbá possuem a certificação emitida pela FCP. Entretanto, nenhuma delas possui a titulação, o que interfere nas garantias a suas reproduções físicas, sociais e culturais, conforme analisaremos ainda neste capítulo.

No que tange ao segundo eixo da ASQ, que procura consolidar os mecanismos voltados a obras de infraestrutura (habitação, saneamento, eletrificação, comunicação e vias de acesso), além da construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas de saúde, educação e assistência social, durante a pesquisa identificamos a ausência ou inexistência dessas ações, principalmente na Comunidade Campos Correia.

Acerca das ações voltadas à inclusão produtiva e ao desenvolvimento local das comunidades quilombolas, conforme apontadas no terceiro eixo da ASQ, constatamos que as iniciativas relacionadas ao desenvolvimento produtivo local, identidade cultural, sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades não foram executadas. Isso fica evidente na Comunidade Família Ozório, que continua sem o acesso à terra, sem apoio de assistência técnica e extensão rural, o que entrava os avanços no desenvolvimento produtivo, na sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política da comunidade.

Percebemos a participação de algumas lideranças quilombolas de Corumbá nos espaços coletivos de controle e participação social, como os conselhos e fóruns locais e nacionais de políticas públicas, em conformidade com o quarto eixo da ASQ, que procura fomentar a participação ativa dos representantes quilombolas nesses ambientes.

Durante a realização da pesquisa, notamos a participação dos representantes das três comunidades em eventos promovidos pela CPPIR - Coordenadoria de Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial de Corumbá, Subsecretaria Estadual de Promoção e Igualdade Racial/MS, IMNEGRA, CONAQ/MS e o Fórum Permanente das Entidades do Movimento Negro/MS (FPEMN/MS).

Além do período de vivência nas três comunidades, que culminou na realização do questionário socioeconômico, buscamos suporte em dados oficiais do poder público municipal, além de informações inseridas no preenchimento do CGIQ, que diz respeito à produção do território em cada comunidade quilombola.

Em abril de 2018, durante uma visita técnica à CPPIR de Corumbá, entrevistamos a coordenadora Maria Angélica de Jesus Timóteo Amorim<sup>54</sup>, que nos apresentou os trabalhos realizados junto às comunidades quilombolas do município. Entre as ações executadas pela coordenadoria, nos atentamos para duas: primeiro, o mapeamento dos terreiros de matriz africana; e, segundo, o Censo Quilombola Municipal, conforme mostra a Figura 49, efetuado entre os meses de julho e dezembro de 2017.

A formulação do questionário do Censo Quilombola de Corumbá foi baseada no Censo Demográfico realizado pelo IBGE, que apresenta um questionário básico com o objetivo de levantar informações sobre as características do morador, a composição dos domicílios, a participação em programas sociais, a escolaridade, a renda e o trabalho.

Segundo informações do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), o Censo Quilombola Nacional seria realizado pela primeira vez no ano de 2020<sup>55</sup>, mesmo sendo adiado para o ano de 2021, não ocorreu a realização do Censo, sendo prorrogado para 2022. O Censo Demográfico do Brasil 2022 incluirá o perfil de comunidades quilombolas de todo território nacional. De acordo com o IBGE, o trabalho será realizado em parceria com a SEPPIR, com a CONAQ/MS, a FCP, o INCRA e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

O levantamento censitário quilombola foi interrompido na fase de tabulação e publicação, pois, com o falecimento do prefeito<sup>56</sup> de Corumbá, a coordenadoria foi reestruturada e, em seguida, extinta. Tivemos permissão de acesso aos dados e realizamos a tabulação das informações. Nesse momento, aferimos dados incompletos ao comparar as três comunidades pesquisadas e a realização da pesquisa de campo.

Por exemplo, no item Atividades Econômicas, não tivemos acesso aos dados da Comunidade Maria Theodora. Outra lacuna que identificamos durante a tabulação foi em relação à imprecisão no número dos entrevistados. Depois de analisarmos o item Domicílios, em que constavam apenas quatro moradias existentes na Comunidade Campos Correia, notamos que as famílias quilombolas que residiam em outros bairros afastados do território tradicionalmente ocupado não foram incluídas no levantamento realizado pela prefeitura.

---


<sup>54</sup> A entrevistada assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando a publicação do seu nome nesta obra.

<sup>55</sup> O Censo 2020 foi adiado para 2021 por causa da Pandemia do Covid-19; No ano de 2021 não foi realizado por falta de orçamento. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2021-04/censo-demografico-nao-sera-realizado-em-2021>

<sup>56</sup> Prefeito de Corumbá morre após procedimento cirúrgico em Campo Grande. Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/prefeito-de-corumba-morre-apos-procedimento-cirurgico-em-campo-grande.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2020.



**Figura 49** – Ficha do Censo Quilombola – Corumbá-MS (2017).

  
Estado de Mato Grosso do Sul  
Prefeitura Municipal de Corumbá  
Secretaria Especial de Cidadania e Direitos Humanos  
Rua XV de Novembro, 400 Fone: 3907 5434

**CENSO QUILOMBOLA**

1.Nome:.....  
Data de Nascimento: .....Naturalidade: .....  
Endereço:.....  
Bairro:.....Fone:.....  
Associação: .....

2. Domicílio : ( ) Próprio ( ) Alugado ( ) Cedido .....  
( ) Madeira ( ) Alvenaria ( ) Outros .....

3. Participa de Programas Governamentais: ( ) BF ( ) Vale Renda  
( ) PAA ( ) BPC

4. Quantas pessoas residem aqui? .....

4.a ( ) crianças ( ) adolescentes e jovens ( ) adultos ( ) idosos

4.b Há acamados na residência? ( ) sim ( ) não

4.c Há pessoas com necessidades especiais? ( ) sim ( ) não ( ) Quais.....

5.Existem pessoas da família sem documentação civil? ( ) Sim ( ) Não

5.a Em caso positivo, qual documento? ( ) CN ( ) RG ( ) CPF ( ) CTPS ( ) Reservista

6.Grau de Escolaridade do entrevistado  
( ) Alfabetizado ( ) EF Incompleto ( ) EF Completo ( ) EM Incompleto  
( ) EM Completo ( ) Superior Incompleto ( ) Superior Completo  
( ) Pós-graduação .....

6.a Frequentam a creche/escola crianças e adolescentes de:  
( ) 00 a 03 anos ( ) 04 a 05 anos ( ) 06 a 10 anos ( ) 11 a 14 anos ( ) 15 a 17 anos

6.b Adulto ( )

7. Renda média familiar R\$.....

7.a Quais as principais atividades econômicas desenvolvidas pela família?  
.....  
.....

7.b Quantas pessoas trabalham na família?.....

Fonte: Corumbá (2017).

Ressaltamos que a pesquisa de campo para a conferência dos dados do Censo Quilombola se iniciou na Comunidade Campos Correia. Por apresentar o menor núcleo familiar entre as comunidades pesquisadas, foi possível checar os dados junto às cinco famílias que constituem essa comunidade. No entanto, no decorrer da pesquisa, percebemos que essa comunidade quilombola possui mais oito famílias residindo em outras regiões da cidade.

Outro elemento que demonstrou incompatibilidade entre o Censo Quilombola e a pesquisa de campo realizada na Comunidade, refere-se ao item “Beneficiários de Programas Sociais”, que apontou a inexistência do recebimento do Seguro Defeso<sup>57</sup>. No entanto, averiguamos que seis pescadores dessa comunidade recebiam o benefício pago pelo INSS.

Durante a análise dos dados do Censo Quilombola de Corumbá, constatamos características *sui generis*, que revelou o quanto essas comunidades eram distintas das demais comunidades quilombolas sul-mato-grossenses. Tais características são:

- a) ribeirinhos e pescadores artesanais;
- b) deslocamento dos moradores quilombolas que trabalham em outros territórios;
- c) fluxos dos núcleos familiares quilombolas entre o território tradicionalmente ocupado e outros bairros de Corumbá;
- d) existência de terreiros de Umbanda em uma das comunidades quilombolas;
- e) deslocamento dos moradores quilombolas para a realização de oferendas e louvações no Vale dos Orixás;
- f) manifestações culturais, religiosas e populares;
- g) ausência de políticas públicas do PBQ.

Diante das informações e dos dados imprecisos do Censo Quilombola de 2017, e considerando ainda que o resultado final não foi publicado pela Prefeitura Municipal de Corumbá, preferimos não analisar os resultados parciais obtidos após a tabulação dos dados que foram encaminhados para a SEPPPIR, em 14 de maio de 2018.

Durante o segundo semestre de 2019, na última etapa de convivência nas comunidades quilombolas de Corumbá, nos deparamos com alguns questionamentos e dúvidas das lideranças das comunidades pesquisadas em relação ao preenchimento do CGIQ e o objetivo desse cadastro. Constatamos, ainda, que eles encontravam dificuldades para completar os dados solicitados, por falta de acesso à internet e de interpretação nos enunciados do questionário disponível no site oficial da FCP.

---

<sup>57</sup> Benefício pago ao Pescador Artesanal enquanto ele está impedido de pescar durante o período de defeso, ou seja, quando ele não poderá pescar em razão da necessidade de preservação das espécies. Disponível em: <https://www.inss.gov.br/beneficios/seguro-desemprego-do-pescador-artesanal/>. Acesso em: 20 fev. 2020.

De acordo com a FCP, o CGIQ atende o §4º do art. 3º do Decreto n.º 4.887/2003, que prevê:

§ 4º A autodefinição de que trata o § 1º do art. 2º deste Decreto será inscrita no Cadastro Geral junto à Fundação Cultural Palmares, que expedirá certidão respectiva na forma do regulamento. (BRASIL, 2003).

As três comunidades pesquisadas possuem a certidão de autodefinição expedida pela FCP; entretanto, desde a certificação, não ocorreu nenhum recadastramento ou levantamento de dados dessas comunidades por parte da FCP.

No segundo semestre de 2019, entramos em contato com a FCP para solicitar esclarecimentos a respeito do CGIQ. Um servidor da FCP informou que o preenchimento desses dados tinha como objetivo reunir informações gerais sobre as comunidades quilombolas brasileiras, pois eles estavam relacionados aos seguintes fatores: a) número de famílias; b) localização do endereço e das coordenadas geográficas da comunidade; c) acesso a serviços públicos; d) empreendimentos que impactam essas comunidades; e) conflitos fundiários; f) atividades produtivas; g) celebrações, festejos, manifestações culturais e religiosidade.

De acordo com a FCP, por intermédio das informações coletadas no CGIQ (Figura 50), será possível ter um retrato mais fiel da realidade das comunidades quilombolas, adequando, assim, as políticas públicas do Estado brasileiro aos quilombolas, seus territórios e modos de vida.

**Figura 50** – Cadastro Geral de Informações Quilombolas (CGIQ).



Fonte: imagem capturada pelo autor por meio do endereço eletrônico disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=48027>. Acesso em: 15 out. 2019.

Algumas dessas informações já haviam sido coletadas com o Censo Quilombola de 2017, conforme já esclarecido neste capítulo. Outros dados foram catalogados durante a realização da pesquisa de campo nessas comunidades, por meio do Questionário Socioeconômico dos Núcleos Familiares Quilombolas (QSNFQ), que levantou os seguintes dados: a) número de famílias/núcleos familiares; b) tipos de moradia; c) localização dos bairros; d) composição familiar; e) faixa etária; f) escolaridade; g) programas sociais; e h) profissão.

Dessa maneira, nos reunimos com as três lideranças das três comunidades quilombolas de Corumbá para entender o preenchimento do formulário do CGIQ, que deve ser feito pelas próprias comunidades quilombolas. Para essa tarefa, era necessário utilizar um computador ou *smartphone* com acesso à internet. Todavia, duas dessas comunidades possuem acesso restrito à internet.

Diante dos fatos, a solução para o preenchimento desse cadastro foi a impressão do formulário para, em seguida, realizarmos a coleta e cruzamento dos dados e informações existentes no Censo Quilombola, além dos levantamentos já efetuados entre 2018 e 2019 durante a pesquisa de campo nessas comunidades e formalizarmos o preenchimento manual. Posteriormente, fizemos o preenchimento e envio do formulário no laboratório de informática do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS), campus Corumbá.

Com o preenchimento do CGIQ, reunimos, pela primeira, vez informações e dados gerais sobre as três comunidades, diferentemente do Censo Quilombola de 2017, realizado pela SEPPIR de Corumbá, que não finalizou o levantamento de dados. O CGIQ da FCP estabeleceu, concomitantemente, informações e dados gerais sobre as três comunidades quilombolas de Corumbá.

Cabe mencionar que, nesta obra, priorizamos identificar como núcleos familiares os agrupamentos de famílias quilombolas existentes em cada comunidade, de acordo com o critério estabelecido no CGIQ da FCP, e ressaltamos que não rejeitamos o termo família<sup>58</sup>, empregado pelo IBGE. Porém, para facilitar a compreensão dos dois termos, iremos utilizar família quilombola para os moradores que residem fora da comunidade, ou seja, aquelas

---

<sup>58</sup> Compreende informações sobre as estruturas familiares e as unidades domésticas, seus padrões de organização (famílias reconstituídas, casais do mesmo sexo, casais que vivem separados, crianças com dupla residência, famílias monoparentais e pessoas que moram sozinhas) e os ciclos de vida familiar (considerando a presença de crianças e jovens em diferentes faixas etárias, idosos e a participação dos adultos membros no mercado de trabalho). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/2044-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios>. Acesso em: 20 out. 2019.

famílias que habitam os bairros distanciados do território tradicionalmente ocupado, onde se concentram os núcleos familiares quilombolas, que serão abordadas no próximo item.

### 3.4 Situação dos núcleos familiares quilombolas de Corumbá - MS

Embora os núcleos familiares quilombolas já tenham sido caracterizados no decorrer deste trabalho, apresentaremos no Quadro 4 os dados levantados por meio do CGIQ da FCP, que revelam a quantidade de famílias existentes nos três núcleos familiares quilombolas de Corumbá-MS.

**Quadro 4** – Núcleos familiares da comunidade<sup>59</sup>.

Comunidade Quilombolas	N.º Famílias	N.º Moradores
Comunidade Quilombola Família Campos Correia	15	80
Comunidade Quilombola e Ribeirinha Família Ozório	25	90
Comunidade Quilombola Família Maria Theodora Gonçalves	35	100

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do CGIQ da FCP (2019). Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=48027>. Acesso em: 15 out. 2019.

Conforme mostra o Quadro 4, as três comunidades quilombolas de Corumbá constituem uma população de mais de 270 habitantes, distribuída em pelo menos 12 bairros da cidade, e no lote n.º 75, no Assentamento Rural Tamarineiro II. Um grupo de 15 famílias da Comunidade Ozório reside no bairro Borrowisk, no final da alameda Vulcano. Contudo, o território é pequeno para manter todos os núcleos familiares e, nesse caso, algumas famílias acabaram por morar em outros bairros: Dom Bosco - duas famílias; Cristo Redentor - uma família; Nova Corumbá - uma família; duas famílias no Popular Nova; uma família no Padre Ernesto Sassida; e duas famílias no Assentamento Tamarineiro II.

A Comunidade Campos Correia é formada por 15 famílias, das quais apenas cinco núcleos familiares ainda moram no bairro Borrowisk, no território tradicionalmente ocupado, no antigo Buracão da Treze. As demais famílias quilombolas estão residindo nos bairros: Padre Ernesto Sassida - três famílias, Guatós - duas famílias, e três famílias no Centro América. Ademais, há um núcleo familiar que está vivendo no município de Aquidauana. Além do espaço exíguo da comunidade, o bloqueio do acesso de entrada da comunidade, a

<sup>59</sup> O preenchimento desse item solicitou os números aproximados de famílias e moradores. Levamos em consideração os núcleos familiares que residem em outros bairros, distantes do território tradicionalmente ocupado. Entretanto, esses possuem vínculos com o território.



falta de energia elétrica, de saneamento básico e a falta de moradias também são dificuldades enfrentadas pelos moradores dessa comunidade.

Considerando a quantidade de núcleos familiares existentes em cada comunidade, a Comunidade Maria Theodora concentra cerca de 35 famílias, totalizando 100 moradores, dos quais, pelo menos 15 núcleos familiares residem no bairro Nossa Senhora de Fátima, onde está localizado o território tradicionalmente ocupado. As outras 20 famílias quilombolas estão morando nos bairros: Aeroporto - cinco famílias, Jardim dos Estados - cinco famílias, Nova Corumbá - três famílias, e duas famílias no Dom Bosco.

Durante o período de vivência nas três comunidades, realizamos o preenchimento do questionário socioeconômico dos núcleos familiares. Por intermédio desse levantamento identificamos as principais características de cada família quilombola entrevistada. Para essa tarefa contamos com a colaboração das lideranças e dos moradores de cada comunidade, principalmente no que se refere aos mais idosos.

Em relação à faixa etária, ou seja, a distribuição dos indivíduos de acordo com as idades, neste trabalho apresentaremos a divisão em três faixas etárias, conforme a classificação utilizada pelo IBGE: a primeira é formada por jovens (até 19 anos); a segunda é constituída por adultos (entre 20 e 59 anos); e a terceira é composta por idosos (acima de 60 anos).

Antes de analisar os quadros referentes à moradia e às atividades produtivas e políticas públicas, observamos que essas ações estão previstas desde 2004 no PBQ, que pretendia desenvolver e ampliar a infraestrutura, habitação e saneamento básico para elevação da qualidade de vida das comunidades quilombolas em todo o território nacional. De acordo com o item 5.7 – alínea “c” do PBQ, no que se refere à moradia:

Moradia: Início do processo de Implantação do Projeto Piloto Kalunga, com 400 casas construídas pelo Ministério das Cidades e 800 melhorias habitacionais pela AGEAP e 1.200 unidades sanitárias pela Funasa. Elaboração do Convênio para implantação de 2.000 casas por ano e 2.000 kits sanitários por ano em comunidades quilombolas. (BRASIL, 2004, p. 31).

Considerando o período de vivência nas comunidades e o preenchimento do questionário socioeconômico dos núcleos familiares, além dos dados levantados no CGIQ da FCP em relação às moradias das comunidades pesquisadas, não encontramos nenhuma residência construída ou financiada com recursos oriundos do PBQ.

Identificamos somente as moradias edificadas pelos próprios moradores e seus antepassados. Verificamos apenas dois tipos de casas: as de alvenaria e as de madeira, conforme mostra o Quadro 5.

**Quadro 5 – Moradias.**

<b>Comunidade Quilombolas</b>	<b>Tipo</b>
Comunidade Quilombola Família Campos Correia	Alvenaria – Madeira
Comunidade Quilombola e Ribeirinha Família Ozório	Alvenaria
Comunidade Quilombola Família Maria Theodora Gonçalves	Alvenaria – Madeira

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do CGIQ da FCP (2019). Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=48027>. Acesso em: 15 out. 2019.

Na Família Ozório, todas as 12 casas são de alvenaria e estão localizadas no bairro Borrowisk, conforme já destacamos no início deste capítulo. Na Campos Correia, a maioria das moradias foi construída em alvenaria; somente uma residência foi erguida utilizando madeira, no início da década de 1980. Na Comunidade Maria Theodora, as habitações são divididas em dois grupos: as mais antigas, de madeira, e as recentes, de alvenaria.

Além das moradias existentes nos agrupamentos quilombolas, nos deparamos com outro grupo: as casas das famílias residentes nos demais bairros de Corumbá, cuja maioria está localizada em conjuntos habitacionais.

Em relação às atividades produtivas elencadas no CGIQ e o levantamento de dados socioeconômicos dos núcleos familiares quilombolas, revelado no questionário aplicado nos núcleos familiares, identificamos o seguinte panorama nas três comunidades pesquisadas (Quadro 6).

Verificamos, no Quadro 6, que os moradores dessas comunidades estão envolvidos em atividades produtivas dos três setores: primário, secundário e terciário. Além disso, percebemos que as atividades produtivas de cada comunidade variam tanto no setor quanto nas áreas de atuação. Isso tem uma relação direta com a localização de cada território.

No setor primário, identificamos que, na Comunidade Família Ozório, a maioria dos núcleos familiares está envolvida nas atividades produtivas ligadas à agricultura, à criação de pequenos animais e à pesca artesanal. Além disso, um número significativo de moradores da Comunidade Campos Correia também está diretamente envolvido no setor primário com o grupo de pescadores artesanais existentes na comunidade.

**Quadro 6 – Atividades produtivas.**

<b>Comunidade Quilombolas</b>	<b>Atividades produtivas</b>
Comunidade Quilombola Família Campos Correia	Pesca; Construção civil; Metalurgia forneiro/chapeiro; Criação de pequenos animais.
Comunidade Quilombola e Ribeirinha Família Ozório	Pesca; Turismo; Construção civil; Trabalho doméstico; Produção de doces e polpas; Criação de pequenos animais; Serviço público (efetivos ou contratados); Produção de cereais: arroz, milho, feijão, etc.; Lavoura de terceiros (diária, meeiro, empreitada, etc.); Reciclagem de resíduos sólidos (lata, papel, papelão, vidro, etc.).
Comunidade Quilombola Família Maria Theodora Gonçalves	Construção civil; Trabalho doméstico; Serviço público (efetivos ou contratados); Reciclagem de resíduos sólidos (lata, papel, papelão, vidro, etc.).

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do CGIQ da FCP (2019). Disponível em:  
<http://www.palmares.gov.br/?p=48027>. Acesso em: 15 out. 2019.

Em relação ao grupo de quilombolas que trabalham no setor secundário, identificamos, nas três comunidades, trabalhadores da construção civil, funcionários da indústria metalúrgica que exercem atividades de forneiro, chapeiro e eletricitista, em uma empresa do setor siderúrgico. Este último grupo se desloca diariamente cerca de 50 km até o local de trabalho, atuando em três diferentes turnos de trabalho.

No tocante ao setor terciário, constatamos que os moradores das três comunidades realizam atividades ligadas à prestação de serviços. Contudo, é a Maria Theodora que se destaca, visto que a maioria de seus moradores exerce trabalhos na área de prestação de serviços, em serviços públicos, ou são profissionais liberais. Verificamos que essa é a única das três comunidades pesquisadas, que é totalmente urbana e não realiza nenhuma atividade produtiva ligada à agricultura. No próximo item, serão abordadas as formas de resistência nas comunidades quilombolas de Corumbá-MS.

### 3.5 Formas de resistência: manifestações religiosas e culturais nas comunidades quilombolas

De acordo com os dados levantados no CGIQ e no período de vivência nas comunidades pesquisadas, identificamos algumas formas de resistências que serão apresentadas em dois grupos: manifestações religiosas e manifestações culturais.

Segundo Zeny Rosendahl (1995), a preocupação com a experiência religiosa das pessoas dos grupos sociais representa um ponto central em várias ciências que se dedicam ao estudo antropológico. A autora enfatiza alguns questionamentos em relação ao estudo geográfico da religião: mas como se define o estudo geográfico da religião? Em que ele se diferencia daqueles que a Sociologia e a Antropologia, por exemplo, realizam? Como investigar o religioso pela via geográfica? (ROSENDAHL, 1995, p. 46).

Esses questionamentos levantados pela autora já haviam despertado algumas provocações no decorrer desta pesquisa. Nos deparamos com alguns trabalhos que abordam as manifestações religiosas nas comunidades quilombolas do Mato Grosso do Sul, todavia, nenhum deles era da área da Geografia.

Podemos aqui citar dois trabalhos: primeiro, a tese de Carlos Santos (2010), intitulada *Fiéis descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-matogrossense* [sic] (Antropologia social); e, segundo, a tese de Carmem Silvia Moretzsohn Rocha (2013) denominada *Apurando os sentidos: sonoridades, performance e imagens nos rituais de Umbanda em Corumbá* (Ciências Sociais), pesquisa realizada na Comunidade Quilombola Maria Theodora.

Diante dessa conjuntura, é preciso esclarecer que o tema por nós selecionado diz respeito a manifestações religiosas existentes nos territórios quilombolas de Corumbá, levando em consideração as práticas e espaços religiosos dessas comunidades. A religião não é o nosso objeto principal de pesquisa. Entretanto, entendemos que a religião se apresenta como uma das formas de resistência na produção da territorialidade quilombola em Corumbá. Concordamos com Rosendahl (1995) quando afirma que:

A religião pode ser examinada no contexto geográfico relacionando a apropriação de determinados segmentos do espaço. É nesta poderosa estratégia de controle de pessoas e coisas, ampliando muitas vezes o controle sobre territórios que a religião se estrutura enquanto instituição. Territorialidade, por sua vez, significa o conjunto de práticas desenvolvido por instituições ou grupos no sentido de controlar um dado território. (ROSENDAHL, 1995, p. 55-56).

Para Rosendahl (1995), a territorialidade dos sistemas religiosos pode resultar de três grupos comportamentais: por coexistência pacífica; por instabilidade e competição; e por intolerância e exclusão. No caso das comunidades quilombolas de Corumbá, identificamos a coexistência pacífica de sistemas religiosos na mesma comunidade. Conforme exhibe o Quadro 7, em uma única comunidade quilombola coexistem grupos de Umbanda, Candomblé, Católicos e Espíritas.

**Quadro 7** – Manifestações religiosas na comunidade.

<b>Comunidade Quilombolas</b>	<b>Praticadas na comunidade</b>
Comunidade Quilombola Família Campos Correia	Católica
Comunidade Quilombola e Ribeirinha Família Ozório	Católica Umbanda
Comunidade Quilombola Família Maria Theodora Gonçalves	Umbanda Candomblé Católica Espírita

Fonte: elaborado pelo autor com base em dados do CGIQ da FCP (2019).

De acordo com os dados levantados no CGIQ da Comunidade Campos Correia, identificamos a presença majoritária de praticantes do catolicismo, não existindo a presença de outra religião. Na Família Ozório, verificamos a coexistência de praticantes do catolicismo e da Umbanda. Por fim, na Comunidade Maria Theodora, notamos a coexistência de praticantes da Umbanda, Candomblé, Católicos e Espíritas.

Essas manifestações religiosas praticadas nas três comunidades refletem na territorialidade e forjam espaços religiosos em cada uma delas. Conforme podemos verificar na Figura 51, na maioria das moradias da Comunidade Família Ozório existe um espaço destinado a um oratório<sup>60</sup>, e predomina a devoção à Nossa Senhora Aparecida. Em relação aos oratórios, o mesmo ocorre na Comunidade Campos Correia, onde existe um oratório em veneração a São João. Esta comunidade participa do tradicional Banho de São João, juntamente com a Comunidade Família Ozório.

<sup>60</sup> Trata-se de um armário, nicho ou pequeno altar onde são dispostas, para veneração, imagens de santos; adoratório.



**Figura 51** – Oratório de Nossa Senhora Aparecida na Comunidade Família Ozório.



Fonte: imagem capturada pelo autor durante o trabalho de campo em 2019.

Além da presença marcante dos oratórios em veneração a São João e Nossa Senhora Aparecida, identificamos a existência de duas tendas na Comunidade Maria Theorora, conforme expõe o Quadro 8. De acordo com relatos dos moradores, diante dos oratórios são realizadas rezas, novenas e terços. No período dos festejos de São João, um dos oratórios é levado em procissão até a margem do Rio Paraguai para o tradicional Banho de São João.

Diferentemente das outras duas comunidades, na Comunidade Maria Theodora nos deparamos com a presença mais marcante de espaços religiosos. Nessa comunidade existem duas tendas de Umbanda, a Tenda Nossa Senhora da Guia e a Tenda Nossa Senhora da Conceição.

**Quadro 8** – Espaços religiosos na comunidade.

<b>Comunidade Quilombolas</b>	<b>Espaços religiosos existentes na comunidade</b>
Família Campos Correia	Oratório de São João
Família Ozório	Oratório de Nossa Senhora Aparecida Oratório de São João
Família Maria Theodora Gonçalves	Tenda Nossa Senhora da Guia Tenda Nossa Senhora da Conceição

Fonte: elaborado pelo autor com base em dados do CGIQ da FCP (2019).

Durante o período de vivência na Comunidade Maria Theodora, participamos dos trabalhos realizados na Tenda Nossa Senhora da Guia. Ali, nos chamou a atenção o fato de que os altares de santos e entidades permanecem fixos, enquanto que a decoração, as toalhas, as cortinas, os véus e os arranjos de flores são trocados dependendo da cerimônia, ou seja, as cores e detalhes seguem um calendário religioso.

Cabe esclarecer que, durante o primeiro período de vivência na comunidade, realizamos visitas e escutas ativas durante o dia, pois os trabalhos religiosos ocorrem, em sua maioria, no período noturno. Nesse contexto, pedimos autorização para a liderança religiosa da comunidade para participar das atividades noturnas, nas quartas-feiras e sextas-feiras, das 21h à meia noite.

De acordo com relatos de Joãozinho, as cores utilizadas na decoração e ornamentação da tenda estão diretamente ligadas às divindades, ou seja, cada cor faz referência a um orixá ou santo.

Então, para São Sebastião que é Oxóssi, as cores são verde e branco. Já para Iemanjá é azul e branco, como você está vendo aí. Para Ogum, que é São Jorge, sempre decoramos de vermelho e branco. Ainda tem Preto Velho, que é feito com panos quadriculados, nas cores preto e branco. No Santo Antonio, que é Exu, temos o altar branco e marrom. Sete saia e capa preta são várias cores. E, por fim, Cosme e Damião a decoração é feita com tecidos azul e rosa. (PAULA, 2020b).

Nas palavras do líder espiritual, o calendário religioso na Tenda tem início no mês de janeiro, com as cores verde e branco em homenagem a São Sebastião, que é comemorado no dia 20 de janeiro.

A partir do mês de fevereiro, a Tenda Nossa Senhora da Guia é ornamentada com as cores azul e branca (Figura 52) em homenagem a Iemanjá<sup>61</sup>, de acordo com relatos de Joãozinho, líder espiritual da comunidade.

Cabe mencionar que foi, também, durante o período de vivência na comunidade, que acompanhamos o início do conflito que envolve a construção de empreendimentos imobiliários no entorno da Tenda Nossa Senhora da Guia. De acordo com o processo n.º 0803460-64.2019.8.12.0008, do MPF de Corumbá<sup>62</sup>, a empresa M P C SILVA EIRELI - ME (Projetar -Projeto e Execução) está executando obras no terreno na lateral da Tenda Nossa Senhora da Conceição. Esta construção, além de isolar as paredes e janelas da tenda em consequência das obras no local, retirou uma árvore centenária que fora plantada por Maria Theodora, conforme mostram as imagens A e C da Figura 53.

<sup>61</sup> De acordo com a Umbanda, trata-se do orixá feminino rainha do mar, divindade africana. No idioma Yorubá “Yèyé omo ejá” significa “Mãe cujos filhos são como peixes”.

<sup>62</sup> Sobre o processo n.º 0803460-64.2019.8.12.0008 do MPF de Corumbá, é possível obter mais informações em: [https://esaj.tjms.jus.br/cpopg5/showMobile.do?processo.codigo=080006Q1C0000&processo.foro=8&processo.n.umeros=0803460-64.2019.8.12.0008&uuiidCaptcha=sajcaptcha\\_3084366acdac4cc2b14170e1d50b562a](https://esaj.tjms.jus.br/cpopg5/showMobile.do?processo.codigo=080006Q1C0000&processo.foro=8&processo.n.umeros=0803460-64.2019.8.12.0008&uuiidCaptcha=sajcaptcha_3084366acdac4cc2b14170e1d50b562a). Acesso em: 03 nov. 2020.

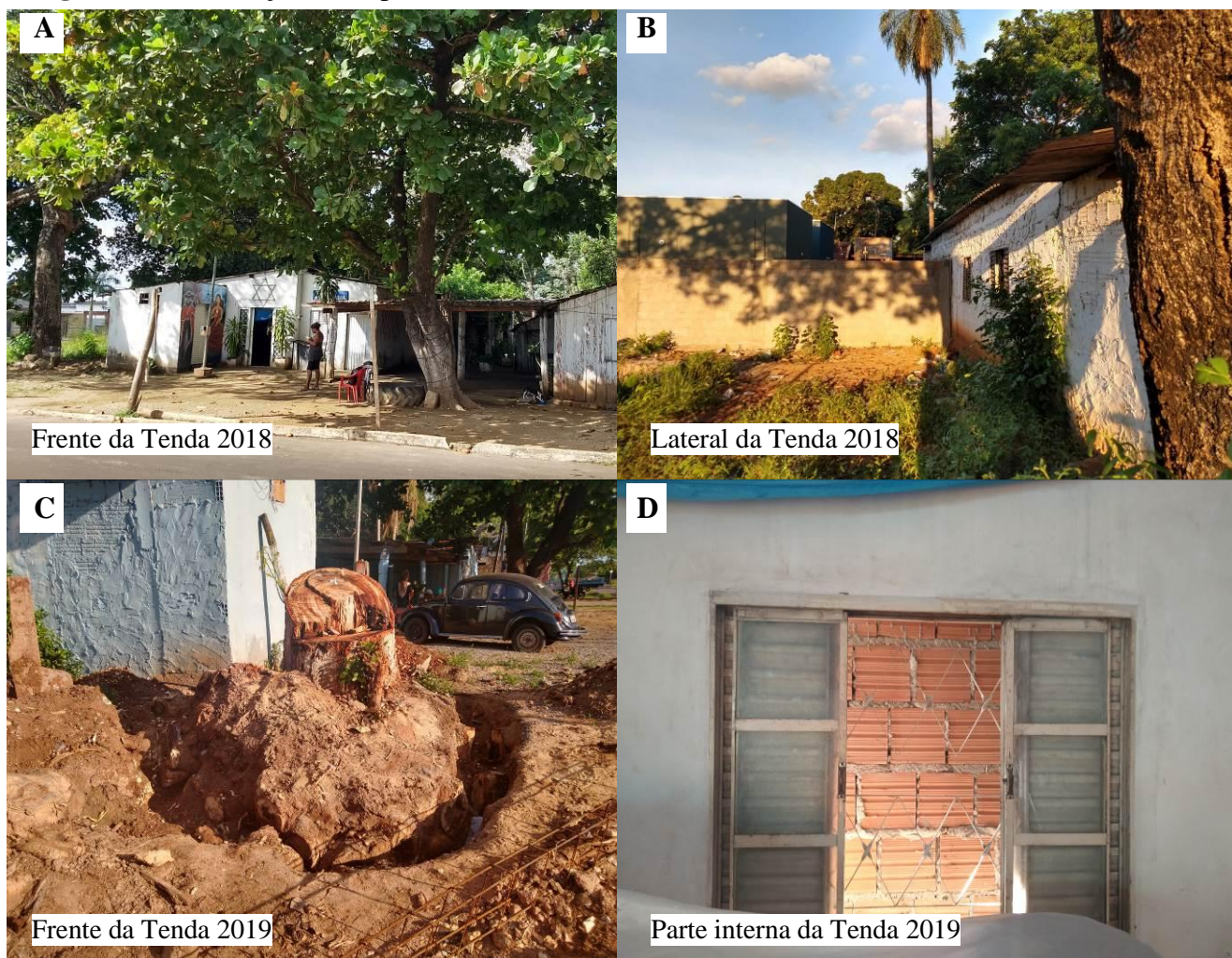


**Figura 52** – Área interior da Tenda Nossa Senhora da Guia – ACTHEO.



Fonte: imagem capturada pelo autor durante o trabalho de campo em 2018.

**Figura 53** – Edificação de empreendimento imobiliário no entorno da Tenda Nossa Senhora da Guia.



Fonte: imagens capturadas pelo autor durante o trabalho de campo em 2019.

Podemos verificar na porção B da Figura 53, que a edificação de residências na lateral direita da Tenda Nossa Senhora da Guia causou dois transtornos à comunidade: primeiro, um problema ambiental causado pelo corte da árvore centenária, pois o local tornou-se mais quente, impedindo a reunião dos integrantes que antes era realizada embaixo dessa árvore; e, segundo, a edificação de um muro isolou todas as janelas da tenda, ocasionando um aumento da temperatura na parte interna, conforme pode ser visto na parte D da figura mencionada acima.

Constatamos que, em relação ao processo n.º 0803460-64.2019.8.12.0008, foram marcadas duas audiências de conciliação. De acordo com João de Paula, na audiência que ocorreu no dia 14 de novembro de 2019, os representantes da empresa não compareceram. A sessão de conciliação agendada para o dia 23 de abril de 2020 foi cancelada em decorrência da pandemia do Covid-19, como salientou João de Paula.

Mesmo enfrentando todas as dificuldades apontadas, as atividades religiosas, louvações e oferendas continuam sendo realizadas. Verificamos que, nas cerimônias feitas em homenagem a Ogum (São Jorge), no dia 23 de abril, a tenda é ornamentada com as cores vermelho e branco (Figura 54), onde também podemos observar a janela lateral totalmente isolada com a edificação do muro na parte externa. A maior parte do material utilizado na decoração foi doada por membros e frequentadores da comunidade. Percebemos que os adornos são feitos de Tecido não Tecido (TNT), ou seja, tecido, mas obtido através de uma liga de fibras e com preço mais acessível. Em uma das paredes da Tenda estão fixadas duas fotografias em homenagem à mãe Cacilda, a principal líder espiritual da comunidade.

No entorno e sobre o altar principal, avistamos várias velas acesas em homenagem aos orixás e santos. O terreiro é de chão batido e todos que participaram da cerimônia estavam descalços. O mesmo ocorreu quando pedimos permissão para fotografar a parte interna da tenda. Avistamos, ainda, 12 vasos de flores, sendo seis sobre uma mesa branca do lado esquerdo da tenda e outros seis vasos estavam dispostos diante do altar, conforme evidencia a Figura 54.

Para tentar entender as manifestações religiosas praticadas nesses espaços, participamos da festa em homenagem a Exu, realizada no dia 13 de junho, dia de Santo Antônio. Além disso, frequentamos a Tenda Nossa Senhora da Conceição. Participamos de outros trabalhos realizados no período de convivência na Comunidade Maria Theodora. Nessa ocasião fomos convidados pelo pai Joãozinho, líder espiritual da Tenda Nossa Senhora da Guia, para participar dos festejos em homenagem a Santo Antônio (Figura 55).



**Figura 54** – Área interior da Tenda Nossa Senhora da Guia – ACTHEO.



Fonte: imagem capturada pelo autor durante o trabalho de campo em 2019.

**Figura 55** – Altar de oferendas a Santo Antônio de Pádua – Exu.



Fonte: imagem capturada pelo autor durante o trabalho de campo em 2019.



O altar em homenagem a Santo Antônio de Pádua foi devidamente montado na parte externa da Tenda Nossa Senhora da Guia. Além da imagem de Santo Antônio, observamos um painel pendurado sobre uma cortina marrom e tecido branco na parte central da parede. Em cima do altar visualizamos vasos de flores brancas e vermelhas, cestos de pães e diversas frutas. Entre a imagem e o painel, havia um castiçal contendo oito velas brancas que foram acesas à meia-noite.

De acordo com pai Joãozinho, os preparativos se iniciaram dois dias antes, com a participação de todos os membros da Tenda. Em relatos sobre as entidades reverenciadas na Tenda Nossa Senhora da Guia, ele revelou que:

Aqui, todo mundo ajuda como pode, cada um traz uma coisa e ajuda a enfeitar também. Vem muita gente de fora, até da Bolívia, das cidades aqui da fronteira, sabe? E ainda realizo trabalhos lá também. Aqui fazemos várias festas, para várias entidades que eu cultivo aqui na minha tenda, depois de maio, 23 de maio, que é dos pretos velhos, vem junho. Em junho, que é agora no dia 13, é Santo Antônio, Exu. Sabe, você está convidado<sup>63</sup> a participar; anota o nome dele aí, o professor vai vir também, vai ser na quarta-feira, dia 13, pode trazer alguém, se você quiser. (PAULA, 2019).

Nas palavras de pai Joãozinho, percebemos a interação apontada por Rosendahl (1995) como a coexistência pacífica acompanhada por sentimentos mútuos de respeito nos sistemas religiosos e suas crenças. Além dos trabalhos religiosos realizados na Tenda Nossa Senhora da Guia na sede da comunidade quilombola, o líder religioso atende indivíduos de outras cidades, principalmente de Ladário, Puerto Quijarro, Puerto Suarez e El Carmen Rivero Tórriz.

Ressaltamos que os deslocamentos de grupos de pessoas em direção à tenda da comunidade se iniciaram durante o período em que Mãe Cacilda chegou a atender até 300 fiéis por dia, entre as décadas de 1970 e 1980, e perdurou até 8 de agosto de 2000, quando Cacilda faleceu aos 64 anos. Vinte anos depois de sua morte, observamos o seu sobrinho, João de Paula, seguir os passos da Mãe de Santo mais ilustre de Corumbá.

Na mesma comunidade, a poucos metros da antiga Tenda de Cacilda, seu sobrinho começa a trazer novos seguidores para a Tenda Nossa Senhora da Guia.

---

<sup>63</sup> Durante a entrevista, Joãozinho convidou o autor desta pesquisa para participar das festividades em homenagem a Santo Antônio. Por mais de um ano pesquisando a comunidade e participando das atividades, esse foi o momento em que foi possível sentir a confiança do líder espiritual e dos demais integrantes da família Maria Theodora. Vale registrar que esse foi um momento de pertencimento àquele território, de conhecer novas manifestações religiosas.

Acreditamos que esse fenômeno religioso acabe produzindo uma nova territorialidade na comunidade. Por sua vez, o conjunto de práticas religiosas desenvolvido na tenda mantém a resistência da comunidade quilombola. Nos últimos anos, a comunidade passou a enfrentar uma disputa pelo seu território, com o avanço de empreendimentos imobiliários no bairro Nossa Senhora de Fátima, pois teve início a construção de residências na lateral da Tenda Nossa Senhora da Guia ameaçando as estruturas física e histórica da comunidade quilombola.

Além das manifestações religiosas existentes nas comunidades quilombolas pesquisados, nos deparamos com as manifestações culturais que serão classificadas em dois grupos neste trabalho: as manifestações culturais tradicionais, e as contemporâneas, sendo que essas manifestações interagem através da transculturação e do hibridismo cultural.

Em relação à transculturação, Marcos Mondardo (2020) caracteriza os processos culturais no artigo intitulado *Antropofagia e Transculturação: Perspectivas Decoloniais na Formação Cultural Latino-Americana*:

Os processos culturais que envolvem a transculturação estão relacionados, assim, à localização da cultura e estão sempre associados à produção simbólica e identitária. Normalmente, dizem respeito à nação, região, comunidade, cultura europeia ou latino-americana, cultura local, regional ou (inter)nacional. Logo, supõem pensar os processos de mesclas e trocas culturais na América Latina pelas relações entre centro e periferia, dentro e fora, interior e exterior – com todas as controvérsias que esses termos implicam como ressaltamos. (MONDARDO, 2020, p. 10).

Nas palavras do autor, notamos que os processos culturais que abrangem a transculturação dependem dos processos que envolvem mesclas e trocas culturais globais, nacionais, regionais e, principalmente, das comunidades e culturas locais. Além disso, é importante destacar que a transculturação é um processo multiescalar e transescalar, ou seja, essa relação depende de quais componentes culturais são mais incorporados pelos grupos sociais.

Por exemplo, por um lado, duas comunidades quilombolas sustentam componentes culturais ligados ao catolicismo, enquanto a terceira assegura elementos relacionados à religiosidade de matriz africana em suas lutas e processos de resistência. É nesse processo multiescalar e transescalar que se consolida o hibridismo cultural. Mondardo (2020) afirma que:

O hibridismo deve ser visto, assim, como um processo de dupla face. De um lado, pode ser um instrumento de imposição, o que resulta em consideráveis perdas culturais e, de outro lado, pode se transformar em um mecanismo para a criação de novos elementos e/ou de resistência como, por exemplo, na perspectiva do “hibridismo antropofágico”. (MONDARDO, 2020, p. 12).

No contexto apontado pelo autor, podemos afirmar que as manifestações culturais existentes nas comunidades quilombolas Campos Correia, Ozório e Maria Theodora apresentam hibridismo cultural. No que se refere ao hibridismo enquanto imposição e resistência, notamos, durante o período de convivências, duas faces: de um lado, a presença do catolicismo, que pode ser considerado como um elemento cultural imposto ao longo dos anos; e, a louvação aos orixás, com a religiosidade de matriz africana que representa os componentes de resistência nesse hibridismo.

Em relação à dupla face existente no hibridismo (instrumento de imposição e elementos e/ou de resistência), é possível considerar que, no caso das comunidades quilombolas, a ferramenta de imposição estaria nas manifestações culturais ligadas ao catolicismo. Já os componentes de resistência se efetivam por intermédio das manifestações culturais relativas às manifestações religiosas de matriz africana.

O estabelecimento desse hibridismo depende de como esses componentes culturais ligados ao catolicismo ou de matriz africana se desdobram/foram elaborados no interior de cada uma das três comunidades. Por exemplo, na Comunidade Maria Theodora, as manifestações culturais referentes à matriz africana estão na formação e na própria identidade da comunidade quilombola.

A figura da Mãe de Santo Cacilda, enquanto liderança religiosa, mantém viva a resistência cultural e as novas gerações reafirmam essas manifestações culturais nas tendas e no Vale dos Orixás. Apesar de ter mais de uma década da certificação pela FCP, essa comunidade é mais conhecida como o “Terreiro da Cacilda” do que como comunidade quilombola.

Ademais, as manifestações religiosas e as trocas culturais se efetivam através das culturas locais. Para isso, basta observamos as manifestações religiosas do “Banho de São João”, realizado há mais de um século em Corumbá. No caso desse componente cultural, somente as comunidades quilombolas Campos Correia e Família Ozório participam da procissão com o andor até a cerimônia de imersão do santo nas águas do Rio Paraguai.

Enquanto isso, a Comunidade Maria Theodora concretiza seus componentes culturais nas tendas Nossa Senhora da Guia, Nossa Senhora da Conceição e no Vale dos Orixás, reforçando sua cultura de ancestralidade do núcleo familiar quilombola. Conforme versa Mondardo (2020), é importante destacar que a transculturação é um processo multiescalar e transescalar, e cada comunidade quilombola incorporará de maneira diferente esses componentes culturais, seja na religiosidade ou nas demais manifestações culturais.

Podemos considerar que as manifestações culturais existentes nas comunidades quilombolas de Corumbá (Cosme e Damião, Banho de São João, São Pedro, Arraiá do Nhô Ozório, louvações para Exu, Ogum, Iemanjá, São Sebastião e Santo Antônio) são associadas à produção simbólica e identitária. Para isso, é preciso levar em consideração que os componentes culturais ligados tanto ao catolicismo quanto à religiosidade de matriz africana se reorganizaram no interior dessas comunidades quilombolas, fortalecendo, assim, o hibridismo cultural.

Diante desse contexto, partimos das análises de Corrêa (1999) e Mondardo (2020), para apresentar dois elementos de manifestações culturais existentes nas comunidades quilombolas de Corumbá. Por um lado, identificamos aquilo que iremos chamar de manifestações culturais populares, ou seja, aquelas que foram transmitidas ao longo dos anos e têm a temática religiosa como base estrutural. Por exemplo, as comemorações de Cosme e Damião, Banho de São João, festas de Santo Antônio e São Sebastião, louvações realizadas nas Tendões e no Vale dos Orixás a Exu, Ogum e Iemanjá, além do futebol, conforme exposto no Quadro 9.

**Quadro 9** – Manifestações culturais na comunidade.

<b>Comunidade Quilombolas</b>	<b>Popular</b>	<b>Cívico</b>
Família Campos Correia	Cosme e Damião Banho de São João Futebol	Desfile cívico Festival América do Sul Pantanal
Família Ozório	Cosme e Damião Banho de São João Arraiá do Nhô Ozório Futebol	Desfile cívico Festival América do Sul Pantanal
Maria Theodora Gonçalves	Exu Ogum Iemanjá Cosme e Damião São Sebastião Festa de Santo Antônio	Desfile cívico Festival América do Sul Pantanal

Fonte: elaborado pelo autor com base em dados do CGIQ da FCP (2019).

Em contrapartida às manifestações culturais populares, identificamos as manifestações culturais cívicas, isto é, aquelas que também foram transmitidas ao longo dos anos, mas não

estão vinculadas às temáticas religiosas. Podemos verificar, no Quadro 9, que a manifestação cultural como “conjunto de técnicas, atitudes” pode ser a participação de membros das comunidades no desfile cívico da cidade de Corumbá, além da inclusão das comunidades quilombolas no calendário anual do Festival América do Sul Pantanal.

Durante o período de vivência nas comunidades quilombolas, acompanhamos algumas manifestações culturais existentes no calendário anual, uma delas foi o tradicional Banho de São João, realizado há vários anos entre as comunidades Família Ozório e Família Campos Correia, na margem direita do Rio Paraguai. (Figura 56).

**Figura 56** – Membros das famílias Ozório e Campos Correia no Banho de São João.



Fonte: imagem capturada pelo autor durante o trabalho de campo em 2019.

Pela primeira vez, em junho de 2019, as duas comunidades desceram juntas a ladeira Cruz e Cunha, em direção à prainha, local onde é realizado o Banho de São João, na noite de 23 de junho.

Na obra intitulada *Festa de São João em Corumbá*, Eunice Ajala Rocha (1997) caracteriza os registros da cultura popular de Corumbá, seu poder de resistência, além do seu teor de identidade própria durante o tradicional Banho de São João.

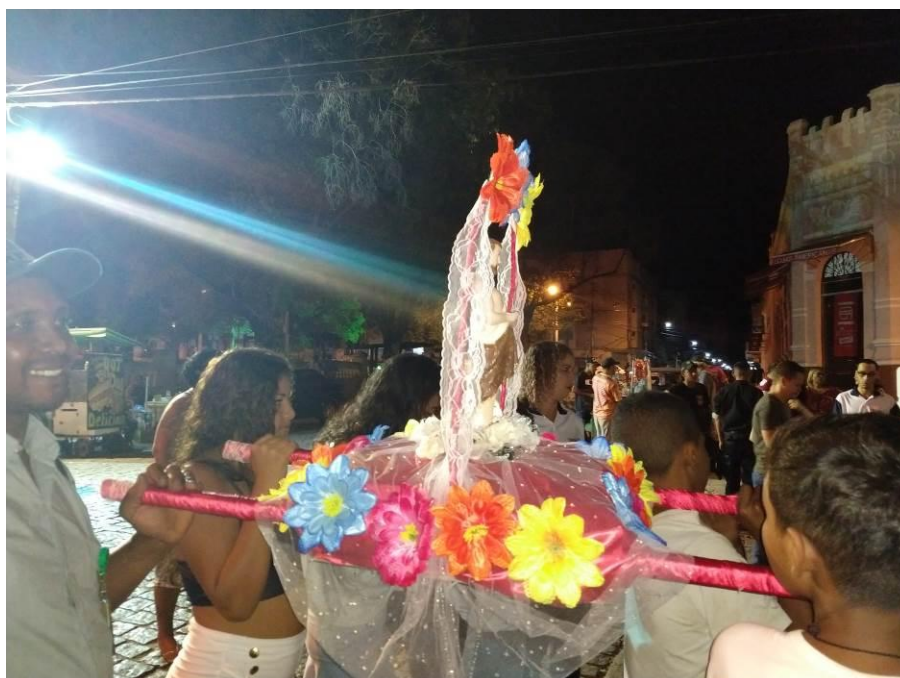
A autora esclarece que:



A festa de São João, em Corumbá, tem um duplo significado: representa a identificação do povo com as suas raízes histórico-culturais e tem como fonte de inspiração a religiosidade que é um elemento motivador e eficaz, na preservação das suas tradições. Tem a característica da originalidade com o ritual do “ Banho de São João” a beira do Rio Paraguai, envolvendo práticas do pensamento elementar traduzidas pelo Folclore. (ROCHA, 1997, p. 84).

Nas palavras da autora, percebemos a importância dessa manifestação cultural na preservação das raízes históricas dos corumbaenses, e isso não é diferente nas comunidades quilombolas Campos Correia e Família Ozório. Durante o período de vivência, participamos da preparação do andor de São João na Comunidade Campos Correia (Figura 57).

**Figura 57** – Andor de São João sendo levado em procissão pela família Campos Correia.



Fonte: imagem capturada pelo autor durante o trabalho de campo em 2019.

Acompanhamos a procissão com andor de São João (Figura 57) pela ladeira Cruz e Cunha, ao som do Hino de São João, que era cantado em voz alta pelos membros das duas comunidades quilombolas. Apesar de estarem localizadas no mesmo bairro da cidade de Corumbá, e suas trajetórias de vida terem seguido dinâmicas semelhantes no Pantanal e no Rio Paraguai, o Banho de São João é um dos únicos eventos que reúne as duas comunidades quilombolas.

#### **Hino de São João**

Deus te salves João

Batista sagrado  
No teu nascimento  
Nós temos alegrado

Bis

Se São João soubesse  
Que hoje era seu dia  
Descia do céu à terra  
Com prazer e alegria

Bis

João batizou Cristo  
Cristo batizou João  
Nas águas do Jordão  
(Folclore corumbaense)  
(ROCHA, 1997, p. 43).

De acordo com Rocha (1997), antes de chegar na ladeira Cruz e Cunha, o andor vem acompanhado de músicos que tocam e cantam o Hino de São João, além dos festeiros que portam velas acesas, que, geralmente, saíram dos bairros mais longínquos do Porto Geral, das comunidades e dos terreiros de Umbanda.

Dos terreiros de Umbanda, seus festeiros juntam-se aos demais e deixam à mostra o sincretismo religioso que marca o período de escravidão no Brasil. A cantoria continua e o povo, com entusiasmo que o caracteriza, modifica a entonação da voz transforma a “reza cantada” num verdadeiro ritual carnavalesco. Canta a música de São João e dança para acompanhar a procissão. (ROCHA, 1997, p. 47-49).

A autora versa sobre o sincretismo religioso e os rituais carnavalescos presentes no Banho de São João, ou seja, no costume conhecido na comunidade de lavar São João nas águas, que existe desde o período da escravidão e destaca a participação dos terreiros de Umbanda, entre eles, a Tenda Nossa Senhora da Conceição, localizada na Comunidade Maria Theodora.

De alguns anos para cá, os terreiros de Umbanda também vão até a beira do rio, para “lavar” o santo; entre eles, os de Da. Cacilda e Da. Carlinda. Da. Cacilda, proprietária da Tenda Nossa Senhora da Conceição realiza a festa de São João há, mais ou menos, quinze anos. O motivo que a levou a celebração dessa festa é também uma promessa feita. Segundo os informantes, Da. Cacilda foi atendida num pedido feito ao santo. Como agradecimento, fez a promessa de realização da festa de São João, “enquanto vida tive”. (ROCHA, 1997, p. 60-61).

Durante os festejos de São João em 2019, percebemos a ausência da Comunidade Maria Theodora. Em contato com as lideranças espirituais da comunidade, João de Paula, da Tenda

Nossa Senhora da Guia, e Natalícia de Paula, estas esclareceram que, após a morte de Cacilda, no ano 2000, foram encerradas as procissões de São João na Tenda Nossa Senhora da Conceição.

Identificamos a paixão e a presença marcante do futebol nas comunidades pesquisadas. Em sua maioria, os moradores das comunidades quilombolas são torcedores dos times cariocas Flamengo e Vasco. Também detectamos torcedores palmeirenses, corintianos e santistas. São esses times que protagonizam as maiores disputas do campeonato brasileiro, entre outras competições.

Em relação à admiração existente pelos times do eixo Rio/São Paulo em todo o país, Venilson Luciano Benigno Fonseca (2014) esclarece, em sua tese de doutorado intitulada *Lugares e territórios na cultura do futebol brasileiro*, que antes de ser popularizado pelo rádio e, depois, pela televisão, entre as décadas de 1930 e 1960, as crônicas esportivas já anunciavam o Rio de Janeiro como representante do futebol brasileiro.

Se voluntariamente ou não, se propositadamente ou não, é difícil saber, mas suas crônicas também levaram para o restante do Brasil muito daquilo que eles próprios compreendiam de mundo, dos lugares, de territórios, de futebol e de paixão por determinado time: era a noção carioca — principalmente, mas não apenas! — de mundo estendida ao País como sinônimo de uma nação. Era a compreensão do Rio de Janeiro como a expressão da nação brasileira em processo de construção. Eles viam o Brasil e o mundo através da janela, que ficava de frente para o mar de Copacabana ou Flamengo. Assim, o Brasil, a nação brasileira poderia ser resumida e retratada através de um simples trajeto do Maracanã à Ipanema. (FONSECA, 2014, p. 48).

Os clubes de futebol que configuram maior representatividade no Brasil certamente influenciaram na quantidade de torcedores espalhados por todas as regiões brasileiras e, principalmente, no interior do país. Essa realidade é explicitada nas comunidades quilombolas pesquisadas, seja no uso dos uniformes desses times, ou nas rodas de tereré de domingo à tarde, com as pessoas reunidas diante de uma televisão para assistirem as partidas de futebol.

Percebemos ainda que, além dos torcedores de times do eixo Rio/São Paulo, os mais jovens dessas comunidades torcem para o Corumbaense Futebol Clube<sup>64</sup>, time local que foi campeão do campeonato sul-mato-grossense em 2017, o que aumentou sua admiração entre as crianças e adolescentes das comunidades quilombolas corumbaenses.

Durante o período de vivência nas comunidades quilombolas, observamos que aumentou significativamente o interesse pelas competições de futebol. Em 2018, o

---

<sup>64</sup> Fundado em 1 de janeiro de 1914, é o time mais antigo da Região Centro-Oeste do Brasil e ocupa a 140ª posição no ranking da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Disponível em: <https://www.cbf.com.br/futebol-brasileiro/noticias/campeonato-brasileiro/palmeiras-assume-ponta-isolada-do-ranking-nacional-de-clubes-da-cbf#ranking>. Acesso em: 03 nov. 2020.

Corumbaense, também conhecido como o carijó da avenida, disputou a série D do campeonato brasileiro, ficando na 43ª colocação. Nesse mesmo ano, o time disputou a Copa do Brasil, terminando o campeonato em 45º lugar, ganhando visibilidade e admiração da torcida corumbaense.

De acordo com Fonseca (2014), a vinculação com o time do seu lugar de origem acaba despertando os sentimentos nacionalistas:

Uma nação se constrói tecendo seu território, e produz socialmente seu próprio espaço na medida em que cria e fortifica laços, inicialmente, de família e sua vinculação com seus lugares de origem. No caso do futebol, temos muito claro o acontecimento desta mesma relação e, por vezes, uma vinculação ao clube confunde-se com sentimentos nacionalistas. (FONSECA, 2014, p. 153).

Em vista do que apresenta o autor, notamos que os torcedores quilombolas passaram a tecer seu próprio lugar no território, o que culminou com a criação dos seus próprios times de futebol. Posto isso, constatamos a existência de duas equipes de futebol, uma masculina e outra feminina.

Conhecidos como “Os Guerreiros” (Figura 58), o time de futebol formado por quilombolas da Comunidade Campos Correia participa de campeonatos amadores nos municípios de Corumbá e Ladário. Em compensação, na Comunidade Ozório, as “Quilombelas” (Figura 59), tem ganhado destaque nos campos, quadras e nas redes sociais.

**Figura 58** – Time de futebol “Os Guerreiros” e Juventus.



Fonte: imagem capturada por Coutinho (2019).

Acompanhamos uma partida de futebol realizada em 23 de junho de 2019, no campo de chão batido, no bairro Padre Sassida, entre o time Os Guerreiros (de uniforme verde), da



Comunidade Quilombola Campos Correia, e o time Juventus. O jogo terminou em 11x1 para a equipe formada pelos quilombolas. O campeonato foi organizado pelo Rei das Copas e o time composto pelos quilombolas foi o campeão daquele ano. Com a participação no campeonato amador de futebol, a comunidade quilombola passa a ser mais visibilizada, e começa a dar sinais de resistência. No mesmo ano, a equipe foi convidada para participar de outros campeonatos e do desfile cívico no aniversário da cidade de Corumbá.

Durante o período de vivência nas comunidades quilombolas de Corumbá, também acompanhamos os treinamentos e jogos do time de futebol Quilombelas (Figura 59). O time liderado por Luiza Ozório já se tornou conhecido em toda a cidade como o time das meninas da Comunidade Ozório. A escolha do nome para a equipe representa dois elementos fundamentais de resistência: **Quilom + belas**, a junção das iniciais quilombo com belas, de mulheres que têm levado o nome do quilombo para além da quadra de esportes localizada na Comunidade Ozório.

**Figura 59** – Time de futebol feminino “Quilombelas”.



Fonte: imagem capturada pelo autor durante o trabalho de campo em 2019.

Notamos, durante a pesquisa, que um dos primeiros obstáculos que as Quilombolas enfrentam está na própria comunidade, pois, apesar de receberem o apoio de seus familiares para serem jogadoras de futebol, a quadra para a realização dos treinos nem sempre está disponível.



Neste capítulo, procuramos apresentar a cartografia das três comunidades quilombolas pesquisadas, pautados nas referências de Almeida (2013). Além disso, discutimos a produção das comunidades quilombolas, levando em consideração o modelo defendido por Saquet (2011), que leva em conta as relações sociais, Econômicas, Políticas e Culturais (E-P-C).

Ao apresentar a situação dos núcleos familiares quilombolas de Corumbá, levamos em consideração os dados levantados no período de vivência nas comunidades, além das informações contidas no CGIQ, que caracterizaram a quantidade de famílias quilombolas, a situação de suas moradias e as atividades produtivas realizadas por essas famílias.

A proposta de discutir as políticas públicas nas comunidades quilombolas acabou revelando a realidade enfrentada por cada uma delas no que se refere à inexistência de alguns serviços e o acesso aos equipamentos públicos. Apresentamos, ainda, um panorama da situação da educação, saúde, assistência social, assistência técnica, extensão rural e inclusão produtiva previstos no Programa Brasil Quilombola e na Agenda Social Quilombola (BRASIL, 2004); todavia, essas ações governamentais não atenderam às comunidades pesquisadas.

Por meio da empiria e do período de vivência nas comunidades quilombolas, identificamos que as formas de resistência dessas comunidades estão pautadas em suas manifestações culturais, religiosas e, sobretudo, nos espaços religiosos. Percebemos, ainda, que as manifestações populares como o futebol e os desfiles cívicos dão maior visibilidade a esses grupos, outrora esquecidos em seus territórios.

Com o objetivo de sintetizarmos as relações sociais propostas por Saquet (2011), tem-se que o autor versa sobre a vida cotidiana, nos encontros e desencontros, nas alegrias e tristezas, dominações e resistências, comandos e devaneios, fixos e fluxos. Essas relações estão agregadas ao lugar, ou seja, à medida que produzimos a cartografia de cada comunidade quilombola, identificamos as relações sociais existentes em cada uma delas, conforme está exposto no Quadro 10:

**Quadro 10** – Cartografia e relações sociais das comunidades quilombolas.

<b>Cartografia</b>	<b>Família Ozório</b>	<b>Campos Correia</b>	<b>Maria Theodora</b>
Localização	Bairro Borrowisk	Bairro Borrowisk	Nossa S. de Fátima

Famílias	25 famílias	15 famílias	35 famílias
Acesso à comunidade	Fácil acesso	Difícil acesso	Fácil acesso
Educação	Possui escola no bairro Não possui CEI	Possui escola no bairro Não possui CEI	Possui escola no bairro Não possui CEI
Saúde	Possui UBS no bairro	Possui UBS no bairro	Possui UBS no bairro
Moradia	Alvenaria	Alvenaria e madeira	Alvenaria e madeira

Fonte: elaborado pelo autor com base em dados do CGIQ da FCP (2019).

Constatamos, durante esse período de pesquisa, que cada uma das três comunidades quilombolas estudadas, além de possuírem trajetórias diferenciadas e estarem localizadas em lugares diferentes, produzem suas próprias territorialidades. Por essa razão, não devemos classificá-las equivocadamente, ou até mesmo analisá-las como um único modelo de comunidade quilombola. Devemos, portanto, procurar investigá-las a partir de um único conceito ou padrão existente em outras comunidades quilombolas do estado do Mato Grosso do Sul.

No Quadro 11, organizamos as relações Econômicas, Políticas e Culturais (E-P-C) que representam, de forma objetiva, a produção das três comunidades quilombolas de Corumbá – MS.

Por fim, é importante observar que todos os elementos apresentados neste capítulo fundamentaram as formas de produção das comunidades quilombolas de Corumbá; todavia, temos um novo desafio pela frente.

A relação que cada uma dessas comunidades quilombolas possui com o território e a natureza, ou seja, com o cultivo da terra no Assentamento Tamarineiro, com o ciclo de cheias do Rio Paraguai, e com as dinâmicas de fluxos de deslocamentos na cidade de Corumbá, é elemento fundamental para compreender a produção da multiterritorialidade e a multipolaridade territorial nessas comunidades.

**Quadro 11** – Relações Econômicas, Políticas e Culturais (E-P-C) nas comunidades quilombolas de Corumbá.

E-P-C		Comunidade Família Ozório	Comunidade Campos Correia	Comunidade Maria Theodora
<b>Relações econômicas</b>	Atividades produtivas internas	Produção de cereais: arroz, milho, feijão, etc.; Produção de doces e polpas; Criação de pequenos animais; Pesca artesanal	Criação de pequenos animais; Pesca artesanal	Serviço público (efetivos ou contratados); Trabalho doméstico.
	Atividades produtivas externas	Reciclagem de resíduos sólidos; Lavoura de terceiros (diária, meeiro, empreitada, etc.); Construção civil; Turismo; Serviço público; Trabalho doméstico (Diarista).	Construção civil; Metalurgia Fornoiro/Chapeiro; Trabalho doméstico (Diarista).	Construção civil; Trabalho doméstico (Diarista); Reciclagem de resíduos sólidos (lata, papel, papelão, vidro, etc.).
<b>Relações políticas</b>	Articulação com o poder público e ONGs	Possui articulação com o IMNEGRA; Possui articulação com a Prefeitura; Possui articulação com a CONAQ; Associação presidida por uma presidenta.	Possui articulação com o IMNEGRA; Possui pouca articulação com a prefeitura; Não possui articulação com a CONAQ; Associação presidida por uma presidenta.	Possui articulação com o IMNEGRA; Possui articulação com a prefeitura; Não possui articulação com a CONAQ; Associação presidida por uma presidenta.
<b>Relações culturais</b>	Popular	Cosme e Damião; Banho de São João; Arraiá do Nhô Ozório; Futebol.	Cosme e Damião; Banho de São João; Futebol.	Cosme e Damião; São Sebastião; Festa de Santo Antônio; Louvações no Vale dos Orixás.
	Cívico	Desfile cívico; Festival América do Sul.	Desfile cívico; Festival América do Sul.	Desfile cívico. Festival América do Sul.
	Manifestações religiosas	Católicos; Umbandistas; Nossa Senhora Aparecida; São João; Oratórios.	Católicos; Nossa Senhora Aparecida; São João; Oratórios.	Umbandistas; Candomblé; Católicos; Espíritas; Tendas/ Terreiros/Vale dos Orixás.

Fonte: elaborado pelo autor.

A Comunidade Família Ozório, desde o início da sua trajetória, segue uma dinâmica que lembra os quilombos volantes do século XIX, deslocando-se ao longo do tempo. Porém, apesar de possuir um território tradicionalmente ocupado, essa comunidade continuou suas mobilidades e fluxos dos seus núcleos familiares. Além disso, com o ciclo de cheias do Rio Paraguai, a produção agrícola é sazonal, produzindo, assim, territórios multipolares.

Por sua vez, a Comunidade Campos Correia passou por uma longa trajetória de deslocamentos nas fazendas pantaneiras ao longo da última metade do século XX. Ao se fixar em um exíguo território, no início da década de 1980, e à medida que os núcleos familiares foram aumentando, seus membros foram se deslocando do território tradicionalmente ocupado e mantiveram o fluxo de mobilidade entre a comunidade polo (central) e outras moradias distribuídas nos bairros de Corumbá. Todavia, apesar de enfrentar conflitos na luta pela terra e vulnerabilidade social, essa comunidade produziu multiterritorialidades como estratégias de resistência e sobrevivência quilombola, e iniciou o processo de retomada do território tradicionalmente ocupado.

Já na Comunidade Maria Theodora, a maioria dos núcleos familiares reside distante do território tradicionalmente ocupado. Além dos familiares que mantêm o fluxo e retorno ao território tradicionalmente ocupado (polo central), nessa comunidade, a religiosidade, representada pelos terreiros de Umbanda e tendas religiosas, produziu um fenômeno de atração de moradores de outros lugares do pantanal e da região de fronteira, além das louvações que são realizadas no Vale dos Orixás, configurando a multiterritorialidade dessa comunidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da redemocratização do Brasil, ocorreu uma ressignificação do quilombo por meio de debates que envolveram o Movimento Negro e pesquisadores que discutem a temática quilombola no país. Apesar disso, a ressemantização não garantiu que a maioria das comunidades quilombolas tivesse acesso às políticas públicas e diminuísse a violência sofrida por essas pessoas.

Notamos que as comunidades quilombolas passaram a se organizar em associações e percebemos que esses grupos se articularam desde o processo que envolve a autodefinição quilombola junto à FCP, até o processo de titulação definitiva de seus territórios junto ao INCRA. Enquanto isso pode levar mais de uma década, as comunidades quilombolas sobrevivem e resistem a inúmeras adversidades.

A produção das três comunidades quilombolas pesquisadas é marcada por um processo de resistência que teve início durante as trajetórias das três famílias que formaram os primeiros núcleos quilombolas em Corumbá, no século XIX.

Com a fixação desses núcleos nos respectivos territórios tradicionalmente ocupados, essas famílias iniciaram a construção de moradias, o cultivo da terra e a edificação de tendas religiosas. Conseqüentemente, com o aumento demográfico e as recorrentes inundações no ciclo de cheias do Rio Paraguai, ocorridas nas comunidades ribeirinhas já mencionadas, outras áreas foram ocupadas e reivindicadas pelas comunidades.

Na produção das comunidades, é importante destacar os fluxos e deslocamentos dos núcleos familiares quilombolas entre outros bairros da cidade de Corumbá e as respectivas comunidades, além de deslocamentos para a Ilha do Pescador, assentamentos Paiolzinho, Tamarineiro II e Vale dos Orixás.

Conforme destacamos no início deste livro, o debate que envolve a questão quilombola no Brasil ainda ocupa pouco espaço na Geografia. Inferimos que a temática discutida nesta obra tenha contribuído com a discussão e a visibilidade da luta pelo território tradicionalmente ocupado pelas comunidades quilombolas do município. Procuramos analisar as trajetórias, formas de resistência e produção das três comunidades quilombolas da sub-região Paraguai no Pantanal sul-mato-grossense.



No decorrer deste trabalho, apresentamos abordagens relacionadas às trajetórias e resistências das comunidades quilombolas Família Ozório, Campos Correia e Maria Theodora. Diante desse contexto, o objetivo principal deste trabalho foi discutir as trajetórias e resistências dessas comunidades. Para isso, durante o período de vivências nas mesmas, atuamos enquanto pesquisadores aliados aos núcleos familiares quilombolas. Procuramos, além de compreender as adversidades enfrentadas na luta pelo território tradicionalmente ocupado e o acesso às possíveis áreas de compensação, vivenciar esse processo de resistência.

Frente a isso, durante um período de três anos, observamos as ações da Subsecretaria de Igualdade Racial nas três comunidades quilombolas. Percebemos a morosidade do poder público em relação às ações quanto à ausência de serviços públicos essenciais na Comunidade Campos Correia.

Acompanhamos a elaboração de requerimentos enviados ao poder público e participamos de reuniões na unidade do INCRA, em Corumbá, e comparecemos às reuniões presenciais e remotas no MPF da cidade. Além disso, assistimos à ampliação do muro que impede o acesso da Comunidade Quilombola Campos Correia e, por fim, presenciamos a audiência de conciliação na Justiça Federal que suspendeu o aumento de obras no entorno da comunidade.

Assistimos as louvações a Exu, na Tenda Nossa Senhora da Guia, e acompanhamos a incursão de edificações que sufocam as manifestações religiosas no terreiro de Joãozinho.

Navegamos até a Ilha do Pescador para mapear o território tradicionalmente ocupado e reivindicado pela Comunidade Família Ozório. Revivemos a trajetória de Miguel Ozório, percorremos os percursos diários entre a comunidade e os assentamentos Paiolzinho e Tamarinheiro onde são cultivadas as hortas no período dos ciclos de cheias do Rio Paraguai.

Com base nas informações obtidas por meio da pesquisa documental, escuta ativa, entrevistas, questionário socioeconômico, dados do CGIQ da FCP, e relatos das lideranças e idosos quilombolas, identificamos as comunidades quilombolas existentes em Corumbá; mapeamos as trajetórias de resistência dessas comunidades no Rio Paraguai e no Pantanal sul-mato-grossense; abordamos a formação das comunidades quilombolas e elaboramos a cartografia das comunidades quilombolas Família Ozório, Campos Correia e Maria Theodora.

Ademais, caracterizamos a situação dos núcleos familiares nas três comunidades quilombolas e constatamos, nas mesmas, a ausência de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, saneamento básico e, principalmente, no acesso à terra. Conhecemos, também, as formas de resistência quilombolas, especialmente no que se refere às manifestações religiosas e culturais.

Nessa perspectiva, por meio das trajetórias, fluxos e deslocamentos das comunidades quilombolas é que se assenta a centralidade da questão. Nesses movimentos, identificamos que a ideia de multipolaridade consegue ajudar na compreensão do processo de territorialização das comunidades estudadas. O processo de multipolaridade como estratégia de resistência permitiu aos núcleos familiares quilombolas condições de sobrevivência no decorrer das últimas quatro décadas. Contudo, não resolveu a problemática que envolve a posse da terra e a morosidade do Estado na titulação dos territórios tradicionalmente ocupados.

Assim, a título de considerações finais, cabe destacar que, até o momento de finalização desta obra, acompanhamos as novas trajetórias e a multipolaridade quilombola na luta pelo acesso à terra, seja nos territórios tradicionalmente ocupados pelas famílias quilombolas, ou nas áreas de compensação ao território, reivindicadas ao INCRA. Podemos atribuir à multipolaridade quilombola, um processo de sobrevivência e resistência das comunidades quilombolas corumbaenses.

A abordagem produzida nesta obra procurou contribuir com a identificação e o mapeamento das comunidades quilombolas da sub-região Paraguai, no Pantanal sul-mato-grossense. Todo o material criado poderá auxiliar na elaboração do RTID da Campos Correia, que está na fase inicial, e no RTID da Maria Theodora, que ainda não tem previsão do início dos trabalhos. Os processos que envolvem a produção da multipolaridade quilombola, nessa região, nos revelam uma alternativa de resistência dos núcleos familiares quilombolas sobreviverem diante da morosidade e ineficácia do Estado.

Além da identificação dos núcleos familiares quilombolas, realizamos o mapeamento das trajetórias quilombolas no Rio Paraguai, e a produção da cartografia referente aos territórios tradicionalmente ocupados, moradias quilombolas, e formação e produção das comunidades quilombolas de Corumbá. Acreditamos que esta investigação traga também, como contribuição, a visibilidade de um estudo inédito, que identificou e analisou a produção de geografias pelas comunidades quilombolas ribeirinhas e urbanas da sub-região Paraguai no Pantanal sul-mato-grossense.

## REFERÊNCIAS

### **Fontes orais**

CAMPOS, F. **Depoimento**. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2018.

CAMPOS, F. **Depoimento**. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2019.

CORREIA, P. **Depoimento**. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2018.

CORREIA, M. **Depoimento**. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2019a.

CORREIA, P. **Depoimento**. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2019b.

CORREIA, M. **Depoimento**. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2020b.

MIRANDA, E. **Depoimento**. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2020.

OZÓRIO, J. **Depoimento**. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2017.

OZÓRIO, E. **Depoimento**. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2018a.

OZÓRIO, J. **Depoimento**. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2018b.

OZÓRIO, E. **Depoimento**. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2019a.

OZÓRIO, L. **Depoimento**. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2019b.

OZÓRIO, J. **Depoimento**. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2019c.

OZÓRIO, A. **Depoimento**. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2020a.

OZÓRIO, J. **Depoimento**. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2020b.

OZÓRIO, L. **Depoimento**. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2020c.

OZÓRIO, E. **Depoimento**. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2020d.

OZÓRIO, M. H. **Depoimento**. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2020e.

PAULA, J. **Depoimento**. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2019.

PAULA, J. **Depoimento**. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2020.

PAULO, E. **Depoimento**. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2017.

VISITANTE 1. **Depoimento**. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2019.

XAVIER, S. C. **Depoimento**. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2019.

XAVIER, S. C. **Depoimento**. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2020.

### **Fontes documentais consultadas**

AMORIM, E. Cultivo de agrião (*Nasturtium officinale*). 1 Fotografia. 2020.

ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA RIBEIRINHA FAMÍLIA OZÓRIO. **Certidão do Título Definitivo de Terreno**, concedido a Miguel Ozório em 1985. Acervo pessoal Família Ozório, 1985.

ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA RIBEIRINHA FAMÍLIA CAMPOS CORREIA. **Certidão do Título Definitivo de Terreno**, concedido a Manoel Correia Neto. Brasão da AQF2C. Acervo pessoal Família Campos Correia, 1986.

ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA RIBEIRINHA FAMÍLIA OZÓRIO. **Ata de Reunião n.º 1/2010**. AQUIRRIO. Acervo pessoal da Família Ozório, 2010.

ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA RIBEIRINHA FAMÍLIA MARIA THEODORA. **Ata de Reunião n.º 01/2010**, ACTHEO, 2010.

ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA RIBEIRINHA FAMÍLIA CAMPOS CORREIA. **Ata de Reunião n.º 01/2012** AQF2C. Acervo pessoal da Família Campos Correia, 2012.

ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA RIBEIRINHA FAMÍLIA OZÓRIO. **Brasão da AQUIRRIO**. Acervo da AQUIRRIO, 2013.

ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA RIBEIRINHA FAMÍLIA MARIA THEODORA. **Brasão da ACTHEO**. Acervo da ACTHEO, 2013.

ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA RIBEIRINHA FAMÍLIA CAMPOS CORREIA. **Brasão da AQF2C**. 1 Fotografia. 2019.

ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA RIBEIRINHA FAMÍLIA MARIA THEODORA. **Certidão de Autodefinição Comunidade de Família Maria Theodora Gonçalves de Paula**. Acervo da ACTHEO, 2019.

CIPRIANO, M. A. F. **Capa**. 1 Ilustração. 2021.

PAULA, E. G. Plantas medicinais na Comunidade Maria Theodora. 3 Fotografias. 2020c.

XAVIER, S. C. **Alameda Vulcano** – A) acesso ao centro – B) acesso ao Rio Paraguai. 2 Fotografias. 2020.

#### **Fontes bibliográficas consultadas**

AB'SABER, A. N. O Pantanal Mato-Grossense e a teoria dos refúgios. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 50 especial, t. 2, p. 9-46. 1988.

ABA. **Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais**. Rio de Janeiro, RJ: ABA, 1994. p. 81-82. Disponível em: [http://www.abant.org.br/conteudo/005COMISSOESGTS/quilombos/DocQuilombosABA\\_1a.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/005COMISSOESGTS/quilombos/DocQuilombosABA_1a.pdf). Acesso em: 12 jan. 2019.

ABDON, M. M.; SILVA, J. S. V. **Fisionomias da Vegetação nas Sub-regiões do Pantanal Brasileiro**. São José dos Campos: INPE e Embrapa Informática Agropecuária. 2006. 1 CR-ROM.

ADÂMOLI, J. O Pantanal e suas relações fitogeográficas com os cerrados: discussão sobre o conceito de complexo do Pantanal. *In*: 32º CONGRESSO NACIONAL DA SOCIEDADE BOTÂNICA DO BRASIL, 1982, Teresina. **Anais** [...]. Teresina: UFPI, 1982, p. 109-119.

ALENCASTRO, L. F. de; PETRE-GRENOUILLEAU, O. Esclavage au Brésil, Palmares, Traite des Noirs au Brésil. *In*: PETRE-GRENOUILLEAU, O. (org.). **Dictionnaire des Esclavages**. 1. ed. Paris, França: Larousse, 2010. v. 1. p. 27-28.

ALENCASTRO, L. F. de. South Atlantic Wars: the Episode of Palmares. **Portuguese Studies Review**, v. 19, p. 35-58, 2011.



ALMEIDA, A. W. B. de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio uso comum e conflito. In: CASTRO, E.; HEBETTE, J. (orgs.). **Cadernos do Naea/UFPA**. Belém, n. 10, p. 163-196, 1983.

ALMEIDA, A. W. B. de; FARIAS JÚNIOR, E. de A. (orgs.) **Nova Cartografia social: povos e comunidades tradicionais**. Manaus, AM: UEA Edições, 2013. p. 157-173.

ALVARENGA, S. M. *et al.* **Estudo geomorfológico aplicado à Bacia do Alto Paraguai e Pantanais Mato-grossenses**. Boletim Técnico. Série Geomorfológica, 1. Salvador, BA: Projeto RADAMBRASIL, 1984. p. 89-183.

AMADO, J.; ANZAI, L. C. **Anais de Vila Bela (1734-1789)**. Cuiabá, MT: Carlini e Caniato: EdUFMT, 2006. 319 p.

ANA. **Base hidrográfica do Mato Grosso do Sul 1:1.000.000**. 2009.

ANJOS, R. S. A. **Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil** - Primeira Configuração Espacial. 3. ed. Brasília, DF: Mapas Editora e Consultoria, 2005. v. 1. 98 p.

ANJOS, R. S. A.; CYPRIANO, A. **Quilombolas** – Tradições e Cultura da Resistência. São Paulo, SP: Aori Comunicações, 2006. 240 p.

ANJOS, R. S. A. **Quilombolas: tradições e cultura da resistência**. São Paulo, SP: Aori Comunicações, 2006. 240 p.

ANJOS, R. S. A. Territórios Étnicos: o espaço dos Quilombos no Brasil. In: SANTOS, R. E. dos (org.). **Diversidade, Espaço e Relações étnico-Raciais: o Negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007. p. 115-136.

ANJOS, R. S. A. **Quilombos: Geografia Africana – Cartografia Étnica – Territórios Tradicionais**. Brasília, DF: Mapas Editora & Consultoria, 2009. 190 p.

ANJOS, R. S. A. **Territorialidade Quilombola** – Fotos e Mapas. Brasília, DF: Mapas Editora e Consultoria, 2011. v. 1. 123 p.

ARFUCH, L. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Tradução: Paloma Vidal. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2010. 370 p.

ARRUTI, J. M. P. A. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, SP: Edusc, 2006. 370p.

ARRUTI, J. M. Quilombos. In: Osmundo Pinho; Lívio Sansone. (org.). **Raça; Novas Perspectivas Antropológicas**. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2008, v. 1, p. 315-350. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/3tqqd> Acesso em: 04 fev. 2019.

ARRUTI, J. M. Políticas Públicas para Quilombos: Terra, Saúde e Educação. In: PAULA, M. HERINGER, R. (orgs.). **Caminhos Convergentes: Estado e Sociedade na Superação das Desigualdades Raciais no Brasil**. 2009. p. 75-110. Disponível em: [https://br.boell.org/sites/default/files/caminhos\\_convergentes.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/caminhos_convergentes.pdf). Acesso em: 17 jan. 2018.

AULETE DIGITAL. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Edição brasileira original: Hamílcar de Garcia. Desenvolvido por Lexikon Editora Digital Ltda. 2014. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/produ%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 20 out. 2019.

BANDUCCI JUNIOR, A. O Pantanal e sua gente: diversidade étnica e cultural. In: MORETTI, E. C.; BANDUCCI JÚNIOR, A. (orgs.). **Pantanal: territorialidades, culturas e diversidade**. 1. ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2012, p. 9-25.

BARBOSA, N. G. *Depoimento*. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2018.

BAREL, Y. Le social et ses territoires. In: AURIAC, F.; BRUNET, R. (orgs.). **Espaces, Jeux et Enjeux**. Paris, França: Fayard e Fondation Diderot, 1986. p. 119-139.

BATANERO, C.; ESTEPA, A.; GODINO, J. D. Análisis exploratorio de datos: sus posibilidades en la enseñanza secundaria. **Suma**, n. 9, p. 25-31. 1991.

BONAZZI, C. de T. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 233- 245.

BORGES, A. C. da S. **Nas margens da história: ruralidades e comunidades “ribeirinhas” no Pantanal Norte (1870-1930)**. 2008. 335 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2008. Disponível em: <http://ppghis.com/ppghis/biblioteca-virtual-2/dissertacoes/download/5-dissertacoes/273-nas-margens-da-historia-ruralidade-e-comunidades-ribeirinhas-no-pantanal-norte-1870-1930.html> Acesso em: 20 mar. 2020.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 14. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007.

BOURDIEU, P.; BOURDIEU, M. O camponês e a fotografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 26, p. 31-39, jun. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010444782006000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782006000100004&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 01 maio 2020.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. **Conselho Ultramarino (1643-1833)**. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca Nacional Digital, 1833. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/administracao/o-conselho-ultramarino-2/>. Acesso em: 12 jul. 2018.

BRASIL. **Lei n.º 601**, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Brasília, DF: Presidência da República, 1850. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/10601-1850.htm#:~:text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais.&text=1%C2%BA%20Ficam%20proibidas%20as%20acqui%C3%A7%C3%B5es,n%C3%A3o%20seja%20o%20de%20compra](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm#:~:text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais.&text=1%C2%BA%20Ficam%20proibidas%20as%20acqui%C3%A7%C3%B5es,n%C3%A3o%20seja%20o%20de%20compra). Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto n.º 1.318**, de 30 de janeiro de 1854. Manda executar a Lei n.º 601, de 18 de Setembro de 1850. Rio de Janeiro, 1854. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/historicos/dim/dim1318.htm#:~:text=DIM%201318&text=DECRETO%20N%C2%BA%201.318%2C%20DE%2030,18%20de%20Setembro%20de%201850.&text=Pal%C3%A1cio%20do%20Rio%20de%20Janeiro,da%20Impedend%C3%Aancia%20e%20do%20imp%C3%A9rio](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/dim1318.htm#:~:text=DIM%201318&text=DECRETO%20N%C2%BA%201.318%2C%20DE%2030,18%20de%20Setembro%20de%201850.&text=Pal%C3%A1cio%20do%20Rio%20de%20Janeiro,da%20Impedend%C3%Aancia%20e%20do%20imp%C3%A9rio). Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 3.353**, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. Rio de Janeiro, 1888. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm). Acesso em: 24 set. 2018.

BRASIL. **Lei Complementar n.º 31**, de 11 de outubro de 1977. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1977. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp31.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp31.htm). Acesso em: 16 set. 2018.

BRASIL. Ministério do Interior. **Estudo de desenvolvimento integrado da bacia do Alto Paraguai**: Relatório da 1ª fase, descrição física e recursos naturais. Brasília, DF: SUDECO/EDIBAP, 1979. 235 p.

BRASIL. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: promulgada em 5 de outubro de 1988. **Coletânea de Legislação Ambiental e Constituição Federal**. MEDAUAR, O. (org.). Coleção RT Minicódigos. 7. ed. São Paulo, SP: Editora Revista dos Tribunais, 2008. 1.117 p.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. **Coletânea de Legislação Ambiental e Constituição Federal**. MEDAUAR, O. (org.). 7. ed. Coleção RT Minicódigos. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2008. 1117 p.

BRASIL. Fundação Biblioteca Nacional. **Anais da Biblioteca Nacional - 1876 a 2016**. Rio de Janeiro, v. 108, ed. 108, 100 p. 1988. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=402630&pesq=planta+do+quilombo+de+sao+goncalo+p+aracatu+mg+seculo+xviii&pagfis=44495> Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 8.078**, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8078&ano=1990&ato=376UTRq1keFpWTab7>. Acesso em: 12 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto Federal n.º 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em: 12 nov. 2019.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília, DF: 2004. 48 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/376?mode=full>. Acesso em: 12 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto n.º 6.261**, de 20 de novembro de 2007. Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6261.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6261.htm). Acesso em: 10 fev. 2019.

BRASIL. **Decreto n.º 6.135**, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm). Acesso em: 03 nov. 2020.

BRASIL. **Portaria INCRA n.º 413**, de 16 de dezembro de 2008. Reconhece e declara como território da Comunidade Negra Rural Quilombola de São Miguel, a área de 420,6821 ha, situada no Município de Maracajú, Estado do Mato Grosso do Sul. Brasília, DF: INCRA, 2008. Disponível em: [https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-413-2008\\_208120.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-413-2008_208120.html). Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. **Lei n.º 11.959**, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11959.htm). Acesso em: 12 nov. 2019.

BRASIL. Decreto de 20 de novembro de 2009. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis abrangidos pelo "Território Quilombolas Furnas do Dionísio", situado no Município de Bandeirantes, Estado de Mato Grosso do Sul. **Diário Oficial da União**: seção I, n. 223, p. 13-14, 23 nov. 2009. Disponível em: [https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2017/04/D\\_FurnasDiosinioMS2009.pdf](https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2017/04/D_FurnasDiosinioMS2009.pdf). Acesso em: 18 dez. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Brasil rural em debate**: coletânea de artigos. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Nelson Giordano Delgado (coord.). Brasília, DF: CONDRAF/MDA, 2010. 363 p.

BRASIL. **Lei n.º 12.212**, de 20 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica; altera as Leis n.º 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.925, de 23 de julho de 2004, e 10.438, de 26 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12212.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Tarifa%20Social,2002%3B%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12212.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Tarifa%20Social,2002%3B%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs). Acesso em: 04 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto n.º 7.272**, de 25 agosto de 2010. Regulamenta a Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm#:~:text=1o%20Este%20Decreto%20define,os%20par%C3%A2metros%20para%20a%20elabora%C3%A7%C3%A3o](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm#:~:text=1o%20Este%20Decreto%20define,os%20par%C3%A2metros%20para%20a%20elabora%C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 05 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto n.º 7.341**, de 22 de outubro de 2010. Regulamenta a Lei no 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar no 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/D7341.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.341%2C%20DE%2022,2007%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/D7341.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.341%2C%20DE%2022,2007%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias). Acesso em: 06 nov. 2020.

BRASIL. Portaria Interministerial n.º 507, de 24 de novembro de 2011. Estabelece normas para execução do disposto no Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial n.º 127/MP/MF/CGU, de 29 de maio de 2008 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção I, Brasília, DF, p. 85-93, 28 nov. 2011.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 3.239**, de 25 de junho de 2014. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=369187>. Acesso em: 1 maio 2020.

BRASIL. **Lei n.º 13.123**, de 20 de maio de 2015. Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória n.º 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113123.htm#:~:text=patrim%C3%B4nio%20gen%C3%A9tico%20humano.-,Art.,de%20armas%20biol%C3%B3gicas%20e%20qu%C3%ADmicas.&text=III%20%2D%20popula%C3%A7%C3%B5es%20ind%C3%ADgenas%2C%20comunidades%20tradicionais%20e%20agricultores%20tradicionais](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113123.htm#:~:text=patrim%C3%B4nio%20gen%C3%A9tico%20humano.-,Art.,de%20armas%20biol%C3%B3gicas%20e%20qu%C3%ADmicas.&text=III%20%2D%20popula%C3%A7%C3%B5es%20ind%C3%ADgenas%2C%20comunidades%20tradicionais%20e%20agricultores%20tradicionais). Acesso em: 12 nov. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. **Ação Orçamentária n.º 2.792**, de 17 de junho de 2015. Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos. Brasília, DF: Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, 2015. Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/clientes/portalsof/portalsof/orcamentos-anuais/orcamento-2015-2/cadastro-de-acoas/2069.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2020.



BRASIL. **Lei n.º 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 15 set. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Cadernos da Agricultura Familiar**, v. 3. Declaração de Aptidão ao Pronaf – Perguntas e Respostas 2016. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/dap/manuais/cadernos-da-agricultura-familiar-2013-perguntas-frequentes-sobre-a-dap.pdf/view>. Acesso em: 07 mar. 2020.

BRASIL. Portaria n.º 267, de 29 de dezembro de 2017. Autorizar a cessão de uso gratuita ao Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, de imóvel de propriedade da União denominado "Gleba Piraputangas". **Diário Oficial da União**: seção I, Brasília, DF, p. 94, 29 dez. 2017. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/1537151/do1-2018-01-02-portaria-n-267-de-29-de-dezembro-de-2017-1537147](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/1537151/do1-2018-01-02-portaria-n-267-de-29-de-dezembro-de-2017-1537147). Acesso em: 12 nov. 2020

BRASIL. **Portaria n.º 523**, de 24 de agosto de 2018. Disciplina a emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/38405397/do1-2018-08-27-portaria-n-523-de-24-de-agosto-de-2018-38405190](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/38405397/do1-2018-08-27-portaria-n-523-de-24-de-agosto-de-2018-38405190). Acesso em: 12 nov. 2020.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Referente ao ciclo de cheias, altura do nível do Rio Paraguai**. Centro de Hidrografia e Navegação do Oeste. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/chn-6/?q=graficoAlturaRios>. Acesso em: 12 nov. 2019.

BRAZIL, M. do C. Escravidão negra em Mato Grosso: dominação, violência e resistência. *In*: Segundas Jornadas De História Económica - Simpósio 4. **Aspectos da escravidão para o trabalho livre**, 1999. Montevideo. Asociación Uruguya de História Económica. Montivideo: Instituto Cultural Anglo Uruguayo, 1999. v. 1 CD ROM. Disponível em: <http://www.do.ufgd.edu.br/mariabrazil/arquivos/docs/escravidao/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRAZIL, M. do C. O IHGB e a toponímia do Rio Paraguai. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 162, n. 410, p. 67-81. 2001.

BRAZIL, M. do C. Presença quilombola em regiões além-fronteiras. Mato Grosso colonial e as fugas de escravos *In*: Simpósio Escravidão na América do Sul: Economia, Cultura, Ideologia e Sociedade. **II Congresso Sul-Americano de História**. Universidade de Passo Fundo/Instituto Panamericano de Geografia e História. Passo Fundo, RS: UPF, 19 a 21 de outubro de 2005.

CALHEIROS, D. F.; FERREIRA, C. J. A. **Alterações limnológicas no rio Paraguai (“dequada”) e o fenômeno natural de mortandade de peixes no Pantanal Mato Grossense - MS.** EMBRAPA-CPAP. Boletim de Pesquisa, 7. Corumbá, MS: EMBRAPA-CPAP, 1996. 51 p. Disponível em: <https://agris.fao.org/agris-search/search.do?recordID=BR19961792189>. Acesso em: 20 dez. 2018.

CAMILO, J. J. da S. Resistência nos quilombos e terras quilombolas de Mato Grosso. *In:* VIII SEAD, 2017, Recife. **Anais** [...]. Recife, 2017. Disponível em: [http://anaisdosead.com.br/8SEAD/POSTERES/POSTER%20E5\\_JCamilo.pdf](http://anaisdosead.com.br/8SEAD/POSTERES/POSTER%20E5_JCamilo.pdf). Acesso em: 10 jan. 2020.

CAMPESTRINI, Hildebrando. **Mato Grosso do Sul: conflitos étnicos e fundiários.** Campo Grande: 2009. 127 p.

CARENO, M. F. do; BRAZIL, M. do C. Núcleos de resistências no interior dos Estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo. *In:* HOLANDA, H. B. de; CAPELATO, M. H. R. (orgs.). **Relações de gênero e diversidades culturais nas Américas.** Rio de Janeiro; São Paulo, 1999, v. 9, p. 543-560. Disponível em: <http://www.do.ufgd.edu.br/mariabrazil/arquivos/docs/escravidao/Nucleos%20Resistencia.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

CARRIL, L. F. B. **Terras de Negro no Vale de Ribeira: Territorialidade e Resistência.** 1995. 212 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

CACILDA atende 300 pessoas por dia. **Jornal Correio do Estado**, Campo Grande, ano 19, n. 5988, 2 jul. 1972.

CALHEIROS, D. F.; FERREIRA, C. J. A. **Alterações limnológicas no rio Paraguai (“dequada”) e o fenômeno natural de mortandade de peixes no Pantanal Mato Grossense - MS.** EMBRAPA-CPAP. Boletim de Pesquisa, 7. Corumbá, MS:

CAMILO, J. J. da S. Resistência nos quilombos e terras quilombolas de Mato Grosso. *In:* VIII SEAD, 2017, Recife. **Anais** [...]. Recife, 2017. Disponível em: [http://anaisdosead.com.br/8SEAD/POSTERES/POSTER%20E5\\_JCamilo.pdf](http://anaisdosead.com.br/8SEAD/POSTERES/POSTER%20E5_JCamilo.pdf). Acesso em: 10 jan. 2020.

CAMPESTRINI, Hildebrando. **Mato Grosso do Sul: conflitos étnicos e fundiários.** Campo Grande: 2009. 127 p.

CARNEIRO, E. **O quilombo dos Palmares.** São Paulo, SP: Nacional, 1958.

CARRIL, L. F. B. **Terras de Negro no Vale de Ribeira: Territorialidade e Resistência.** 1995. 212 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade, uma história das últimas décadas da escravidão na corte.** São Paulo, SP: Cia das Letras, 1990.

CHAUÍ, M. de S. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. 179 p.

CHAVES, Gesliane Sara Vieira. **Territórios Religiosos: etnogeografia da Casa Omolocô – Dourados/MS**. 2019. 125 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/951>. Acesso em: 10 dez. 2020.

COUTINHO, A. **Time de futebol “Os Guerreiros” e Juventus**. 2019. 1 Fotografia.

CORRÊA FILHO, V. **Pantaneais Matogrossenses (devassamento e ocupação) 1887-1973**. IBGE, Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca geográfica brasileira. Série A. Coleção Ibgeana, 1946. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=281795&view=detalhes>. Acesso em: 15 dez. 2019.

CORUMBÁ. Secretaria Municipal de Infraestrutura. **Representação cartográfica da alameda Vulcano no bairro Borrowisk**. Documento avulso. Corumbá, MS: Secretaria Municipal de Infraestrutura, 2002.

CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. **Censo Quilombola Municipal**. Corumbá, MS: Secretaria Especial de Cidadania e Direitos Humanos, 2017.

CRUZ-SILVA, S. C. B. **Histórico e uso da biodiversidade na Comunidade Negra Rural Quilombola Chácara do Buriti, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil**. 2016. 160 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) – Universidade Anhanguera-Uniderp, Campo Grande, 2016. Disponível em: <https://repositorio.pgskroton.com/handle/123456789/2971>. Acesso em: 16 nov. 2019.

DOURADO, M. T. G. **A história esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades**. 2010. 221 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08122010-135132/pt-br.php>. Acesso em: 24 fev. 2018.

ESRI. **Environmental Systems Research Institute**. ArcGis10.6 Copyright ESRI Inc. 2018.

FARIA, J. P. R. de. **Influência africana na arquitetura de terra de Minas Gerais**. 2011. 161 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-8T7TBZ>. Acesso em: 16 nov. 2019.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de Territórios. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo, SP: Ed. Expressão Popular, 2008. p. 197-215.

FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2006. 304 p.

FIABANI, A. O quilombo antigo e o quilombo contemporâneo: verdades e construções. *In*: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007, São Leopoldo. **Anais [...]**. São Leopoldo, 2007, p. 1-10.

FIABANI, A. **Mato, palhoça e pilão**: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. v. 1. 430 p.

FIGUEIREDO, A. V. de. **O caminho quilombola**: sociologia jurídica de reconhecimento étnico. 1. ed. Curitiba, PR: Appris 2011. 214 p.

FLORENCE, H. Esboço da viagem feita pelo Sr. de Langsdorff no interior do Brasil, desde Setembro de 1825 até Março de 1829. **Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil**, tomo XXXVIII, parte primeira, p. 355-469; parte segunda, p. 231-301; tomo xxxix, parte segunda, p. 157-182. Rio de Janeiro, RJ: R. L. Garnier. Traduzida do manuscrito francês por Alfredo D'Escragnolle Taunay; inclui introdução de Taunay, “A expedição do consul Langsdorff ao interior do Brasil”, tomo xxxviii, parte primeira, p. 337-354. Disponível em: [http://biblio.etnolinguistica.org/florence\\_1875\\_esboco](http://biblio.etnolinguistica.org/florence_1875_esboco). Acesso em: 19 nov. 2019.

FONSECA, V. L. B. **Lugares e territórios na cultura do futebol brasileiro**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

FÓRUM PERMANENTE DAS ENTIDADES DO MOVIMENTO NEGRO DE MATO GROSSO DO SUL. **Ofício/Manifesto n.º 1/09/FPEMN/MS**. Campo Grande, MS: 2009. 17 p.

FREITAS, D. **O escravismo brasileiro**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1982.

FUINI, L. L.; SAQUET, M. A.; MELLO, M. C. de O. Territorialidades em transição: do exclusivismo estatal à multiterritorialidade. **Revista de Ciências Humanas**, v. 17, n. 2, 3 jan. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/3958>. Acesso em: 12 abr. 2019.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Núcleo de Estudos Sobre Identidade e Relações Interétnicas. **Boletim Informativo NUER**: Regulamentação de Terras de Negros no Brasil. Fundação Cultural Palmares. 2. ed. Florianópolis: UFSC. v. 1. n. 1. 1997. 156 p. Disponível em: [https://nuer.ufsc.br/files/2014/04/m-mgpefhgnff\\_boletim\\_nuer\\_\\_1.pdf](https://nuer.ufsc.br/files/2014/04/m-mgpefhgnff_boletim_nuer__1.pdf). Acesso em: 16 abr. 2019.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Portaria n.º 23, de 23 de maio de 2005. **Diário Oficial da União**: seção I, Brasília, DF, n. 99, p. 4, 25 maio 2005. Disponível em: [https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2017/04/C\\_FurnasDionisioMS2005.pdf](https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2017/04/C_FurnasDionisioMS2005.pdf). Acesso em: 18 dez. 2018.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Portaria n.º 98, de 26 de novembro de 2007. Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres, para efeito do regulamento que dispõe o Decreto n.º 4.887/03. **Diário Oficial da União**: seção I, Brasília, DF, n. 228, p. 29, 28 nov. 2007.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Site oficial**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2017.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Cadastro Geral de Informações Quilombolas**, 2019. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=48027>. Acesso em: 20 set. 2017.

GAERTNER, L. Conheça quais são os bairros de Corumbá e alguns dados curiosos como origem dos nomes. **Jornal Diário Corumbaense**, Corumbá, 7 nov. 2017. Disponível em: <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=98032>. Acesso em: 20 out. 2019.

GOMES, F. dos S. **Mocambos e Quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil**. 1. ed. São Paulo, SP: Claro Enigma, 2015.

GOMES, F.; MACHADO, M. H. P. T. Interiorização e os Quilombos em São Paulo, séculos XVIII e XIX. **Iberoamericana**. América Latina-Espanha-Portugal, n. 42, ano XI, p. 93-110. 2011.

GONÇALVES, E. *Depoimento*. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2020.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo, SP: Contexto, 2002. 186 p.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização. Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Território e multiterritorialidade: um debate**. *Geographia*, Niterói, UFF, ano 9, n. 17, p. 19-46. 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/0>. Acesso em: 20 maio 2019.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização. Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais. Tradução: La mémoire collective, 1990. 189 p.

HELD, T. M. R. **Mata Cavalo – a violação do direito humano ao território quilombola**. São Paulo, SP: LiberArs, 2018.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 28 fev. 2018.

IBGE. **Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento à covid-19 Notas Técnicas Volume especial**. Notas técnicas. Volume especial. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: 11 jul. 2020.

INGOLD, T. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. São Paulo, SP: Vozes, 2015. 392 p.



INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Portaria n.º 118, de 24 de abril de 2009. **Diário Oficial da União**: seção I, Brasília, DF, n. 78, p. 58-59, 27 abr. 2009. Disponível em [https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2017/04/P\\_FurnasDiosinioMS2009.pdf](https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2017/04/P_FurnasDiosinioMS2009.pdf). Acesso em: 18 dez. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo e pró-indiviso da Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola São Miguel**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. Disponível em: [https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2017/06/T\\_ColoniaSaoMiguelMS2011Incr.pdf](https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2017/06/T_ColoniaSaoMiguelMS2011Incr.pdf). Acesso em: 28 mar. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Territórios Quilombolas**: Relatório 2012. Brasília, DF: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Família Ozório**. Brasília, DF: INCRA, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO ETNOGRÁFICA INCRA – Olhar Etnográfico. **Relatório dos estudos antropológicos da comunidade de remanescente de quilombo Tia Eva - Campo Grande, MS**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul – SR – 16 Serviço de Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas, 2013. 382 p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA **Acervo fundiário**. Disponível em: <http://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.php>. Acesso em: 30 nov. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA **Certificação. Camada: shapefile das Áreas de Quilombolas SRID: 4674**. Disponível em: [http://certificacao.incra.gov.br/csv\\_shp/zip/%C3%81reas%20de%20Quilombolas\\_MS.zip](http://certificacao.incra.gov.br/csv_shp/zip/%C3%81reas%20de%20Quilombolas_MS.zip). Acesso em: 2 dez. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA **Disponibilizador de Coordenadas**. Disponível em: <http://acervofundiario.incra.gov.br:8080/Conversao01/faces/index.xhtml>. Acesso em: 3 dez. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Quilombolas**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/quilombolas>. Acesso em: 3 dez. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Regularização de território quilombola.** Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas - DFQ Atualizado em 13/04/2017. Disponível em: [http://www.incra.gov.br/media/docs/quilombolas/perguntas\\_respostas.pdf](http://www.incra.gov.br/media/docs/quilombolas/perguntas_respostas.pdf). Acesso em: 15 set. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Passo a passo Quilombolas.** Disponível em: [http://www.incra.gov.br/pt/passo\\_a\\_passo\\_quilombolas](http://www.incra.gov.br/pt/passo_a_passo_quilombolas). Acesso em: 4 dez. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Memória Quilombola.** Disponível em: [http://www.incra.gov.br/media/docs/quilombolas/processos\\_abertos.pdf](http://www.incra.gov.br/media/docs/quilombolas/processos_abertos.pdf). Acesso em: 05 dez. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Processos Abertos Por Região.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/memoria-quilombola>. Acesso em: 06 dez. 2017.

INSTITUTO DA MULHER NEGRA DO PANTANAL. **Primeira eleição da diretoria da ACTHEO.** 2010. 4 Fotografias.

INSTITUTO DA MULHER NEGRA DO PANTANAL. **Segunda eleição da diretoria da ACTHEO.** 2014. 1 Fotografia.

JOAQUIM, M. S. **A Liderança das Mães-de-Santo:** dilemas e paradoxos na construção da identidade negra. 1996. 197 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17208>. Acesso em: 10 maio 2019.

LEITE, I. B. **Negros no Sul do Brasil:** Invisibilidade e Territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. 284 p.

LEITE, I. B. Quilombos no Brasil. Questões Conceituais e Normativas. **NUER**, Florianópolis, UFSC, v. 7, p. 1-38, 2000.

LEITE, I. B. Humanidades insurgentes: Conflitos e criminalização dos Quilombos. *In:* ALMEIDA, A. W. B. de. *et al.* (org.). **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos.** Manaus: UEA Edições, 2010. p. 18-41.

LIDERANÇA 1. **Depoimento.** Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2020.

LIRA, R. A. L. **Quilombo na Serra do Mar:** a ousadia de lutar pela liberdade. Rio de Janeiro, RJ: N30 Editorial, 2018.

LOCOH, T. Structures familiales d'accueil des migrants et développement des structures familiales multipolaires en Afrique. *In:* QUESNEL, A.; P. VIMARD (eds.). **Migration, changements sociaux et développement.** Paris, França: ORSTOM, 1991. p. 279-295.

LORDELO, M. C. de S. **Escravos negros na fronteira oeste da capitania de Mato Grosso: fugas, capturas e formação de quilombos (1748-1796)**. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010. Disponível em: <http://ppghis.com/ppghis/biblioteca-virtual-2/dissertacoes/download/5-dissertacoes/176-escravos-negros-na-fronteira-oeste-da-capitania-de-mato-grosso-fugas-capturas-e-formacao-de-quilombos-1748-1796.html>. Acesso em: 10 maio 2019.

LORDELO, M. C. de S. **Indígenas, escravizados negros e homens livres na fronteira do Mato Grosso, Bolívia e Paraguai: fugas, contrabando e resistência (1750-1850)**. 2019. 271 p. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12082019-100800/pt-br.php>. Acesso em: 04 mar. 2020.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2006, p. 15-25.

MARTINS, J. de S. A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação. In: VV.AA. (org.). **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. Goiânia; São Paulo: CPT/Loyola, 1999. p.127-164.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo, SP: Ed. Contexto, 2010. 288 p.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei n.º 4640**, de 24 de dezembro de 2014. Cria a Secretaria de Estado de Cultura e Cidadania de Mato Grosso do Sul (SEDHAST), sendo oficialmente instalada em janeiro de 2015. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=279344>. Acesso em: 06 dez. 2018.

MATOS DA SILVA, M. C. A. de; ÁVILA, V. F. de; MACIEL, J. de C. Religiosidade e Sentimento de Pertença: Considerações Acerca da Festa em Homenagem a São João Batista e da Missa Afro na Comunidade Remanescente de Quilombo “São João Batista”. Campo Grande, **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano III, n. 8, set. 2010.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Geração, 2005. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues>. Acesso em: 20 dez. 2018.

MORETTI, S. L. **Território da produção orgânica no mundo da mercadoria**. 1. ed. v. 1. Dourados: Ed. UFGD, 2014. 210 p.

MOURA, C. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo, SP: Edições Zumbi, 1959.

MOURA, C. **História do negro brasileiro**. São Paulo, SP: Ática, 1989.

MOURA, C. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 434 p.

MOURA, C. **Quilombos**: resistência ao escravismo. 3. ed. São Paulo, SP: Ática, 1993, 96 p.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**: documentos de uma militância panafricanista. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 1980.

NASUTI, S.; ELOY, L.; TOURNEAU, F. M. L. La construction des territoires multitués en Amazonie. Le cas des Quilombolas du Trombetas (Pará, Brésil). **Espace Géographique**, v. 2013/4, p. 324-339, 2013.

NASUTI, S.; ELOY, L.; TOURNEAU, F. M. L.; TRITSCH, I. Entre urbanização e regularização fundiária: uma geografia dos novos modos de vida quilombolas de Oriximiná. In: GRUPIONI, D. F.; ANDRADE, L. M. M. de. (orgs.). **Entre Águas Bravas e Mansas, índios e quilombolas em Oriximiná**. São Paulo, SP: Comissão Pró-Índio de São Paulo Iepé, 2015. p. 210-223.

NETO, C. J. **A ocupação do espaço geográfico da Furna dos Baianos por afro-descendentes**. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/07.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.

NOGUEIRA, D. H. O. **Representação do período de vazante do Rio Paraguai e o território tradicionalmente ocupado**. Imagem. 2020.

ORGANIZAÇÃO TERRA DE DIREITOS. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. **Racismo e violência contra quilombos no Brasil**. Curitiba, PR: Terra de Direitos, 2018. 196 p. Disponível em: [https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/\(final\)-Racismo-e-Violencia-Quilombola\\_CONAQ\\_Terra-de-Direitos\\_FN\\_WEB.pdf](https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/(final)-Racismo-e-Violencia-Quilombola_CONAQ_Terra-de-Direitos_FN_WEB.pdf). Acesso em: 05 dez. 2018.

OSORIO, J. **O Estado no Centro da Mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo, SP: Outras Expressões, 2014. 343 p.

O'DWYER, E. C. **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2002. 268p.

PEREIRA, J. G. **O patrimônio ambiental urbano de Corumbá-MS**: identidade e planejamento. 2007. 218 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12022008-104218/en.php>. Acesso em: 20 mar. 2020.

PEROGIL, D. **Uma análise do programa Brasil quilombola na comunidade Furnas do Dionísio – Jaraguari/MS**: política de território e identidade. 2012. 223 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFGD-2\\_dda127bf03b1ec891752aa6077529e17](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFGD-2_dda127bf03b1ec891752aa6077529e17). Acesso em: 12 nov. 2018.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo, SP: Ática, 1993. 269 p.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009. p. 17-36.

RAMALHO, A. A. **As comunidades remanescentes quilombolas no Roteiro da Missão Cruls: o (re)conhecer do território**. 2015. 225 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16241>. Acesso em: 15 nov. 2019.

RATTS, A. J. P. **Fronteiras Invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará**. 1996. 210 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. Disponível em: [https://www.academia.edu/38865672/Fronteiras\\_invis%C3%ADveis\\_territ%C3%B3rios\\_negros\\_e\\_ind%C3%ADgenas\\_no\\_Cear%C3%A1](https://www.academia.edu/38865672/Fronteiras_invis%C3%ADveis_territ%C3%B3rios_negros_e_ind%C3%ADgenas_no_Cear%C3%A1). Acesso em: 15 nov. 2019.

RATTS, A. J. P. (Re)conhecer quilombos no território brasileiro: estudos e mobilizações. *In*: FONSECA, M. N. (orgs.). **Brasil Afro-brasileiro**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000, p. 307-326.

RATTS, A. J. P. **O mundo é grande e a nação também: Identidade e Mobilidade em Territórios Negros**. 2001. 167 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

RATTS, A. J. P. A Geografia entre as aldeias e os quilombos: Territórios Etnicamente Diferenciados. *In*: ALMEIDA, M. G. de; RATTS, A. J. P. (orgs.). **Geografia: Leituras Culturais**. Goiânia, GO: Ed. Alternativa. 2003, p. 29-48.

RATTS, A. J. P. Percursos e territórios negros/quilombolas: introdução a uma pesquisa no Ceará. *In*: MACHADO, A. F.; ALVES, M. K. F.; PETIT, S. H. (orgs.). **Memórias de Baobá II**. 1.ed. Fortaleza: Impreco, 2015, v. 1, p. 97-122.

REIS, J. J.; GOMES, F. S. (orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIZZI, E. S.; PEREIRA, K. L.; BARBOSA, L. T.; ALVES, G. L. Comunidade rural quilombola Furnas dos Baianos, Mato Grosso do Sul. *In*: ALVES, G. L.; HOFF, S. (orgs.). **Mato Grosso do Sul: estudos sobre ocupação do espaço regional**. 1. ed. Londrina, PR: UNOPAR Editora, 2018, v. 1, p. 38-47.

ROSENDAHL, Z. **Espaço e religião: uma abordagem geográfica**. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, NEPEC, 1996.

ROSENDAHL, Z. **Geografia e Religião: Uma Proposta**. Espaço e Cultura, 1, 1995. p. 45-74,

ROSENDAHL, Z. **Hierópolis: o sagrado e o urbano**. Coleção Geografia Cultural. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. 112 p.



ROSENDAHL, Z. Espaço, Política e religião. *In*: CORRÊA, R. L. (org.). **Religião, identidade e Território**. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2001.

ROSENDAHL, Z. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. *In*: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2005. p. 191-226.

ROSENDAHL, Z. O Espaço: O Sagrado e o Profano. *In*: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 1999b.

ROCHA, E. A. O processo de emancipação dos escravos na Vila de Santa Cruz de Corumbá – 1873-1888. **Revista Dimensão** (UEMT/ CPC). Corumbá, MS: UFMS/CEUC, n. 5/7, p. 78-108, 1977.

ROCHA, E. A. **A festa de São João em Corumbá**. São Paulo, SP: EditorAção, 1997.

ROCHA, Carmem Silvia Moretzsohn. **Apurando os sentidos**: sonoridades, performance e imagens nos rituais de umbanda em Corumbá. 2013. 237 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

RUA, M. das G. Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos. *In*: RUA, M. das G.; CARVALHO, M. I. V. de. (orgs.). **O estudo da política**: tópicos selecionados. Brasília, DF: Paralelo 15, 1998. p. 231-260.

SANTANA FILHO, D. M. **A Geopolítica do Estado e o Território Quilombola no Século XXI**. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2018.

SANTOS, C. A. B. P. dos. **Fiéis descendentes**: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-matogrossenses. 2010. 477 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8488>. Acesso em: 26 nov. 2019.

SANTOS, C. A. B. P. dos. A fábrica de escravos: a escravidão negra no sul de Mato Grosso (1718 - 1888). *Aceno - Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, v. 3, p. 52-70, 2016.

SANTOS, L. dos. Por uma história do negro no sul do Mato Grosso: história oral de quilombolas de Mato Grosso do Sul e a (re)invenção da tradição africana no cerrado brasileiro. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 35, n. 2, p. 239-259, jul./dez. 2017.

SANTOS, R. M. dos. **Depoimento**. Entrevista concedida ao pesquisador João Batista Alves de Souza. Corumbá, MS, 2020.

SAQUET, M. A. Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território. *In*: SPOSITO, E. S. (org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: A construção de uma temática**. Presidente Prudente, SP: UNESP/FT/GAsPERR, 2005, p. 85-116.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo, SP: Ed. Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo, SP: Ed. Expressão Popular, 2009, p. 73-94.

SAQUET, M. A. **Estudos territoriais: os conceitos de território e territorialidade como orientações para uma pesquisa científica**. *In*: FRAGA, N. C. (org.). **Territórios e Fronteiras**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2011, p. 33-50.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 4 ed. São Paulo, SP: Outras Expressões, 2015. 192 f.

SCHWARTZ, S. B. Mocambos, quilombos e Palmares; a resistência escrava no Brasil colonial. *In*: **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. especial, p. 61-88, 1987.

SCHWARTZ, S. B. **Escravos, Roceiros e Rebeldes**. Tradução: Jussara Simões. Bauru, SP: Edusc, 2001.

SILVA, A. M. **Dicionário da língua portuguesa** - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novatmente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa, Portugal: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SILVA, W. S.; BRAZIL, M. do C. Famílias negras e formas de resistência no período pós-abolição: o caso das comunidades remanescentes em Mato Grosso do Sul. *In*: ENCONTRO DE HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL, 8., 2006, Dourados. **Anais [...]** Dourados: ANPUH, 2006. 1 CD-ROM.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio**, Campinas: Editora Unicamp, 2008. 373 p.

SOARES, E. L. R. **As vinte e uma faces de Exu na filosofia afrodescendente da educação: imagens, discursos e narrativas**. 2008. 188 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3198>. Acesso em: 24 mar. 2020.

SOUZA, J. B. A. de. **Existir e resistir: as geografias das comunidades quilombolas no município de Corumbá-MS**. 2021. 387 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2021.

SOUZA, J. B. A. **Trajatória da Família Maria Theodora (século XIX–1920)**. Corumbá, MS: LABGEO/UFGD. Adaptado de IBGE. Mapeamento das unidades territoriais, 2015. Projeção, UTM, Fuso 21s, Datum SIRGAS, 2019a.

SOUZA, J. B. A. **Trajatória da Família Ozório (1950-1981)**. Corumbá, MS: LABGEO/UFGD. Adaptado de MELLO, R. S. de. Corumbá Albuquerque e Ladário. Editora do Exército, 1966. IBGE: Mapeamento das unidades territoriais, 2015. Projeção, UTM, Fuso 21s, Datum SIRGAS, 2019b.

SOUZA, J. B. A. **Trajatória da Família Campos Correia**. Adaptado de MELLO, R. S. de. Corumbá Albuquerque e Ladário. Editora do Exército, 1966. IBGE: Mapeamento das unidades territoriais, 2015. Projeção, UTM, Fuso 21s, Datum SIRGAS, 2019c.

SOUZA, J. B. A. **Localização das comunidades quilombolas na sub-região Paraguai do Pantanal**. Corumbá, MS: LABGEO/UFGD. Adaptado de IBGE. Mapeamento das unidades territoriais, 2015. ADÁMOLI, J. 1982. Projeção, UTM, Fuso 21s, Datum SIRGAS, 2020.

SOUZA, J. B. A.; ABRÃO, C. M. R. **Localização da Ilha do Pescador/Ilha Comprida (Gleba 2)**. Corumbá, MS: LABGEO/UFGD. INCRA. Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária/Quilombos, 2014. Projeção, UTM, Fuso 21s, Datum SIRGAS, 2018.

SOUZA, J. B. A.; ABRÃO, C. M. R.; RIBEIRO, A. F. N. (orgs.). **Localização da Comunidade Quilombola Família Ozório – Agrupamento de moradias**. Corumbá, MS: LABGEO/UFGD. IBGE. Mapeamento das unidades territoriais, 2015. INCRA. Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária/Quilombos, 2014. Imagem Online Map. Projeção, UTM, Fuso 21s, Datum SIRGAS, 2020.

SOUZA, J. B. A.; RIBEIRO, A. F. N., (orgs.). **Localização das comunidades quilombolas no estado de Mato Grosso do Sul**. Corumbá, MS: LABGEO/UFGD. Adaptado de IBGE. Mapeamento das unidades territoriais, 2015. Projeção, UTM, Fuso 21s, Datum SIRGAS, 2019a.

SOUZA, J. B. A.; RIBEIRO, A. F. N., (orgs.). **Situação das comunidades quilombolas no estado de Mato Grosso do Sul**. Corumbá, MS: LABGEO/UFGD. Adaptado de IBGE. Mapeamento das unidades territoriais, 2015. Projeção, UTM, Fuso 21s, Datum SIRGAS, 2019b.

SOUZA, J. B. A.; RIBEIRO, A. F. N., (orgs.). **Formação dos quilombos no Mato Grosso, séculos XVIII e XIX**. Corumbá, MS: LABGEO/UFGD. LORDELO, M. C. S. Editora do Exército, 1966. Projeção, UTM, Fuso 21s, Datum SIRGAS, 2020.

SOUZA, J. B. A.; SILVA, P. A. A. (orgs.). **Mapa de localização das comunidades quilombolas no município de Corumbá-MS**, Corumbá, MS: LABGEO/UFGD. IBGE. Mapeamento das unidades territoriais, 2015. INCRA. Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária/Quilombos, 2014. Imagem Online Map. Projeção, UTM, Fuso 21s, Datum SIRGAS, 2019.

SOUZA, J. B. A.; SILVA, P. A. A. (orgs.). **Localização das escolas quilombolas no Mato Grosso do Sul**, Corumbá, MS: LABGEO/UFGD. IBGE. Mapeamento das unidades territoriais, 2015. INCRA. Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária/Quilombos, 2014. Imagem Online Map. Projeção, UTM, Fuso 21s, Datum SIRGAS, 2020.

SOUZA, J. B. A.; SOUSA, A. I. P. (orgs.). **Trajetórias das famílias quilombolas – Migração interna e externa (1870-1976)**. Corumbá, MS: LABGEO/UFGD. CRUZ-SILVA, S. C. B da, 2016. LORDELO, M. C. S, 2019. Projeção, UTM, Fuso 21s, Datum SIRGAS, 2020.

SOUZA, J. B. A.; VIEIRA, J. C. (orgs.). **Localização da Comunidade Quilombola Família Campos Correia – Agrupamento de moradias**, Corumbá, MS: LABGEO/UFGD. IBGE. Mapeamento das unidades territoriais, 2015. INCRA. Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária/Quilombos, 2014. 2019. Projeção, UTM, Fuso 21s, Datum SIRGAS, 2019a. 24

SOUZA, J. B. A.; VIEIRA, J. C. (orgs.). **Localização da Comunidade Quilombola Maria Theodora Gonçalves – Agrupamento de moradias**, Corumbá, MS: LABGEO/UFGD. IBGE. Mapeamento das unidades territoriais, 2015. INCRA. Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária/Quilombos, 2014. Imagem Online Map. Projeção, UTM, Fuso 21s, Datum SIRGAS, 2019b.

SOUZA, J. B. A.; VIEIRA, J. C. (orgs.). **Trajetórias da rota de ocupação do Mato Grosso (1642-1778)**. Corumbá, MS: LABGEO/UFGD. Adaptado de MELLO, R. S. de. Corumbá Albuquerque e Ladário. Editora do Exército, 1966. Projeção, UTM, Fuso 21s, Datum SIRGAS, 2020.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, J. P. de. **Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro, RJ: Mauad/ADESA, 1996.

SOUZA, M. L. A. de. **"Ser quilombola": identidade, território e educação na cultura infantil**. 2015. 265 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/305006>. Acesso em: 29 ago. 2019.

TERRA, E. M. M. **Territorialidade da comunidade rural quilombola Chácara do Buriti e potencialidades do desenvolvimento local**. 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2011. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8214-territorialidade-da-comunidade-rural-quilombola-chacara-do-buriti-e-potencialidades-do-desenvolvimento-local.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

TRINDADE, C. C. **Sementes crioulas e transgênicos, uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais**. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, XV, Manaus, AM. Conpedi, 2006, p. 1-15. Disponível em: [http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/estado\\_dir\\_p\\_ovos\\_carina\\_carreira\\_trindade.pdf](http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/estado_dir_p_ovos_carina_carreira_trindade.pdf). Acesso em: 13 mar. 2020.

VELÁSQUES, C. Quilombolas. *In*: RICARDO, B.; CAMPANILI, M. (ed.). **Almanaque Brasil Socioambiental 2008**. Instituto Socioambiental. 2007. p. 234-235.

URQUIZA, A. H. A.; SANTOS, L. dos. Regularização fundiária de comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul/Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 7, n. 2. ago. 2017.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAIDAN, Z. Em Corumbá, quilombolas não tem acesso a água, luz e coleta de lixo, diz MPF. **Campo Grande News**, Campo Grande, 19 fev. 2014. <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/em-corumba-quilombolas-nao-tem-acesso-a-agua-luz-e-coleta-de-lixo-diz-mpf>. Acesso em: 20 out. 2019.



## **SOBRE O AUTOR**

**João Batista Alves de Souza** é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS - Campus Ponta Porã. Possui Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS (2007), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD (2010) e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados – PPGG-UFGD (2021). É pesquisador nos Grupos de Pesquisas CNPq, GTA Grupo de Pesquisa e Estudos Território e Ambiente, A luta pela terra: perspectivas contra-hegemônicas e o Novo Constitucionalismo Latino-Americano, e CASTA Ciências Agrárias, Sustentabilidade, Tecnologia e Agronegócios. Tem experiência na área de Educação com ênfase em EaD (Educação a Distância), EJA - PROEJA (Educação de Jovens e Adultos) e Educação no Campo. Membro do NEABI -Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - IFMS Campus Ponta Porã.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Agrupamentos, 139, 142, 175, 178  
Assentamento, 64, 104, 107, 176, 200, 204, 205

### C

Cartografia, 8, 9, 50, 84, 125, 146, 164, 198, 199, 206, 207  
Comunidade Quilombola Ribeirinha, 74, 104, 112  
Comunidades quilombolas, 7, 8, 9, 10, 12, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 55, 60, 65, 67, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 91, 95, 96, 103, 108, 109, 114, 123, 125, 126, 129, 133, 135, 136, 142, 145, 146, 152, 155, 156, 164, 165, 167, 168, 169, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 206, 207  
Corumbá, 7, 8, 9, 10, 18, 19, 20, 21, 25, 29, 33, 37, 38, 39, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 60, 61, 64, 68, 71, 72, 74, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 94, 95, 96, 103, 109, 114, 115, 117, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 145, 146, 152, 155, 158, 162, 164, 167, 168, 169, 170, 172, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 183, 188, 190, 191, 192, 193, 196, 197, 198, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 207

### F

Família Campos Correia, 7, 8, 9, 10, 33, 38, 44, 49, 55, 66, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 86, 114, 115, 118, 119, 121, 123, 135, 146, 148, 150, 151, 152, 155, 156, 175, 177, 178, 181, 182, 191, 192, 193  
Família Ozório, 115, 117, 125, 126, 129, 131, 135, 137, 138, 140, 142, 144, 146, 153, 156, 164, 165, 168, 175, 177, 178, 181, 182, 190, 191, 192, 193, 203, 205  
Fronteira, 45, 82, 109, 115, 151, 187, 203

### I

Ilha de Chané, 42, 62, 64, 65, 66, 68  
Ilha do Pescador, 68, 71, 73, 74, 103, 115, 131, 204, 205

### M

Manifestações religiosas, 19, 37, 47, 60, 103, 179, 180, 181, 186, 188, 190, 205, 206  
Maria Theodora, 8, 9, 10, 12, 18, 33, 36, 38, 40, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 103, 125, 126, 131, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163,

164, 166, 170, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 189, 190, 191, 194, 199, 201, 203, 205, 206, 207

Moradia, 15, 43, 47, 62, 65, 68, 71, 84, 109, 126, 135, 137, 138, 140, 142, 143, 144, 145, 148, 150, 152, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 167, 174, 177, 178, 181, 198, 199, 203, 207

Multipolaridade, 8, 10, 85, 200, 206, 207

### N

Núcleos familiares, 18, 23, 26, 27, 28, 31, 38, 49, 56, 82, 83, 86, 87, 91, 100, 109, 126, 131, 135, 156, 157, 158, 164, 165, 167, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 198, 203, 204, 205, 206, 207

### P

Pantanal, 7, 8, 9, 10, 18, 21, 33, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 56, 57, 60, 61, 66, 68, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 87, 94, 95, 96, 109, 112, 115, 122, 142, 146, 166, 191, 193, 203, 205, 206, 207

Políticas públicas, 8, 23, 25, 83, 85, 101, 103, 168, 172, 173, 177, 198, 204, 206

### R

Resistência, 8, 9, 15, 16, 19, 22, 24, 25, 27, 33, 47, 57, 66, 75, 81, 82, 83, 85, 87, 92, 95, 103, 114, 121, 124, 138, 143, 164, 166, 179, 180, 188, 189, 190, 192, 197, 199, 203, 204, 205, 206, 207

Ribeirinhos, 40, 42, 43, 44, 46, 67, 69, 78, 80, 81, 121, 122, 129, 172

Rio Paraguai, 8, 9, 11, 18, 27, 38, 39, 40, 43, 45, 46, 47, 49, 50, 56, 57, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 68, 71, 74, 78, 79, 81, 82, 94, 95, 109, 110, 114, 121, 122, 126, 129, 138, 142, 145, 146, 152, 165, 182, 190, 192, 193, 200, 203, 204, 206, 207

### T

Tenda Nossa Senhora da Conceição, 56, 92, 159, 182, 184, 186, 194, 195

Tenda Nossa Senhora da Guia, 92, 100, 164, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 205

Territórios quilombolas, 9, 11, 19, 21, 23, 24, 26, 28, 84, 180

Trajetórias, 7, 8, 9, 10, 19, 21, 29, 30, 38, 39, 47, 49, 55, 56, 82, 83, 108, 146, 193, 200, 204, 205, 206, 207

### V

Vale dos Orixás, 166, 172, 190, 191, 201, 203, 204





**INSTITUTO FEDERAL**  
Mato Grosso do Sul  
Campus Ponta Porã



**TOTAL  
BOOKS**